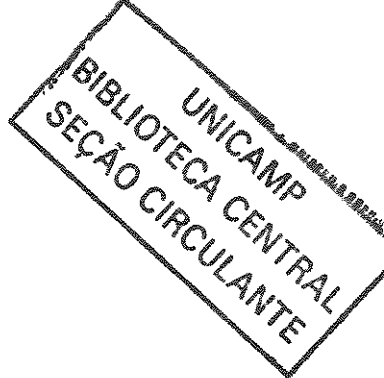


Pedro Castelo Branco Silveira



**Povo da Terra, Terra do Parque:
Presença humana e conservação de florestas no
Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, SP.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Antropologia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas sob a orientação do Prof.
Dr. Mauro William Barbosa de Almeida

Este exemplar corresponde à redação final
da dissertação defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em 15/08/2001

BANCA

Prof.Dr. Mauro William Barbosa de Almeida (orientador)

Profª Drª Neide Esterci

Profª Drª Lúcia da Costa Ferreira

Agosto de 2001

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	T/UNICAMP
	Si 39 p
V.	47537
F.	837/02
C.	☒
PRECOS	R\$ 11,00
DATA	06-02-02
N.º CPD	

CM00163081-2

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Si39p

Silveira, Pedro Castelo Branco

Povo da terra, terra do parque : presença humana e conservação de florestas no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR) / Pedro Castelo Branco Silveira - Campinas, SP : [s.n.], 2001.

Orientador: Mauro W. B. de Almeida.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Conservação da natureza – Aspectos sociais. 2. Parques – Iporanga (SP). 3. Conflito social. 4. Proteção ambiental. 5. Recursos naturais – Conservação. 6. Ribeira de Iguape, Rio, Vale (PR e SP). I. Almeida, Mauro W. B. de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

“Não, eu não queria liberdade. Eu só queria uma saída: à direita, à esquerda, para onde fosse; eu não impunha outras exigências; mesmo que a saída fosse um engano; a exigência era pequena, o engano não seria maior. (...) E eu aprendi, meus senhores. Ah, sim, a gente aprende quando precisa; a gente aprende quando quer uma saída; a gente aprende sem comiseração. A gente vigia a si mesmo com o chicote; a gente se arrebenta à mínima oposição. (...) Eu não tinha outra saída, sempre pressupondo que a liberdade não era uma escolha.”

Franz Kafka

“As pessoas, enquanto responsáveis por suas próprias ações, realmente se tornam autoras de seus próprios conceitos; isto é, tomam a responsabilidade pelo que sua cultura possa ter feito com elas.”

Marshall Sahlins

Resumo

A pesquisa trata dos conflitos sociais que emergiram a partir da criação do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), analisando o modo de ver e agir dos moradores da região sul do parque face aos conflitos, com foco nas localidades Bairro da Serra e Bombas, no município de Iporanga/SP. Ela aborda o histórico dos conflitos e questões etnográficas dos moradores, delineando-se a forma de interação destes com os outros atores sociais em ação na região, tais como gestores da conservação, poder público municipal, turistas, pesquisadores, espeleólogos e organizações não governamentais. São apresentadas algumas *situações sociais* por meio das quais os conflitos são explicitados. A pesquisa analisa ainda as diversas *soluções* para os conflitos que são colocadas pelos atores, caracterizando as atividades ligadas ao turismo como solução hegemônica, e as *soluções* que passam pelo uso direto da floresta como periférica no *campo de possibilidades* constituído nos conflitos. Por fim, discute a situação conflitiva face à possibilidade de construção de uma *sustentabilidade dissonante*, que não passe por matrizes autoritárias ou liberais, que tome os moradores como sujeitos de seu futuro, e que veja as florestas a serem conservadas tanto como bem comum da humanidade quanto como recursos comunitários importantes para a reprodução social dos grupos residentes.

Abstract

This research deals with the emergence of social conflicts in Alto Ribeira Touristic State Park (PETAR). We analyse the ways of seeing and acting of people living in the South portion of the park, focusing the locations Bairro da Serra and Bombas, in Iporanga, São Paulo state. We also deal with the historical process of the conflicts as well as ethnographic matters concerning the resident people, drawing the ways of interaction of this social actors with others, like the conservation managers, the municipal power, tourists, researchers, espeleologists and NGOs. We present some *social situations* that explicit the conflicts. We analyse the multiple *solutions* to the conflicts presented by the actors, describing activities linked with tourism as an hegemonic solution, and the *solutions* linked to direct use of the forest as peripheric in the *field of possibilities*. In the end, we discuss the conflictive situation face to possibilities of building a *dissonant sustainability*, wich is not based in autoritary or liberal matrix, in wich resident people can act as subjects of their future and wich considers forests to be conserved both as a common profit of all human beings, as communitary resources that are important to the social reproduction of the resident social groups.

Índice

Introdução	1
I) viagem às cegas	2
II) A conservação e as populações humanas	3
II-I) Sustentando um certo desenvolvimento	4
II-II) as unidades de conservação e o desenvolvimento sustentável	6
II-III) Povos indígenas e populações tradicionais	7
II-IV) Conservação no Brasil: o progresso, a floresta e os invisíveis	14
III) Debatendo as populações tradicionais	22
III-I) Os pólos do debate	22
III-II) Identidade e mudança social	24
III-III) Conflitos sociais	30
IV) Objetivos	34
V) A pesquisa	34
V-I) Floresta e Mar	34
V-II) Com o povo da terra nas terras do parque	35
V-III) Elucidações conceituais	37
V-IV) Estrutura da dissertação	38
VI) Agradecimentos	40
 Narrativa Visual 1	 41
 Capítulo 1: A Invenção do PETAR	 57
Primeiro momento: o Estado descobre o Paraíso das Cavernas	58
Segundo Momento: o Parque Estadual Turístico de Papel	64
Terceiro Momento: democracia política, ditadura ambiental	68
 Narrativa visual 2.....	 85
 Capítulo 2: Bombas em Foco.....	 111
2.1) Viver em Bombas	114
2.2) Um lugar esvaziado de gente	121
Redes de Relações Sociais	131
2.3.1) Relações de trabalho	131
2.3.2) Relações de parentesco	132
2.3.3) Relações religiosas	133
2.4) Bombas e o <i>meio ambiente</i>	134
Caso 1	137
Caso 2	140
 Narrativa visual 3.....	 145
 Capítulo 3: Serra em Foco	 165

3.1) Na boca das cavernas.....	166
3.2) Redes de Relações Sociais	181
3.2.1) Relações de Parentesco	182
3.2.2) Relações de trabalho	183
3.2.3) Relações religiosas	187
3.2.4) Relações políticas	189
3.3) O Bairro da Serra e o <i>meio ambiente</i>	191
Caso 3	196
Caso 4	200
Capítulo 4: brincando no campo dos possíveis.....	207
4.1) A solução turismo.....	209
Caso 5	209
Caso 6	210
Caso 7	211
Caso 8	212
Caso 9	213
4.2) A solução quilombo	217
Caso 10	217
4.3) A solução agro-extrativismo sustentável	229
Caso 11	229
Caso 12	229
Caso 13	230
4.4) Três posições de resistência: o anti-ambientalismo, o subsídio e a não-solução ..	238
4.5) Subsistência, mercado e subsídio.....	241
Conclusões: construindo uma sustentabilidade dissonante.....	251
Figuras	261
Tabelas.....	271
Bibliografia.....	275
Anexos	242

Lista de Figuras e Tabelas

Figura 1: Evolução do estabelecimento de algumas categorias de unidades de conservação federais no Brasil.

Figura 2: Mapa da região do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR).

Figura 3: Unidades de conservação do Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP.

Figura 4: Mapa da região sul do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), sobre fotografia do satélite TM LANDSAT 5, de 1999 (composição de bandas 5,4,3).

Figura 5: Mapa da região de Bombas, mostrando a denominação das diversas localidades reconhecidas pelos moradores. Figura produzida sobre fotografia do satélite TM LANDSAT 5, de 1999 (composição de bandas 5,4,3).

Figura 6: Esquema do fluxo migratório em Bombas e no Bairro da Serra.

Figura 7: Conflitos de sobreposição de propriedade entre empresas e declarações de usucapião na região de Bombas, identificadas pela equipe do PETAR.

Figura 8: Esquema do calendário agrícola em Bombas, de acordo com informações dos moradores.

Figura 9: Mapa do Bairro da Serra mostrando as curvas de nível, a dispersão das casas em 1994 e a sobreposição entre parte do bairro e as divisas do PETAR.

Tabela 1: Número de casas do Bairro da Serra habitadas por moradores de famílias antigas (auto-denominados *tradicionais*) e e por moradores vindos *de fora*.

Tabela 2: Pontos comerciais do Bairro da Serra em junho de 2000.

Lista de siglas utilizadas

AMAIR – Associação dos monitores ambientais de Iporanga e Região

ASA – Associação Serrana Ambientalista

CMMAD – Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

CNPT – Centro Nacional de Populações Tradicionais

CONDEPHAAT – Conselho Nacional de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico e Turístico

CNRBMA – Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

DEPRN – Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais

GESCAMP – Grupo Espeleológico de Campinas

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

IF – Instituto Florestal

IGG – Instituto Geológico e Geográfico (atual IG)

IUCN – União Internacional para Conservação da Natureza

ONG – Organização não-governamental

SBE – Sociedade Brasileira de Espeleologia

SUDELPA – Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista

NEPAM – Núcleo de Estudos e Pesquisas ambientais da UNICAMP

NUPAUB -- Núcleo de Apoio a Pesquisas sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras da USP

PETAR – Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira

SABESP – Serviço de Abastecimento do Estado de São Paulo

SMA – Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

Introdução

Introdução

I) Viagem às cegas

Começo esta dissertação com uma antiga brincadeira infantil: peço ao leitor que se imagine com os olhos vendados e que gire até desorientar-se. Transporto-o agora a um ponto do país e retiro a venda de seus olhos. Com os olhos abertos e os demais sentidos atentos, o leitor percebe o local onde está agora. É uma cidade pequena, pobre e provavelmente sem a infra-estrutura básica ideal. Talvez tenha problemas com lixo e esgoto, sistema de saúde e desemprego. Os moradores, que em sua maioria aparentam origem rural, têm um modo de vida pacato. A cidade deve ter uma praça central, com uma igreja, onde pessoas idosas e mulheres com crianças tomam um banho de sol.

Conduzo o leitor a uma das estradas que deixam a cidade, não muito longe, pois o perímetro urbano é pequeno. As casas passam a ter um aspecto mais improvisado, tijolos e blocos de concreto à vista, ou são conjuntos habitacionais de *casas populares*, de aspecto recente. Nos quintais, galinhas ciscando, talvez um porco, bananeiras e diminutas plantações onde, olhando-se atentamente, pode-se discernir milho, mandioca ou cana de açúcar. A última faixa de casas certamente faz divisa com uma mata secundária. Do centro da cidade já se pode avistar (há morros por toda parte) uma extensa paisagem florestal. Um bando de tucanos, de periquitos, poderia passar voando. Um ruído metálico denunciaria a presença das arapongas.

Pode ser que comece a chover, como é comum na região. Seguindo por esta estrada, que leva a uma cidade próxima, bem parecida com a que o leitor deixou, pode-se ver estradas vicinais de terra e grupamentos de casas, de pau-a-pique, madeira ou, mais comumente, de alvenaria sem o acabamento. A floresta em alguns trechos é substituída por áreas de pastos e plantações de subsistência, ou grandes bananais. É possível que o leitor cruze na estrada com carros da Polícia Florestal ou ambulâncias levando pacientes ao hospital regional, em uma cidade próxima.

Se o leitor indaga-se onde está, poderia facilmente confundir-se. Pará? Mato Grosso? Tocantins? Se tiver experiência em fisionomias florestais, logo perceberá que a vegetação é de mata atlântica. Talvez a única solução seja perguntar a alguém. Com um ar de espanto, o morador indagado responde o nome da cidade, que, com pequenas diferenças na descrição, poderia ser Eldorado, Tapiraí, Iporanga, Barra do Turvo ou Apiaí, entre outras. A região é o Alto Vale do Ribeira, estado de São Paulo, bem próxima a duas das maiores metrópoles do país, São Paulo e Curitiba.

Pronto, o leitor começa a se inserir no universo do Vale, onde, vai perceber, a existência de grande parte do que sobrou da mata atlântica do estado provoca a emergência de conflitos, negociações e impasses. Onde a proteção da mata reveste-se de sentido negativo, ao contrário das idéias que talvez tenha o visitante desorientado, provavelmente proveniente de um centro urbano.

A partir de agora, situado geograficamente, convido este leitor a continuar a viagem por uma floresta de ações onde se encontram, nos diferentes estratos da vegetação, perspectivas conflitantes, as quais, em uma complexa dinâmica, estabelecem relações diversas. Tanto quanto um grande problema, esta "ecologia conflitiva" é uma grande questão antropológica.

II) A conservação e as populações humanas

Diferentes grupos humanos partilham de diferentes concepções sobre a natureza, que nem sempre a opõem nem ao mundo humanizado nem a um mundo sobrenatural. A idéia de que existe um mundo natural a ser protegido das ações humanas talvez seja uma decorrência da percepção contemporânea dos problemas causados por tais ações, sejam eles para a própria sociedade humana, sejam para outros seres vivos. Charbonneau (1990:17) diz que:

"o sentimento da natureza não é coisa de primitivo ou camponês, mas de gente urbana; ele acompanha a Revolução Industrial, alcançando progressivamente os países e classes que esta engloba".

É desnecessário comentar a magnitude do impacto que as sociedades industriais tiveram sobre os ecossistemas nos quais estão assentados e, com o processo de disseminação da industrialização no planeta, impactos também em nível global. Entretanto, as representações e práticas sobre quais os caminhos tomar para confrontar tais impactos, que nos tempos atuais tomam dimensão política sob a denominação geral de ambientalismo, são diversas ao longo da história das sociedades industriais.

No final do século XIX aparece, nos EUA, a figura dos parques nacionais. Este modelo de preservação, apesar de ser proposto por intelectuais contrários à destruição das paisagens naturais (Diegues, 1996), estava longe de constituir-se em uma proposta radical de transformação do processo de industrialização. A idéia era resguardar porções do território americano que contivessem florestas *intocadas*, onde os habitantes da cidade pudessem ter contato direto com as paisagens naturais (Diegues, 1996, Pretty e Pimbert, 1995). Na Europa, entretanto, havia outras regras sobre as florestas, geralmente associadas a seu uso direto (Thomas, 1998).

Segundo Brito (2000) e Diegues, (1996), o primeiro parque nacional americano foi o de Yellowstone, criado em 1872. No decorrer do século XX este modelo de conservação foi exportado para outros lugares do mundo, com impulso a partir da década de 1950 e com o apogeu nos anos de 1970 (Brito, 2000). Neste período aconteciam as primeiras reuniões internacionais que tratavam das questões ambientais globais, como a conferência de Estocolmo, em 1972, baseada na repercussão do relatório do grupo conhecido como *Clube de Roma*, que propunha limites ao crescimento econômico.

Tendo sido criados, em todo o mundo, parques nacionais e outras áreas protegidas com perspectiva semelhante, e estando tais áreas em diferentes estados de consolidação, uma nova questão passou a aparecer no panorama mundial da conservação, modificando as políticas ambientais a partir dos anos de 1980: o *desenvolvimento sustentável*

II-I) Sustentando um certo desenvolvimento

A partir da década de 1980, tornaram-se corriqueiros conceitos antes restritos aos cientistas especializados, como *biodiversidade*¹ e *ecossistema*, um reconhecimento político à complexidade e variabilidade intrínseca aos sistemas naturais. A popularização destes termos acompanhou uma nova fase das políticas ambientais no planeta. Ao lado da visão conservacionista de que o desenvolvimentismo predatório deve permitir concessões por meio da exclusão de certas áreas de interesse biológico e estético na forma de parques nacionais, aparece a idéia de que é possível reformar o modelo desenvolvimentista para que este se reconcilie com o mundo natural. Segundo Escobar (1996), ocorreu a transformação, no discurso do desenvolvimento global, da *natureza* (um agente não humano, entrave ao progresso) em *ambiente* (um objeto econômico, passível de uso via racionalidade). Este novo olhar econômico sobre a natureza, prevendo a perpetuação dos *recursos naturais* para as gerações futuras, apesar de seus germes já estarem presentes nos debates da Conferência de Estocolmo, tem como emblema o relatório "Nosso Futuro Comum", da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, documento de 1987, base da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, apelidada de *Rio 92*. O *Relatório Brundtland*, como ficou conhecido, baseia a necessidade de conservar o ambiente pelos *serviços ambientais* dos ecossistemas, pela importância econômica das espécies e, para além das espécies, da importância dos *recursos genéticos*.

"As espécies e seus elementos genéticos prometem desempenhar um papel cada vez mais importante no desenvolvimento, e já se faz presente uma vigorosa argumentação econômica em defesa dos motivos éticos, estéticos e científicos para preservá-los. As contribuições da variabilidade genética e do elemento plasma germinativo das espécies à agricultura, à medicina e à indústria já montam a muitos bilhões de dólares anuais.

No entanto os cientistas só pesquisaram exaustivamente uma em cada 100 espécies vegetais na Terra, e uma proporção muito menor de espécies animais. Se as nações assegurarem a sobrevivência das espécies, o mundo poderá contar com alimentos novos, e melhores, novas drogas e medicamentos, e novas matérias-primas para as indústrias. Esta -- a possibilidade de as espécies contribuírem sempre mais e de uma infinidade de formas para o bem-estar da humanidade -- é a principal justificativa para os esforços cada vez maiores no sentido de salvar as milhões de espécies da Terra."

Igualmente importantes são os processos vitais efetuados pela natureza, entre eles a estabilização do clima, a proteção das bacias fluviais e do solo, a preservação de viveiros e áreas de reprodução etc. A conservação destes processos não pode se desvincular da conservação de cada espécie dentro dos ecossistemas naturais. Administrar espécies e

¹ Biodiversidade foi uma espécie de nome fantasia, popularizado com a ajuda do ecólogo americano Edward O. Wilson [1997], para o conceito de *diversidade* usado em ecologia, que engloba a diversidade em todos os níveis de vida: ecossistemas, comunidades, espécies, populações, indivíduos e genes (Lewinsohn, 2001); hoje encontra-se relativamente descolado desta perspectiva, consistindo em um conceito político geralmente mais associado, pragmaticamente, a espécies e ecossistemas.

ecossistemas é evidentemente o modo mais racional de lidar com o problema.” (CMMAD, 1991, grifos meus)

Inaugura-se o tempo do discurso do *desenvolvimento sustentável*. Os olhares de cientistas, governantes e empresários voltaram-se então para as florestas tropicais, ricas neste novo tesouro, o *patrimônio genético*, e geralmente localizadas em países pobres. Além disso, a *Rio 92* deixou clara a responsabilidade nacional e mundial sobre certas questões, inclusive a manutenção das florestas. Resultou daí uma série de empréstimos e financiamentos para programas ambientais, que promoveram uma certa oficialização do movimento ambientalista, um crescimento na ação das organizações não-governamentais (ONGs) e o surgimento de selos de qualidade e certificação de produtos ambientalmente corretos.

O uso da terminologia da *sustentabilidade* passou a permear os discursos de todas as tendências políticas e grupos sociais, de empresários, líderes comunitários, cada qual, obviamente, empregando-a de acordo com sua interpretação e interesses. Os ambientalistas², de forma geral, adotaram o discurso do desenvolvimento sustentável e procuraram adequar-se às normas dos financiadores, sejam eles entidades privadas, governos ou grandes ONGs. Isso não quer dizer que não haja críticas, entre grupos ambientalistas, quanto a estes modelos, e espaço intersticial para a realização de projetos discordantes.

II-II) As unidades de conservação e o desenvolvimento sustentável

O conservacionismo sem dúvida contribuiu para a defesa das grandes florestas tropicais e outros biomas no planeta. A argumentação dos conservacionistas alterou-se, entretanto, no decorrer dos tempos. Os motivos proclamados para se conservar florestas a partir dos anos de 1970 não eram mais paisagísticos. Eram agora relacionados à conservação da biodiversidade, embasados nas teorias de ecologia de populações e de comunidades, incluindo nos objetivos espécies e patrimônio genético *in situ*. Este tipo de formulação foi apropriado no debate global sobre questões ambientais, fazendo parte do conceito de desenvolvimento sustentável, em uma matriz utilitarista, matriz esta que também começou a ser incorporada na busca de legitimidade e recursos por conservacionistas.

A busca deste novo modelo de desenvolvimento presumia ainda formas de integração e de controle mundial da conservação. Definiu-se portanto a necessidade de uma rede mundial de *unidades de conservação*, novo termo para indicar as diversas categorias de áreas protegidas existentes no planeta. Reforçou-se a mudança de parâmetros da criação e a unificação dos modelos de unidades de conservação, em direção a um sistema que abrangesse áreas núcleo, intocáveis, áreas-tampão, destinadas a atividades não-extrativas, e zonas de transição, destinadas ao *desenvolvimento sustentável* (IUCN, 1993). Uniam-se nesta proposta, portanto, unidades de conservação ditas de *uso indireto*, como os parques nacionais, e outras de *uso direto*. Entre outras iniciativas, destaca-se a criação da Reserva da Biosfera, um conjunto mundial de áreas protegidas que respeita a proteção nacional já existente, uma iniciativa do programa Man and Biosphere (MaB) da UNESCO, existente desde 1976 (Costa, 1997; Brito, 2000). Estas diretrizes oficiais de conservação de ecossistemas têm tido problemas em serem implantadas na prática, pois os parques e outras áreas protegidas que foram criadas em grande quantidade nas décadas anteriores baseavam-se, em geral, em modelos de proteção que excluía a presença humana.

II-III) Povos indígenas e populações tradicionais

Nos EUA, onde surgiu o modelo dos parques nacionais, as populações indígenas que não foram dizimadas estão restritas a reservas; por outro lado, a população rural não-indígena está em geral inserida em um modelo de agricultura de alta tecnologia. Diegues (1996), citando Kemf (1993), diz que a região onde foi criado o Parque Nacional de Yellowstone era historicamente ocupada por populações indígenas que foram expropriadas. Os países europeus, por outro lado, são ainda mais urbanizados e praticamente não possuem florestas extensas. A importação do modelo de parques nacionais para países tropicais pobres, entretanto, trouxe uma série de conflitos inesperados. Muitas das florestas consideradas virgens a olhares externos eram ocupadas, há mais ou menos tempo, por grupos humanos variados que tinham em comum a característica de utilizarem técnicas simples, na maioria das vezes estando pouco inseridos na economia de mercado.

² Chamo nesta dissertação de *ambientalistas* indivíduos ou grupos sociais que reconhecem seu envolvimento com lutas relativas a questões de ordem ambiental.

A criação de áreas protegidas que impedem a presença humana gerou em todo o dito *Terceiro Mundo* inúmeros conflitos entre os Estados e estas populações. Maria Cecília Brito (2000: 22) cita situações no Quênia e na Uganda, onde grupos étnicos locais (os Maasai e os Ik, respectivamente) tiveram de abandonar as áreas que originalmente ocupavam por conta da criação de parques. A autora cita ainda o caso de pescadores artesanais do Canadá, um exemplo de conflitos desta natureza em países ricos de clima temperado.

Diversas populações indígenas têm antigas lutas por terras nos países pobres. Afirmando sua identidade étnica e considerando-se prejudicados pela colonização, os povos indígenas buscaram no direito histórico sua fonte de reivindicação da permanência em áreas florestais e outros ecossistemas nativos (Cunha e Almeida, 2000). Tendo respaldo internacional e um processo de organização política anterior às questões ambientais, diversos povos indígenas conseguiram lutar pelos seus direitos, o que no Brasil resultou na demarcação de diversos territórios indígenas e, em casos conflituosos, levou à sobreposição entre terras indígenas e unidades de conservação. Muitas das lideranças indígenas brasileiras, contudo, têm inserido questões ambientais em seu discurso (Almeida e Cunha, 2001).

Muitos dos moradores de áreas protegidas não tinham uma luta política consistente antes das restrições ambientais emergirem. Esses moradores, por sua condição de marginalidade ao mercado, em geral possuíam pouca visibilidade política em seus países. A partir da emergência dos conflitos, tais populações ganharam visibilidade no cenário da conservação. Nos discursos oficiais, dois diferentes grupos humanos passaram a figurar então como merecedores do título de povos ecologicamente corretos: as já velhas conhecidas populações indígenas, que passaram a ter um *status* de conservacionistas natos, e os grupos humanos que não poderiam ser caracterizados como povos indígenas (pescadores, ribeirinhos, seringueiros, camponeses), em geral populações remanescentes de grandes ciclos econômicos regionais, empobrecidos nos parâmetros capitalistas, que tiveram seu modo de vida transformado para uma ênfase na subsistência³.

³ Celso Furtado (1962) descreve ciclos de atividade econômica no Brasil que incluindo sua decadência e marginalização. Para isso, utiliza os conceitos de produção de subsistência/ produção para o mercado. Entretanto, o autor não atribui nenhum papel positivo aos grupos humanos resultantes dessa decadência, nem os caracteriza culturalmente.

A idéia de um esforço global para o desenvolvimento sustentável trouxe ao campo da conservação da natureza um outro discurso oficial, o discurso da participação. As experiências em áreas protegidas mostravam que era muito difícil administrá-las quando havia conflito com os moradores locais. A participação passou a ser, então, parte do vocabulário para programas na área ambiental (Mc Neely, 1995). Nas regiões de interesse ecológico dos trópicos, as "populações locais" (*local people*) eram na maioria dos casos os "povos indígenas" (*indigenous people*) e as "populações tradicionais" (*traditional people*). Entretanto, como mostra Zhou (2000), dependendo do perfil do intermediário da entidade internacional de cooperação na área ambiental, o termo *local people*, ou seja, as pessoas com quem tais atores estabelecem cooperação, pode ter múltiplos significados, de moradores a movimentos sociais a grandes ONGs nacionais.

Escobar (1996) coloca o discurso de participação em *projetos de desenvolvimento* nas áreas camponesa (anos de 1960), feminista (anos de 1970) e ambientalista (anos de 1980), apoiados pelos grandes organismos financeiros internacionais, como uma forma de cooptação de atores anteriormente discordantes, com o objetivo de manter o processo de desenvolvimento global. Como exemplo cita a recorrente contratação de lideranças destas áreas para os quadros do Banco Mundial. Os mecanismos de participação proclamados em políticas internacionais implicam geralmente um jogo de cartas marcadas, as decisões a serem tomadas participativamente restritas a um pequeno leque de possibilidades, em geral relacionadas à inclusão dos moradores na economia de mercado de modo sustentável, sob a égide da *geração de renda*. A visibilidade alcançada pelas populações locais é útil para endossar a legitimidade dos projetos. Segundo Escobar (1996), há uma diferença entre ter visibilidade e ser ouvido:

"Mas quem é este 'nós', que sabe o que é melhor para o mundo como um todo? Mais uma vez encontramos a figura do cientista ocidental transformado em gestor. Uma fotografia de página inteira de uma jovem nepalesa 'plantando uma árvore como parte de um projeto de reflorestamento' é um exemplar da idéia de quem é 'nós'. Não é uma mulher do movimento Chipko na Índia, por exemplo, quem é mostrada -- com sua militância, suas formas radicalmente diferentes de conhecimento e prática florestal, defendendo suas árvores politicamente, e não por meio de projetos de 'reflorestamento' cuidadosamente administrados -- mas uma jovem e a-histórica mulher morena, cujo controle pelas ciências colonialistas e masculinistas, como Vandana Shiva (1989) mostrou, é assegurado no ato de representação" (Escobar, 1996: 193, minha tradução).

O discurso da participação, de fato, apresenta diversas armadilhas. Não apenas na área ambiental, são recorrentes as metodologias participativas que são utilizadas chamando-se os atores envolvidos a participar, mas ignorando-se as relações de poder existentes entre eles (Nelson e Wright, 1995), inclusive entre grupos camponeses, de baixa escolaridade, portadores de uma auto-imagem pejorativa, e seus interlocutores, cientistas, vistos como detentores de conhecimento, ou empresários, com poderio econômico e alto *status* social.

Se a conservação da natureza partiu de uma perspectiva autoritária, estatizante e não integrada, por meio de parques e outras unidades de conservação restritivas, e se passamos nos anos de 1980 e 1990 por um discurso hegemônico que proclamava a inclusão das *local people* no desenvolvimento, ao final dos anos de 1990 temos a emergência de um novo discurso preservacionista autoritário, que busca argumentos na falha dos sistemas liberais baseados no *uso sustentável*. Proclamar o *uso sustentável* dos recursos de uma unidade de conservação seria abrir as portas ao seu fim. Esses neo-preservacionistas partem de alguns princípios básicos, presentes na publicação *Parks in Peril*⁴ (Brandon, Redford e Sanderson, 1998):

- a) é impossível conciliar desenvolvimento e conservação;
- b) as áreas de protegidas não devem ter outras responsabilidades que não a proteção integral dos ecossistemas;
- c) decisões quanto à conservação devem ser tomadas com estrita base científica biológica e ecológica. Sendo assim, os responsáveis pela conservação da natureza são a *comunidade conservacionista*, que inclui cientistas e cientistas transformados em gestores;
- d) o *uso sustentável* é uma farsa, pois não é cientificamente embasado e é proclamado por meio de *slogans* e expressões de efeito como "*grassroots community-based conservation*", "*parks for people*", "*sustainable use and development*", "*conservation for development*";
- e) populações indígenas e tradicionais, mesmo quando usam recursos com baixo impacto, logo alteram seus costumes para práticas de mais alto impacto;
- f) manter grandes áreas protegidas com o menor número possível de pessoas é a melhor forma de assegurar a conservação efetiva da biodiversidade, a longo prazo.

⁴ *Parks in Peril* (Parques em Perigo) é um projeto de fortalecimento dos parques nos neotrópicos levado a termo pela ONG norte-americana *The Nature Conservancy*.

- g) no entorno das áreas protegidas, devem ser realizadas quando possível atividades de cooptação da comunidade para a conservação, tais como: melhorar a administração, uso, produção e marketing dos recursos naturais; estimular o ecoturismo; educação “para a conservação”; fornecimento de serviços sociais, como escolas e postos de saúde; projetos de geração de renda.

O que este novo-velho projeto propõe, de fato, é que os agentes do grande capital abandonem o populismo manifestado no discurso da participação e assumam que a forma mais eficiente de preservar é fechar a área e deixá-la sob os cuidados dos cientistas especializados e sob o poder do Estado. Estes atores mesclam a concepção de uso da força para manter as áreas protegidas, presente nas representações dos que criaram os parques nacionais, com uma atitude neoliberal que não tem pudores de propor a compra de grandes extensões de áreas florestais no entorno de unidades de conservação, como tem sido feito, por exemplo no município de Guaraqueçaba, na porção paranaense do Vale do Ribeira. Despindo-se do discurso do desenvolvimento sustentável, esta corrente tampouco tem pudores de trocar de vez o discurso da participação pela terminologia da cooptação, transformando o *planejamento participativo* na *educação para a conservação*, trocando os *projetos demonstrativos* pelo *fornecimento de serviços sociais*. A realização de projetos sociais no entorno das unidades parece ser uma concessão dos autores ao fato de que é impossível lidar em situações em que há população no entorno dos parques apenas de modo policial. Ter práticas de *uso sustentável*, para estes autores, entretanto, é menos desejável do que existirem fronteiras demarcadas entre o uso e o não-uso da floresta. Katrina Brandon (2000: 436) cita “campos de golf” e “agricultura intensiva desde que o uso de agrotóxicos seja controlado para reduzir as ameaças aos parques.

Na essência, as duas principais concepções que hoje se enfrentam no panorama das unidades de conservação, uma que pretende incluir na noção de conservação o uso da natureza e outra que pretende separar estritamente conservação e uso, partilham de duas concepções em comum: a ênfase no planejamento estratégico e a visão dos moradores como problema (as soluções é que variam). Assim, numa visão é necessário incluir os moradores das regiões de unidades de conservação numa economia de mercado *verde*; na outra visão, é necessário excluí-los do território a se conservar. As duas apresentam-se como perspectivas que poderiam ser classificadas como liberais. A diferença reside no fato

de que uns afirmam que o desenvolvimento, se sustentável, pode realizar-se dentro das unidades de conservação, e os outros pensam ser necessário separar áreas para *desenvolvimento* e áreas para *conservação*.

Há críticas básicas e óbvias. Em primeiro lugar, ambas as visões pressupõem o uso de recursos florestais numa perspectiva capitalista. Esta forma de uso geralmente destrói as instituições costumeiras locais, tornando os moradores, antes relativamente autônomos, dependentes de sistemas de mercado centralizados e de capitais externos. Além disso, as demandas de mercado são geralmente de um só produto. Tais mudanças podem levar, sim, a fenômenos como a *tragédia dos comuns* (Hardin, 1989). A inclusão do termo *sustentável*, neste caso, significará que, se houver diferença entre a *sustentabilidade econômica* do produtor e a *sustentabilidade ambiental* do produto, um dos dois arcará com as conseqüências. Além disso, em um modelo capitalista ortodoxo, grandes investidores são dotados de uma lógica de mercado mais consistente e de capital para investimentos do que as ditas populações tradicionais. Expõem-se aí contradições inerentes ao termo desenvolvimento (capitalista) sustentável. Entretanto, o que os *liberais conservacionistas* fazem é exportar tais contradições para fora dos limites da unidade de conservação, reivindicando atitudes policiais dentro delas.

A segunda crítica é que ambas as posições pressupõem que o direito primordial sobre a área é o da existência da unidade de conservação, ou seja, *os direitos da floresta* que supostamente defendem os conservacionistas representados no interior do Estado. Dessa forma ignora-se o histórico dos conflitos de interesse sobre o território em questão, e a fonte de legitimidade dos pretendentes a esses direitos, incluindo aqui os moradores. Uma estratégia discursiva corrente entre os *liberais conservacionistas* é tratar as unidades de conservação como se não fizessem parte de um contexto social maior, ou melhor, colocando-as como vítimas de pressões sociais, mas recusando-se a ver as estratégias de conservação também como parte do jogo de pressões sociais. O discurso correspondente aos *liberais participacionistas* implica a cooptação dos moradores para que participem de um processo local de ajuste ambiental do discurso do desenvolvimento global, por estes estarem em uma área que foi definida como de interesse ambiental. O *mercado verde* seria o remédio para a pobreza. Estes ajustes, entretanto, não são reproduzidos com a mesma intensidade em locais mais degradados.

Coloco aqui estas duas tendências enquanto variantes de um discurso hegemônico liberal e global corrente entre instituições multilaterais e organizações não-governamentais internacionais, que chegam ao Brasil e são lidas e reinterpretadas pelos atores nacionais. No plano da ação, estes discursos não correspondem a condutas únicas, e sim a uma variedade de ações que dependerão da leitura local que será aplicada às ações dos organismos internacionais de desenvolvimento. Se o discurso liberal preservacionista provoca reações anti-ambientalistas, o discurso do desenvolvimento sustentável *participativo*, apesar de seu maior potencial cooptativo, permite a atores sociais que se aproveitem dele e reivindiquem a ampliação do universo da cidadania (Ferreira, 1996a).

Nas movimentações dos atores no chamado interstício social (Nadel, 1957), aparecem espaços de conflitos onde se manifestam ações discordantes. Organizações locais legítimas, movimentos populares e pesquisadores comprometidos com seus sujeitos de pesquisa, em contextos com histórico de participação popular, têm se apropriado do discurso do desenvolvimento sustentável para unir preocupações ambientalistas a ação popular de maneiras diversas (Cunha e Almeida, 2000). Eduardo Viveiros de Castro (1992: 16) diz que:

"O fato de o mercado ter-se apropriado de uma quantidade de chavões e palavras de ordem 'ecológicas', vendendo a natureza como sempre vendeu a cultura, não deve assustar ninguém. É da natureza do capitalismo transformar seus limites em combustível (o que não quer dizer que possa rodar para sempre)."

Arturo Escobar, influenciado por Deleuze, completa a linha de pensamento, afirmando que:

"No *layout* rizômico que resulta da micropolítica do campo social, deve emergir (na verdade estão sempre emergindo) múltiplas afirmações e visibilidades que diferem daquelas sonhadas por burocratas do Banco Mundial e escritórios de planejamento por todo o mundo." (Escobar, 1996: 192, minha tradução)

Este é um dos motivos pelos quais esta pesquisa desenvolve-se no plano da ação, expondo conflitos e negociações, como veremos posteriormente. Examinemos agora algumas questões relativas à conservação da natureza no Brasil.

II.IV) Conservação no Brasil: o progresso, a floresta e os invisíveis

No Brasil, as áreas não ocupadas por atividades agrícolas comerciais e exportadoras, ou por centros urbanos e industriais, são vistas como essencialmente improdutivas. A floresta sempre foi considerada pelas elites gestoras do Brasil como a antítese do desenvolvimento, como analisa Warren Dean (1997), quando descreve ocupação européia no Brasil e a destruição da mata atlântica. Ricardo Arnt (1994) chega a afirmar que

"Ao contrário do que cantam em prosa e verso, os brasileiros e, em particular a elite (...) detestam a floresta por tudo o que representa de atraso, de exotismo primitivo e de inutilidade para o triunfo da moderna lógica das mercadorias. Essa vastidão intransitiva, que escancara o que gostaríamos de não ser, nos perturba e envergonha. Para muitos, seria mais prático ladrilhar."

Nos tempos de governo militar, a fronteira de *desenvolvimento* expandiu-se também para a região amazônica (Schmink e Woods, 1992). Outros biomas brasileiros, como o cerrado e a caatinga, hoje encontram-se seriamente comprometidos. Warren Dean (1997) cita diversas tentativas de controle do uso dos *recursos naturais* no país, desde o período do Brasil-Colônia. Estas iniciativas, até os anos de 1930, tinham como característica a obtenção de monopólio governamental para exploração da floresta, e em geral foram mal-sucedidas. A primeira iniciativa significativa para conservação de florestas no país, apesar de sistematicamente desrespeitada, foi o Código Florestal, de 1934, reformulado em 1965. O Código prevê, entre outras coisas, a preservação permanente de matas ciliares, florestas de encostas e topos de morros.

As carências relativas à problemática ambiental começam a aparecer como reivindicação legítima na sociedade brasileira a partir dos anos de 1980, com a ocorrência de grandes desastres ambientais como o do pólo industrial de Cubatão (Ferreira, 1993). Antes disso, a noção de proteção de florestas era mais associada, no âmbito das políticas públicas, a uma idéia de patriotismo e segurança nacional, e fruto da luta de conservacionistas ligados à estrutura estatal. A ação de ambientalistas na Assembléia Constituinte e a valorização política e econômica da *biodiversidade* dos trópicos, na Conferência Rio-92, acabaram por consolidar o reconhecimento das questões ambientais. Atualmente, mesmo com o vocabulário da sustentabilidade na ponta da língua de diversos atores sociais, projetos de desenvolvimento altamente impactantes têm sido regra no país. A situação privilegiada do Brasil enquanto possuidor da até então desprezada diversidade biológica,

quando o mundo passa a valorizá-la, é definida assim por Eduardo Viveiros de Castro (1992: 13):

“Devastamos mais da metade de nosso país pensando que era preciso deixar a natureza para entrar na história; mas eis que esta última, com sua costumeira predileção pela ironia, exige-nos agora como passaporte justamente a natureza. Para o melhor ou o pior, nossa entrada de acesso ao universal continua a passar pela mata.”

Uma das medidas de caráter ambiental que surgiu nos gabinetes governamentais do país no século XX foram as áreas naturais protegidas. Já eram propostas desde 1876, pelo engenheiro André Rebouças, claramente baseadas no modelo de Yellowstone (Urban, 1998; Dean, 1997). Rebouças propunha a criação dos Parques Nacionais da Ilha do Bananal, no centro-oeste, e do Parque Nacional de Guaíra, no sul, na região onde hoje se localiza o Parque Nacional do Iguaçu. Entretanto, o primeiro parque criado no Brasil foi o de Itatiaia, em 1937, acompanhando o início da industrialização, no governo de Getúlio Vargas. Neste período surgiu também a primeira floresta nacional, que funcionava como uma espécie de estoque de recursos madeireiros.

A gestão de Jânio Quadros na Presidência da República representou um sensível aumento no número de Parques Nacionais, influenciado por conservacionistas com o perfil de pessoas próximas à estrutura estatal. Estes conservacionistas, e outros que seguiram-se a eles, nomes como Wanderbilt Duarte, Osny Duarte Pereira, Ibsen Gusmão, Paulo Nogueira-Neto, Ademar Coimbra Filho, Alceo Magnanini e Maria Teresa de Jorge Pádua, presentes em organismos públicos como as Forças Armadas, o Instituto Brasileiro de Defesa Florestal (IBDF) ou a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), e alguns em entidades não governamentais como a Associação de Defesa do Meio Ambiente de São Paulo (ADEMASP) e a Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN), foram os grandes responsáveis pela criação de áreas protegidas federais no Brasil (Urban, 1998). Segundo Maria Cecília Brito (2000: 58):

“até meados da década de setenta, o Brasil não possuía uma estratégia nacional global para selecionar e planejar as unidades de conservação, fosse por meio de legislação básica ou por declaração política.”

As Florestas Nacionais foram o modelo de áreas protegidas que mais foi criado durante a ditadura militar, por seu apelo enquanto forma de monopólio estatal sobre recursos florestais. Em 1981, Paulo Nogueira-Neto, na SEMA, criada a partir da efervescência do

movimento conservacionista mundial após a Conferência de Estocolmo, em 1972, cria as Estações Ecológicas, destinadas apenas à pesquisa científica, e as Áreas de Proteção Ambiental (APAs), baseado em modelos de conservação de florestas da Europa (Urban, 1998). As APAs permitem atividades humanas controladas em certas zonas. As reservas biológicas, de características bem semelhantes às Estações Ecológicas, já existiam desde o Código Florestal de 1965, e a maioria foi criada entre o final da ditadura militar e o período da chamada *Nova República*, ao final dos anos de 1980. A promulgação da Constituição Federal de 1988, de fato, significou um grande salto na criação de áreas protegidas. A Figura 1 mostra a evolução da criação de algumas categorias de áreas protegidas no Brasil.

Em 1990, criam-se, no Acre, as primeiras reservas extrativistas, não como reivindicação de ambientalistas tradicionais, mas do Conselho Nacional dos Seringueiros, tendo como figura expoente Chico Mendes (Almeida e Cunha, 2000). O processo de criação das reservas extrativistas é, portanto, *sui generis* em comparação com o das demais unidades de conservação do Brasil, pois surgiu fora dos gabinetes estatais. Ou seja, não foi fruto de *lobbies* de representantes conservacionistas das elites em oposição a representantes desenvolvimentistas desta mesma elite, mas de reivindicação popular na Amazônia.

O que se encontra hoje é um complexo de dezenas de diferentes categorias de unidades de conservação, algumas que se sobrepõem às outras, criadas isoladamente em períodos diferentes por *lobbies* de diferentes grupos ambientalistas. Há também unidades federais, estaduais e municipais. A divisão que se faz genericamente é de unidades de *uso direto* e unidades de *uso indireto*. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) é um diploma legal inédito, aprovado em julho de 2000 (Lei 9985) que tenta assegurar a integração das diversas áreas protegidas. Está para ser regulamentado enquanto esta dissertação está sendo redigida.

Muitas das áreas protegidas brasileiras, apesar de legalmente criadas, permaneceram como uma ficção jurídica. A partir do final dos anos de 1980, com a legitimidade das questões ambientais na sociedade, muitas destas áreas protegidas foram de fato implantadas. A implantação concomitante de diversas unidades de conservação de uso indireto, como parques, estações ecológicas e reservas biológicas, trouxe à tona a questão

dos moradores destas áreas, que, ou haviam sido desconsiderados durante o período de criação, ou haviam migrado para a área que a unidade abrangia entre o período de criação e implantação. A emergência de conflitos nestas áreas trouxe ao país a discussão internacional que se travava sobre a inclusão das *populações indígenas e tradicionais* no *desenvolvimento sustentável* por meio de pactos que assegurassem sua presença nas unidades de conservação.

Ao mesmo tempo em que se procurava consolidar os esforços para conservação produzidos nos gabinetes, frutos dos *lobbies* conservacionistas, os embates presentes nos conflitos em unidades de conservação já criadas questionavam a legitimidade de tais esforços, que não consideravam que havia diferenças viscerais de causas e efeitos da degradação ambiental entre grandes empreendimentos e populações residentes, que tinham um histórico baixo impacto sobre as florestas.

A Amazônia, com vastas áreas de remanescentes florestais, e ocupada por diversos grupos humanos dependentes da floresta, é um local onde diversas experiências de união entre conservação e desenvolvimento sustentável têm se dado. Essas experiências são legitimadas pela visível repetição, que vem ocorrendo na região, do processo de degradação já ocorrido no sul do país, incluindo grandes desmatamentos para *projetos de desenvolvimento*. Lá, nos anos de 1980, os auto-denominados *povos da floresta* (índios, seringueiros, ribeirinhos, castanheiros), organizados, aliaram-se em certos momentos aos ambientalistas contra tais projetos, trazendo uma imagem de que seriam populações que teriam uma relação harmônica com o ambiente. Estas mobilizações somaram-se aos conflitos que ocorriam entre atores ligados à estrutura estatal com os moradores das unidades de conservação de uso indireto já implantadas. Foi sendo formulada politicamente no Brasil, desta maneira, a argumentação sobre as possibilidades de convivência equilibrada entre *índios e populações tradicionais* com a floresta.

A partir daí houve a criação das reservas extrativistas como uma forma de unir reforma agrária e conservação ambiental (Cunha e Almeida, 2000). De responsabilidade do IBAMA, as reservas extrativistas necessitam de um plano de uso produzido pelos moradores, geralmente em associação com pesquisadores ou ONGs. Foi criada no IBAMA, inclusive,

um Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT), legitimando na esfera do Estado esta categoria.

Além das reservas extrativistas enquanto novas áreas protegidas criadas, houve abertura para que organizações não-governamentais (ONGs) procedessem inovações em gestão de unidades de conservação problemáticas. A gestão da Reserva Biológica Mamirauá foi passada a uma ONG e esta transformou-se em Reserva de Desenvolvimento Sustentável, mais uma categoria de unidade de conservação. O Parque Nacional do Jaú, o maior do país, passou a ter um plano de manejo que inclui a participação dos moradores, levado a cabo por outra ONG (Fundação Vitória Amazônica, 1998). São experiências novas que necessitam de estudos aprofundados para compreensão das formas de articulação dos moradores, da legitimidade da participação e do caráter de proteção dos recursos.

Uma diferença básica entre as primeiras reservas extrativistas e estes projetos de gestão participativa em áreas que anteriormente excluía moradores é que as primeiras tiveram caráter *de baixo para cima* em sua criação, enquanto as últimas, por serem implantadas onde já havia um conflito existente, continuaram tendo caráter *de cima para baixo*. Apesar disso, a implantação *de cima para baixo* destas parecem ser motivadas, entre outros motivos, por atitudes de resistência dos moradores a soluções anteriores também vindas *de cima*, mas que vinham contra seus interesses. Destacam-se em todas estas situações a atuação de grupos de cientistas e pesquisadores de ciências humanas e biológicas. Parece também haver um processo de aceitação seletiva, filtragem e adaptação das soluções preconizadas pelos técnicos e cientistas, como mostram Almeida e Franco (2000).

Mudemos agora o foco geográfico e vamos a outro bioma brasileiro, o que concerne a esta pesquisa. Presente na região mais populosa do Brasil, a mata atlântica encontra-se moribunda. Cálculos da porcentagem de sua cobertura atual em relação à original variam entre 5% e 8%. Warren Dean (1997: 31) chega a duvidar "se é correto referir-se à mata atlântica no tempo presente". Grande parte dos *remanescentes de mata atlântica* (esta é a expressão corriqueiramente usada para qualificar este bioma) encontra-se em situação secundária com extinção local, muitas vezes indetectável pelos cientistas, de diversas espécies. A história da mata atlântica confunde-se com a história dos grandes ciclos econômicos brasileiros: a cana, o café, o cacau, a industrialização, a urbanização

acelerada, enfim, o povoamento e o *desenvolvimento* brasileiro avançaram inescrupulosamente sobre a mata atlântica.

As porções da floresta que sobreviveram a este massacre raramente estavam despovoadas. Viviam e vivem nela, em geral, populações que, se seus antepassados um dia participaram de algum dos grandes ciclos econômicos, hoje encontram-se, da mesma forma que as populações *indígenas e tradicionais* da Amazônia, dependentes dos recursos florestais, sejam mais ou menos integradas ao mercado. Caipiras, caboclos e caiçaras são nomes dados a estes variados modos de vida, colocados muitas vezes nas representações da população urbana como personagens atrasados e indolentes, estes habitantes das florestas remanescentes, marginais aos escombros do caos urbano e do campo esvaziado do sudeste, sul e nordeste.

Além deles, reivindicam a floresta continuamente grandes empreendimentos imobiliários, principalmente na região litorânea, usinas hidrelétricas, grandes empresas. Os reflexos da miséria urbana também chegam à floresta, seja pela chegada de pessoas pobres fugindo de grandes centros, seja pela expansão das periferias destes centros sobre os remanescentes florestais.

Na mata atlântica, muitas das florestas que restaram estão localizadas dentro das unidades de conservação criadas ao longo do tempo, nos gabinetes, sob pressão de grupos ambientalistas, a maioria em estado precário de implantação. Os conflitos em unidades de conservação se evidenciaram a partir do momento em que estas começaram a ser implantadas, a partir dos anos de 1980. O Estado começou a aparecer como um agente ilegítimo em sua ação, enquanto os moradores de algumas áreas passaram a se organizar politicamente, reivindicando seu direito de permanência. Muitos destes moradores encontravam-se em um processo de expropriação de suas terras por grandes empreendimentos, de agenciamento para o corte comercial de palmito e de transformação em assalariados em fazendas (Queiroz, 1983).

Sob um olhar econômico, diríamos que uma grande diferença entre os conflitos na mata atlântica e na floresta amazônica está no fato de que a primeira constitui-se em uma *fonte de recursos* mais limitados do que a última. Isso significa que a disputa pela floresta é

mais aguda. Significa também que os que defendem a proteção integral de todas as áreas em questão fazem menos concessões a experiências de *uso sustentável*. Por outro lado, os moradores das florestas do Sudeste encontram menos legitimidade tanto no plano nacional quanto internacional para afirmarem seus direitos, pois apresentam-se de carne e osso aos atores dos centros de decisão do país, menos sujeitos a idealizações, sendo vistos por alguns como ameaças potenciais a um bioma já ameaçado. A desconstrução da idéia de que as *populações tradicionais* são grupos de pessoas puras, integradas à floresta, que negam ativamente a economia de mercado e, enfim, defendem a floresta, é a base da argumentação para desqualificar os moradores das áreas protegidas como parceiros em potencial para a conservação.

Entretanto, o discurso da inclusão das *populações tradicionais* também tem sido utilizado na mata atlântica para legitimar a permanência de moradores nas unidades de conservação. Na prática, porém, as ações que se referem aos moradores tornam-se um tanto esquizofrênicas quando se diz ser necessário envolver os moradores nas unidades de conservação, e ao mesmo tempo se procura manter essas unidades na categoria que não permite uso humano – sob a justificativa de evitar um processo de modificação generalizada nas unidades de conservação. A solução encontrada, em geral, tem sido a incorporação das *populações tradicionais* em projetos de integração a uma economia de mercado *verde*, voltada à produção de bens e prestação de serviços, geralmente a elites urbanas, com um suposto baixo impacto,. O ecoturismo tem sido o carro-chefe destas políticas.

A experiência da criação de reservas extrativistas teve reflexos fora da região amazônica. Estão sendo declaradas em região de mata atlântica, algumas reservas extrativistas marinhas, voltadas à coleta de moluscos e crustáceos e à pesca, tais como a de Pirajubaé (SC), Baía de Iguape (BA) e Ponta do Corumbau (BA). Estas reservas prestam-se principalmente a proteger pescadores artesanais e ecossistemas marinhos da ação de pescadores industriais, mas parecem desviar-se da questão do uso da floresta. A única reserva extrativista do Sudeste que parece entrar no mérito do uso da floresta é a Reserva Extrativista Mandira, criada em uma localidade do município de Cananéia que foi identificada e declarada *remanescente de quilombos*. No caso desta reserva, a proposta partiu de pesquisadores do Núcleo de Apoio a Pesquisas sobre Populações Humanas e

Áreas Úmidas Brasileiras da Universidade de São Paulo, o NUPAUB/ USP (Moreira, 2000). É mais uma experiência a ser estudada a fundo.

Organizações locais de moradores, que adotaram politicamente a identidade de *populações tradicionais*, também têm utilizado os exemplos amazônicos, ou suas representações sobre eles, como parâmetros. Allan Monteiro, colega de pesquisa, informa que os relatos sobre a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá têm inspirado lideranças dos moradores da região da Estação Ecológica Juréia-Itatins, no litoral sul de São Paulo, a proporem para a região um modelo semelhante.

Com a política atual de conservação baseada no incentivo a reservas particulares (RPPNs) e na terceirização de serviços (exploração de pontos comerciais, gestão de unidades, etc.), a reivindicação de participação passa a se confundir amiúde com discursos de privatização da conservação, que só é viável quando esta é lucrativa. Temos então o discurso ambíguo das *parcerias*, em um mar de situações onde se confundem interesses de coletividades em assegurarem seus direitos, mercantilização da natureza justificada pelo discurso do desenvolvimento sustentável, agências governamentais necessitando honrar compromissos internacionais, ONGs com motivações diversas, projetos desenvolvimentistas, e cientistas defendendo seus objetos de estudo, sejam eles florestas ou *populações tradicionais*. Este oceano de disputas é onde navega minha pesquisa.

Antes de passarmos às questões empíricas, é necessário colocarmos algumas diretrizes analíticas que seguirei, já esboçadas nesta introdução até agora. Após termos descrito a forma como as *populações tradicionais* emergiram no cenário brasileiro da conservação, é importante qualificarmos sócio-antropologicamente esta categoria, e discutirmos a importância e forma da análise dos conflitos que aqui desenvolvo.

III) Debatendo as populações tradicionais

III-I) Os pólos do debate

No Brasil, o debate sobre a presença de moradores em áreas declaradas de conservação ambiental tornou-se mais visível nos anos de 1990, no processo de discussão da legislação sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação- SNUC (Mercadante, 1993), debate este que mesmo com a promulgação da lei ainda postergou a questão dos conflitos com moradores e a própria definição do termo *populações tradicionais*. Este debate deu-se de forma polarizada, entre grupos que defendiam o direito das *populações tradicionais* estarem em suas áreas historicamente utilizadas e grupos que defendem a incompatibilidade entre direitos territoriais de populações tradicionais e a conservação de recursos naturais.

Alguns autores já tipificaram as posições destes dois grupos como *sócio-ambientalistas* e *preservacionistas* (Mercadante, 1996; Ferreira, 1996a; Almeida, 1999, Silveira, 2000). Tomo a liberdade de acrescentar aqui à expressão *sócio-ambientalista* a palavra *substantivista*, para diferenciá-la da posição que tomo aqui.

No modelo *sócio-ambientalista substantivista*, há a noção de uma relação estável e positiva entre *populações tradicionais* e ambiente. Diegues (1996), um dos primeiros autores brasileiros a problematizar as relação dos moradores com as unidades de conservação, é um dos principais defensores da idéia de que os moradores não devem ser removidos das áreas protegidas porque não só preservam seu *habitat* como também são elementos importantes na dinâmica das florestas. De fato, para ele a ação do homem sobre os diversos ecossistemas é um fato histórico, e a noção de *natureza intocada* é ocidental e recente.

Dando base à desconstrução da *natureza intocada*, alguns estudos mostram que e que pequenas perturbações em ambientes pouco modificados podem aumentar a biodiversidade pela abertura de novos nichos, e que certas formações florestais amazônicas são fruto da ação de povos indígenas (Posey, 1992; Baleé, 1992). Aplicada

esta desconstrução de forma simplista ao contexto das unidades de conservação, monta-se um modelo da posição sócio-ambientalista substantivista: as *populações tradicionais* tem costumes que tornam sua relação com a natureza harmônica, a natureza precisa da ação destas populações e é um erro ter-se unidades de conservação sem moradores.

No pólo oposto, temos o modelo de posição *preservacionista*. Nesta perspectiva, não é feita uma diferença entre as formas de uso dos recursos por diferentes grupos humanos. O pressuposto é o de que a ação antrópica é comprovadamente destrutiva e a grande maioria dos biomas do planeta têm sua integridade ameaçada. Os biomas têm ocupação humana, em termos de tempo evolutivo, muito recente, e a dinâmica das populações de seres vivos não comportam a atividade humana. O homem é inimigo da floresta e, assim, é necessário que certas porções de áreas naturais sejam protegidas da ação humana. Na perspectiva preservacionista, as ditas populações tradicionais têm impactos negativos sobre seu ambiente, e vários trabalhos apontam para o impacto causado por populações indígenas no passado (Flannery, 1995; Redford, 1992). Além disso, a cooptação dos moradores das áreas de conservação em uma economia de mercado potencializaria tais impactos.

No cotidiano da ação, estes modelos de posições podem dar origem a condutas diversificadas (Ferreira, 1996a), condutas estas que podem tomar ares liberais conservacionistas ou populistas, ou serem informadas por iniciativas reivindicatórias dos grupos sociais residentes nas áreas em disputa. Em geral, entretanto, a discussão formulada a partir do embate dessas posições toma ares bastante vazios (como no caso do SNUC), girando em torno da polêmica sobre as características das *populações tradicionais*, e sobre se essas características seriam a garantia da conservação das florestas remanescentes habitadas por elas.

Em por volta de uma década de debates infindáveis, surgiram novas posições. Entre elas, há radicalizações dos dois tipos citados, mas há também a emergência de posições críticas aos dois modelos, que incluem:

- a) a crítica à noção estática de *tradição* de sócio-ambientalistas substantivistas;
- b) a crítica à idéia de mudança como *aculturação* e “perda da tradição”, dos preservacionistas;

A chave básica da crítica é a afirmação de que é importante entender as posições dos moradores nos conflitos, contra a idéia, subjacente à posição preservacionista e consequência lógica de posições sócio-ambientalistas substantivistas, de que os moradores não têm lugar como sujeitos no processo⁵.

Situo minha pesquisa nesta chave analítica emergente, um outro *sócio-ambientalismo*, que tenta despolarizar uma dicotomia existente entre a defesa de direitos humanos e a defesa de direitos dos seres vivos, entre preservação da natureza e afirmação da qualidade de vida humana, procurando colocar o debate sobre moradores e unidades de conservação em um contexto mais amplo onde seja possível questionar o papel do que se convencionou chamar de conservação, na construção de conceitos de sustentabilidade que não passem por matrizes liberais ou autoritárias. De "o que são as populações tradicionais?", passa-se às perguntas "quais são os conflitos sociais em torno das áreas de conservação?"; "quais são os caminhos para os quais apontam as experiências dos conflitos sociais?"; "quais são os verdadeiros sujeitos da ação?"; "quais são seus interesses?"; "em que linguagem eles formulam esses interesses?"; "Que possibilidades se descortinam a partir das soluções colocadas pelo atores sociais em conflito?".

Destaca-se aí a criação de novas instituições locais, baseadas nas costumeiras, e que incorporam metas conservacionistas. Mas vamos com calma. É hora de nos demorarmos um pouco mais sobre nossos pressupostos teóricos, para que as críticas às duas posições, *preservacionista e sócio-ambientalista substantivista*, tornem-se mais claras.

O cerne do problema analítico nas duas posições acima citadas é que ambas essencializam a relação dos atores com o ambiente (Silveira, 2000; Almeida, 1999). O modelo sócio-ambientalista substantivista, como colocado aqui e do modo como é defendido por Diegues (1996), presume que a tradição cultural das populações garanta que elas tenham uma dada relação com o meio. A cultura é vista como estática e determinante da conduta dos indivíduos. Em suma, o que é dado histórico na trajetória dos moradores de um lugar

⁵ Apesar de eu estar usando aqui como pólo do debate a argumentação de Diegues (1996) em seu livro mais conhecido, no plano da ação política o grupo de pesquisa do qual o pesquisador faz parte (NUPAUB/USP) parece estar atuando no sentido de envolver questões de cunho ambiental da agenda dos grupos com quem tem trabalhado (ver, por exemplo, Diegues e Viana, 2000), em um diálogo que parece ir no sentido dos moradores passarem a se constituírem como sujeitos. Me parece, enquanto conclusão precipitada que, de

é tomado como garantia de ação futura. Por sua vez, o modelo preservacionista essencializa a relação homem/ambiente de uma maneira mais genérica, e no pólo oposto: toda relação humana com o mundo natural é prejudicial ao último, e, se queremos conservar, devemos nos afastar do ambiente. E, endossando a visão culturalista nos seus aspectos essenciais, pressupõe que a *cultura tradicional* tende inevitavelmente a se degradar através da *aculturação*.

Ambas as posições levam a crer que a permanência legal dos moradores, no caso dos sócio-ambientalistas substantivistas, ou sua retirada das áreas a se conservar, no caso dos preservacionistas, garantirá automaticamente um futuro feliz para a floresta. Ou melhor, afirmam a previsibilidade para o curso da história futura das *populações tradicionais*, seja uma previsão de continuidade em harmonia com a natureza, seja a destruição da natureza e a *aculturação*. Se não há tal previsibilidade imediata, de que depende a conservação dos remanescentes florestais, principalmente na moribunda mata atlântica?

III-II) Identidade e mudança social

Caracterizamos anteriormente *populações tradicionais* como um conceito surgido no panorama internacional da conservação para denominar campesinatos habitantes de áreas florestais protegidas ou com interesse de proteção. Ou seja, caracterizamos este conceito como um nome dado por outros a um grupo previamente não definido. Um julgamento apressado daria subsídios aos partidários da corrente preservacionista a caracterizarem as populações tradicionais como uma farsa, o que muitas vezes acontece no plano empírico. Antes de julgarmos apressadamente, por conta disto, a falsidade ou inaplicabilidade sócio-antropológica deste termo, é preciso nos determos sobre certas questões. Podemos discutir seus limites depois, mas sem “jogar fora o bebê com a água do banho”, como se diz.

Há tempos discute-se na antropologia social que a definição de identidade étnica não é imediatamente relacionada à presença de um conjunto de traços culturais, mas passa por questões de alteridade, reconhecimento de grupo e política. Frederik Barth (1969:188),

forma geral, a argumentação de grupos sócio-ambientalistas com perspectivas substantivistas têm se transformado no sentido de deixar de lado a afirmativa de que tradição iguala-se a sustentabilidade.

recusa “a visão simplista de que o isolamento geográfico e social tenham sido os fatores críticos para a sustentação da diversidade cultural”, apoiando-se na idéia de que:

“as distinções entre categorias étnicas não dependem de uma ausência de mobilidade, contato e informação. Mas acarretam processos sociais de exclusão e de incorporação pelos quais categorias discretas são mantidas, apesar das transformações na participação e na pertença no decorrer das histórias de vida individuais”.

Barth e outros antropólogos da época, como os discípulos de Max Gluckman que formaram a chamada *Escola de Manchester* (Feldman-Bianco, 1989), recusaram explicações substancialistas para tratar da relação entre diferentes grupos étnicos deslocados de seu contexto original, como centros urbanos (Cohen, 1969) e minas de ouro e diamante (Epstein, 1958). Deparam-se com situações coloniais em que, ao contrário do que se poderia esperar com a homogeneização de certas práticas cotidianas e formas de organização social impostas pelo colonizador, os traços culturais eram deliberadamente acentuados como forma de delimitação de uma fronteira étnica.

No Brasil, na década de 1980, no contexto da definição de direitos indígenas presentes na Constituição, uma questão muito parecida colocava-se para definir quem é ou não é índio (Cunha e Almeida, 2000). Neste momento, os estudos de Manuela Carneiro da Cunha (1987), analisando a questão na mesma linha que Barth e Cohen, propunham que o critério de *indianidade* fosse baseado em um auto-reconhecimento como índio e em um reconhecimento, pela sociedade, do grupo como tal.

A valorização inédita da situação de índio em relação a outras categorias sociais excluídas têm feito com que grupos indígenas reafirmem suas identidades étnicas, procurando suas *raízes*, o que significa, em última instância, que procuram criar novas formas de organização social, novas instituições, como um pretenso espelho do passado. Certas práticas são ressignificadas e passam a ter um uso de símbolos políticos da afirmação da identidade (Oliveira, 1999), exatamente como coloca Barth. Se quem analisa o processo procurar uma essência cultural tradicional, estática, compreenderá esta reelaboração cultural como farsa, como versão bizarra de uma pureza ancestral perdida. Se, por outro lado, observa-se tal processo sob a ótica de que cultura, seja lá como se defina, é um processo dinâmico, e de que a identidade étnica pode constituir-se em uma forma de resistência criativa e tida como real pelos atores, a visão torna-se bela. Manuela Carneiro da Cunha (1987:99) situa a etnicidade como forma de comunicação:

"...não se trata de em Roma falar *como* os romanos, trata-se no entanto de falar *com* os romanos. O que significa que a etnicidade é linguagem não simplesmente no sentido de remeter a algo fora dela, mas no de permitir comunicação. Pois enquanto forma de organização política, ela só existe em um meio mais amplo (daí, aliás, seu exacerbamento em situações de contato mais íntimo com outros grupos), e esse meio mais amplo que fornece os quadros e as categorias desta linguagem."

Este tema permanece absolutamente atual, em um momento em que se julga politicamente a *tradicionalidade* das *populações tradicionais*. Campesinatos dependentes da floresta, usando costumeiramente técnicas de baixo impacto, se comparadas com as tecnologias de produção agrícola e pecuária ditas modernas, de uma hora para outra viram as áreas que ocupam serem transformadas de local ermo e esquecido em área estratégica para a conservação de biodiversidade. E mais, viram-se privados do direito de relacionar-se com a floresta da maneira como sabiam, implicando muitas vezes mudanças profundas em suas próprias relações sociais. Não é de se estranhar que a questão da tradicionalidade, vinda de fora, possa tornar-se ao mesmo tempo uma forma de auto-reconhecimento em oposição aos interlocutores urbanos, e uma bandeira para reivindicar seu direito à permanência. Como diz Manuela Carneiro da Cunha (1987: 188)

"A cultura original de um grupo étnico, na diáspora ou em situações de extremo contato, não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função, essencial e que se acresce a outras, enquanto se torna *cultura do contraste* (...). A cultura tende ao mesmo tempo a se acentuar, tornando-se mais visível, e a se simplificar e enrijecer, reduzindo-se a um número menor de traços que se tornam diacríticos."

A valorização, por um grupo de moradores de uma unidade de conservação, da sua *cultura tradicional*, é geralmente uma função da necessidade de afirmação do grupo no contexto da politização de sua relação com a floresta. Este é um exemplo de que nem sempre as mudanças sociais vão em direção a um modelo urbano-industrial, como afirmam os que desejam áreas florestais livres de presença humana.

Para entendermos a relação entre cultura e mudança social, recorramos ao Marshall Sahlins de *Ilhas da História*. Segundo ele, a cultura altera-se historicamente na ação, ou seja:

"a ação simbólica é um composto duplo, constituído por um passado inescapável e por um presente irredutível. Um passado inescapável porque os conceitos através dos quais a experiência é organizada e comunicada procedem de um esquema cultural preexistente. E um presente irredutível por causa da singularidade do mundo a cada ação" (Sahlins, 1992).

A todo momento, a cada nova ação, a tradição é posta em cheque perante os atores pelo mundo que a eles se apresenta. As idéias são reavaliadas frente a novas situações práticas e as práticas permanecem ou modificam-se conforme transformam-se as representações. E “pôr em cheque”, aqui, não implica a escolha entre agarrar-se a um costume ou abandoná-lo. Estamos falando sobre resignificá-lo perante um mundo que apresenta novidades, mesmo que seja para reafirmá-lo. Segundo Sahlins (1992:174), “a transformação de uma cultura também é seu modo de reprodução.”

Ao contrário do afirmado segundo o modelo sócio-ambientalista substantivista apresentado, uma população que vive em uma unidade de conservação não vai necessariamente ter amanhã as mesmas representações e práticas ecológicas de ontem. Nem uma tradicionalidade inexorável, nem o rumo a um progresso insustentável: o futuro das chamadas *populações tradicionais* e das florestas em que vivem pertencem não só a elas, como à sociedade que reivindica as áreas onde vivem para diversos fins, tendo ou não um rótulo de sustentável.

Enfim, tanto a forma de assimilação de novas realidades por moradores de unidades de conservação, quanto os efeitos ecológicos concretos de sua ação, dependem da interação, a cada momento, destes atores entre si e com os outros atores envolvidos nos diversos *dramas sociais* que se desenrolam em cada unidade de conservação. Como analisa Victor Turner (1957), o desfecho de tais dramas é imprevisível em seu início, apesar de serem construídos de forma estruturada.

Mauro Almeida (1999; 2001; Cunha e Almeida, 2000) aposta que certas coletividades, assumindo-se enquanto *populações tradicionais*, principalmente no contexto das reservas extrativistas, podem firmar, em contrato com o Estado, um compromisso de manterem conservadas as florestas que habitam. Obviamente, a concretização deste contrato continua a depender do compromisso que toda a sociedade possui com as questões ambientais. A tradição assume aí um conteúdo *sui generis*: ao invés de remeter-se à reprodução tal e qual do passado, transforma-se em compromisso com o futuro baseado na vida social e relação com o meio passadas. O autor propõe que a categoria *populações*

*tradicionais*⁶, se vista de maneira não substantiva, pode abrigar este compromisso: o passado inescapável de Marshall Sahlins, que, face ao presente irreduzível, compromete-se com um futuro sustentável.

Lúcia Ferreira (1996a) aponta as armadilhas de basear o direito a permanência ou não dos moradores em áreas de conservação em critérios relativos à tradicionalidade. Como a tradição, na posição do senso comum e também do culturalismo, é vista como reprodução cultural sem produção cultural, esta autora afirma que:

“investir preferencialmente no fato destes grupos serem portadores de valores tradicionais, restringindo o leque de seus direitos à reprodução social é o mesmo que condená-los a abdicar da história, das incongruências e tensões que movimentam a vida cotidiana, restringindo o seu papel social ao de guardiães de remanescentes de uma história pretérita, talvez um pretérito mais-que-perfeito”

A realidade social das florestas tropicais é complexa, notavelmente na mata atlântica, onde o processo avassalador de desenvolvimento industrial, urbano e de agricultura moderna põe diversos atores em íntimo contato. Neste contexto confuso em que mesclam-se periferias urbanas e campesinatos florestais, em que as regras do jogo mudam da exaustão dos recursos à sua proteção, da ideologia do progresso para a conveniente valorização neo-árcade da vida *tradicional*, que os financiamentos verdes internacionais superam a verba para construção de estradas, é realmente problemático dar atestados de tradicionalidade.

Mas não apenas isso. Ao abrir-se a possibilidade de incluir de forma inédita quem é classificado como *tradicional* no universo da participação política e da construção de um futuro sustentável, corre-se o risco de utilizar os velhos recursos de um Estado policial com os não escolhidos. Lúcia Ferreira prefere usar como categoria analítica os *moradores*, desvincilhando-se do termo *populações tradicionais*, abrindo a possibilidade de que estes moradores se articulem sob uma variedade mais ampla de denominações e de identidades.

⁶ O autor considera duas razões para o uso desta categoria: seu uso corrente enquanto identidade por alguns grupos e a institucionalização do termo em face ao Estado (na já citada criação do CNPT/ IBAMA e na lei do SNUC).

Tanto a *neo-tradicionalidade* (não substantiva) invocada por Mauro Almeida, quanto a construção de uma noção de cidadania que englobe a questão ambiental, para a qual aponta Lúcia Ferreira, convergem para a idéia de que é importante compreender de que maneira o modo como os moradores das áreas protegidas vivem está relacionado ao modo como interagem com os demais atores sociais no cotidiano dos conflitos. Que é para os conflitos, não para soluções mágicas de gabinete, que se deve olhar para que seja possível estabelecer formas legítimas de tratar a conservação. Não porque os conflitos podem ser resolvidos, mas porque nele as posições e interpretações mostram-se deflagradas e, por isso, podem ser repactuados. O princípio básico é que os mecanismos atuais de conservação são excludentes, e que os processos sociais são formas coletivas de aprendizado, onde a criatividade humana trabalha sobre a diferença entre *habitus* e novas realidades, entre passado e presente, com reflexos na organização social e nas relações com o mundo natural.

É importante destacar que, enquanto trabalhos como os de Antônio Carlos Diegues (1996), Lúcia Ferreira (1996a) e Mauro Almeida (1999), mas também leis e imprensa, mostram a existência de um debate de falas externas (universidade, pesquisa, governo) sobre a questão da presença humana em áreas florestais protegidas, há também as vozes dos moradores, que na maioria das vezes são vozes invisíveis ao debate. Minha contribuição antropológica é então essencialmente a de incluir nesse debate o ponto de vista das pessoas concretas que têm, elas também, interesses nas florestas em que vivem. Dessa forma, resta dizer que o significado de *população tradicional* e de outras denominações identitárias, ou de outros conceitos políticos como *biodiversidade* e *conservação* devem ser analisados à luz dos conflitos entre interesses sobre a floresta, entre os quais os dos moradores.

III-III) Conflitos sociais

Agora que está claro o motivo desta pesquisa basear-se em conflitos, vejamos como fazê-lo. Voltemos à chamada *Escola de Manchester*, linha inglesa da antropologia desenvolvida a partir do trabalho de Max Gluckman (1958) e seus discípulos (Feldman-Bianco, 1989; Kuper, 1978), que nos anos de 1950 e 1960 buscavam uma síntese entre o pensamento estrutural-funcionalista (cf. Radcliffe-Brown, 1952), onde desaparecia o sujeito, com o

funcionalismo de Malinowski, baseado na ação individual no cotidiano de seus *selvagens*. Malinowski (1970), de fato, faz uma interessante análise de conflitos em seu livro *Crime and Custom in Savage Society*, analisando como regras sociais eram utilizadas circunstancialmente pelos indivíduos.

A novidade de Gluckman e seus discípulos, como Van Velsen (1967) e Victor Turner (1957), realizando estudos na África colonial, num contexto de mudança social acelerada e convivência inter-étnica forçada, foi unir uma etnografia robusta à perspectiva histórica, com ênfase na ação concreta dos indivíduos e com determinação espacial arbitrária do universo de pesquisa. As mudanças sociais são analisadas por meio de uma micro-sociologia da interação entre os diversos grupos sociais envolvidos. A idéia, que aparece inclusive no título de diversas das monografias da época é a união entre *custom and politics*, costume e política.

O trabalho clássico de Max Gluckman (1958), de 1940, é *Análise de uma situação social na Zululândia moderna*, onde ele traz à tona, a partir dos acontecimentos relativos à inauguração de uma ponte, as relações estruturais e processos de mudança na África do Sul, em uma sociedade formada por brancos e negros. Segundo Kuper (1978), a importância de Gluckman está em ressaltar o papel do conflito e dos processos sociais e a necessidade de analisar a situação política das sociedades heterogêneas vendo-as como um todo:

“a questão de Gluckman era que, apesar dos membros de diferentes grupos de cor serem simbólica e realmente divididos e postos em oposição em todo aspecto, ainda assim eles eram forçados a interagir em esferas de interesse comum.” (minha tradução).

Os autores da *Escola de Manchester* prendiam-se muito à perspectiva estrutural-funcionalista de equilíbrio social, muitas vezes referindo-se aos conflitos como períodos de instabilidade seguido de um rearranjo e uma nova estabilidade. Entretanto, as idéias citadas acima são úteis numa análise de conflitos atual.

A interação entre os diversos grupos sociais é analisada por estes autores por meio da descrição e dissecação de casos que os autores consideram representativos, que, com pequenas diferenças, Gluckman batizou de *análise de situação social*, Van Velsen referiu-

se como *análise situacional e método de estudo de caso detalhado* e Turner chamou de *dramas sociais*.

Nadel (1957) chama a atenção para a ação dos sujeitos no que ele chama de *interstício social*, sem entretanto cair em teorias individualistas que reduzem a ação do sujeito à maximização de seus ganhos pessoais (Elster, 1986). A teoria implícita nas idéias dos antropólogos de Manchester assemelha-se às idéias de Bourdieu (1998) sobre *campo* e *habitus*, e de Marshall Sahlins (1988; 1992) sobre a relação entre evento e estrutura. De formas diferentes, todos estes autores tentam considerar simultaneamente, pela análise da ação, os indivíduos enquanto sujeitos e enquanto parte de um universo de relações socialmente construído.

Na análise de conflitos que elaboro nesta pesquisa, tomo por princípio o fato de que é necessário definir os atores sociais em ação nos conflitos e seus interesses conflitantes (Ferreira, 1993; Guivant, 1998; Pacheco *et al.*, 1992). As posições políticas e carências nas quais elas se manifestam (Nunes, 1989) são construídas a partir das trajetórias individuais dos sujeitos e sua ação coletiva enquanto atores sociais. Tanto trajetórias individuais quanto ação coletiva, naturalmente, são balizadas pelas relações sociais, mas também as produzem. Por isso é importante, como fazem os autores da *Escola de Manchester*, realizar uma análise com base histórica e etnográfica. Assim, aproprio-me da idéia das *situações sociais* para realizar um estudo dos conflitos com um base empírica evidente. Utilizo-me também de situações corriqueiras do diário de campo (à Malinowski) -- técnica da qual Carlos Brandão (2000) se apropriou de maneira muito elegante em seu *O afeto da terra* -- interpretando a vida cotidiana dos sujeitos da pesquisa e a forma como estes compreendem-se e compreendem os conflitos.

Os autores da *Escola de Manchester*, assim como autores de outras tradições antropológicas, pautam-se numa análise distante dos conflitos. A princípio, poderíamos encarar o estudo dos conflitos como a possibilidade de uma pessoa *de fora*, não participante deles, lançar um olhar objetivo que pudesse contribuir em sua resolução. Não penso ser esta uma proposição adequada, apesar de, curiosamente, esta ser a interpretação que muitos dos atores dão à minha pesquisa. Penso que o antropólogo já entra em campo com certas premissas (transformáveis, é claro), e em cada momento da

pesquisa, em interação com outros sujeitos, vai assumindo, quer queira, quer não, uma posição nos conflitos. Durante meu contato com os diversos atores sociais procurei não esconder minhas próprias representações sobre os conflitos, e mais, acho importante que esta interação com os sujeitos apareça no texto, mesmo que ele não tenha como foco o *encontro etnográfico* (Barbara Tedlock, 1991).

Ao contrário dos pesquisadores da *Escola de Manchester*, pretendo traçar uma análise mais próxima entre pesquisador e pesquisados. Perco talvez, com isso, um tanto da autoridade do acadêmico, o que não penso ser ruim. A pesquisa passa, assim, a ser encarada como o que ela é: a análise de um autor-ator, que longe de procurar soluções mágicas para a resolução dos conflitos, tenta compreendê-los junto com seus sujeitos de pesquisa. Esta pesquisa não tem a intenção de ser um parecer imparcial e definitivo sobre o assunto, mas de realizar uma reflexão acadêmica e lançá-la no debate público, consciente de que os pesquisadores também fazem parte dos conflitos.

IV) Objetivos

Meu objetivo nesta pesquisa é analisar as formas de ver e agir dos moradores do interior e do entorno do Parque Estadual Turístico do Vale do Ribeira (PETAR), em interação com outros atores sociais, face aos conflitos resultantes da criação e implantação deste parque. A pesquisa tem como foco os moradores do Bairro da Serra e de Bombas, duas localidades do município de Iporanga/ SP, situadas na região sul do PETAR. Pretendo com isto estar colaborando com o debate sobre a questão da presença humana em unidades de conservação e, mais ainda, contribuir para a construção de uma noção discordante de sustentabilidade.

V) A pesquisa

V-I) Floresta e Mar

Esta pesquisa faz parte do projeto temático *Floresta e Mar: usos e conflitos no Vale do Ribeira e Litoral Sul de São Paulo* coordenado por Lúcia Ferreira e Alpina Begossi, do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da Unicamp e financiado pela Fapesp. Este projeto temático tem como objetivos:

“analisar a relação entre uso de recursos naturais, conflitos locais e regionais e formas de intervenção relacionadas a conservação e manejo, a fim de compreender aspectos fundamentais da implantação de Unidades de Conservação brasileiras.” (Ferreira e Begossi, 1997:2)

A partir deste objetivo geral o projeto desdobra-se em três componentes: a) uso de recursos naturais, coordenado por Alpina Begossi (ecologia humana) e Celso Lopes (engenharia de alimentos); b) conflitos sociais, coordenado por Lúcia Ferreira (sociologia), componente ao qual minha pesquisa está associada; e c) intervenção, coordenado por Maria Rita Avanzi (educação ambiental).

Os área de abrangência do projeto são três unidades de conservação ambiental do Vale do Ribeira: a Área de Proteção Ambiental (APA) da Ilha Comprida, a Estação Ecológica Juréia-Itatins e o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR). Os pesquisadores

ligados ao *Floresta e Mar* têm, portanto, realizado suas pesquisas enfocando uma ou mais destas áreas.

Esta dissertação é a segunda a ser concluída no âmbito do projeto. A colaboração com outros colegas de projeto faz-se presente aqui na forma de críticas e sugestões de pesquisadores dos três componentes do projeto ao texto preliminar, além das discussões e trocas de informações de maneira informal e também no âmbito dos seminários de projeto. Em alguns momentos do texto faço referência a informações trocadas com colegas de pesquisa. Certamente, após concluídas os demais trabalhos, o ambiente do projeto proporcionará outras formas de colaboração, como a redação de artigos conjuntos e formas de intervenção local.

V-II) Com o povo da terra nas terras do parque

Até iniciar esta pesquisa, em 1998, eu nunca tinha ido ao Vale do Ribeira. Aluno de biologia da UNICAMP, começava a voltava-me para um diálogo com as ciências sociais, cursando disciplinas de antropologia e interessando por estudos em etnobiologia. Ao procurar Lúcia Ferreira no NEPAM, onde eu já havia desenvolvido um projeto de iniciação científica com pescadores do Rio Piracicaba, orientado por Alpina Begossi, fiquei sabendo da existência do projeto *Floresta e Mar*, que na época acabara de ser submetido à FAPESP. Neste período, os debates da etnobiologia despertavam meu interesse para questões como a riqueza conhecimento da natureza construído de forma diversa ao conhecimento científico ao qual eu tinha acesso na universidade, a apropriação deste conhecimento para fins mercantis relacionada aos direitos de propriedade intelectual e, finalmente, à clara incompatibilidade entre o modo de vida das tais *populações tradicionais* e o modelo de conservação existente no Brasil.

A linha de pesquisa de Lúcia Ferreira no projeto temático era justamente sobre os conflitos relacionados a esta terceira questão. Formulamos, então, um projeto de iniciação científica em que eu estudaria os conflitos sócio-ambientais em um local específico de uma das unidades de conservação que interessavam ao projeto como um todo. Este projeto, chamado *O Bairro da Serra e a questão ambiental: modos de ver e agir no Vale do Ribeira*, desenvolvido sob orientação de Lúcia (Silveira, 1998), é o embrião da pesquisa

atual. A partir daí, amadureci muito minhas idéias sobre todas estas questões, amadurecimento este que, espero, reflete-se nesta dissertação.

O programa escolhido para o Mestrado foi o de Antropologia Social da Unicamp -- e não o de Sociologia, onde eu poderia ser orientado por Lúcia --, tanto pela minha maior afinidade pela abordagem antropológica e a minha maior familiaridade com o literatura na área, fruto das disciplinas que havia cursado como eletivas na Graduação, quanto por minha vontade de focalizar os moradores, enfatizando os processos sociais pelos quais têm passado. Esta perspectiva não é única da antropologia, mas foi historicamente privilegiada por esta. A orientação de Mauro Almeida foi algo natural, afinal Mauro tinha quase duas décadas experiência de pesquisa e atuação junto aos seringueiros da Reserva Extrativista do Alto Juruá, no Acre, havia sido meu professor e já conhecia meu projeto de iniciação científica.

Tive a sorte, portanto, de poder dividir meu processo de pesquisa tanto com Mauro e seus orientados, que pesquisam questões relacionadas tanto no Acre como em outras regiões do país, como com Lúcia e toda a equipe do *Floresta e Mar*. A pesquisa não seria a mesma se não fosse desta forma.

De um lugar desconhecido, de onde eu só ouvia falar sobre florestas, pobreza, enchentes e guerrilhas passadas, o Vale do Ribeira passou a ser base para eu pensar sobre a realidade, lugar de muitos afetos, floresta improvável no estado mais industrializado do Brasil, terra da qual dificilmente serei capaz de me distanciar após a conclusão da pesquisa. Durante a iniciação científica, as viagens de campo eram realizadas nas férias e feriados. No mestrado, foram ao todo aproximadamente 100 dias de campo, além de viagens para entrevistas para São Paulo. Foram realizadas ao todo 24 entrevistas, que se somam a outras 24 realizadas durante a iniciação científica, com moradores do Bairro da Serra e de Bombas, responsáveis pela gestão do PETAR, membros de ONGs locais e externas, da administração municipal de Iporanga (ver Anexo 3). Quando refiro-me no decorrer do texto, ao "período histórico abrangido pela pesquisa", falo do tempo no qual acompanhei o cotidiano dos conflitos na região, entre abril de 1998, quando comecei a iniciação científica, e outubro de 2000, quando terminei o trabalho de campo do Mestrado.

A organização dos três volumes de caderno de campo resultantes de minhas viagens foram a base do caminho analítico que sigo aqui. O leitor poderá perceber que as especificidades de Bombas e Bairro da Serra (número de moradores, escolaridade, diferentes intensidades de relação com atores externos, diferenças na intensidade de mobilizações políticas, etc.) implicaram em abordagens ligeiramente diferentes, principalmente com relação ao uso das entrevistas. Manteve-se, no entanto, a estrutura básica dos dois capítulos (3 e 4), que envolve dados etnográficos e históricos, além de uma micro-sociologia dos conflitos.

V-III) Elucidações conceituais

Alguns conceitos usados precisam ser esclarecidos. Quando digo que o foco são os grupos sociais residentes em Bombas e no Bairro da Serra, isto significa dizer que o que pretendo é traçar é uma análise dos conflitos em uma região específica, a região sul do PETAR, que traz uma história de grande mobilidade espacial e de transformação nas relações sociais. Hoje o Bairro da Serra é, dentro deste recorte geográfico, a região mais populosa e mais povoada. A região de Bombas é o outro centro de povoamento. A pesquisa envolve em certos momentos moradores de outras áreas localizadas nesta região, como Areias e Sítio Novo. Às vezes ela visita a sede do município de Iporanga, vai a São Paulo. Enfim, se para a discussão de dados históricos e etnográficos às vezes é preciso aproximar-me do conceito de *bairro rural* (Cândido, 2001), necessidade esta reforçada pela categorização atual dos assentamentos humanos como bairros de Iporanga, o leitor não pode perder de vista que o importante na análise é a delimitação dos grupos humanos por sua identidade enquanto parte de um mesmo grupo, e este é o motivo do uso do termo *foco*. Foco. A análise portanto vai buscar a relação destes grupos com outros atores, dando a entender um conceito de *sociedade agrária enquanto fluxo organizado* (Vincent, 1977).

É necessário explicar ainda a maneira com que refiro-me a *discursos* e *ações*. Parto do princípio de que dizer e fazer são elementos de comunicação, que necessariamente se dão na relação do agente com um interlocutor (Bakhtin, 1978). Enunciações são ações e as ações não-enunciativas têm um conteúdo discursivo, o que desde Malinowski (1970) parece estar incorporado na pesquisa antropológica. (em se dar atenção à diferença do que os *nativos* dizem para o que eles fazem como chave interpretativa). Minha análise de

ação, portanto, leva em conta a eficácia simbólica das enunciações e o poder discursivo dos atos não enunciativos.

Quando coloco, durante o texto, expressões como *discurso do desenvolvimento sustentável*, *discurso do turismo*, etc., o termo discurso não está descolado de sujeitos. Significa apenas que são conceitos formulados em um contexto externo ao universo de pesquisa, mas que são importantes para o contexto geral da discussão. Quando esses conceitos tomam a forma de ações discursivas concretas e localizadas, no universo dos conflitos estudados, procuro discernir os agentes que os trazem, e em comunicação com que outros agentes eles estão. A ação está, portanto, ligada à comunicação, e procedo aqui uma análise interpretativa destas ações. Os grupos sociais estudados, desta forma, não se constituem em *objetos* de pesquisa, mas em *sujeitos* de pesquisa, capazes de “fazer o que quiserem com o que fizeram de suas vidas” (Sartre, 1967). Sua constituição enquanto *sujeitos coletivos* no processo político motiva o uso do termo *atores sociais*, ou simplesmente *atores*.

V-IV) Estrutura da dissertação

Nesta Introdução tivemos uma abordagem teórica da questão da presença humana em áreas sujeitas a restrições legais de ordem conservacionista. Esta discussão envolveu conceitos como *identidade e populações tradicionais*, traçando um panorama no âmbito mundial e nacional destes conflitos, situando minha posição teórica como discordante de posições liberais e/ ou autoritárias. No capítulo 1 (*A invenção do PETAR*) descrevo o processo de criação e implantação do parque, dando ênfase à ação dos sujeitos externos ao bairro, não moradores. Os capítulos 2 e 3 (*Bombas em Foco* e *Serra em Foco*) correspondem à análise dos conflitos com ênfase em dados históricos e etnográficos dos moradores, acompanhados de pequenos casos (*situações sociais*) que, ao lado de outras informações empírica, ajudam a traçar uma espécie de microssociologia dos conflitos. No capítulo 4, chamado *Brincando no Campo dos Possíveis*, passo a analisar as soluções propostas pelos moradores para os conflitos e a visibilidade que tais soluções encontram diante das relações de poder estabelecidas. A partir desta análise e da discussão levada nesta Introdução, procuro delinear formas pelas quais tal balanço de forças possa modificar-se. Finalmente, nas Conclusões, sintetizo as discussões, acentuando de que

forma as situações conflitivas em áreas protegidas e os atores envolvidos, inclusive os moradores, poderiam contribuir para a construção do que chamo uma sustentabilidade dissonante, que não seja tocada com a partitura do liberalismo e do autoritarismo em busca da genuína resolução da paradoxal dicotomia entre valor ambiental e valor social. Antes dos capítulos 1, 2 e 3 apresento três seções de fotografias que têm o objetivo de constituírem-se em narrativa visual, para que o leitor entre em contato com a realidade de pesquisa por imagens, antes da discussão dos capítulos. As fotografias apresentadas não têm o objetivo de funcionar como simples documentação, motivo pelo qual dispensei as legendas logo abaixo das fotos. Recomendo que o leitor, após ler cada capítulo, retorne à seção de fotos respectiva. As falas dos atores são apresentadas, durante o texto, em *itálico*, com recuo à esquerda. São todas de entrevistas realizadas por mim entre 1998 e 2000.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, a todos os moradores do Bairro da Serra e de Bombas, que apesar da delicadeza do assunto, aceitaram-me em suas casas.

Em Campinas: ao Mauro e à Lúcia; à Coraci, *co-autora* da filha que vem aí; aos pesquisadores do *Floresta e Mar*, em especial ao Allan, Alik, Érica, Simone Campos, Simone Siviero, Nivaldo, Natália, Rio, Celso e Fábio, aqueles que, de alguma maneira, ajudaram diretamente na dissertação; ao pessoal administrativo do NEPAM, Vanderlei, Neusa e Nestor; à Cristina, da Secretaria de Pós-Graduação do IFCH; à Cidinha, da Secretaria de Pesquisa do IFCH; à professora Emília Pietrafesa de Godoy; à Lisiê, Élcio e Karen, que auxiliaram na transcrição das entrevistas; ao Fábio, Rafael, Júlio e Zé Vicente, que ajudaram na elaboração de mapas e figuras; ao Movimento Coletivo Neurônios em Ação; a toda a Associação dos Orientandos do Mauro Almeida (AOMA); aos moradores de cá, Carol, Pablão, Fê e, em especial, ao Dani.

Em São Paulo: ao Instituto Florestal; à Ana Lúcia Mendonça; ao Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica; ao Clayton Lino; à Ana Lopes; ao Marco e à casinha de Santa Cecília; à Lena, ao Rafael e ao Rudy; à Maria Celina Carvalho; ao Instituto Socioambiental (ISA); à Comissão Pró-Índio (CPI) de São Paulo.

Em Iporanga/ Apiaí: à diretoria da ASA; ao Guiné, ao Tiço e ao Branco; à Janaína; à diretoria da AMAIR; ao Ditinho, que me conduziu pelos caminhos de Bombas; ao Tadeu, na sede do PETAR em Apiaí;

Em outros lugares: ao pai-Maciê, a mãe-Teresa e à família tró-ló-ló, em Curitiba; ao Calico, Cecília, Mauri e Terra, em Miguel Pereira; à vó Aída e ao pai-Caú, no Rio de Janeiro.

Por fim, agradeço à CAPES, à FAPESP e à FAEP/UNICAMP que, apesar do desmonte do ensino público e da pesquisa científica no Brasil, apoiaram este trabalho.

A versão da dissertação submetida à banca foi impressa em papel reciclado e não clorado, cortesia de IPAR - Recicladora de Papéis Ararense.

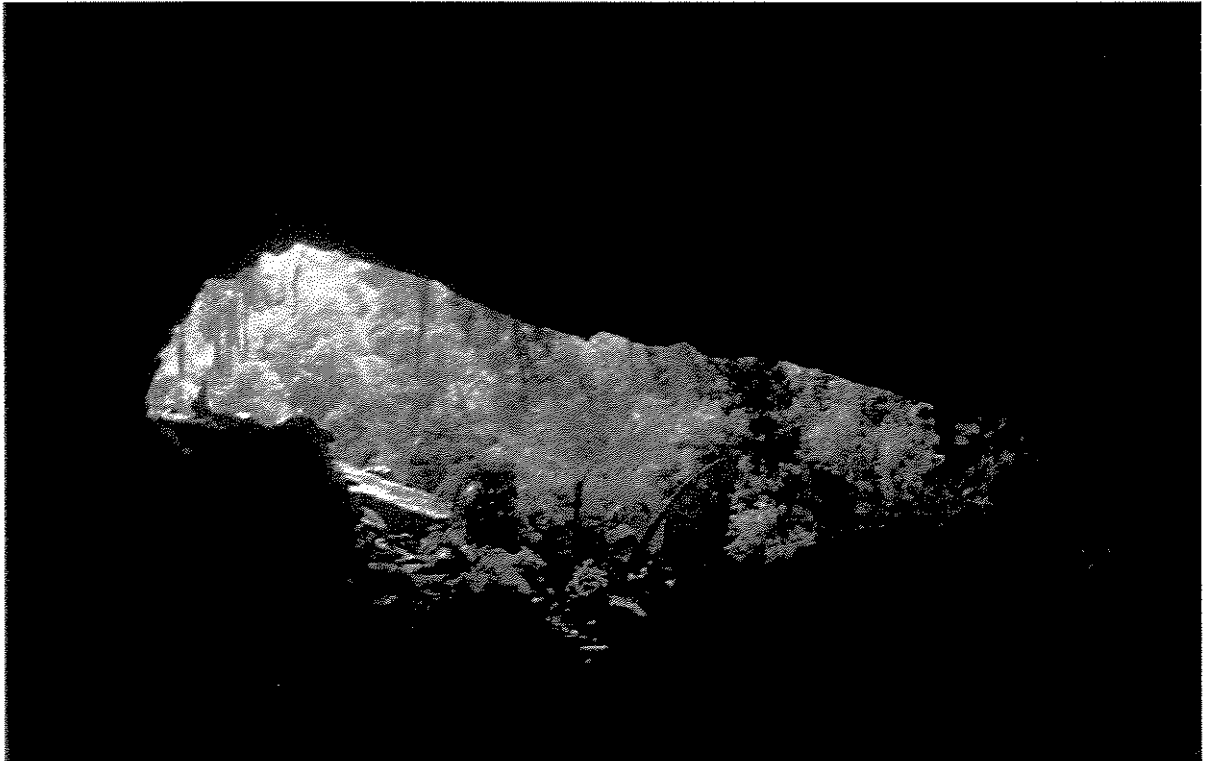
Narrativa Visual 1



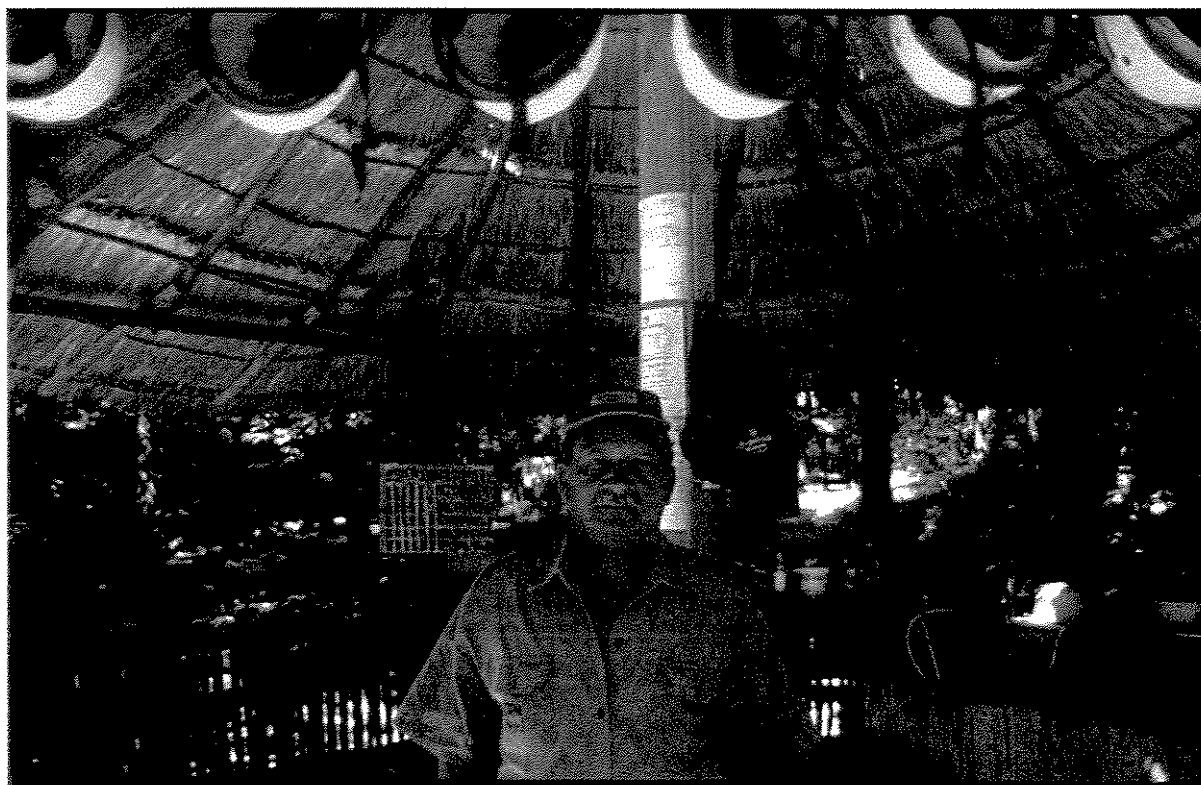












Capítulo 1: A invenção do PETAR

Capítulo 1: A invenção do PETAR

Apresento, neste capítulo, uma versão da história da criação e implantação do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, que inclui uma definição dos principais atores externos presentes na região desde a criação da reserva até os dias de hoje. Espero com isso que o leitor possa compreender, antes de tudo, de que forma políticas e representações externas à realidade local vivida pelos moradores tomaram vida em forma de ações e trouxeram novos discursos e práticas para a região do Vale do Ribeira. Acompanharemos então os diversos momentos da invenção desta unidade de conservação, para, nos capítulos subseqüentes, analisarmos quem são os moradores e como agiram face à chegada das políticas ambientais emergentes.

1) Primeiro momento: o Estado descobre o Paraíso das Cavernas¹

Começamos pelo subsolo. Pelo menos desde o século XIX a região florestada e montanhosa localizada na Serra de Paranapiacaba, entre os municípios de Iporanga e Apiaí, foi visitada por diversos exploradores, geólogos e engenheiros visando a prospecção de minérios. Afinal, o Alto Ribeira não havia tido nenhum tipo de atividade econômica em grande escala desde a decadência da extração do ouro, nos fins do século XVIII. A primeira mina de chumbo de Iporanga começou a funcionar em 1878, pouco antes, portanto, da abolição da escravidão. O local ficou conhecido como Morro do Chumbo e hoje encontra-se praticamente deserto. Situa-se próximo ao atual Núcleo Caboclos, na região central do PETAR, distante, portanto, dos bairros estudados, que ficam na região sul (Figura 2). As atividades desta mineração não passaram da abertura de algumas galerias e depois foram abandonadas pelas dificuldades de infra-estrutura.

¹ Enquanto transcorria minha pesquisa, Luís Afonso Figueiredo (2000) finalizava, sua dissertação de Mestrado, tratando especificamente do processo de implantação do PETAR e tombamento do patrimônio histórico da cidade de Iporanga, com ênfase nos atores da sede do município e nas ações governamentais e dos espeleólogos. Para isto, realizou uma minuciosa pesquisa sobre a história da região e o período de criação do Parque. Devido à qualidade do trabalho, não faria sentido que eu repetisse toda esta pesquisa. No entanto, penso ser importante fornecer, antes de mais nada, um panorama histórico da região, resumindo algumas informações e análises fornecidas por Luís Afonso para o que interessa nesta dissertação. Para maiores detalhes, recomendo a leitura da obra original, que em breve deve ser publicada. Junto sua análise aos dados de minha própria pesquisa documental, entrevistas e depoimentos informais.

A promessa do progresso via mineração de chumbo deslocou-se, no início do século XX, para onde hoje é a região sul do PETAR, com a descoberta de jazidas e a posterior instalação das minerações Furnas e Lageado, que tiveram funcionamento inconstante com auge nos anos de 1955/56 (Clayton Lino, 1978 *apud* Luís Afonso Figueiredo, 2000) e fechamento por falência no final da década de 1960. Junto às prospecções minerais eram identificadas muitas das cavernas calcárias da região. Um dos pioneiros a produzir trabalhos sobre elas foi o naturalista Ricardo Krone, no final do século XIX, mas elas já eram descritas por viajantes quase um século antes.

A partir do final década de 1930 começaram a ser criados os primeiros parques nacionais brasileiros. Nesta época, o explorador Edmundo Krug vinha sendo o grande divulgador das belezas das cavernas do Alto Ribeira, que ainda não eram visitadas. A primeira proposta pública de criação de uma unidade de conservação no local partiu de dois geólogos, Avelino Ignácio de Oliveira e Othon Henry Leonardos, em 1940, em um livro intitulado "Geologia do Brasil" (Oliveira e Leonardos, 1978 *apud* Figueiredo, 2000). A primeira pesquisa científica realizada na região foi a tese de doutorado do biólogo Crodowaldo Pavan, em 1945, sobre os peixes cegos das cavernas (Pavan, 1945 *apud* Figueiredo, 2000).

A legitimação da criação do PETAR baseou-se, por um lado, no movimento para implantação de parques nacionais, iniciado pelo do *lobby* de cientistas conservacionistas no período da ditadura Vargas (Dean, 1997), e por outro lado no interesse local, principalmente de geólogos, na beleza das cavernas da região. Como veremos, o componente final da legitimação foi o potencial da exploração turística da região.

A efetiva criação da reserva enquanto parque estadual deu-se somente em 1958, pelo Decreto 32 283. O Instituto Geológico e Geográfico (IGG) tinha uma sede na região de Caboclos (que existe até os dias atuais), próxima às minas do Morro do Chumbo e Espírito Santo e de dezenas de cavernas. Lá morou o engenheiro de minas José Eptácio Guimarães, realizando pesquisas mineralógicas. Em 1946, José Eptácio propôs,

novamente, a criação de um parque florestal no Alto Ribeira, visando a proteção das cavernas. Segundo Luís Afonso Figueiredo (2000: 270),

“Como estas pesquisas mineralógicas não chegaram a bom termo, o IGG, em parceria com a PPI [Procuradoria do Patrimônio Imobiliário], propôs que Guimarães passasse a exercer o papel de responsável pelas grutas, iniciando, assim, uma série de estudos do aproveitamento dos recursos humanos do IGG, que dariam sustentação para a criação de um parque estadual na região.”

O parque foi criado com o nome de PEAR (Parque Estadual do Alto Ribeira), depois de uma série de reportagens do jornal “A Gazeta”, que, em 1956, auxiliaram o *lobby* do IGG junto ao governador do estado de São Paulo, Jânio Quadros. Luís Afonso Figueiredo (2000) descreve as reportagens e todo o processo de criação do Parque. Reproduzo aqui apenas um trecho de uma delas, de autoria do engenheiro Manoel Rodrigues Ferreira, que reflete a visão da mata como paraíso desabitado e intocado (Pretty e Pimbert, 1995; Diegues, 1996). Depreende-se do texto a seguir que simplesmente não há moradores na região.

“A vida vegetal que recobre grande parte da região, onde se localizam as grutas calcárias, permanece, ainda hoje, exatamente como à época do descobrimento do Brasil. Quanto à fauna que ela abriga, é talvez uma das mais ricas do nosso Estado. Nestas condições a região constitui um conjunto de grutas calcárias, flora e fauna sem par no mundo. O parque estadual que será ali constituído terá também o aspecto de reserva florestal e proteção à fauna.” (Ferreira, A Gazeta, out/1956 *apud* Figueiredo, 2000, grifo meu)

Um fato citado por Luís Afonso Figueiredo e muito ouvido por mim de diversos moradores locais é que parte do interesse de Jânio Quadros em aceitar declarar a região como parque estadual residia no fato de que Adhemar de Barros, seu tradicional adversário político, dizia-se dono de muitas das terras da região. De fato, conversei com uma moradora que administrava a casa que funcionava como sede da Mineração Lageado e ela contou-me que diversas vezes recebera a visita de Adhemar de Barros, vindo de helicóptero para hospedar-se na residência.

No livro de Teresa Urban (1998), que contém entrevistas com os principais conservacionistas brasileiros da época, em diversos momentos Jânio Quadros é citado com pessoa interessada em conservação ambiental. Fato não destacado por Luís Afonso Figueiredo, vale comentar que Jânio, quando assumiu a presidência da república, após

deixar o governo paulista, criou uma série de unidades de conservação federais, obedecendo às indicações do então ativo Conselho Florestal.

"Foi esse conselho que, no governo Jânio Quadros, criou oito ou nove parques. O Jânio gostava muito do Conselho, era sensível e dialogava muito sobre esses assuntos." (Alceo Magnanini *in* Teresa Urban, 1998)

"Jânio Quadros foi o único presidente que demonstrou interesse em criar Parques Nacionais. Acho que ele tinha um interesse pessoal nisso." (Ibsen Gusmão Câmara *in* Teresa Urban, 1998)"

Todos os interesses colocados na mesa, a existência de um *patrimônio natural* em forma de cavernas constituíram, portanto, o principal motor da criação do PETAR como primeira unidade de conservação do Vale do Ribeira. O próprio recorte dos limites do Parque, irregular e abrangendo grande parte da lente calcária da região (e conseqüentemente das cavernas) demonstra este fato. A possibilidade de uso daquele *paraíso natural* para fins turísticos já era discutida na imprensa da época. Reivindicava-se a instalação de uma infra-estrutura turística que parece esdrúxula nos dias atuais. Tomo a liberdade de reproduzir mais um fragmento da imprensa da época citado por Luís Afonso Figueiredo.

"Não bastará, para que o Parque do Alto Ribeira adquira sentido turístico, que a estrada interna se apresente em bom estado. Será imperioso: a) o estabelecimento de vários roteiros, abrangendo setores de caça, pesca, e das grutas, cavernas e rios subterrâneos; b) abertura de outros roteiros, inclusive apenas de penetração nas matas; c) instalação, em vários lugares, de fogões rústicos que permitam a realização de churrascos de peixe; captação conveniente das inúmeras nascentes fornecedoras de água potável; e nos lugares que se indiquem, fixação de cabanas de aluguel; f) iluminação das grutas e outros melhoramentos que se fazem necessários; g) instalação de um hotel confortável." (Folha da Manhã, 1957 *apud* Figueiredo, 2000, grifos meus)

O texto acima demonstra que o caráter das preocupações ambientais daquela época estão longe do discurso atual da conservação do *patrimônio genético*, da *biodiversidade*. É um discurso próximo ao modelo de parques norte-americanos como o de Yellowstone, destinados à recreação e apreciação estética. Porém, mesmo com discursos diferentes, a política proposta para o parque é muito próxima da atual no sentido de equipar a área com infra-estrutura para usufruto de uma elite urbana.

Essa *vocação turística* foi legitimada pela Lei 5 973, em 1960, quando a letra "T" foi incorporada ao nome unidade de conservação, tornando-a finalmente, no papel, e sem

conhecimento dos moradores que lá viviam, o PETAR -- Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira.

Vale a pena, antes de seguirmos em frente, analisarmos brevemente o texto do decreto de 1958 (Anexo 1) e da lei de 1960 (Anexo 2). O artigo 4º do decreto de criação diz que se aplicam ao parque as normas estabelecidas pelo código florestal de 1934, não implicando a criação do PE(T)AR, portanto, em proteção diferenciada aos recursos naturais. Esta proposição é confirmada pelos artigos 6º e 7º que dizem, respectivamente, que o Estado poderia dividir certas zonas do Parque em lotes, que seriam arrendados para o desenvolvimento do turismo, e que o Estado poderia requerer pesquisa e lavra de minérios dentro do Parque. O artigo 8º, por sua vez, determina a cobrança de taxas para a visitação. Percebem-se aí dispositivos para a maximização do uso turístico do Parque sem que isto fosse imbuído de proteção aos recursos florestais.

Contudo, mais do que apenas incluir a letra "T" no nome do PETAR, a lei de 1960, quando o governador já era Carvalho Pinto, revoga indiretamente os artigos que permitiam o uso direto no decreto de dois anos antes, afirmando em seu artigo 2º que o Parque "constituirá, em sua totalidade, reserva florestal do Estado, considerada de conservação perene e inalienável". Vê-se aí que, entre os defensores da criação do PETAR, já havia uma tensão entre o uso capitalista da terra e a proteção integral dos recursos em nome de interesses da coletividade. Nos dois pontos de vista excluía-se dos benefícios os moradores locais, cujos direitos costumeiros eram ignorados inclusive para fins de desapropriação.

Dos 37 712 hectares do Parque definidos pelo artigo 3º do decreto de 1958, 10 569 hectares eram consideradas terras devolutas e o restante era destinado à desapropriação. Como poucos dos moradores locais tinham titulação da terra, inclusive pelo próprio direito costumeiro, como veremos algumas páginas adiante, os beneficiários eram grandes proprietários e empresas mineradoras, que muitas vezes constituíam-se em *grileiros*. Dema, atual funcionário do PETAR, que participou da implantação do Parque como agrimensor, fala do histórico da questão fundiária.

"Os problemas fundiários já vêm de muitos anos, né, As superposições de documentação, de terra, as posses em si, né. (...) Porque simplesmente o pessoal punha um editalzinho, punha lá na porta do fórum e, uma grande maioria da nossa população em geral aqui, ela não sabe ler nem escrever, não tem acesso à informação nenhuma. Ainda mais há uns 50, 60 anos atrás, quem que tinha essa informação? Ninguém tinha. Então quem tinha, na realidade, levava uma grande vantagem, né, porque ele acabava criando enormes áreas aí, como se fosse dele e nem, na realidade, nem do cara não era.(...) As pessoas não procuraram falar, não, se defender, né, falar 'não, eu sou proprietário daquela área'. Então ficava como terra devoluta. (...) Tanto é que na áreas de mineração, que era interesse mineral, todas as áreas hoje de interesse mineral dentro do município, que tinha empresas ou alguma coisa assim, que trabalhava na época, na questão de chumbo, nessas coisas, eles defendiam, as próprias mineradoras, às vezes, eles defendia, como se fosse dela a propriedade, e acabava ficando com essa propriedade. Tanto que a grande maioria, um exemplo, dentro do Petar, na região em torno do Petar, essas propriedades são de mineradores... e os posseiros mesmo, mesmo o morador tradicional, eles acabaram perdendo todos esses direitos, se tornaram posseiros. Não se tornaram posseiros porque queriam ser posseiros eternamente, e sim porque não teve essa oportunidade de defender seus direitos, na época. Então o juiz decretou devoluta e ficou, dessa forma ficou." (Dema, junho/2000)

Em resumo, identificamos como os primeiros atores externos na história do PETAR:

- a) grandes empreendedores, empresas minerárias e *grileiros* (categorias que não são mutuamente excludentes), com interesses capitalistas, que tentavam com pouco sucesso explorar os recursos a região;
- b) atores governamentais com projetos não menos capitalistas de desenvolvimento turístico em um *paraíso ecológico*, e/ou com interesses de resguardar recursos florestais, no modelo americano de conservação;
- c) pesquisadores da área geológica e áreas afins que militavam pela proteção das cavernas, com o apoio de atores da imprensa;

A partir da criação do Parque, novos atores sociais passam a ganhar importância no cenário florestal do Alto Ribeira.

2) Segundo Momento: o Parque Estadual Turístico de Papel

Criado o PETAR, praticamente nada mais foi feito no âmbito governamental para sua implantação. Os governos estaduais sucediam-se e as desapropriações, hotéis de luxo e os “fogões rústicos para churrasco de peixe” não foram levados a termo. Em 1963 a administração do Parque, que era coordenada pelo IGG, passou para os cuidados do Serviço Florestal. O IGG tinha um único funcionário responsável pelas cavernas na região de Caboclos, o Zé das Grutas, que continuou trabalhando no local, pelo IGG, até recentemente. No período de pesquisa, Zé das Grutas, está aposentado e mora em Apiaí.

Apesar do que dizia a lei de 1960, a fiscalização da Polícia Florestal sobre as atividades dos moradores que, como veremos, seguiam sua vida sem saber das decisões governamentais afetava pouco os moradores. Eram multados esporadicamente, às vezes com sérios conflitos, os moradores que utilizassem para a agricultura terras nas margens de riachos, terrenos inclinados ou topos de morros, conforme a legislação do Código Florestal (que provavelmente era aplicado de forma mais rígida nas *terras de reserva*). Como já dissemos, a mineração prosseguia de forma reduzida pelas próprias dificuldades técnicas. O palmito, abundante na mata, começou a ser retirado de maneira sistemática e legal pelos moradores do município de Iporanga. Havia inclusive uma fábrica de palmito no centro da cidade. O corte do palmito era, portanto permitido. Os moradores mais antigos contam que o retiravam segundo especificação de tamanho mínimo o tronco, o que indica que devia haver regras institucionalizadas que regulavam seu comércio.

No período do *parque de papel* começou a surgir um novo tipo social no Brasil: o espeleólogo, explorador de cavernas. Os primeiros a aparecerem em Iporanga eram em geral profissionais ligados à atividade mineral. Um dos pioneiros foi o francês Pierre Martin, engenheiro da Mineração Furnas. Segundo Luís Afonso Figueiredo (2000), em 1950 Pierre Martin já havia penetrado nos primeiros 800 metros da hoje famosa Caverna Santana e ficara empolgado com o projeto de prosseguir as explorações, o que só se concretizou na década de 1960. Outros dois franceses também são sempre citados como pioneiros nas cavernas do Alto Ribeira e na espeleologia brasileira: Michel Le Bret e Guy Collet.

A espeleologia brasileira, na verdade, estruturou-se a partir da região do Alto Ribeira, que é a mais rica em cavidades subterrâneas do Brasil: só no PETAR já foram identificadas mais de 300 cavernas, das quais aproximadamente 30 são hoje oficialmente abertas à visitação. Com a vinda destes espeleólogos e a concomitante abertura da Caverna Santana para a visitação turística, em 1968 (pela prefeitura municipal de Iporanga, não por parte do governo do estado), o foco dos olhares externos passou para a região do Parque próxima à Caverna Santana, onde se localizam o maior número de cavernas. O Bairro da Serra, povoação mais próxima das principais cavernas do sul do PETAR, abrigou os primeiros visitantes.

Os espeleólogos franceses que se hospedavam no Bairro da Serra logo travaram contato com alguns poucos moradores locais. Uma casa de pau-a-pique construída no terreiro do casal Vandir e Diva de Andrade passou a ser sua hospedaria. Alguns outros moradores, mateiros experientes, passaram a ser os guias, trabalhando junto com os espeleólogos na identificação e exploração de cavernas. Estes moradores acabaram por tomar gosto pela atividade espeleológica e passaram inclusive a fazer parte de grupos de espeleologia que surgiam na época.

Em 1964, no próprio Bairro da Serra, realizou-se o primeiro Congresso Brasileiro de Espeleologia, e em 1969 foi fundada a Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE), tendo Michel Le Bret como o primeiro presidente (Figueiredo, 2000). Neste período a espeleologia na região já não se resumia mais aos franceses. Outras pessoas chegavam e maravilhavam-se com as cavernas, não mais apenas profissionais da área mineral, mas curiosos de diversas formações. A espeleologia, para essas pessoas, tornou-se um misto de *hobby* sério e atividade para-científica. Em minha experiência em contato com espeleólogos pude notar que muitas vezes a espeleologia toma uma importância tal na vida do praticante que passa a ser tão ou mais importante do que sua vida profissional, tornando-se um objetivo de vida.

No decorrer dos anos, portanto, novos espeleólogos foram chegando. São nomes famosos no círculo espeleológico, como Clayton Lino, Celso Zílio, Scala, Roberto Brand, Roberto

Rodrigues, entre diversos outros. Alguns vieram também como pesquisadores da área biológica, como é o caso de Eleonora Trajano e Pedro Gnaspini. Luís Afonso Figueiredo, ex-professor de Química, foi mais um deles. Em sua tese, quando fala sobre sua trajetória, fornece uma interessante descrição autobiográfica do fascínio que a caverna exerceu sobre ele. Seu primeiro encontro com elas deu-se apenas no ano de 1985, na Caverna Santana. O turismo ainda não tinha o fluxo e a organização atual.

"A atmosfera do interior da Caverna, apesar de bastante úmida, possuía uma temperatura muito agradável, foi o primeiro impacto. Logo adiante a galeria seguia interminavelmente, ora com tetos baixos, mas a maior parte com tetos altos, com trechos bastante ornamentados. Finalmente, as famosas estalactites, no teto, e estalagmites, no chão,... colunas, cortinas, toda uma série de ornamentações retorcidas, logo surgiram.. O incrível era o suave e gostoso murmúrio do córrego. O gotejamento, intenso em alguns trechos, e o eco de nossas vozes completaram uma sensação indescritível. (...) Isso tudo 'pirou' a gente. Fomos conhecer outras cavernas, a Morro Preto e a Couto. A primeira com um pórtico avantajado e um gigantesco salão de entrada; a segunda era a galeria do Ribeirão do Couto que ressurgia à luz do dia em uma maravilhosa cachoeira, que banhou nosso compensado cansaço. A Mata Atlântica se destacava em todas as trilhas que passávamos, esse contato com a densa vegetação e, eventualmente, com sua fauna, foi algo bastante motivador." (Figueiredo, 2000:19)

Segundo diversos dos espeleólogos com quem conversei, seu contato com a população local no período prévio à implantação do PETAR resumia-se aos moradores que os acompanhavam. Os visitantes instalavam-se no rancho da Diva e passavam a maioria do tempo nas cavernas. Para os moradores da Serra, era difícil ler o significado da presença dos espeleólogos, principalmente considerando que na época esses moradores tinham acesso a poucas informações do restante do país.

Junto com o fascínio pelas cavernas veio o fascínio pela floresta, pelos rios. Os espeleólogos passaram a consistir então em militantes pela preservação das cavernas e da floresta. Os visitantes tomavam consciência da existência do "parque de papel" e sonhavam com sua implantação. Os diversos grupos espeleológicos, apesar das disputas internas, organizavam-se em torno da SBE, reconhecendo e realizando levantamentos topográficos de cavernas e começando a trazer os primeiros grupos de visitantes.

Neste momento Clayton Lino, um dos espeleólogos que freqüentava a região, passa a ser uma liderança importante. Clayton formara-se em arquitetura na USP em 1976, e a partir

de 1977 começou a fazer um levantamento de arquitetura rural pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT). Clayton, de fato, passou a ter um contato muito mais profundo com os moradores do Bairro da Serra, não só com os que se envolviam com os espeleólogos.

"Nesse levantamento de arquitetura rural, eu peguei cinco municípios: Apiaí, Ribeira, Barra do Turvo, Iporanga e Eldorado. No início era para ser um trabalho de três, quatro meses, e acabou se estendendo para um ano. E eu mudei para lá, fiquei morando no Bairro da Serra. (...) Então foi um criando um outro tipo de vínculo com as próprias pessoas da área" (Clayton Lino, novembro/98).

O turismo como política de desenvolvimento, agora não mais baseado na construção de um grande hotel estatal, mas como solução econômica para os moradores em detrimento a suas atividades costumeiras e empregos em minerações, voltava à cena política do Alto Ribeira, agora via militância dos espeleólogos. A região passava por um novo *surto* minerário, com a reabertura da Cia. De Mineração Furnas, agora chamada Companhia Argentífera Furnas, e posteriormente da mineração Vale do Cedro, bem no meio do Bairro da Serra.

Por volta de 1979, a SBE, com Clayton Lino como presidente, passou a ter maior articulação política exigindo, de início, o tombamento, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), do PETAR e de certas áreas contíguas que continham cavernas. O tombamento acabou só ocorrendo em 1985, incluído no tombamento de toda a Serra do Mar. Na proposta que a SBE mandou ao CONDEPHAAT em 1981, estão expostos os seguintes argumentos:

"(...) quando a mata é eliminada, seja por agricultura de subsistência, geralmente mal sucedida [sic], seja por madeireiras ou incêndios provocados, sua regeneração é muito difícil, o que pode estar relacionado à perda de nutrientes do solo. Desenvolveu-se, então, uma mata secundária, diferente da primária, tanto florística quanto ecologicamente.

(...)

o atual uso da terra pelos moradores locais (...) tem ocasionado -- apesar de várias décadas de ocupação-- pequena alteração ambiental.

(...)

observa-se (...) a contaminação das águas, devido às operações de tratamento de minérios, a possibilidade de danos físicos às cavernas, quando a lavra é subterrânea, e a devastação de grandes áreas florestadas, quando a mineração é a céu aberto.

(...)

além das espécies citadas, e talvez em situação mais crítica que as anteriores, salienta-se a *Euterpes edulis*_(palmito), que vem sendo objeto de devastação em grande escala. (...)

neste quadro, a criação de reservas naturais, como a proposta, são indispensáveis, pois constituem reservatórios de habitats em suas condições naturais primitivas e, sem a interferência humana, constituem 'laboratórios naturais' abertos à pesquisa científica, onde a estrutura e a evolução das comunidades bióticas pode ser estudada com êxito." (CONDEPHAAT, 1981: 5-10, grifos meus)

Toda a articulação é descrita detalhadamente por Luís Afonso Figueiredo (2000). O que torna-se mais importante de destacar é que havia um conflito entre diversos atores sociais: por um lado espeleólogos da SBE e pesquisadores de instituições como o Instituto Geológico (ex-IGG), Instituto Botânico e a USP; e por outro empreendedores como mineradoras e madeireiras, órgãos estatais com caráter desenvolvimentista como a Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA) no período pré-Montoro e a própria prefeitura de Iporanga. Clayton já havia sido o principal responsável pelo tombamento da cidade pelo CONDEPHAAT, o que não foi visto com bons olhos pelos moradores da sede do município.

O período do *parque de papel* terminou junto com a ditadura militar. A entrada de Franco Montoro no governo do estado, em 1983, marcou para os espeleólogos o início da proteção das cavernas. Para os moradores de Iporanga, entretanto, foi o início de um período em que a defesa do meio ambiente passou a significar o ataque a sua sobrevivência. Para os moradores das grandes cidades do estado e mesmo do país, significou a descoberta das cavernas do Alto Ribeira, agora as *Cavernas do PETAR*, como um novo ponto turístico. Acompanhemos agora como isto aconteceu.

3) Terceiro Momento: democracia política, ditadura ambiental

Com a eleição de Franco Montoro, Clayton Lino entrou na SUDELPA, que foi completamente reestruturada (Martinez, 1995). Embasado pelas pesquisas e representações dos espeleólogos, foi formulado o *Projeto PETAR*, com o objetivo de implantar o parque. Em 1985 o *Projeto PETAR* passou ao Conselho Estadual do Meio

Ambiente, e foi incluído no Plano Diretor de Desenvolvimento Agrícola do Vale do Ribeira-MASTERPLAN, um projeto ambicioso que visava, entre outras coisas, a regularização fundiária do Vale (Martinez, 1995). Nesta regularização, incluiu-se a implantação das unidades de conservação.

Neste momento, não só Iporanga, mas praticamente todo o Vale do Ribeira, que vivia de uma economia extrativa, passa ser preenchido por unidades de conservação ambiental, frutos de anos de lutas de ambientalistas. São criados e/ou implantados, além do PETAR, os Parques Estaduais de Jacupiranga e Carlos Botelho, no Alto Vale do Ribeira²; as Estações Ecológicas Juréia-Itatins e Chauás e os Parques Estaduais da Ilha do Cardoso e Pariqüera-Abaixo, no Baixo Vale do Ribeira, além das extensas Áreas de Proteção Ambiental (APAs) Cananéia-Iguape-Peruíbe (federal) e da Serra do Mar (estadual)³. A Figura 3 mostra a geografia atual das unidades de conservação do Vale do Ribeira.

O PETAR, tanto pelo (já ancião) discurso do potencial turístico quanto por toda a movimentação que acontecia na região, foi tomado como área piloto para a implantação das unidades de conservação. Foi então formada uma equipe multidisciplinar, sob a coordenação de Clayton, para se implantar o Parque:

"Eu trabalhei numa equipe que foi a primeira equipe multidisciplinar formada para implantar e regularizar o PETAR. E nessa equipe nós tínhamos colegas antropólogos, sociólogos, desenhista, agrimensor, etc. (...) Nós fomos identificar primeiro o que era do estado, o que era particular, e como estava a situação destas terras" (Nininha, novembro/98).

Esta equipe realizou então o levantamento fundiário da área, identificou as áreas devolutas e os títulos sobrepostos, e iniciou o processo de desapropriações. A política da equipe era que houvesse uma regularização fundiária que não prejudicasse os moradores locais. Titulando-se os posseiros, seria facilitado um posterior processo de desapropriação. A guerra principal continuou sendo com as minerações:

² Posteriormente a Fazenda Intervales, de propriedade do Banespa, viria a se transformar no Parque Estadual Intervales, somando mais uma unidade de conservação no Alto Vale do Ribeira.

³ Existe também a APA da Ilha Comprida, que é estadual, mas que sobrepõe-se a uma parte da abrangência da APA Cananéia-Iguape-Peruíbe.

"(...) tinha 80% da área do Parque coberta por pedidos, alvarás, concessões de minerações. Foi outra guerra nossa, tinha 12 minerações clandestinas atuando. (...) Também tinha minerações do lado e no Bairro da Serra" (Clayton Lino, novembro/98).

Neste período as ações da Polícia Florestal começaram a se intensificar em Iporanga. Fecharam-se as minerações, fecharam-se as fábricas de palmito da região. Os únicos empregos assalariados que restaram na cidade foram os cargos públicos e o incipiente comércio.

"(...) o impacto da fiscalização começou assim: de vez em quando fazia instalações já de furgões, fechavam a cidade mesmo. E aí a cidade ficava pavorosa, porque a economia era o extrativismo do palmito. E quando [o palmito] começou a acabar, começou a piorar ainda mais, porque algumas famílias insistiam, e ainda uma porcentagem da população ligada ao palmito. E até hoje a gente tem essa classe do palmiteiro. (...) Quando a fiscalização começou a apertar mais, ela apertou mais também as roças de pessoas que insistiam e tentavam fazer as suas plantações. Então ia pegar o palmiteiro, já pegava também o cara que estava fazendo sua rocinha de feijão. Aí começou a prejudicar mais ainda a economia. Aí que começou a se parar totalmente o plantio, começou a se perder totalmente o vínculo com a terra." (Nilton, setembro/98)

A Companhia Argentífera Furnas, em determinado momento, passou a se tornar a adversária tanto da equipe da SUDELPA quanto dos moradores. A mineração, cuja massa falida havia sido comprada pelo empresário Alfredo Blanes, afirmava ser dona não só da região da Caverna Santana, principal atrativo turístico do PETAR, como de todo o Bairro da Serra. Utilizando-se de sua relação próxima com os moradores, Clayton Lino, junto com outro colega espeleólogo da equipe, o recém formado advogado João Allievi, agilizou o processo de usucapião coletivo, enfrentando judicialmente a mineração Furnas.

"O Bairro da Serra foi o primeiro lugar aqui no Vale do Ribeira que teve um usucapião coletivo. A gente fez o levantamento das roças, não sei o que, e entrou com o processo. Por sinal, em área do Parque, inclusive. Quem estava fora do Parque já foi regularizado. (...) Isso daí começou porque tinha a mineração de Furnas, que chegou lá, com um novo dono, que comprou gato por lebre, e contaram para ele que era dono de tudo, quase até Iporanga. E aí ele chegou achando que era dono de tudo, pôs uns jagunços, e começou a colocar placa no próprio Bairro da Serra dizendo: 'propriedade particular, não entre sem autorização', em frente às casas das pessoas. Foi um conflito que quase deu morte. Aqui não deu, em outros lugares deu. (...) Coincidentemente nesta época eu estava morando lá. E aí começamos a fazer assembléias com os moradores,

um trabalho de resistência que não era nada simples na época, lembrar que nós estávamos ainda sob uma ditadura militar, e a coisa era muito complicada, qualquer coisa que tivesse uma movimentação assim.(...) Aí nós fizemos esses levantamentos, aí foram espeleólogos da SBE, que sabiam fazer topografia de caverna, e foram fazer topografia de lote, o João [Allievi] era espeleólogo também, e era advogado, então ficou como advogado daqui, e a gente tentou que todas as famílias fizessem, muitos não quiseram fazer, tinham medo. Foram dezoito famílias que fizeram o usucapião coletivo" (Clayton Lino, 30/11/98).

Junto com o processo de usucapião, a equipe da SUDELPA realizou uma operação ousada. Como nos limites do Parque definidos em 1958 levavam em conta acidentes geográficos, e não a ocupação humana, praticamente todas as áreas de cultivo e grande parte das casas dos moradores do Bairro da Serra localizavam-se dentro do parque (Figura 9). A equipe negociou então com os moradores o afastamento dos limites do Parque sobre o bairro de modo que todas as casas e uma parte pequena das áreas de cultivo permanecessem fora dos limites.

"Mas o que a gente fez? A gente fez um exercício de falar casa por casa, morador por morador. (...) Nós fizemos um acordo de cavalheiros, que nós fomos chegar a qual era o limite que seria aceitável para ambas as partes. Pelos moradores, que eles teriam liberada as parte de baixo, e um pouquinho do sopé, a uma certa altura, e eles não plantariam mais lá no alto do morro (...) Isso foi feito com cada um, então houve um acordo. Um acordo que era completamente informal, mas que ficou inclusive de ser formalizado por lei" (Clayton Lino, 30/11/98).

A idéia de Clayton era abrir um precedente na implantação das unidades de conservação, que consistiria na modificação das divisas para resolver conflitos fundiários, sem que isto significasse perda da sua área. Foi então iniciado o processo de desapropriação de uma nova região, conhecida como Boa Vista, de grande interesse ambiental.

O afastamento dos limites do PETAR, naquele caso, era visto como solução porque estava inserido em um claro plano de desenvolvimento do turismo que previa a substituição das atividades costumeiras dos moradores por atividades ligadas ao turismo. Os moradores do Bairro da Serra teriam sua moradia garantida e titulada, seriam forçados, pelas restrições, a abandonarem a agricultura e, com chegada de mais turistas, seriam aproveitados na estruturação da visitação.

Nos bairros fora do eixo de visitação e completamente dentro do Parque, como Bombas, onde esta solução e mesmo a titulação das terras seria mais difícil, a regularização fundiária foi postergada. Os parques fundos para as desapropriações foram usados para regularização de áreas de interesse prioritário para o turismo, como a área da caverna Santana junto à mineração Furnas, e para o pagamento de algumas desapropriações no Bairro da Serra, como a do local próximo à caverna Ouro Grosso.

Alguns moradores do bairro da Serra, principalmente aqueles que tinham maior proximidade com os espeleólogos, e que seriam aliados na luta simbólica pela aceitação do Parque, foram incorporados como funcionários. Participaram da demarcação das divisas, que consistiu para os moradores em demonstração física de que o PETAR estava realmente implantado. Demarcado o Parque, estes funcionários, conhecidos hoje como "os guias antigos", passaram a receber os turistas e monitora-los em visitas à caverna Santana.

O PETAR, como posteriormente ocorreu em outros Parques do estado de São Paulo, foi dividido em núcleos administrativos, que servem como referência tanto para vigilância como para visitação. Hoje existem implantados o Núcleo Santana (1989), que recebe a maioria dos visitantes, o Núcleo Ouro Grosso, contíguo ao Bairro da Serra (1995), e o Núcleo Caboclos (utilizando antiga infra-estrutura do IGG), na região das antigas minas do Espírito Santo e Morro do Chumbo (Figura 2).

"a estratégia foi ir implantando núcleos em pontos estratégicos do Parque, já que não dava para tomar conta de tudo (...), então vamos tomando conta de pedaços, e eram normalmente bocas de vales, não coincidentemente.(...) São pontos que têm atrativos, e são pontos estratégicos para o controle de amplas áreas. E o Núcleo Santana era o filé mignon" (Clayton Lino, novembro/98).

Assim, o Parque Turístico, depois de trinta anos de sua criação, começava a se estruturar para receber os turistas, apesar de todo o discurso anti-ambientalista que se formava entre os moradores que sofriam com as conseqüências das restrições ambientais.

Antônio Modesto, topógrafo da equipe e hoje encarregado geral do Parque, conta de sua relação com os moradores no período de implantação.

"A relação era péssima. A gente tentava conversar, mas a gente tinha pouco conhecimento nessa época, e sabia... a gente sabia trabalhar na função que a gente estava exercendo, que era topografia, mas a questão legal da coisa a gente não tinha conhecimento, na época. Então normalmente a gente dizia: 'a gente está desempenhando nossa função aqui e vocês tem que tomar orientação com as pessoas certas', e aí a gente indicava o escritório do PETAR." (Modesto, setembro/98).

O turismo começou a vir em massa a partir do final da década de 1980. O Núcleo Santana estava estruturado, as *Cavernas do PETAR* eram divulgadas na imprensa e alguns dos antigos espeleólogos começaram a ver na operação do turismo uma solução para unir a paixão pela região com a atividade profissional. Outros, mais românticos, incomodados em verem seu paraíso invadido pela cidade grande, passaram a visitar o PETAR com menos frequência. Hoje o PETAR recebe uma média de 40 000 turistas por ano.

"você pode ver que a maioria das pessoas que fazem o turismo, que acabam trazendo o turismo para cá, são pessoas que vê aqui há anos consecutivamente. Desde que eu estou aqui, eu vejo essas pessoas, algumas pessoas eu conheci depois, que eu já estava aqui e elas chegaram, mas você vê que essas pessoas acabam vindo constantemente, todo feriado, ou todo final de semana, ou todo mês, pelo menos uma vez está aí" (Mamute, novembro/98).

O turismo concentrou-se no Bairro da Serra, por sua proximidade com a caverna Santana. Logo começaram as pousadas: o rancho de Vandir e Diva ampliou-se e transformou-se na *Pousada da Diva*; foi inaugurada, em 1992, a *Pousada das Cavernas*, de propriedade de três sócios de São Paulo, também espeleólogos, com um pensamento mais empresarial. Outras vieram na sequência, a maioria de moradores locais. O PETAR já era administrado nesta época pelo Instituto Florestal (IF), órgão da Secretaria do Meio Ambiente, e uma série de diretores começou a se suceder, nenhum permanecendo por muito tempo.

A chegada repentina de tantos turistas, como se pode imaginar, trouxe inúmeras consequências para os moradores do Bairro da Serra. Uma das primeiras foi a venda das terras. Com os títulos regularizados, no início do *boom* do turismo, muitos moradores venderam seus terrenos para pessoas *de fora*, pessoas estas com interesses diversos: uns com intenção de morar no local, a maioria de fazer casas de veraneio, e uma minoria, ainda, com intenção de montar negócios no local. O termo consagrado hoje no Bairro para caracterizar essas primeiras transações, que apareceu em diversas entrevistas, é *a preço*

de banana. Esse processo obviamente não ocorreu nos bairros onde o turismo não estava presente.

A partir daí o turismo começou a ocorrer de maneira desordenada. Os funcionários não conseguiam mais absorver o fluxo de visitação e novos funcionários não eram contratados. Os jovens do Bairro da Serra, sem opção de emprego e mais sujeitos à vigilância do que os de outros bairros, migravam em massa. O discurso do turismo como solução local começava a não se sustentar. As atitudes repressivas aos *crimes ambientais* prosseguiram e, com mudanças políticas no Instituto Florestal, não foi considerado papel do órgão o apoio aos moradores no desenvolvimento do turismo.

Após a implantação do PETAR, a mobilização política dos espeleólogos passou a ser menor. Mesmo assim, os associados da SBE continuavam seus trabalhos de topografia e identificação de cavernas e auxílio técnico em questões espeleológicas. Muitos deles passaram a despendar tempo e energia no agenciamento do turismo.

Em 1992, algumas pessoas que visitavam o PETAR regularmente, preocupadas com o turismo descontrolado e o êxodo de jovens, reuniu-se para fundar a Associação Serrana Ambientalista, (ASA). Entre eles estavam Ana Rosa, Cláudio, Márcia, Maria Sílvia e Antônio Eduardo, o Mamute. Maria Sílvia, técnica em prótese dentária e ex-estudante de História, já morava no Bairro da Serra desde 1989 e interessava-se em desenvolver atividades na área de saúde. Mamute, agrônomo, mudaria-se de Piracicaba alguns anos depois. De 1992 a 1994, os trâmites burocráticos foram realizados, tais como o estatuto, baseado em estatutos de outras ONGs, e, em 1994, a idéia, já pronta, foi apresentada à comunidade.

Os objetivos da ASA envolviam articulação dos moradores com o parque e a prefeitura, valorização da cultura local, redução na migração dos jovens e quebra do discurso anti-ambientalista formado durante a implantação do parque. Deixemos dois de seus idealizadores descreverem a entidade.

"Não era uma coisa que eu, ou a Márcia ou a Ana pensávamos. Era a necessidade da comunidade. Então é para a comunidade. Eu faço parte da comunidade, mas ainda me considero como turista, trabalho, mas eu sou uma pessoa de fora.(...) quem fez fomos nós três, que agilizamos os papéis, corremos

atrás... agora, o assunto, a necessidade já era conversada por todo mundo. Mas alguém precisava deixar de fazer encontro em bar, pensar um monte tomando cerveja, sentar e escrever" (Maria Sílvia, setembro/98).

"Ela seria voltada para o problema cultural e ambiental, e dentro disso áreas de saúde, e tudo mais, dentro da própria cultura, todas as necessidades. Mas o objetivo principal é o resgate cultural e esse trabalho com o meio ambiente. Quebrar esse problema enorme causado com a implantação do Parque, a falta de apoio, a falta de informação" (Maria Sílvia, setembro/98).

"(...) se procurou criar a associação dentro deste formato, uma coisa que fosse sócio-ambientalista, uma coisa que não se preocupasse só com as questões preservacionistas, e tudo mais. A questão do Parque passar a entender um pouco mais a questão da comunidade, as necessidades de comunidade, e a comunidade também passar a entender, compreender, e até mesmo ter uma certa modificação no seu modo de vida no sentido de ter uma atitude, e uma posição mais ambientalista" (Mamute, novembro/98).

O trabalho da ASA tem tido, desde a sua criação, um duplo viés. Por um lado, trabalha com os moradores rumo a uma complexa *adaptação* à realidade do turismo e das restrições ambientais, procurando trazer os benefícios do turismo aos moradores e trabalhando a mobilização para combater seus aspectos considerados negativos; por outro, defende os interesses dos moradores frente a atores externos e participa como representante do Bairro da Serra em diversas instâncias, desde o conselho municipal de saúde até o macrozoneamento do Vale do Ribeira.

Os idealizadores da ASA procuraram envolver desde o início os moradores que aceitariam a idéia da Associação. Assim, as diretorias das três gestões bienais que haviam se sucedido até o final da pesquisa sempre tiveram um caráter misto, entre a) idealizadores e outros moradores vindos *de fora* (professoras, funcionários do Parque), b) moradores antigos que se envolveram com o turismo desde o início da vinda de visitantes e c) jovens que, após o curso de monitores ambientais, passaram a guiar turistas.

Uma das primeiras ações da ASA foi justamente a articulação para a realização do 1º Curso de Monitores Ambientais, que aconteceu em 1995. Esta articulação foi também uma maneira de envolver os jovens na Associação. O curso visava a formação dos moradores locais no acompanhamento dos visitantes, o que geralmente era feito por espeleólogos (alguns novatos, outros experientes) que se tornaram operadores de turismo. Os

idealizadores da ASA conseguiram atingir parte de seus objetivos com a realização do curso. Formou-se, de fato, um grupo de monitores ambientais locais ligado à ASA que não migraram do bairro e passaram a discutir questões ambientais e comunitárias por meio da entidade. Discutiremos melhor a relação dos moradores com a ASA no capítulo 3.

Uma articulação essencial da ASA para realização do curso foi com uma nova organização que passou a ser importante na região, o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, daqui em diante referido apenas como *Reserva da Biosfera*, como todos os atores denominam o conselho. Apesar de nova, seu diretor é um antigo personagem da história do PETAR: Clayton Lino.

As Reservas da Biosfera são uma iniciativa da UNESCO, dentro do Programa MaB (Man and Biosphere), visando criar uma rede de áreas especialmente protegidas no planeta, não necessariamente excluindo uso humano (Costa, 1997). O bioma Mata Atlântica, incluindo todas as suas Unidades de Conservação, passou a ser uma das Reservas da Biosfera por volta de 1991, ao mesmo tempo em que se organizava a conferência Rio 92.

O PETAR, mais uma vez, foi considerado área-piloto, agora da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Isto significa que poderiam ser liberados recursos para projetos demonstrativos em *desenvolvimento sustentável*, com o objetivo de serem usados como exemplo pelo Estado na execução de políticas públicas. O curso de formação de monitores ambientais encaixou-se nesta categoria e foi a primeira participação ativa da Reserva de Biosfera na região, que se ampliou no segundo curso. A Reserva da Biosfera, com Clayton à frente, têm sido um ator importante no impulso à organização do turismo no PETAR e no município de Iporanga. Esta importância se dá, além da questão da disponibilização de recursos, pela articulação política de Clayton, que continua a levar à frente um projeto de desenvolvimento ecoturístico concebido no âmbito de suas representações sobre a região, possuindo portanto um forte caráter pessoal, mas legitimado pelas políticas internacionais de conservação da natureza.

Outro ator com quem a ASA articulou o Primeiro Curso de Monitores Ambientais foi a Prefeitura Municipal de Iporanga. Os prefeitos de Iporanga historicamente compartilhavam

do discurso anti-ambientalista, hegemônico no município a partir da implantação das áreas de conservação (Figueiredo, 2000). A partir do momento em que o turismo começou a ser visto como uma opção econômica para o município, começou um diálogo, que hoje ainda é incipiente, entre Prefeitura e Governo do Estado, do qual também faziam parte entidades como a ASA e a Reserva da Biosfera. O período de organização do Primeiro Curso de Monitores, em 1995 coincidiu com a cassação do mandato do prefeito Jamil Adib. O Prefeito Manoel do Carmo, que assumiu após a eleição de 1996, mostrou-se mais inclinado a investir no turismo. Para o Primeiro Curso, a prefeitura providenciou a compra dos equipamentos básicos de espeleologia para os monitores, tais como capacetes e carbureteiras.

Até o final da pesquisa, ocorreram três Cursos de Monitores Ambientais no PETAR. O primeiro, fruto de reivindicação da ASA, foi dirigido aos moradores do Bairro da Serra. O segundo e o terceiro cursos, ocorridos em 1998 e 2000, tiveram uma maior participação, inclusive financeira, da Reserva da Biosfera. Assim, a partir do segundo curso foi negociada a participação de moradores da sede do município, de outros bairros rurais e, a contragosto da ASA, de municípios próximos. Ao final do segundo curso formou-se a Associação dos Monitores Ambientais de Iporanga e Região (AMAIR), fruto de divergências entre a diretoria da ASA, que pretendia que os monitores ambientais se filiassem à entidade, e lideranças dos monitores ambientais da sede do município, que queriam uma entidade que se ocupasse exclusivamente com monitores ambientais, sediada na sede do município. Este conflito tem raízes em uma histórica rivalidade entre o Bairro da Serra e a sede, agravada pelo fato dos primeiros beneficiados com o desenvolvimento do turismo na região serem os moradores da Serra.

A participação do Instituto Florestal, que administra o PETAR e outras unidades de conservação do estado de São Paulo, limitou-se praticamente à disponibilização da estrutura do Parque, incluindo o alojamento e a realização das aulas no Núcleo Ouro Grosso e o uso dos veículos, quando necessário. Para compreendermos o motivo desta pequena participação, é importante analisarmos o funcionamento e o histórico da administração do PETAR.

Como dissemos, depois de sua implantação, sucederam-se no Parque uma série de diretores, que não permaneciam por muito tempo em sua função. A administração, de início, era apoiada por uma equipe de profissionais do Instituto Florestal específica para o PETAR. Esta forma de organização foi modificada com a entrada de Mário Covas no Governo do Estado, em 1999. Neste período, os profissionais que não haviam sido contratados por concurso foram demitidos, como política de *enxugamento* do funcionalismo público. Muitos dos antigos membros da equipe do PETAR hoje trabalham ao lado de Clayton na Reserva da Biosfera.

A equipe do PETAR hoje resume-se à diretora, aos funcionários administrativos da sede de Apiaí, ao responsável pela vigilância, aos guarda-parques, ao responsável pelo turismo, aos funcionários da recepção pública e aos funcionários de atividades de manutenção. Destes, apenas a diretora tem nível superior. Os dois últimos diretores, Roberto Burgi e Gisela Menezes, eram biólogos, ambos com título de mestre em biologia marinha. Ambos conheciam o PETAR apenas superficialmente quando ingressaram.

Burgi foi o diretor que permaneceu por mais tempo no cargo (contando o tempo em que terminava seu Mestrado, mais ou menos 6 anos). Segundo alguns moradores, espeleólogos e membros da ASA, tomava atitudes enérgicas mas sabia ouvir e, por ter permanecido por alguns anos, mudou muito sua postura com relação aos moradores. É odiado por alguns moradores do Bairro da Serra, pois foi no período de sua gestão que se iniciou o embargo das construções no bairro, que discutiremos mais à frente. Mas outros moradores ressaltam o empenho pessoal do diretor em tentar resolver a questão dos embargos. Moradores de Bombas nunca o tinham visto: Burgi não costumava visitar os bairros localizados dentro do Parque (Bombas, Riberãozinho, Pilões e outros). Burgi faleceu em um acidente automobilístico em agosto de 1998, durante minha pesquisa de Iniciação Científica. Tive a oportunidade de conhecê-lo, mas não de entrevistá-lo.

Gisela Menezes sucedeu Roberto Burgi, após um ano sem diretor. Foi funcionária da CETESB e trabalhou no Instituto Florestal na formulação de planos de manejo. Em um ano de atuação, mostrou-se desde o início disposta a conhecer os conflitos, participando de reuniões da ASA, visitando o bairro Bombas e algumas regiões mais distantes. No entanto,

tem usualmente seguido as políticas de pouca flexibilidade que parecem estar sendo adotadas pelo do Instituto Florestal no período histórico compreendido pela pesquisa.

De forma geral, a política de administração do PETAR, não importando o diretor, tem sido em duas frentes. A primeira é a de enfrentar o desafio de estruturar o turismo de maneira a causar o mínimo de impacto sobre o Parque, principalmente sobre as cavernas do Núcleo Santana e do Bairro da Serra (muitas das quais, inclusive, situam-se no entorno, e não dentro do Parque). A segunda frente tem sido a fiscalização, com o trabalho coordenado dos guarda-parques e com a Polícia Florestal. Vários dos funcionários envolvidos com a recepção do turista são moradores do Bairro da Serra, enquanto que todos os guarda-parques são *de fora*, vindos principalmente de Apiaí ou de São Paulo. Ambas as frentes encontram dificuldades pela histórica falta de pessoal e falta de recursos. As *parcerias* tem sido apresentado recentemente como solução para essas deficiências, seja com ONGs, voluntários ou iniciativa privada.

Uma terceira frente, que não compete à equipe local e que é de resolução mais complexa, é a da regularização fundiária. Segundo Maria Aparecida, a Nininha⁴, advogada do Instituto Florestal, de 1990 até o final de 1998, e acrescento, até o final da pesquisa, em 2001, a situação fundiária do PETAR permanecia a mesma: dos pouco mais de 35 700 ha, cerca de 13 000 permanecem não regularizados, inclusive as áreas habitadas pelos moradores ditos *tradicionais*.

Vemos então que a administração do PETAR não está montada de forma que seja possível assumir a responsabilidade de construção conjunta de soluções para a resolução dos conflitos sociais relacionados ao uso do parque.

Se, por um lado, o turismo é apresentado como solução para a geração de renda pelos moradores que foram destituídos de suas atividades agro-extrativistas, possibilitando o emprego dos antigos moradores do entorno e interior do parque por meio, por exemplo, dos cursos de monitores, é por conta de políticas e recursos que extrapolam o âmbito do Instituto Florestal. Cabe à administração do PETAR organizar a vinda dos turistas, mas

nem a Secretaria do Meio Ambiente nem outros setores do governo estadual assumem a responsabilidade de pactuar soluções para os problemas causados pela implantação do PETAR, com os moradores que habitam o interior e o entorno do parque. A equipe administrativa local do PETAR muitas vezes procura diálogo, mas ele fica restrito aos parâmetros da proibição de atividades de uso direto da floresta. Cabe aos guarda-parques e Polícia Florestal fiscalizarem a presença de *crimes ambientais*, mas o Estado não assume na prática a responsabilidade sobre os problemas sociais de restrição de acesso a recursos utilizados pelos *moradores tradicionais*, os quais estão na gênese de *crimes ambientais*. Estes conflitos sociais estão, portanto, criminalizados pela lei atual, tornados caso de polícia (florestal). Ultimamente têm havido diálogo maior entre gestores e moradores resultante da atuação de outros atores sociais tais como as organizações locais formadas em grande parte pelos monitores ambientais, e do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, que entra com recursos para desenvolvimento local do turismo. Tem havido uma postura mais clara entre os agentes governamentais, principalmente os que trabalham em campo (diretores, técnicos, funcionários administrativos) de que a administração da unidade de conservação tem responsabilidade sobre seus moradores e sobre o entorno da área.

Por outro lado, a vinda de verbas não-governamentais, as ações voluntárias e o trabalho autônomo dos monitores ambientais têm servido para justificar o papel reduzido do Estado na conservação. A responsabilidade por tais iniciativas e ações é diluída no plano privado e de ONGs, em lugar de serem parte das funções do Estado e em particular da Secretaria do Meio Ambiente. Nada muito diferente do que vem acontecendo em outros setores estatais desde o ingresso de Fernando Henrique Cardoso no Governo Federal, com um discurso de *parcerias* que exime órgãos públicos de ações diretas na área social, as quais são delegadas a organizações governamentais. Ou seja, o discurso das *parcerias* tem fortalecido politicamente organizações não governamentais, sejam de interesse público ou privado, sejam locais ou externas, não porque o Instituto Florestal tenha se aberto à participação popular, mas porque encontra-se em situação tão precária que os gestores não vêem outra saída senão recorrer a outros atores para a resolução de problemas não resolvidos ou emergentes.

⁴ Nesta dissertação estou me referindo aos sujeitos pelos nomes pelos quais são conhecidos na região. O

Presenciei, por exemplo, em uma reunião da ASA, reclamações dos monitores que trabalhavam associados à administração sobre a falta de capacetes na Caverna Santana. Não havia verba disponível para compra de equipamentos, e a situação só foi resolvida com a doação de capacetes por uma empresa privada. A reclamação da falta de capacetes se deu no âmbito da ASA e não interna ao Parque, em primeiro lugar, porque parte dos monitores autônomos não trabalhava autonomamente, mas somavam-se aos funcionários, que não conseguiam sozinhos receber um número elevado de turistas, e para isso os monitores não recebiam do Parque, mas cobravam uma taxa extra do turista.

Temos que considerar um outro ponto importante. As parcerias locais no PETAR dão-se todas em relação ao desenvolvimento do turismo, e ocorrem principalmente na sede do município e no Bairro da Serra, locais propícios a tal desenvolvimento. Isto não é por acaso. O turismo, no discurso hegemônico no âmbito da conservação da mata atlântica, é a única forma vista de compatibilizar a geração de riqueza em um modelo capitalista com o modelo de conservação que um parque representa, em um bioma ameaçado como a mata atlântica. Vejamos como isto ocorre, no Vale do Ribeira.

Quando houve a formação dos primeiros monitores ambientais⁵ no PETAR, um processo análogo já ocorria em diversas unidades de conservação brasileiras, como o Parque Nacional da Chapada Diamantina, na Bahia, e o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em Goiás. O Curso de Monitores do Bairro da Serra, pioneiro do Vale do Ribeira, foi visto de certa forma como modelo para uma política de desenvolvimento do ecoturismo em toda a região, levado pela Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira, um projeto do Governo do Estado que abrange diversas secretarias e o CODIVAR (Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira).

Percebe-se que o ecoturismo passou a ser visto não só no PETAR, mas em todo o Vale do Ribeira, como a nova *grande solução* para o *desenvolvimento* da região, o novo modelo de integração do Vale do Ribeira ao restante do país. Este modelo é festejado pelos

Anexo 3 contém uma lista dos entrevistados.

conservacionistas porque transforma as unidades de conservação não em empecilho, mas em atrativo a investimentos, como podemos perceber neste fragmento, extraído de um folheto da Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira.

"O Vale do Ribeira localiza-se em uma posição privilegiada. No centro [sic] da Mata Atlântica paulista, vizinho à Mata Atlântica do Estado do Paraná, situa-se próximo a duas importantes capitais brasileiras- São Paulo (...) e Curitiba.

A Região de trabalho compreende 24 municípios, possuindo enorme diversidade biológica e de ecossistemas -- rios, cachoeiras, cavernas, manguezais, dunas, montanhas e praias, aliada a um imenso patrimônio cultural, como edificações históricas construídas a partir do século XVI, atividades folclóricas, danças típicas, música tradicional e gastronomia.

Dos 900.000 hectares de Parques Estaduais e Reservas Naturais do Estado de São Paulo, 40% estão distribuídas pelo Vale do Ribeira. (...)

Dessa forma, o Vale do Ribeira estabelece particularidades essenciais, natureza e cultura, para tornar-se importante pólo de desenvolvimento do ecoturismo, segmento da atividade turística que desponta como um dos maiores potenciais de crescimento no mundo, a uma taxa de 20% ao ano." (Governo do Estado de São Paulo, 1996)

Os folhetos de divulgação das unidades de conservação do Vale do Ribeira, no tempo da pesquisa, procuram integrar áreas mais e menos visitadas em roteiros de ecoturismo. Isto faz parte desta mesma estratégia de desenvolvimento do turismo no Vale. A aceitação desta estratégia é grande entre os espeleólogos que freqüentam o PETAR. José Antônio Scaleante, o Scala, espeleólogo conhecido no PETAR, na época da pesquisa assessorava a Prefeitura Municipal de Apiaí no desenvolvimento do turismo no município. Scala acentua a necessidade de um turismo local de pequeno porte e distribuído por todo o Vale:

"Esse roteiro das cavernas que começa em Apiaí e termina em Registro, isso eu acho que vai ser o futuro do turismo no estado de São Paulo. (...) Agora, eu gostaria que aquilo lá tivesse desenvolvimento, e não crescimento. (...) Nada de mega-investimento, isso não vai beneficiar em nada.(...) O que aquela região têm que fazer é desenvolver integrada desde Registro até Apiaí, para que tenha pequenos blocos, e não um lugar muito grande. (...) O Bairro da Serra, eu acho que chegou no limite de crescimento, ali agora eu acho que tem que ter desenvolvimento: melhorar saneamento básico, essas coisas todas" (Scala, novembro/98).

Em resumo, os olhares externos que se dirigem ao PETAR de hoje interpretam o turismo como solução para a conservação da natureza aliada à geração de renda. A administração

⁵ Vê-se que, na região, o termo *monitores ambientais* equivale a *monitores de turistas*, ou *guias de turistas*, não tendo alguma outro sentido que o leitor poderia inferir, relacionado ao monitoramento das condições da floresta, ou outro tipo de monitoramento de ordem ambiental.

do Parque, sucateada pelas políticas públicas estaduais, recorre aos diversos atores sociais da região, sejam as duas associações locais dos dois bairros de Iporanga com potencial turístico mais evidente (sede municipal e Serra), sejam os operadores de turismo e/ou espeleólogos, seja a *Reserva da Biosfera*, ou sejam, em menor escala, as empresas privadas. O Bairro da Serra e, em menor escala, a sede do município, são vistos como lugares onde o turismo funciona, e são observados como modelos para outras regiões do Vale.

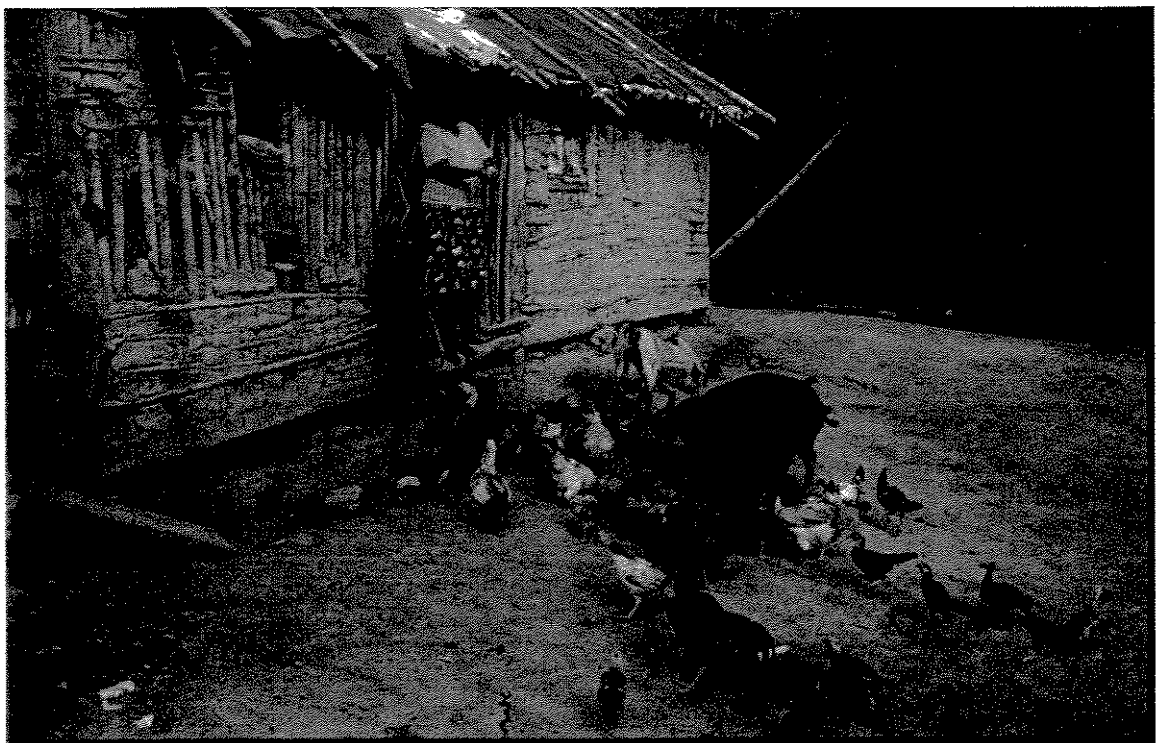
Este capítulo termina aqui, tendo falado muito pouco dos moradores. Falamos deles como empecilhos à implantação do PETAR, como possíveis praticantes de crimes ambientais, como portadores de um discurso anti-ambientalista, ou como pessoas que se organizam para reivindicar questões relativas ao turismo. Os moradores do Bairro da Serra tiveram maior visibilidade neste capítulo, principalmente porque se envolveram com os espeleólogos e turistas. Não por acaso, se relemos atentamente este capítulo, estas são as visões que permeiam os olhares dos atores externos. E são essas visões que a partir do próximo capítulo vamos desconstruir.

Como é a vida nos bairros do entorno e interior do PETAR hoje? Por que processos sociais estas pessoas têm passado ao longo dos anos? Como agem face às mudanças? Nossas lentes imaginárias, que até agora alternaram seu foco entre cavernas, mata exuberante, espécies endêmicas, abundância de recursos minerais, atrativos turísticos e oportunidades de negócios, nos próximos capítulos focalizarão os moradores locais. O caso é que, utilizando-nos de lentes com pouca profundidade de campo, quando olhamos para a paisagem as pessoas tornam-se borrões desfocados que estragam a fotografia. Vamos então trocar de lentes, focalizando nos próximos capítulos as pessoas que vivem no local.

Narrativa Visual 2





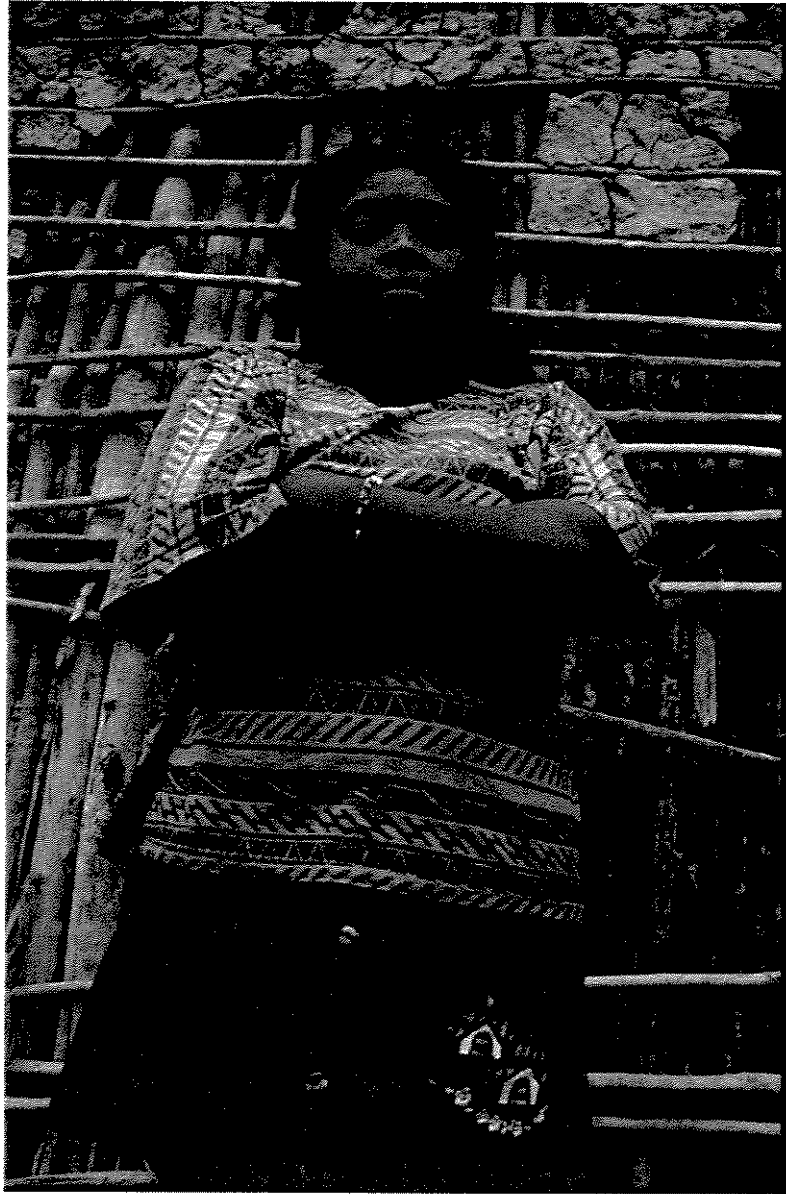




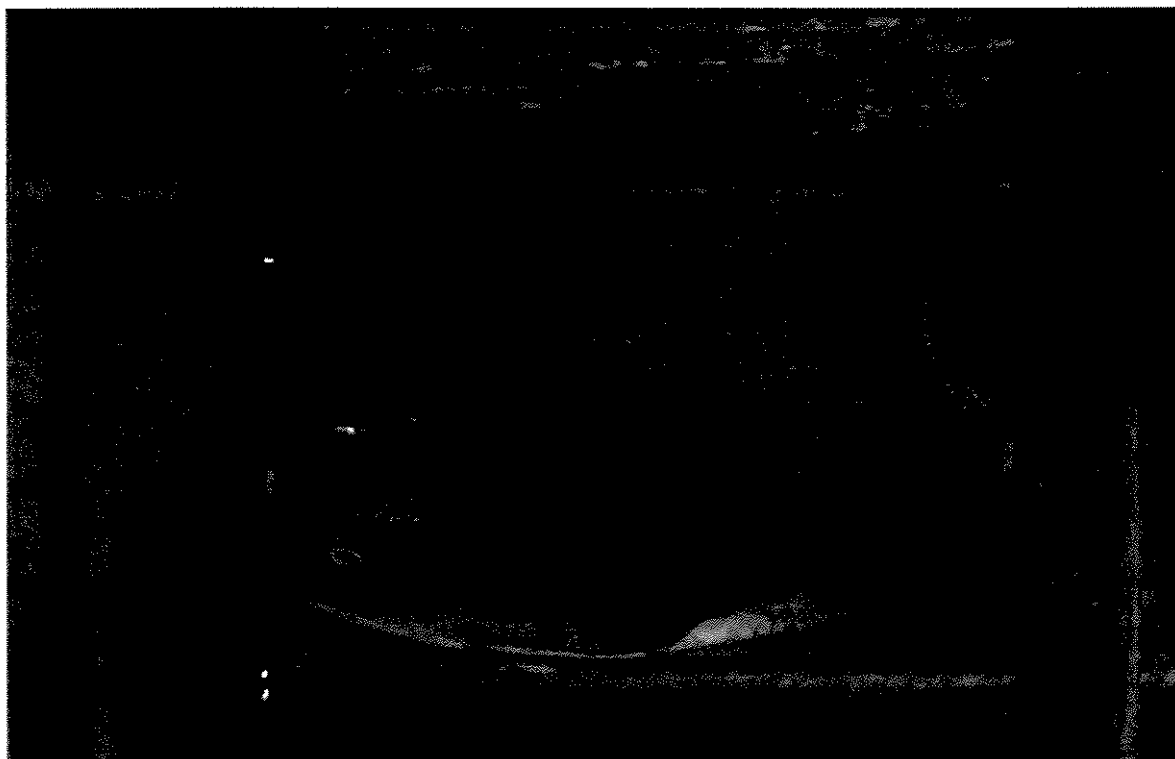
















Capítulo 2: Bombas em Foco

Capítulo 2: Bombas em Foco

Estou molhado, deitado em meu saco de dormir, ouvindo lá fora o ruído da chuva, misturado aos sons da mata. Estamos na pequena escola rural de Bombas, longe de qualquer agitação turística. Me acompanham Ditinho, nosso guia, e três amigos e pesquisadores do projeto *Floresta e Mar*, Samuel, Érica e Simone. Não há estrelas no céu e a única luz visível é o espectro da vela no quarto em que a professora Cleusa, nossa anfitriã, dorme com minhas amigas. Enquanto Ditinho dorme e Samuel escreve em seu diário de campo, penso no dia que passei, nas impressões que guardava sobre um dos lugares em que eu viria a concentrar o trabalho de campo de minha pesquisa.

Quando dizíamos no Bairro da Serra, onde estávamos hospedados no dia anterior, que iríamos a Bombas, com ou sem chuva, as pessoas olhavam para nós e riam-se. Pudemos naquele dia ter a noção exata das dificuldades de acesso que os moradores enfrentam quando chove. Desde que pegamos a trilha, no bairro Betari, até onde estávamos, tínhamos escorregado bastante com nossas mochilas pesadas nas subidas e descidas íngremes do caminho. Em dias secos, pessoas como as de nosso grupo, urbanas mas bem dispostas, demoram pouco menos de 90 minutos até esta parte do bairro.

Ao longo da trilha, percebi a mata em estágios sucessionais variados, indicando que aquele terreno devia ter sido usado para a agricultura, pedaço a pedaço, em épocas diferentes. Em alguns locais já era difícil saber se a mata havia ou não sido derrubada em um passado recente. A imagem ao longe, no entanto, era de uma floresta exuberante, cobrindo completamente os diversos morros da região. Estávamos numa das únicas regiões do estado de São Paulo onde a mata atlântica ainda mantém-se de pé. E estávamos lá para tomar contato com os moradores daquele lugar¹, conhecer seu modo de vida e interpretar os conflitos existentes por eles estarem ali, numa área onde paradoxalmente se sobrepõem um bairro rural e uma área de conservação que não permite a presença de moradores.

¹ Os pesquisadores que me acompanhavam desenvolveram suas pesquisas em outros locais: Samuel realizou um pesquisa de Iniciação Científica sobre os conflitos no Bairro Ribeirãozinho (Iporanga), Simone fez sua pesquisa de Mestrado com os conflitos no Bairro Despraiado (Estação Ecológica da Juréia) e Érica desenvolve uma pesquisa-ação como parte do Mestrado em Educação na escola do Bairro da Serra.

As habitações de Bombas circundam esparsamente a Serra do Sem-Fim. Conforme avançássemos para as casas mais distantes sertão adentro, como faríamos no dia seguinte, o Bairro Betari tornar-se-ia mais longínquo, e nas localidades conhecidas como Lagoa e Córrego Grande já seria mais vantajoso alcançar a estrada que leva até a sede do município chegando até o Bairro da Serra, ao invés de retornar pela trilha da ida (veja figura 4).

A primeira casa a que havíamos chegado pertencia ao *seu* Zé Catarino, que não estava. Encontramos sua esposa, *dona* Davina, com vários de seus filhos. A casa, como todas as da região exceto as duas escolas, era de pau-a-pique, coberta com telhas *eternit*. No terreiro encharcado pela chuva alguns porcos faziam a festa. Ao entrarmos encontramos uma sala de chão batido, quase sem móveis. No canto, uma penca de bananas recém cortada sob o jirau cheio de sacas de arroz. Galinhas ciscavam enquanto a dona da casa nos oferecia um café.

Percebemos em *dona* Davina um certo clima de desconfiança com aqueles que chegavam de fora. Fiquei imaginando que ela pensava no que estaríamos fazendo lá. A explicação sobre nossas pesquisas foi recebida com reticências. As crianças, curiosas, nos observavam pelas frestas e janelas. Ficamos pouco mais do que o tempo de nos apresentarmos e fomos para a próxima casa, a de *dona* Virgilina, irmã de Ditinho, e de seu marido e primo Nivaldo. *Dona* Virgilina morava alguns minutos à frente e os donos da casa estavam avisados que iríamos visitá-los.

O aspecto do lugar era mais ou menos o mesmo da casa anterior. Um terreiro com porcos, galinhas e patos circundava a casa de pau-a-pique. A família nos recebeu de maneira muito amável. Eles tinham se mudado de volta ao bairro havia poucos anos. Passaram sete anos fora, em áreas rurais próximas, trabalhando como meeiros na plantação de tomate. Voltaram porque *cismaram*, segundo *seu* Nivaldo. Sobreviveram durante os tempos do tomate, mas ficaram com medo de perderem o direito à sua posse e não poderem voltar se a situação apertasse. Apesar das dificuldades da vida *no mato* também serem muitas, preferiram-na ao trabalho árduo e ao veneno dos tomates. Já os filhos homens não voltaram mais, ficaram pelo mundo. As quatro filhas que moram com o

casal ainda estão estudando na escola do bairro, que é multi-seriada e vai até a quarta série. Jantamos na casa da família e conversamos até a hora de dormir. Antes de irmos embora *dona* Virgilina nos avisou que em breve aumentaria sua casa, para que ficasse mais adequada à família e para receber eventuais visitantes como nós. Em breve, após erguerem a estrutura, marcaria uma *reunida* para o *barreamento*.

Mais cinco minutos apontando nossas lanternas pela trilha e alcançamos a escola, não sem antes passarmos pela casa de *seu* Fernande, pai de Nivaldo. A casa estava abandonada e, veríamos depois, tinha escrita em suas paredes o nome e o número de um candidato a vereador de um partido conservador. Seu Fernande, após a morte de sua esposa, mudara-se para a sede do município.

Abro meus olhos e todos estão dormindo. Esforço-me para ainda conseguir registrar o dia em meu diário de campo. Sopro a vela e fecho o zíper de meu saco de dormir. O dia seguinte seria longo e molhado. Ainda passaríamos pelas casas de diversos moradores... Pinheirinho, Cotia, Lagoa, Areias, Sítio Novo... muito sertão pela frente (figura 5). Chegaríamos no Bairro da Serra mais de dez horas da noite. Na próxima vez eu viria sozinho, para a reza de Nossa Senhora Aparecida.

2.1) Viver em Bombas

Na primeira visita a Bombas, eu sabia que muito me faltava compreender sobre o cotidiano na região e sobre até que ponto a implantação do PETAR havia provocado mudanças na vida dos moradores. Voltei muitas vezes depois durante a pesquisa e por meio de minha vivência, pelas entrevistas e pelas conversas informais, posso fazer aqui uma breve descrição do que podemos chamar o *modo de vida* em Bombas. Compreender estes aspectos será importante para discutirmos os conflitos sociais existentes na área.

Em primeiro lugar, para os órgãos públicos (prefeitura, ITESP e Secretaria do Meio Ambiente) e para as pessoas de fora, Bombas é uma localidade formada por um conjunto de casas, dividida em dois focos de povoamento atuais, Bombas *de cima* ou Bombas I e Bombas *de baixo*, ou Bombas II.. Para os moradores, entretanto, Bombas consiste na

denominação geral de toda uma região de floresta usada pelos moradores, situada no município de Iporanga, localizada entre a Serra do Sem-Fim e os bairros que margeiam o rio Ribeira de Iguape, tais como Praia Grande e Descalvado. Para os habitantes locais, portanto, Bombas designa um mosaico de diferentes regiões do *sertão*² (Figura 5). Há alguns anos, na infância dos adultos de hoje, o local era habitado por um número muito maior de famílias (que está na ordem das dezenas, mas é difícil inferir mesmo um número aproximado), mas era também, de forma geral, uma área de povoação esparsa. Bombas *de cima* compreendia uma série localidades (Cotia, Pinheirinho, Lagoa, Córrego Grande), como veremos adiante. O termo *Bombas*, além de designar para os moradores a região de forma geral, também designa, em sentido mais estrito, o lugar onde residem *dona* Davina e *dona* Virgilina, correspondendo na denominação dos atores externos Bombas I ou Bombas de Baixo. No diálogo com pessoas *de fora*, entretanto, os moradores usam a caracterização de Bombas como bairro. Considero como foco de minha análise a região abrangida pelo *Bairro Bombas* (*Bombas de Baixo* mais *Bombas de Cima*), além das Areias, onde mora atualmente um ex-morador de Bombas. A partir de sua continuidade com o Bairro Sítio Novo, a região forma um *continuum* geográfico (Figura 4) com o Bairro da Serra, que conheceremos no capítulo 3. Não é uma preocupação central desta pesquisa delimitar definir os limites geográficos do bairro. Um limite aproximado da área atual de uso pelos moradores é dada na Figura 4, correspondendo a aproximadamente 2000 hectares dos quase 38 000 hectares do PETAR.

O nome Bombas, segundo vários moradores, é devido a uma das cavernas da região, localizada próxima à casa de *seu* Nivaldo e *dona* Virgilina. Em tempos de chuva forte, a água subterrânea sobe violentamente pela entrada da caverna, dando um grande estouro, daí aos moradores denominarem aquele buraco como *Boca da Bomba*. No entanto, antes da chegada dos espeleólogos ao PETAR, as diversas cavernas da região eram reconhecidos pelos moradores apenas como buracos no solo. Eles não tinham interesse em explorá-los com a curiosidade que hoje o fazem os espeleólogos e turistas, conhecidos pelos moradores como *gruteiros*.

² O termo *sertão* é usado pelos moradores para designar áreas florestais pouco povoadas. Embora muitas vezes os moradores de Bombas usem *sertão* para designar seu próprio lugar, o termo parece assumir também uma conotação relacional, que algumas vezes uso neste texto: No Bairro da Serra, local mais povoado, referem-se a Bombas como *sertão*. Em Bombas referem-se como *sertão* ao Marinho, localidade da APA da Serra do Mar historicamente pouco ocupada e que hoje tem apenas uma casa de moradores. As *capuavas*,

A vida em Bombas não permite a aquisição de muitos itens industrializados. Da cidade compram-se alguns produtos de uso diário como óleo de soja, café, sal, sabão, pilhas, óleo diesel (para lamparinas), açúcar e farinha. Itens mais duráveis, como roupas, sapatos e telhas *eternit*, geralmente escapam do alcance do orçamento doméstico. Provêm geralmente de doações de “amigos” políticos, de conhecidos da cidade ou de campanhas humanísticas ou religiosas em tempos de enchentes no Vale do Ribeira, via Igreja ou prefeitura.

Falaremos adiante sobre os *tempos antigos*, mas adianto aqui que há algumas décadas atrás a situação econômica dos moradores e a pouca oferta dos produtos industrializados na cidade também não permitia a compra de tais itens. No entanto, tal impossibilidade era contrabalançada por uma maior dependência dos recursos da floresta. Os moradores costumam dizer que *os antigos* só traziam da cidade sal e querosene, entre os produtos para o dia-a-dia. O café, a rapadura e a farinha eram produzidos domesticamente ou obtidos por meio de trocas com outros moradores; o sabão era produzido com cinzas e banha de porco, a mesma banha que era usada invariavelmente na cozinha. No lugar das telhas *eternit* usava-se sapé ou, em alguns casos, telhas de barro artesanais. As roupas eram feitas de sacos de algodão e sapatos só eram utilizados em dias de festa. Tomando como critério este aumento nas necessidades de dinheiro sem aumento na capacidade de obtê-lo (resultante da redução do acesso aos recursos naturais, e em particular da brutal diferença entre a produção agrícola anterior e a atual), como discutiremos à frente, podemos dizer que hoje os moradores de Bombas são mais pobres do que algumas décadas atrás.

Antonio Candido (2001:165) afirma que

“a marcha da urbanização em São Paulo está ligada ao progresso industrial e a conseqüente abertura de mercados. Daí a penetração, em áreas rurais, de bens de consumo até então menos conhecidos ou desconhecidos. Surgem assim, para o caipira, necessidades novas, que contribuem para criar ou intensificar os vínculos com a vida das cidades, destruindo sua autonomia e ligando-o estreitamente ao ritmo da economia *geral*, isto é da região, do estado e do país em contraste com a economia *particular*, centralizada pela vida de bairro e baseada na subsistência.”

áreas de roça e sem moradores, também são designadas *sertão*. A impressão que tenho é que o sertão fica sempre *além*.

Pedro Peniche, morador de Bombas, concorda com isso: considera que hoje “até aqui nesse sertão as modernagens mudam a vida da gente”. Isto é um fato, como comentamos acima. No entanto, talvez por Bombas ser um bairro em situação marginal no Vale do Ribeira, que por sua vez é uma região marginal³ em relação ao estado, os moradores do local continuam a ser extremamente dependentes dos recursos da floresta, muito mais do que os parceiros de Antonio Candido nos tempos de sua pesquisa.

As casas e todas as demais e construções são feitas com a madeira da floresta, assim como toda espécie de mobília. As refeições e o aquecimento das casas são feitos na *taipa* (fogão a lenha). A lenha normalmente é retirada da vegetação secundária próxima à casa. Como as *criações* (porcos, galinhas, patos, cabras) vivem soltas, parte de sua alimentação também é composta de folhas, frutos, sementes e raízes da mata. Além das *criações* que servem para alimentação, quase todas as famílias possuem também um ou dois burros ou cavalos para transporte de cargas e pessoas. O termo *animal* é usado na região para denominar estes animais de carga. Uma pequena área de pasto é usada por cada família para alimentar os *animais*, alimentação esta que é complementada com milho, abóbora e outros itens cultivados, ou folhas de palmeiras. Ao que parece, os pastos dos *antigos* eram feitos de capins nativos, mais compatíveis com a dinâmica da mata do que a *braquiária*, espécie africana rústica muito usada na pecuária brasileira, introduzida nos pequenos pastos de Bombas nos últimos anos, que dificulta muito a regeneração da mata.

O arroz e o feijão do dia-a-dia são plantados nas roças; além disso planta-se milho, abóbora, pepino, mandioca, chuchu, batata-doce, taiá (taioba), inhame e outros. A maioria destes itens têm o objetivo de alimentar as *criações*, mas são também consumidos no cotidiano dos moradores. Na falta de carne na mesa, a caça e o abate de passarinhos são soluções possíveis. A caça já foi mais praticada na região, para complementar a dieta e também apreciada como atividade de lazer. Ainda é importante na cultura local, nunca com caráter comercial.

³ Note-se que não estou dando uma conotação pejorativa à palavra *marginal*. Não estou considerando que ficar à margem do desenvolvimento industrial de São Paulo seja algo necessariamente negativo, como muitos que escreveram sobre a região o fazem (Pasquale Petrone, 1961; Vieira e Mirabelli, 1989). Analisaremos esta questão no Capítulo 4, quando discutiremos questões relativas à sustentabilidade.

O leitor pode achar estranho que eu esteja relacionando a agricultura com o uso da floresta. O caso é que a agricultura realizada em grande parte do Vale do Ribeira consiste de fato no uso direto dos recursos florestais. A agricultura de coivara, ou *roça de capuava*, como é mais conhecida na região, é uma espécie de agricultura itinerante realizada em áreas florestais, com fortes influências da agricultura indígena. Apesar de já ter sido descrita em diversos estudos (Dean, 1997; Queiroz, 1967) em geral como uma forma de agricultura primitiva e predatória, existem poucas pesquisas que avaliem de fato seus efeitos ecológicos. Posso destacar o estudos de Oliveira *et. al.* (1994) sobre as roças caiçaras na Ilha Grande, os de Peroni (1998; Peroni e Martins, 2000) sobre a manutenção da diversidade genética de cultivares e os estudos de Posey (1992) e Balée (1992) no sentido de enfatizar que em certas condições a agricultura itinerante pode funcionar como potencializador da diversidade biológica. Cristina Adams (2000:148) diz que:

"A agricultura itinerante praticada de forma tradicional⁴ é uma forma sustentável, que pode continuar indefinidamente nos solos pouco férteis encontrados sob a maioria das florestas tropicais úmidas, contanto que a capacidade de suporte da terra não seja excedida. (...) Entretanto, qualquer redução do período de pousio ou no aumento no tempo de plantio, situações de ocorrência provável quando há aumento populacional e, portanto, na demanda por terras, pode colocar esta situação a perder."

Na verdade os efeitos concretos da agricultura de coivara não foram devidamente pesquisados, nem do ponto de vista de seus efeitos ecológicos, nem do ponto de vista de sua importância na organização social dos agricultores. Alguns estudos têm sido realizados em diversas partes dos neotrópicos (Fox *et. al.*, 2000; Beckerman, 1983). Pesquisadores que, em suas análises, vêem resultados positivos em tais práticas chegam a dizer que:

"o cultivo itinerante é um antigo paradigma construído em torno da remoção temporária de árvores, mas não da floresta. Ao entrarmos em um novo milênio, faríamos bem em reconhecermos o poder deste paradigma no manejo de florestas tropicais." (Fox *et al.*, 2000)

Resumo-me a dizer aqui que, como qualquer outra prática humana, o grau de impacto ambiental da agricultura de coivara depende das condições (intensidade, cobertura vegetal da região, inclinação da área e outras) em que a atividade é realizada. Haveria

⁴ A autora aqui reproduz uma visão substantivista da *cultura tradicional* do caiçara, como discutido na introdução. Uma interpretação possível desta formulação é que existe uma única forma de agricultura de coivara tradicional e sustentável, e suas variantes não sustentáveis são corruptelas do modelo tradicional. Pretendo afastar-me desta perspectiva, mas concordo com a formulação geral da autora de que a resiliência da floresta depende do maior ou menor pressão agrícola sobre ela.

assim formas *mais sustentáveis* ou *menos sustentáveis* de se realizar agricultura de coivara.

No final do período da seca, a partir de agosto ou setembro, o agricultor escolhe uma área de plantio, de preferência uma mata secundária bem desenvolvida, chamada de *capoeira grossa*. Ele *roça* a mata por baixo, retirando a vegetação do sub-bosque, e depois corta as árvores, uma a uma, com auxílio de machado. É um trabalho árduo geralmente realizado pelos homens adultos. A biomassa resultante, depois de secar ao sol, é queimada. Com o início das chuvas as cinzas penetram no solo e são elas, junto com o húmus que a floresta produziu em seu tempo de pousio, que vai nutrir a plantação. O agricultor precisa ser habilidoso para escolher a hora certa de derrubar a mata, pois, se a chuva vem antes da queima, o trabalho e a mata se perdem. Na Figura 8, procuro sintetizar o ciclo agrícola dos moradores.

Os moradores costumam saber quais são os trechos onde o solo é mais fértil. Os locais mais inclinados e pedregosos são em geral evitados. Nessas áreas, que não são poucas na região, mantém-se uma mata de características maduras, chamada pelos habitantes locais *mata preta*. Estas podem ser utilizadas para retirada esporádica de cipós como o timbopeva (provavelmente *Phyllodendron* sp.) ou de madeiras resistentes (para os esteios de uma casa nova, por exemplo, é muito usada a caviúna, *Dalbergia nigra*). Há, principalmente nas encostas mais inclinadas da Serra do Sem-Fim, algumas áreas ocupadas por samambaias, que demonstram áreas em que o uso agrícola não permitiu a manutenção da fertilidade do solo para a regeneração rápida da floresta, sendo ocupada por plantas menos exigentes, como o caso das samambaias. Em geral os agricultores retornam depois de alguns anos à mesma área, privilegiando as capoeiras grossas (onde grande biomassa, mas os troncos não são muito grossos, o que dificultaria o trabalho), o que indica que tal desgaste não é regra.

No terreno recém-preparado é geralmente plantada uma roça de arroz, que segundo os moradores exige uma terra mais forte. O termo *roça de arroz* raramente implica em uma monocultura, já que plantas como pepino, inhame, cará ou mesmo milho podem ser cultivados ao mesmo tempo. O próprio arroz plantado pode ser de diversas variedades, como o *agulha*, o *vira-lomba*, o *cabo roxo* ou o *tirivinha*. O tempo médio de crescimento é

de cinco meses, sendo a colheita por volta do mês de maio. O arroz pode ser colhido *de cacho*, com a ajuda de um canivete, ou *malhado*, a touceira cortada batida contra um tronco para que os grãos se soltem. O arroz colhido é armazenado com casca e consumido pela família durante o ano inteiro. As sementes de arroz e outros cultivares para o plantio seguinte geralmente são tiradas de áreas de plantio específicas dentro da roça; quando há perda de sementes, os moradores podem recorrer a vizinhos ou a sementes da Casa da Agricultura municipal, as quais nem sempre são de variedades comumente plantadas na região, pois são provenientes de estoques da Secretaria de Estado da Agricultura.

Outras duas modalidades de roça são a de feijão e a de milho. O feijão pode ser plantado até três vezes por ano, evitando-se o frio e o tempo de chuvas mais severas. É comum que ele seja plantado, em períodos do ano em que ainda chove, junto com o milho (existem, no entanto, *roças de milho*, em que esta planta é cultivada como item principal). O feijão geralmente é plantado em uma *capoeira fina* (denominação da mata secundária jovem, a primeira com estrato arbóreo) ou na *tigüera* (vegetação herbácea e arbustiva do início da sucessão) resultante da última roça de arroz, sem necessidade de queima. A explicação dos moradores para o fato de plantarem feijão na roça já usada para o arroz é que o feijão enrosca-se nos tocos da capoeira recém derrubada, prejudicando a colheita, e que não necessita de um solo tão rico quanto o arroz. Além do mais, o feijão é plantado em épocas do ano em que o processo de corte e queima é prejudicado pelo regime das chuvas.

Plantam-se também pequenos *capões* de batata doce, inhame ou abóbora perto das casas, geralmente de responsabilidade das mulheres. Pode haver também mandiocais e *capões* de cana, mas ambas as culturas andam raras atualmente porque poucos moradores insistem na produção de rapadura ou farinha de mandioca.

No *terreiro* das casas e em alguns trechos da mata que já foram *terreiros* de casas de antigos moradores, são encontradas diversas árvores frutíferas, nativas ou não, tais como limão, laranja doce e azeda, goiaba, jabuticaba, araçá, uva japonesa, gabioba, banana, ata ou mexirica. Estas frutas são mais apreciadas pelas crianças, exceto a banana, que é consumidas por todos. Mexiricas, laranjas, abacates e bananas maranhão (variedade que

é consumida cozida ou assada) são coletadas esporadicamente para serem vendidas na cidade.

Arroz, feijão e milho atualmente não são vendidos, a não ser em transações internas na comunidade. O preço destes mesmos gêneros nos mercados locais, mas vindo de fora do município -- onde são cultivados em monoculturas de larga escala, em sistemas mecanizados e com o uso de insumos industriais -- é muito baixo, desmotivando os agricultores da floresta a venderem sua produção. A produção de porcos e galinhas não é capaz de fornecer carne diariamente à dieta das famílias; a venda de porcos, que em um passado não tão distante consistia na principal atividade comercial dos moradores de Bombas, hoje é algo raro.

Quais os motivos desta diminuição na produção doméstica em Bombas? Quais as diferenças entre o *bairro Bombas* atual e a terras dos *antigos*? Tentemos lançar agora uma perspectiva histórica à região. Uma das possíveis versões, sem dúvida, baseada nos depoimentos que ouvi.

2.2) Um lugar esvaziado de gente

Minhas primeiras impressões ao chegar a Bombas são carregadas de um sentimento de vazio, de abandono. Um sentimento análogo ao inspirado pela leitura do "Grande Sertão: Veredas", de Guimarães Rosa. Como se esta sensação fosse comum aos dois sertões, o do Urucuia e o do Ribeira. Escrevi em algum momento, em meu diário de campo:

"Bombas hoje é assim, percebi nas conversas: um lugar esvaziado de gente. Os filhos andam longe, as reunidas e mutirões andam falhando por falta de pessoas, que marcam e não vêm. A festa de São Gonçalo esse ano não aconteceu: ou o porco não engordou, ou faltou mestre, ou faltou ânimo."

A um início de aproximação aos moradores e à audição dos primeiros relatos do passado, percebe-se que o sentimento de abandono, longe de ser algo constituinte do *caráter do sertanejo* à moda de Euclides da Cunha, ou fruto do estranhamento do antropólogo face a uma sociedade com valores diferentes dos seus, é compreensível observando-se a história recente do bairro. Principiemos do começo, atentando para as memórias dos moradores sobre o passado. Praticamente tudo o que registrei é fruto de conversas informais

registradas na memória e no diário de campo, pois os moradores, que contavam com desenvoltura histórias do bairro, intimidavam-se face ao gravador, ou ao pesquisador munido de gravador. O registro de sua fala, nas mãos de alguém com quem os moradores tinham um vínculo ambíguo de confiança, poderia significar mais problemas com o *governo* do que eles já enfrentam, como veremos.

Se considerarmos a provável descontinuidade temporal dos habitantes atuais de Bombas com os indígenas milenares cujas pontas de flecha são encontradas em diversos sítios arqueológicos (inclusive nos terreiros e roças de alguns moradores), as fontes de povoamento da área são incertas. A família dos Furquins é lembrada como os primeiros habitantes de Bombas. Ninguém sabe ao certo de onde eles vieram, os moradores mais antigos contam que já estavam lá quando nasceram. Talvez tenham parentesco com as famílias que hoje habitam o Bairro da Serra e o Sítio novo, mas o sobrenome Furquim é muito comum no município. A família dos Furquins morava principalmente em *Bombas de Baixo*, e todos os descendentes dos *antigos* migraram da região há cerca de 50 anos, não restando nenhum Furquim no local ou reivindicando a posse do terreno. Existem também relatos da presença, em tempos mais antigos, de pessoas da família Motta, sobrenome característico do Bairro da Serra, se não morando, pelo menos fazendo *capuavas* na região de Bombas. Um dos nomes citados repetidamente é o de um personagem mítico da história local chamado Jeca da Motta, visto como empreendedor enlouquecido que vagaria pelo sertão a construir pilões com troncos gigantescos e carroças de rodas quadradas. Fantasia ou não, ao que parece tais moradores não têm qualquer relação de parentesco com os moradores atuais.

Uma fonte de povoamento segura, mas não a principal, é de bairros *Ribeira abaixo*⁵, ou seja, nas margens do Rio Ribeira de Iguape, abaixo do centro da cidade, na direção do município de Eldorado. Do Baú, localidade próxima a bairros que estão sendo atualmente declarados *remanescentes de quilombos*, veio, por exemplo, Ângela Ursulino de Freitas, avó de quatro maridos e três esposas dos quatro casais mais velhos de Bombas “de Baixo”.

A terceira e principal fonte de povoamento da região de Bombas é certamente de bairros *Ribeira acima*, no sentido do município de Itaóca ou mesmo do Paraná, atravessando-se o Rio Ribeira nesta direção (Figura 5). Do Gurutuva, outro bairro atualmente identificado pelo ITESP como *remanescente de quilombos*, veio, há quatro gerações, Celestino Muniz, segundo marido de Ângela Ursulino de Freitas. Sua segunda esposa, Sebastiana, veio do Pavão, outro bairro *Ribeira acima*.

Nas regiões da Cotia e Lagoa (Figura 5), a colonização foi praticamente toda pelo lado do *Ribeira acima*. Quando Bombas já era há muito povoada pelos Furquins, a região dita Bombas *de cima* ainda era despovoada, pelo menos segundo as narrativas atuais moradores. O primeiro a chegar foi Chico Teixeira (calculo que tenha sido nas primeiras três décadas do século XX), um homem visto como empreendedor, que realizava o árduo trabalho de derrubar a mata *virgem* (ou, como já dizem os moradores após contato com termos de ambientalistas, mata *primária*) para iniciar as primeiras roças. Fazia muitas roças e atraía muitos *camaradas* para trabalharem consigo, vindos de locais próximos ao Rio Ribeira, seja da margem paulista, seja da paranaense (Figura 5). Os moradores de Bombas (*de Baixo*) também costumavam trabalhar com eles. Contam os moradores que Teixeira *desacorçoou* após a morte de sua mulher e partiu certo dia. Ficaram na região os moradores que tinham suas roças próprias mas também trabalhavam *por dia* com Teixeira, como Belmiro, Pedro Basílio, José Leocádio e José Biajone. Nesta época vivia no Pinheirinho Gonçalo de Almeida, provavelmente também vindo da região *Ribeira acima*. Seus filhos ainda vivos moram em Apiaí. O único morador atual que descende destes pioneiros é Dito *de Cerso*⁶, neto de José Leocádio, que voltou a residir na área a poucos anos. Os atuais moradores da região da Cotia descendem principalmente da família Peniche. Benedito (Dito) Peniche mora a mais de 50 anos no local, onde também moram alguns de seus filhos casados. Ele veio da margem paranaense do Ribeira, de um lugar chamado Rio da Cláudia; Pedro Peniche é nascido no bairro (1948) e filho de Quirino Peniche, que veio para a região em 1935. Quirino e Dito vieram, em épocas diferentes, trabalhar com Chico Teixeira. Agenor, que mora próximo a onde foi a casa de Chico

⁵ Os moradores de Iporanga usam o termo *Ribeira abaixo* para designar áreas localizadas às margens do Rio Ribeira, à montante do centro da cidade; o termo *Ribeira acima*, por sua vez, indica áreas localizadas na margem do rio, à jusante do centro da cidade.

⁶ É comum o sobrenome de alguns moradores ser substituído no cotidiano pelo primeiro nome do pai, como patronímico: Dito *de Cerso* é filho de um antigo morador chamado Celso. Um tio de Dito é conhecido como Néelson *Leocádio* por ser filho de José Leocádio; O pai de Pedro *Basílio* chamava-se Basílio, etc.

Teixeira, na Lagoa, é irmão da ex-esposa de Pedro e também veio trabalhar como *camarada*. Para o leitor entender melhor a localização geográfica das diversas localidades da região de Bombas, veja a Figura 5.

A história da região de Bombas obedece, então, a uma dinâmica de colonizações coordenadas, os novos moradores sempre obedecendo a relações de trabalho ou de afinidade com os antigos. Esta dinâmica está de acordo com o antigo ou *tradicional* modo de uso da terra dos habitantes do Alto Ribeira. Havendo historicamente baixa densidade populacional, havia uma grande mobilidade no território. Era comum os filhos mudarem-se para localidades diferentes da dos pais em busca de terras férteis para plantar, ou que uma família inteira se mudasse por um período do ano para uma casa construída em uma *capuava* (local onde se faz roça) distante, mas na mesma região, para plantar e engordar seus porcos.

O direito de uso da terra seguia critérios costumeiros de ocupação. Seguindo tais critérios, se os descendentes de um morador deixassem o local, e o local fosse reocupado por um outro morador, os descendentes do primeiro morador precisariam pedir permissão ao novo morador se pretendessem se estabelecer na área. Em geral, dizem os moradores atuais, pessoas com boas relações sociais com a família estabelecida eram aceitas sem problemas na terra, pois representavam mais mão de obra, seja na forma de *camaradas* (contratados para trabalhar *por dia* em troca de dinheiro ou de trabalho) ou nas *reunidas* e *puxirões mutirões*.

Os moradores mais velhos contam com uma certa melancolia que no tempo em que os Furquins conviviam com os antigos Ursulinos em Bombas (*de Baixo*), as *criações* eram todas mantidas juntas no lugar onde localizavam-se as casas, e as roças eram separadas das casas por uma cerca mantida por *reunidas* periódicas de manutenção, para evitar danos por partes dos porcos. Já na região da Cotia e Lagoa (*Bombas de Cima*) as casas eram mais distantes umas das outras, sendo as atividades de *criação* executado separadamente por cada família. Existia uma autoridade local, chamado *quarteirão*, que era um morador designado pela autoridade municipal para arbitrar conflitos entre moradores. Contam-se ainda histórias das festas religiosas como a *romaria de São*

Gonçalo e dos bailes que ocorriam após os *puxirões*, ao som da sanfona e à luz das lamparinas.

Como um lugar assim, *animado* e *movimentado*, nos tempos antigos das memórias de quem lá vive atualmente, causou a mim essa sensação estranha de local abandonado? Acompanhemos mais um momento de minha pesquisa de campo para tentar compreendê-lo.

Eu e Ditinho andávamos da escola de Bombas até a casa de *seu* Dito Peniche, na região da Cotia (veja Figura 5). Próximos à subida conhecida como Cantagalo, Ditinho me mostrou os esteios de uma antiga casa de pau-a-pique escondidos no meio da vegetação. Olhando com atenção percebi diversas árvores frutíferas plantadas ao redor dos escombros da casa. Uma jabuticabeira majestosa fazia sombra sobre nossas cabeças. Ditinho disse que aquela árvore fora plantada por ele, quando criança, há quase 30 anos. Ali localizava-se a casa de sua mãe, morta enquanto ele ainda era pequeno. O que aos olhos de um turista desatento pareceria uma porção intocada da mata atlântica, para o guia que me acompanhava, e que hoje vive no Bairro da Serra, consistia em um local altamente humanizado, civilizado, fonte de lembranças do passado.

Ali, subida do Cantagalo acima, localiza-se o Pinheirinho, bairro anteriormente *movimentado*, no dizer local. Hoje é um mosaico de capoeiras e florestas vazia de moradores fixos, vendida, revendida e pretendida por muitos candidatos, como toda a região, inclusive pelo Estado, na forma de unidade de conservação. É ocupada atualmente de forma mais ou menos esporádica por pessoas que mantêm casas no local (ao todo três), com interesses diversos. No sertão do Pinheirinho (a *capuava*, onde os antigos apenas iam para plantar) há uma família estabelecida, a de João Fortes, que já foi vigia do terreno de uma mineradora e há mais ou menos 15 anos habita o local, cuja posse comprou do antigo morador.

Percebe-se de forma mais marcante o esvaziamento da região quando chegamos à Cotia, um local com cinco casas vazias, próximo à casa de *seu* Dito Peniche e à do filho Tião. Duas destas casas eram ocupadas pela família de José (Juquita) Muniz (um dos filhos mais novos do velho Celestino Muniz), sua esposa Ditinha (irmã de Dito Peniche) e filhos.

Nas outras funcionam a segunda escola do bairro, que todo ano ameaça fechar por falta de alunos, e a igreja, que só abre quando os filhos de *seu* Pedro Peniche vêm dar aulas de catecismo em alguns finais de semana. A casa restante é o posto de saúde desativado. O largo em que se situa a Cotia tem aspecto de cidade fantasma. Juquita mudou-se há alguns anos com os filhos para tentar a sorte como meeiro na plantação de tomates em um local próximo, chamado *Marmeleiro*. Alguns de seus filhos trabalham no corte de árvores em monoculturas de pinheiros (*Pinus eliotti*) em Guaraí, uma cidade próxima. Desde que comecei a fazer a pesquisa em Bombas, em 1999, corria a notícia que a família estava para voltar. Isto era afirmado com alegria por muitos moradores porque Juquita era o único no bairro que conseguia mobilizar os outros para *puxirões*, levar doentes na cidade e outras tarefas coletivas. Até o final do período de pesquisa a volta de Juquita ainda não havia se concretizado.

No período histórico abrangido pela pesquisa residiam na região de Bombas 12 famílias, totalizando por volta de 60 moradores. Não pude ter uma noção clara da fração que este número representa, se comparado ao número de moradores de 20 ou 30 anos atrás. Calculo que não chegue a um terço. Seria perigoso designar uma causa única para o processo de migração, mas podemos aqui identificar algumas questões que favoreceram tal processo. A primeira delas é a inviabilidade econômica da comercialização de excedentes da produção agrícola. O arroz, o feijão e o milho produzidos localmente, como já dito, não podem concorrer em preço com os gêneros vindos de fora; os moradores atuais contam que, há algumas décadas, o preço do feijão era recompensador, e a produção de alguns moradores de Bombas era levada com a ajuda de burros até o Bairro Betari para ser armazenada e posteriormente vendida.

As dificuldades na venda de produtos agrícolas somaram-se a um aumento no fluxo de informações vindas de regiões industrializadas, que fez muitos moradores questionarem suas condições de consumo, saúde, educação e acesso (transporte). O mundo fora de Bombas pareceu tornar-se mais atraente para os jovens. Ouvi relatos de antigos moradores que, após a migração dos filhos para cidades próximas, desistiram de passar sua velhice no bairro, sem forças para trabalhar na agricultura e com dificuldades no atendimento de saúde.

A diminuição inicial da população do bairro contribuiu para diminuir ainda mais as redes de trabalho. Se a venda de porcos ainda era relativamente rentável, não havia braços suficientes para plantar as roças que alimentariam a criação. Conta-se que os moradores possuíam em torno de 20 porcos por família em um passado não tão distante. Hoje não se vê mais do que dois casais de porcos com seus filhotes por casa, quando a família ainda os possuem.

Para onde migraram os moradores de Bombas?. A plantação de tomates, atividade agrícola com impactos terríveis para o ambiente e para a saúde (desalojamento definitivo da floresta, contaminação da água, doenças nervosas, abalos no sistema imunológico), é o principal atrativo de quem saiu do bairro. A figura 6 mostra esquematicamente o fluxo migratório em Bombas, que ainda inclui migrações para as sedes dos municípios de Apiaí e Iporanga, principalmente entre aposentados.

Os tomatais são comuns em regiões próximas à área florestal remanescente no Alto Ribeira, muitos deles de fazendeiros de origem nipônica. É um investimento de risco tanto para o proprietário quanto para o trabalhador: o meeiro oferece sua força de trabalho e recebe os víveres e remédios comprados pelo patrão durante o ano. Quando a safra é produzida, contabilizam-se as dívidas e a diferença é paga à família. Se a produção é boa e o tomate alcança um bom preço, o meeiro recebe um bom dinheiro (até 15 salários mínimos, na época da pesquisa). Se *falha*, no dizer dos moradores, a família opta entre tentar novamente mantendo a dívida ou desistir da plantação com as dívidas perdoadas. Muitos dos atuais moradores de Bombas já tentaram a plantação de tomate algum dia e depois escolheram ou tiveram de voltar.

Para muitos dos que não migraram, o corte do palmito passou a ser uma opção de vida paralela à atividade agrícola reduzida. Palmeira existente, na época, em abundância na mata, a juçara (*Euterpe edulis*) passou a ser um item alimentício cobiçado no mercado urbano. No passado, a juçara era cortada e seu palmito era processado em fábricas existentes em Iporanga. Com a ilegalidade, a partir dos anos 70, o corte do palmito passou a ser agenciado por vendedores clandestinos da sede do município ou mesmo de outros locais. Os moradores cortavam as palmeiras em troca de um pagamento que os permitia apenas subsistir

Nos anos de 1980 as migrações persistiram não só pela repressão da Polícia Florestal ao corte ilegal de palmito e acessoriamente sobre as roças, mas principalmente pelos efeitos ecológicos do corte indiscriminado. As palmeiras juçara, que demoram em média 10 anos para atingirem a idade reprodutiva, passaram a rarear na região. Hoje, andando pelo bairro, praticamente só se encontram palmeiras jovens, provavelmente oriundas de sementes trazidas por pássaros e mamíferos vindos de outras regiões. Essas provavelmente serão derrubadas, antes de poderem se reproduzir, por cortadores que hoje vêm principalmente de fora do bairro. É importante dizer que a maioria dos moradores sentiam-se pouco à vontade para conversarem comigo sobre a questão do palmito.

Um dia já foi legítimo para os moradores, mesmo após a proibição, cortar o palmito dentro de sua própria área ou áreas desocupadas. Com a escassez, começou-se a cortar palmito em áreas sobre áreas ocupadas por outras pessoas, sejam moradores ou pessoas *de fora*. A extração de palmito em terreno alheio significava *roubo* de palmito, no entender dos moradores que legitimavam seu corte nas áreas de domínio costumeiro do cortador ou áreas vazias. O fato do roubo de palmito, ilegal e ilegítimo, tornar-se prática corriqueira, aumentou as desavenças entre os próprios moradores das regiões florestais do município e entre eles e cortadores externos. O termo *palmitreiro* ganhou conotação pejorativa e os cortadores passaram a ser marginalizados nas cidades. Nilton Rosa Pinto, que no período de pesquisa era secretário de turismo de Iporanga, fala da situação do *palmitreiro* na cidade após a criminalização do que é de fato um problema sócio-ambiental:

"...teve a primeira fase em que o pessoal daqui se envolveu bem com o palmito, 1970, 1975 a 78, eles ganhavam dinheiro com isso. A partir deste momento, o que foi que aconteceu: o palmito começou a ficar mais distante, então não dava mais para tirar nas costas o palmito, aí já tinha que ter burro, animal, tinha que ir para dormir no mato. Quem tinha infra-estrutura financeira para fazer isso? Não era aquela pessoa, eram pessoas de fora. Então ela vinham de carro, chegavam aqui na segunda-feira à noite, aí elas já chegavam cheias de vidros, ácido cítrico, tampa, daí ela ia para um bairro qualquer, lá o pessoal pegava esse material, levava para o meio do mato, no meio do mato, com tambores e tudo eles cozinhavam esse palmito, que eliminava peso, eliminava um monte de fatores, e esse palmito já saía envidrado do mato. Às vezes ele já saía rotulado do mato com destino para grandes supermercados de São Paulo. Se vendia a nota. Daí já começou a se ter a corrupção em cima disso daí, várias pessoas começaram a vender nota. (...) Então o cidadão local não conseguiu mais ganhar dinheiro com

isso. Aí a média de preço era trinta centavos por um vidrinho de palmito, que era vendido a R\$ 4,50 no preço final.(...) Isso aí foi indo, foi indo até chegar coisa de 1990, que começou a acabar o palmito. Chegou em 1992, 93, começou a acabar da forma... tipo assim, já não se cortava palmito mais na área devoluta, se cortava dentro do Parque, do PETAR, ou dentro do Parque de Jacupiranga, ou no fundo de fazenda de pessoas⁷. Aí ele começou a se transformar em roubo de palmito. Aí começou a se criar a classe do palmiteiro marginal. Aí os palmiteiros de fora, a maioria, começaram a ir embora, esses pequenos empresários do palmito que também usavam essa mão de obra, e o palmiteiro começou a ficar desempregado e ainda marginalizado. Eles saíram das terras, os filhos começaram a sofrer rejeição na escola, na sociedade, por serem filhos de um marginal do palmito, que antes era um simples sitiante, vivia da agricultura de subsistência, tinha sua terra, que herdou de seus tataravós.(...) Aí chegou um limite onde o palmito acabou mesmo, só ficou algumas áreas. Hoje a estatística da gente é coisa de 70% da área de palmito que a gente tinha já foi retirada, só sobrou esses 30% que está entre Intervalos e PETAR, e o palmiteiro ficou totalmente desempregado. (...) A sociedade de Iporanga vê eles como pessoas em certo ponto marginais. A própria sociedade vê. Por quê? Porque ele acabou também se transformando. Os [policiais] florestais chegavam na cidade e o palmito do palmiteiro começava a apodrecer no mato, ele não podia ir buscar. Aí apodrecia, ele perdia aquele dinheiro, aí ele voltava para a cidade sem dinheiro, se enfiava na pinga num bar, caía numa calçada, aí de repente você passava e via uma pessoa certa, honesta, que nunca se envolveu... nunca nem esteve em um bar, e vê uma pessoa dessa, que é um sitiante, de uma comunidade tradicional, caída de bêbada na rua. Mas você via ela e ao mesmo tempo você já sabia que um dia antes, dois dias antes, os Florestais estavam na cidade.” (Nilton, setembro/1998)

Os habitantes atuais de Bombas são aqueles que resistiram à migração ou que migraram e retornaram por não encontrar condições de vida adequadas fora do bairro. Alguns insistiram na agricultura contando com uma ou duas aposentadorias rurais como renda da casa. Outros são ex-plantadores de tomate que retornaram, ou ex-cortadores de palmito. A título de analogia, poderíamos dizer que são os remanescentes de um bairro localizado nos remanescentes da mata atlântica. É portanto compreensível a desconfiança com os de fora, o desânimo de alguns moradores com o trabalho, com a produção, e o alto consumo de álcool no bairro. E, como discutiremos a seguir, a implantação do PETAR prestou-se a potencializar o processo de esvaziamento que já acontecia.

⁷ Vale dizer que o que os moradores consideram terra desocupada, *sertão*, extrapola o que para o Estado é considerado terra devoluta. Áreas desabitadas que foram incorporadas nos parques estaduais, mesmo quando os moradores têm ciência do fato, na maioria das vezes têm o mesmo *status* de propriedade que as terras devolutas. A fala do entrevistado dá a entender que os moradores consideram legítima a propriedade do Estado sobre as terras do Parque. Isso poderia levar a crer que os moradores admitem como legítima a

A migração acompanhou um período de titulação das terras. Em todo o Vale do Ribeira a sobreposição de modelos de propriedade costumeiro com noções de propriedade privada causaram diversos conflitos (Renata Paoliello, 1999), e nos bairros rurais de Iporanga a migração acentuada deu um toque diferenciado a eles. A venda de terras com títulos irregulares e sobrepostos foi concomitante e seguida ao tombamento da área e à implantação do parque (veja capítulo 1). Isto paralisou qualquer tipo de atividade extrativa legal sobre a região. Muitos dos novos compradores desistiram das áreas e o morador antigo ou um parente seu, alegando direito costumeiro, as revendeu. Muitas vezes um morador migrou e vendeu suas terras, depois retornou e as encontrou-as desocupadas, assumindo novamente a posse da terra com alegações de direito costumeiro. Duas pessoas com pretensões sobre a mesma área já me mostraram documentos cartoriais que pareciam ser legais para comprovarem a posse do mesmo terreno. Isto sem contar com as acusações de *grilagem* que os moradores fazem a empresas que compraram terras na região com fins de extração mineral ou de madeira. Todas estas questões fundiárias são também causas de conflitos entre moradores de Bombas, inclusive parentes, o que aumenta as dificuldades em redes de trabalho, redes de solidariedade e organização reivindicatória.

No documento denominado *Projeto Petar* (São Paulo, 1991), que faz às vezes de plano de gestão provisório do parque, a situação fundiária de Bombas está colocada de maneira complexa; a Figura 7 é baseada neste documento e mostra as pretensões sobrepostas sobre a área por parte de grandes empresas que afirmam tê-la comprado. Um morador da região colocou para mim a questão, sob seu ponto de vista, o de um posseiro da área que se vê como clandestino. Disse-me que enquanto os *grandes* (Estado, mineradoras, madeireiras) brigam entre si, os *pequenos* (os moradores) ficam escondidos e vão vivendo como podem. Para este morador, o problema se agravará no dia em que os *grandes* se resolverem. Daí os *pequenos* sofrerão as conseqüências, ou seja, no seu entender, qualquer que seja a resolução dos conflitos entre os *grandes* esta implicará na exclusão definitiva dos pequenos. Discutiremos melhor este tipo de posição no capítulo 4.

proibição da moradia e das atividades agro-extrativas de subsistência. Mas isso não ocorre. O que grande parte dos moradores parecem considerar legítima é apenas a proibição do corte de palmito para comércio.

2.3) Redes de Relações Sociais

Tentemos entender agora como se dão as relações sociais na região de Bombas. Para efeitos analíticos, dividi-as em alguns *eixos* explicativos.

2.3.1) Relações de trabalho

O trabalho agrícola na floresta exige, em certas circunstâncias, mais mão de obra do que a dispensada pelo núcleo familiar. Existem portanto relações de trabalho na região que criam redes de solidariedade na produção. Há diferentes formas de se obter serviços de outros moradores. A que é mais utilizada atualmente é a *troca de dias*, quando um morador trabalha por um dia com outro e quando o outro necessitar, deve trabalhar para ele.

Quando o morador tem dinheiro nas mãos e não tem disponibilidade de *trocar dias*, pode simplesmente contratar o serviço dos vizinhos, o que se chama localmente *contratar camaradas* ou *pagar o dia*. No passado, quem tinha dinheiro para contratar camaradas era considerado um homem rico, como o já citado Chico Teixeira. Hoje em dia alguns moradores preferem fazê-lo a *trocar dias* porque, estando abaladas as relações sociais no bairro face aos diversos conflitos existentes, muitas vezes o morador que deve o dia não comparece quando o agricultor necessita do trabalho.

Pelo mesmo motivo rareiam as *reunidas*, que são formas de trabalho coletivo para um fim coletivo, como a limpeza dos caminhos, ou para fins individuais tais como a construção de uma casa ou a derrubada de uma capoeira. Quando o fim é coletivo, não se espera nenhum tipo de pagamento; quando o fim é individual, paga-se com uma refeição e espera-se que, quando outro morador for fazer uma *reunida*, o morador beneficiado compareça. Uma modalidade de reunida é o *puxirão*, modo de trabalho coletivo que é recompensado com um *baile*, festa acompanhada de sanfona, comida e bebida.

No período de pesquisa presenciei apenas tentativas frustradas de *reunidas* entre os moradores do bairro, e acompanhei algumas ocasiões em que a pessoa que trocou dias não apareceu para trabalhar. Há um desânimo no ar: os moradores sempre comentam

que os *antigos* costumavam honrar seus compromissos. Muitos atribuem o fim dos *puxirões* às brigas que se repetiram nos últimos que foram realizados; outros atribuem-no ao esvaziamento do bairro, pois os agricultores, com muitos filhos que migraram, mal conseguem trabalhar para si mesmos, quanto mais disponibilizar sua força de trabalho para a área de outros moradores. Eu arriscaria dizer que, quando as relações sociais não estão boas, não há motivos para festejar.

Muitas vezes os *camaradas* contratados ou com quem se *troca dias* são moradores de um bairro próximo, como Betari ou Sítio Novo. O critério para a escolha de quem vai ser seu *camarada*, quando se pode escolher, é a relação que se tem com a pessoa (se é um afim, um *compadre*, um amigo) e, principalmente, se o *camarada* costuma honrar seus compromissos.

2.3.2) *Relações de parentesco*

A rede de parentesco no bairro é intrincada, a partir dos descendentes originais de cujas procedências já comentei. Já comentei também que as relações entre os moradores, inclusive entre parentes próximos, têm estado abaladas principalmente pelas questões fundiárias. No entanto, os casamentos continuam a ser dentro do próprio bairro, pelo menos para os moradores que continuam estabelecidos no bairro; quando não são desta forma, são com moradores de bairros próximos, como Areias, Sítio Novo ou Betari. Talvez isto seja explicável pelo fato de que homens ou mulheres que vivem em bairros mais urbanizados não queiram ir morar no *sertão* que o Bairro Bombas representa. A situação oposta ocorre com relativa frequência principalmente para as mulheres, ou seja, casamentos de moradores *do sertão* com moradores de bairros mais urbanizados, indo o casal morar no bairro mais urbanizado.

A relação com parentes que moram fora deve ser destacada. Através deste tipo de relação aparecem oportunidades de emprego fora do bairro, chegam idéias e costumes diversos dos locais e até mesmo cultivares diferentes dos plantados na região. Parentes na sede dos municípios de Apiaí e Iporanga são base de apoio para os moradores do *sítio* quando necessitam de pouso na cidade.

Em minha vivência em Bombas, presenciei duas moradoras adolescentes discutirem sobre as personagens de uma novela, que elas acompanham esporadicamente quando passam alguns finais de semana na casa da irmã delas, em Iporanga. Em Bombas o único meio de comunicação de massa é o rádio a pilha, mas através da relação com os parentes da cidade informações como as da televisão chegam até os moradores.

2.3.3) *Relações religiosas*

Todas as famílias de Bombas, exceto duas, são católicas. Há uma pequena capela em pau-a-pique no Bairro e o padre raramente aparece. Pedro Peniche é o capelão, seguindo a atividade que era realizada por seu pai, Quirino. Pedro e seus filhos têm, portanto, uma espécie de autoridade religiosa no bairro. São eles os responsáveis pela ligação entre a Igreja de Iporanga e os moradores. Pedro e os filhos dão aulas de catecismo e realizam as *rezas* nas festas religiosas, como a de Nossa Senhora Aparecida e a *Mesada dos Anjos*, no dia de Santo Antônio.

Acompanhei estas duas festas no período de pesquisa. A reza de Nossa Senhora Aparecida acontece todos os anos na casa de *seu* Agenor dos Santos e a *Mesada dos Anjos* foi organizada na casa de *seu* Antoninho Ursulino como um agradecimento à boa colheita de arroz. Ambas as festas consistem em um almoço seguido de um culto religioso. Na primeira existem *festeiros* (outros moradores) que contribuem com os mantimentos para o almoço e fogos de artifício, enquanto na última a família que recebeu a *graça* é ela mesma a festeira, e oferece um almoço destinado às crianças pequenas (os *anjos*), que pode também ser desfrutado pelos adultos.

As festas religiosas são atualmente um momento único de confraternização em Bombas, pois não há outras ocasiões em que tantos moradores se reúnem num mesmo local. Geralmente comparecem alguns filhos que moram no município e moradores de outros bairros que vêm prestigiar o evento.

Os moradores evangélicos não comparecem às festas católicas, apesar de algumas vezes enviarem seus filhos a elas. Uma das famílias evangélicas é a de João Fortes, que pertence à Congregação Cristã no Brasil, igreja com forte base no Bairro da Serra, como

veremos. A outra é a de Nivaldo , que hesitava em converter-se de batista a membro da Congregação Cristã.

O que torna católicos e evangélicos diferentes em Bombas, em termos de relações sociais, é que as relações entre católicos são geralmente internas ao bairro, enquanto as dos evangélicos são relações externas, ou seja, os evangélicos contam com uma outra rede de solidariedade, a dos *irmãos* de outros bairros, principalmente os do Bairro da Serra. Os moradores de Bombas são vistos como *mais necessitados* pelos habitantes da Serra e são, portanto, alvo de sua *caridade*.

Um caso ilustrativo destas relações é o do *barreamento* da casa de Nivaldo e Virgilina. A família marcara uma *reunida*, à qual quase nenhum morador apareceu. Sabendo disto, moradores do Bairro da Serra ligados à Congregação Cristã (que tentavam fazer com que a família se filiasse definitivamente à sua Igreja) organizaram uma *reunida*, eles próprios, para realizarem o trabalho. Os relacionamentos entre moradores católicos e evangélicos em Bombas não são de forma alguma tensos. Existem entre pessoas das duas religiões relações de parentesco, afinidade e trabalho, além de outras relações enfim. Entretanto, acontecimentos como estes fazem os moradores darem maior importância às redes de solidariedade externas do que a redes internas. Geralmente a solidariedade externa chega a Bombas em forma de *ajuda aos necessitados*, tanto por vias religiosas, como o caso relatado, quanto através da prefeitura ou por políticos com interesses eleitorais.

2.4) Bombas e o *meio ambiente*

Quem está familiarizado com os conflitos sócio-ambientais no Vale do Ribeira sabe que lá o termo *meio ambiente* tem um significado diverso daquele associado ao termo em outros locais. Os desdobramentos do significado da expressão no Vale inspiraram títulos de pesquisas como “O Meio Ambiente Prejudicou a Gente...” (Figueiredo, 2000) e “Depois do Meio Ambiente” (Monteiro, 1999).

O fato é que a idéia de um *meio ambiente* veio junto com a série de restrições ambientais que acompanhou a criação das unidades de conservação no Vale do Ribeira. O *meio*

ambiente passou a ser um sinônimo dos órgãos responsáveis pela implantação e fiscalização das restrições ambientais, sejam os funcionários da Secretaria do Meio Ambiente (Instituto Florestal, Fundação Florestal) ou da Polícia Florestal (os *florestais*). Estar *do lado do Meio Ambiente*, ao contrário do que ocorre nos grandes centros, significa para muitos moradores estar contra a população. Fica claro, portanto, que falar da relação entre Bombas e o *meio ambiente* significa discutir a relação dos moradores com as restrições ambientais. De início, abordaremos a forma como as restrições ambientais influíram na vida dos moradores de Bombas.

Até agora falamos do histórico da região de Bombas como se a criação do PETAR em nada tivesse influído nos processos sociais que lá aconteciam. Minha intenção era descrever tais processos de modo que não se pensasse que o esvaziamento de Bombas ou os conflitos entre os moradores fossem exclusivamente devidos à existência do PETAR. Agora podemos tentar compreender o que a chegada do *meio ambiente* alterou no Bairro.

Da criação do Parque, em 1958, até sua implantação, na década de 1980, os moradores não tinham conhecimento da existência do PETAR. Um morador antigo contou-me que na década de 1960 havia um *florestal* que vinha orientar os moradores a fazerem aceiros ao queimarem as capoeiras, para que o fogo não se espalhasse na mata, ou ainda para que não fizessem derrubadas nas áreas nas beiras dos rios. O policial era responsável, portanto, pela aplicação do Código Florestal na região (veja capítulo 1). Naquela época dizia-se que essas leis eram aplicadas porque ali era uma *Terra de Reserva*, mas ninguém compreendia muito bem o que isto significava. Posteriormente começou a haver o combate ao corte de palmito, que deixou as relações mais tensas entre moradores e *florestais*.

O *tal* parque só tornou-se uma realidade quando a equipe de implantação da SUDELPA, empregando alguns moradores do Bairro da Serra, começou a delimitar as divisas que o decreto de 1958 firmava para a unidade de conservação. Aí os moradores viram-se, de repente, cercados de uma série de boatos sobre o significado daquilo -- de uma demarcação que deixava-os dentro de uma área protegida. Os moradores viam, portanto, suas terras na iminência de serem confiscadas pelo Estado sem maiores explicações do que a dos técnicos que participavam da demarcação. A relação entre eles e os técnicos

era tensa. Um morador cujo pai havia vendido o direito para uma madeireira, e que permanecia no local como vigia e agricultor, enfrentou a equipe, proibindo-a de demarcar as divisas no território sob sua jurisdição. Este histórico é a razão pela qual os moradores têm uma noção exata da localização das divisas do Parque sobre o bairro, ao contrário do que em geral acontece em outras unidades de conservação no Brasil.

Vale lembrar que neste período o processo de venda dos terrenos e conflitos entre moradores e com grandes empresas já estava ocorrendo e, como já discutimos, a paralisação legal das atividades extrativas fez com que muitos dos proprietários *de fora* desistissem de um terreno que não podiam explorar. O posseiros, que talvez de outra forma tivessem sido expropriados pelos grandes empreendedores, a partir deste momento protegeram-se sob o manto da clandestinidade e da afirmação da legitimidade que atribuíam à ocupação das terras. A equipe de implantação teve como política a não retirada dos moradores, sendo a questão postergada para uma resolução futura, que arrasta-se até hoje.

As coisas sucederam-se desta forma. As atividades dos moradores foram proibidas, mas a fiscalização é esporádica. Os moradores conseguem então sobreviver do trabalho na floresta, mas o medo da fiscalização soma-se às barreiras técnicas e sociais que já discutimos, acentuando o caráter estritamente de subsistência da agricultura. A situação de clandestinos e a impossibilidade de fazer no bairro benfeitorias que acontecem em outros locais (principalmente a melhoria no acesso por estradas) soma-se às diversas outras questões que favorecem o êxodo.

O fim do *Bairro Bombas* e de outros bairros rurais de Iporanga pelo esvaziamento é colocado por muitos atores como algo inexorável, quase natural. Não penso assim. Vimos aqui que tal abandono tem raízes na forma expropriatória com que o grande capital se estabelece em áreas florestais. Vimos também que a aplicação forma impositiva das políticas ambientais na região, se por um lado congelou o processo expropriatório, por outro lado deixou os moradores impossibilitados de reproduzirem seu modo de vida, tornando a continuidade do processo de migração a opção mais comum.

Para terminar este capítulo, analisaremos agora duas situações, sociais, dois pequenos casos por meio dos quais poderemos interpretar como se dá a relação entre os moradores e os agentes do *meio ambiente* e, além disso, como a relação dos moradores com outros atores sociais é mediado pela existência do parque.

Caso 1 ⁸

A. é morador de Bombas desde que nasceu, exceto por um breve período em que morou no em uma região florestada próxima. A. tem um sério conflito com B., migrante de outra região do estado e morador de um bairro próximo. B. afirma ser proprietário de toda a região de Bombas e pressiona A. e outros moradores para que deixem o local. Uma das formas de pressão encontradas por B. foi relatar à Polícia Florestal que A. fazia enormes desmatamentos em sua área de trabalho.

Certo dia, quando A. viajava à sede do município, dois policiais florestais abordaram-no contando que houvera uma denúncia contra ele. A. convidou então os policiais a visitarem sua roça para constatarem que era pequena e não implicara em grande desmatamento. Os policiais sabiam que A. não tinha nem mesmo condições materiais de derrubar grandes porções de mata. Tinham intenção, na verdade, de obter uma denúncia contra B., conhecido como cortador de palmito na região. Sendo assim, disseram a A. que sabiam de sua inocência, e que estavam preocupados mesmo com o corte de palmito, e que se ele soubesse de algo, que contasse a eles. O morador disse, então, que não sabia de ninguém que cortasse palmito na região. No final de meu período de pesquisa, A. ainda considerava ser possível a visita dos policiais a sua roça.

Esta situação expõe o conflito entre um morador de família antiga no local e um migrante que não mora no bairro, mas tem interesse em seus recursos. A briga entre A. e B. é emblemática da questão fundiária da região. B., apesar de não ser uma pessoa rica, coloca-se na condição de capitalista, que talvez tenha comprado mesmo as terras de um parente de A., talvez as tenha *grilado*, como afirmam alguns moradores, talvez tenha feito um pouco de cada coisa. Seus projetos para o local, além do não declarado corte de palmito, incluem a formação de pastagens para criação de gado. A. baseia o argumento

⁸ Neste caso, preferi omitir, por questões éticas, o nome dos envolvidos. A narrativa é baseada em informações fornecidas por A., B. e diário de campo.

de sua legitimidade na longa permanência no local, no uso produtivo de sua área e em um documento de posse, que *B.* também afirma ter. O morador inclui em seus argumentos sua situação de *pequenez* e pobreza, o que o tornaria inofensivo à floresta, ao contrário de *B.*

Deixando de lado o mérito da questão, podemos analisar a forma como o *meio ambiente* entra na história. A Polícia Florestal, vinculada à Polícia Militar, tem sua sede em Apiaí e conta, para a vigilância de oito municípios e extensos remanescentes florestais, com apenas um sargento e seis subordinados. Contam com o apoio, dentro das unidades de conservação, dos guarda-parques locais. Os guarda-parques, no entanto, não podem portar armas ou realizar prisões e autuações, tendo portanto uma atuação limitada. O resultado desta situação é a impossibilidade de realização de trabalhos intensivos de fiscalização. A ação da Polícia Florestal acaba ocorrendo, portanto, por dois meios principais: a realização de *operações* esporádicas e a apuração de denúncias.

Como Bombas é um bairro afastado, sem acesso por estrada, a fiscalização é mais esporádica, até mesmo por guarda-parques. Isso assegura uma relativa paz aos moradores com relação à repressão a suas atividades, desde que sua ação não tenha visibilidade, o que na maioria das vezes significa manter suas atividades limitadas a uma economia de subsistência. Entretanto os conflitos entre os próprios moradores ou entre moradores e pessoas externas, como é o caso na situação narrada, levam à presença mais freqüente de fiscalização. Em poucas palavras, todos os moradores e pessoas que realizam atividades de uso direto do território protegido são culpados perante a legislação ambiental, não importando se a lei tem ou não legitimidade para os moradores e mesmo para os próprios agentes de vigilância. Alguns dos atores utilizam-se, então, regularmente, da denúncia como arma para assegurar suas pretensões nos conflitos fundiários.

Na situação narrada, os policiais, conhecendo os conflitos existentes, tentam utilizá-los para obter informações sobre a atividade ilegal do corte de palmito. Em minhas conversas e entrevistas com policiais florestais, pude notar que há posições pessoais diversas sobre as questões ambientais da região. Alguns colocam os moradores como pessoas que, por sua ignorância, praticam crimes ambientais, sendo o modo mais eficaz de *educá-los* a aplicação de multas acompanhada de uma orientação sobre o que é proibido. Os policiais

que tem esta posição são geralmente os que estão há pouco tempo na região, alguns vindos de experiências no policiamento militar urbano. Outros, principalmente os que são da região, ou que estão familiarizados há anos com a problemática das unidades de conservação, relativizam a situação, compreendendo a situação dos moradores como complexa e considerando ser legítima a sua atividade agrícola para subsistência.

Na ação, entretanto, o que se verifica é a aplicação da legislação ambiental, com as limitações práticas já citadas e com uma inevitável subjetividade. Nos laudos das multas de roças há geralmente argumentos presentes no Código Florestal, relativos à declividade do terreno onde se localizam ou à presença de manancial; ou, mais esporadicamente, argumentos do Decreto 750, que protege a mata atlântica de forma independente da legislação das unidades de conservação, tais como a supressão de vegetação em fase pioneira ou secundária da sucessão florestal.⁹ Talvez pela situação não resolvida de desapropriação, não vi laudo de multa em que fosse usada a justificativa de que a área em que a multa ocorreu está dentro de um parque estadual.

Algo que apareceu com importância entre minha conversas com os policiais é a preocupação com a repressão ao corte de palmito, com o tráfico de animais e com a caça, mais do que com os pequenos desmatamentos para agricultura. Em minhas conversas com os moradores, uma idéia freqüente era a de que a ação repressiva seria mais forte no caso da derrubada de *capoeira grossa*, ou seja, de porções de mata em uma fase sucessional mais avançada. Apesar da generalidade com que a legislação trata os crimes ambientais, na aplicação da lei e na ação concreta há crimes considerados mais graves que outros, tanto por moradores quanto pelos responsáveis pela fiscalização. Essa avaliação é guiada por uma certa hierarquia moral que segue a seguinte ordem: corte de palmito e tráfico de animais > desmatamento de capoeira grossa ou área de manancial > desmatamento de capoeira fina.

A hipótese que estou aventando é que foi criado, no âmbito dos conflitos, um código informal que permite interpretações alternativas da lei face a uma realidade complexa. Este código é compreendido pelos atores do caso narrado: B. denuncia porque sabe que

⁹ Lúcia Ferreira (1996) aponta para conflitos entre os próprios órgãos governamentais, sobre a constitucionalidade do Decreto 750).

os policiais são obrigados a apurarem a denúncia; A. usa sua condição de agricultor de subsistência como argumento contra a aplicação da lei. Vale acentuar que a existência de um código de conduta construído informalmente não significa que ela seja aceito como moralmente válido por todos os atores sociais. O código é de caráter conjuntural, fruto de uma situação conflitiva de duas décadas, e não implica necessariamente em uma vontade de continuidade da *estrutura da conjuntura* (Sahlins, 1992).

Caso 2¹⁰

Ademar Ursulino, o Jamar mora com a esposa Vera e oito filhos há oito anos nas Areias, vindo da região do Pinheirinho, no vizinho Bairro Bombas (Figura A). É a única casa desta região. A propriedade do terreno é afirmada por seu sogro Júlio (quem convidou a família a morar no local), por Zé Moura, primo de Júlio e morador do Sítio Novo (outro bairro vizinho) e pelo proprietário do terreno da região da mineração Lageado, desativada. Além disso, a área fica dentro do PETAR e contém uma das mais famosas cavernas fechadas à visitação pública, a caverna das Areias, que abriga uma espécie endêmica de bagre cego. A caverna fica a cem metros da casa.

*Jamar teve, recentemente, de refazer sua casa, que era pequena para a família e encontrava-se em condições precárias. Temendo multas, construiu a nova casa no mesmo terreiro, utilizando como matéria-prima, em vez das ripas e barrotes retirados da mata, as cantoneiras de pinheiro (*Pinus eliotti*) doadas por um candidato a vereador do Bairro da Serra. Júlio, que sempre visita a família, queria ele também construir uma casa. Começou a construção em um local próximo, mas parou por rumores de que seria embargada. No final da pesquisa construía sua casa geminada à casa de Jamar.*

*Ao lado do terreiro da família existia um gigantesco indivíduo de *Gallesia integrifolia*, árvore conhecida localmente como guararema. A casa nova localizava-se mais próxima à árvore. Com medo da queda de um galho grande, ou mesmo da árvore inteira sobre a casa, Jamar não teve dúvidas: cortou-a.*

¹⁰ Neste caso não julguei necessário omitir os nomes dos envolvidos, já que durante as conversas e entrevistas foi avisado que tal caso seria narrado na dissertação; além disso, não avaliei que houvesse prejuízos de ordem legal ou moral a nenhum dos envolvidos. O mesmo vale para os casos subsequentes. A narrativa é baseada nas versões do casal Jamar e Vera, de Júlio e da diretora Gisela Menezes.

Nesta época, Gisela, que era diretora do parque havia pouco tempo, foi conhecer a caverna das Areias, ponto considerado problema no Parque, não só pela existência daquela família, mas principalmente por causa das constantes visitas clandestinas de turistas à caverna. Gisela foi acompanhada do monitor Dinei, filho de Zé Moura. Chegando no local, Gisela passou rapidamente pela casa da família e foi até a entrada da caverna, tendo ficado chocada com o corte da árvore. Sentiu como seu dever tomar uma providência e, dias depois, Jamar foi multado pela Polícia Florestal.

Nesta segunda situação, podemos interpretar a relação da administração do PETAR com os *moradores tradicionais* representada por um encontro entre a diretora do parque e uma família que vive num terreno disputado por diversos atores. A questão básica aqui é a da visibilidade e por isso é importante falarmos em primeiro lugar sobre o cenário deste encontro. Areias fica em um lugar de difícil acesso, próximo a Bombas e a uma hora e meia de caminhada do Bairro da Serra. Há quem localize Areias como parte de Bombas, numa acepção que considera Bombas como sendo formada por toda a região sul do PETAR. Diferente de Bombas, Areias não era um local onde historicamente se concentravam casas. Era, entretanto, local das *capuavas* de alguns antigos moradores do Bairro Sítio Novo, parentes de Zé Moura e Júlio. Fica a quinze minutos de caminhada da antiga mineração Lageado, que, se agora é um local deserto, há trinta ou quarenta anos era um dos locais mais densamente povoados naquela porção de floresta.

Hoje o nome Areias desperta curiosidade de muitos turistas, monitores e espeleólogos, pelo imaginário criado em torno do bagre cego, espécie endêmica da caverna, peixe símbolo do PETAR. O fato de ser uma caverna proibida reforça a curiosidade. A caverna das Areias é, apesar da distância, uma área de grande visibilidade no Parque, pois a administração procura fiscalizar o acesso, que é almejado por muitos visitantes. A família de Jamar, ao mudar-se de Bombas para as Areias, tornou-se mais visível aos olhares externos.

Jamar tem boas relações com todos os moradores de Bombas e tem muitos filhos. Isto favorece à família fazer boas roças (pela disponibilidade de força de trabalho doméstica e de muitos *camaradas* em potencial). A família de Jamar é, por exemplo, a única da região a poder vender porcos esporadicamente, e que possui, fato recente, meia dúzia de

cabeças de gado criados com pequena pastagem, milho e outros itens da roça que são divididos com os porcos, galinhas e cabra. Mesmo assim, não há dinheiro para comprar produtos industrializados.

Por que os moradores foram multados no episódio narrado, se não costumam ser molestados por causa de sua pequena produção? As roças não são imediatamente visíveis aos visitantes. Mas há visibilidade da família para os administradores, monitores do Bairro da Serra, pesquisadores e turistas. Junto com essa visibilidade, há também a idéia de que é uma injustiça reprimi-los desde que se ocupem com a sua sobrevivência, segundo a idéia corrente entre atores externos de que não é ético causar a fome de uma família, mesmo em detrimento da conservação da natureza. Assim, a presença de moradores nas Areias, mais do que em Bombas, torna o conflito exposto. Areias é um local crítico porque tem uma espécie rara, mas também porque é visível aos olhares externos. Estes olhares interpretam a situação concluindo que os moradores estão ali por necessidade, e esperam que esses mesmos moradores, se não deixam o local, demonstrem estar agindo com vistas a sua subsistência. Muitas vezes estes olhares estão informados por idéias que igualam uma pretensa tradicionalidade -- maculável pela modernidade -- à economia de subsistência e projetam ambas no modo de vida dos moradores. Vejamos, por exemplo, a posição de Gisela quando comentávamos o caso da multa da árvore, em entrevista.

"... aquele local é um local crítico. Por que ele estava construindo uma casa, derrubou algumas árvores, só que ele está do lado de uma caverna, que é a Caverna Areias, que tem um bagre-cego que está em extinção, que tem que ser assim preservadíssima, (...) um dos locais que deveriam ser ou estar mais preservados possíveis (...) Eu gostaria muito que eles saíssem de lá e fossem procurar outro lugar -- por que ele veio de Bombas, não é? Então a minha idéia era na época estar forçando para que ele voltasse para Bombas e para que saísse daquele local, por que ele cria porcos, não tem instalação sanitária nenhuma. Aliás não só eles, parece que a grande maioria aí dos que moram dentro do parque. Mas aí depois me contaram um pouco mais, não é só isso:, aquela área é área do sogro dele, que sempre morou gente. Mas eu acho delicado: quer dizer, ele não só mora no parque; não só ele mora no parque como ele mora num local, assim, que é observado, estudado por todos, tem a comunidade científica e várias pessoas, que estão lá, interessados que aquela área seja preservada e estão sempre sendo...-- claro, criticando, o fato de como que pode estar morando a pessoa lá, estar criando porco, na chuva todos os detritos deles vão lá para dentro da caverna, então é complicado." (Gisela, setembro/2000)

A situação narrada expõe claramente, assim, mais um aspecto do código informal que se estabelece nos conflitos, frutos, repito, das situações e possibilidades práticas de ação: o

morador terá paz caso suas atividades assegurem não mais que uma condição de subsistência, com o mínimo impacto possível. Jamar compreende que está sob esta regra, tanto que manteve a casa no mesmo *terreiro* com medo de abrir uma nova clareira para a construção, pois Júlio tivera o mesmo problema. O corte da árvore foi encarado pelo morador como medida de segurança imprescindível, e pareceu à diretora um ato descabido, desnecessário. Aquela grande árvore, que para Jamar era uma espécie de madeira pouco resistente e por isso mesmo propensa a despençar, dada sua idade avançada¹¹, para os olhares externos, representados ali por Gisela, consistia numa espécie de monumento natural a ser defendido. Dois olhares subjetivos sobre a floresta que na prática expõem o conflito, levando-o ao plano institucional na forma de multa.

Segundo Júlio e Jamar, os policiais florestais que aplicaram a multa argumentaram que o morador deveria ter pedido autorização para realizar o corte. Vale dizer que os moradores em geral não têm conhecimento claro da legislação ambiental, muitas vezes interpretando as regras informais das quais viemos falando como a letra da lei. Em segundo lugar, pedir autorização significaria, para os moradores, assumir a autoridade do Estado sobre a área como legítima. Além disso, os moradores, policiais e administradores têm consciência que o processo burocrático de emissão de autorizações é demorado e improvável para casos como a derrubada de uma árvore dentro de uma unidade de conservação¹².

Ao mesmo tempo, Gisela vê-se em uma situação complexa, pois não tem ao seu dispor um mecanismo institucional próprio para tratar dos conflitos de uma forma não coercitiva. A negociação dos conflitos, por parte das administrações do PETAR e dos parques paulistas em geral, na situação atual, passa a depender de atitudes flexíveis dos diretores e funcionários, o que poderia significar uma transformação nas regras informais. Este tipo de atitude, por sua vez, depende de um envolvimento pessoal com a questão, de uma disposição para tomar atitudes que poderiam ser criticadas nas instâncias superiores da Secretaria do Meio Ambiente e um desgaste muito grande do profissional. A posição de Gisela é a seguinte:

¹¹ A título de curiosidade, vale informar que meses depois do ocorrido, quando retornei à casa de Jamar, o toco da árvore cortada rebrotava. Paulo Ernani Carvalho (1994), de fato, afirma que esta espécie rebrota após corte. O mesmo autor afirma que a árvore está ameaçada de extinção local no estado de São Paulo.

¹² As autorizações são dadas pelo Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais (DEPRN), que tem sede em Registro e analisa todos os pedidos desta natureza no Alto Vale do Ribeira.

"O que eu sinto, assim, algumas vezes, também, é uma cobrança grande, eles [os moradores] cobram assim: eu sou o parque, então eu sou responsável porque multam a roçada, por que não pode plantar, como se eu fosse... tivesse uma responsabilidade aí ancestral, pelo fato de estar ocupando esse cargo que ocupo hoje. E as coisas não são bem assim, quer dizer, eu estou procurando entender como funciona, conhecer a história e na medida do possível estar procurando... na verdade, eu gostaria de estar procurando junto com a população, com as comunidades, as respostas, as soluções dos problemas. Alias, não só junto com elas, também tem que ser junto com outras autoridades, mas eu não me sinto assim responsável pelo fato de eles não poderem plantar ou de eventualmente serem multados ou do palmitreiro não poder cortar o palmito, acho que isto tem uma legislação, e de certa maneira eu tenho que cumprir o que está escrito, de certa maneira não, de fato eu tenho que procurar cumprir o que está escrito, o que as leis dizem." (Gisela, setembro/2000)

Os moradores, ao mesmo tempo, colocam-se numa posição de impotentes. Julgam-se, em suas próprias palavras, *pequenos*. O recurso à multa de Jamar foi enviado por Júlio a um advogado em Apiaí, coincidentemente um político, especialista em recorrer em situações desta natureza. Os moradores de Bombas, parentes e amigos, não vêem união possível para uma luta política contra os que chamam *grandes*, em defesa do que acreditam ser seus direitos. O que está a seu alcance é jogar, individualmente, da maneira mais consciente possível, com as regras estabelecidas, não as da letra da lei, mas segundo código informal criado nos vinte anos de implantação do PETAR.

Em resumo, os dois casos narrados nos ajudam a começar a compreender os conflitos no PETAR que podemos identificar se olharmos para a região de Bombas, entre eles a lei ambiental e a fiscalização postas pelos atores a serviço dos conflitos fundiários, a coerção institucionalizada sem a institucionalização do diálogo, e o estabelecimento de códigos informais de conduta.

Terminamos aqui então este capítulo. Viajamos um pouco pelo espaço físico e pela história da região de Bombas, conhecemos seus moradores e acompanhamos dois casos que expõem as relações que a existência do PETAR cria. Visitemos agora o Bairro da Serra, do qual já falamos bastante até agora. Quais as diferenças da história específica da Serra com relação a Bombas? Em que medida as relações da Serra com o *meio ambiente* serão semelhantes à de Bombas? Das Areias, o leitor trilha, com a mochila nas costas, uma enorme subida até o Sítio Novo, e depois desce por uma estrada precária até atingir o Bairro da Serra. Bombas fica na lembrança, até uma próxima visita.

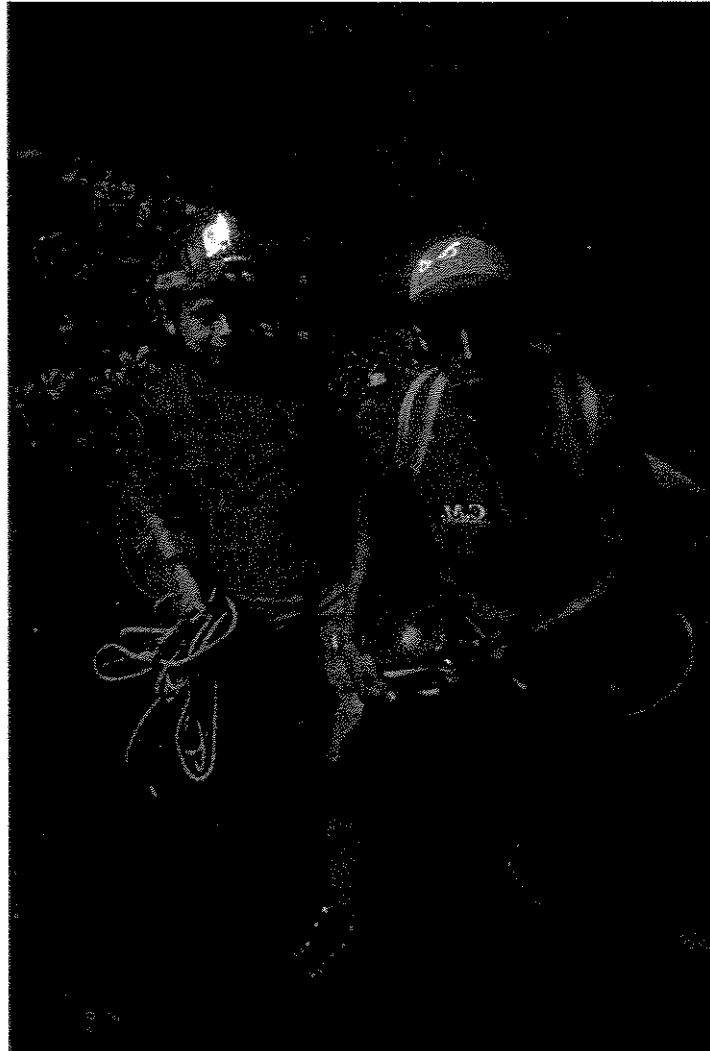
Narrativa Visual 3







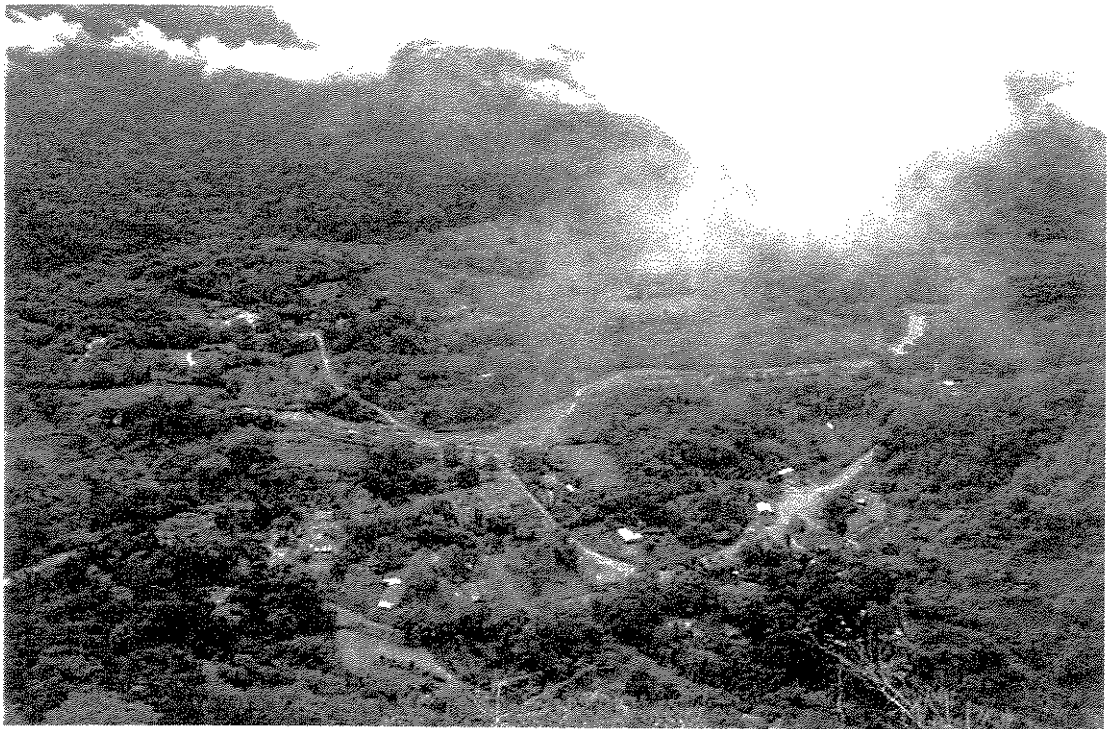












Capítulo 3: Serra em Foco

Capítulo 3: Serra em Foco

3.1) Na boca das cavernas

Se nos posicionarmos no topo de um dos muitos morros adjacentes ao vale do Rio Betari, tributário do Rio Ribeira, veremos que o Bairro da Serra é formado por mais ou menos cento e dez casas espalhadas pela baixada (figura 9). A maior concentração delas está ao longo de uma estrada de terra que serpenteia paralela ao Betari. São 13 km até a sede de Iporanga e 32 km até a sede de Apiaí, o município vizinho (figura 2). Olhando atentamente, veremos que o bairro apresenta uma paisagem quase urbana, apresentando luz elétrica, telefone e um pequeno comércio. As casas são quase todas de alvenaria, restando poucas construções de pau-a-pique. Existem diversas casas em construção, além de algumas pequenas áreas de pasto e vegetação pioneira. Ao seu redor, no entanto, vemos a exuberante vegetação da mata atlântica. A floresta vai até onde a vista alcança, exceto na direção de Iporanga, onde podemos ver na altura do Bairro Betari algumas áreas de pasto maiores. O Bairro da Serra é uma espécie de península não protegida, envolvida pelo Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira por todos os lados, menos um. Os limites do Bairro, na verdade, não coincidem com os limites do parque, sendo grande parte de sua área localizada formalmente dentro do PETAR (Figura 5).

Começamos de algum lugar, em um dia específico. São oito horas da manhã de 22 de abril do ano 2000, feriado prolongado. Os turistas já começam a aparecer, em grupos, pelo Bairro da Serra, alguns vestidos com macacões coloridos, botas e capacetes, portando lanternas e carbureteiras para iluminação. Uns dirigem-se a cavernas dentro do próprio bairro, como a Alambari, a Laboratório e a Ouro Grosso; outros vão um pouco mais longe, a lugares como a caverna da Laje Branca ou a longínqua gruta do Jeremias; muitos visitam o Núcleo Santana, a 10 km dali, o ponto turístico mais conhecido do município. Ali ficam quatro cavernas, entre elas a famosa Caverna Santana, além de uma pequena cachoeira, um *camping* e uma área de lazer.

Às oito o Núcleo Santana já está abarrotado de gente. Os funcionários e monitores ambientais presentes, todos com experiência de diversos feriados como este, já começam a trabalhar duro: os monitores, autônomos, geralmente jovens da Serra ou da sede do município de Iporanga, revezam-se levando grupos de turistas ao interior da Caverna Santana, explicando-lhes o que aprenderam sobre sua formação, fauna e histórias. Recebem por isto R\$ 1,00 por turista, o que gera uma renda de mais ou menos um quarto de salário mínimo (que é de R\$ 180,00 no período de redação desta dissertação) por dia de trabalho. Os funcionários supervisionam a atuação dos monitores e cuidam da limpeza, manutenção e fiscalização da atividade dos turistas no núcleo.¹ A todo tempo chegam visitantes já acompanhados de monitores, alguns destes moradores que se tornaram monitores, outros vindos de fora juntos com os grupos.

Encontro o Dema correndo de um lado para o outro com seu *walkie-talkie*. Dema é o encarregado geral do turismo, nascido em Itapetininga, cidade de médio porte do interior paulista e morador do Bairro da Serra há alguns anos. É casado com Tânia, professora da escola do bairro e de família da sede do município. O casal tem um *camping* em suas casa, para receber turistas. O encarregado geral do Parque é *seu* Modesto, morador de Apiaí, cidade vizinha. É ele quem responde pelo parque na ausência da diretora.

Entre os funcionários conhecidos como os *guias antigos do Parque* estão Joaquim Justino, Didi, Abílio e Vandir. São todos moradores do Bairro da Serra contratados a partir da década de 1980, quando o PETAR foi implantado. Joaquim Justino é dono do famoso *Bar do J.J.*, o mais freqüentado pelos turistas; Didi, Abílio e Vandir têm suas próprias pousadas, sendo que as dos dois primeiros são modestas e levam seus respectivos nomes; Vandir e sua esposa, Diva, são proprietários da *Pousada da Diva*, a maior do Bairro, capaz de receber até 250 pessoas em um feriado. Vandir e Didi são nascidos no próprio Bairro da Serra, sendo que a família de Didi chegou a habitar o local onde hoje se encontra o Núcleo Santana; Joaquim Justino e Abílio são nascidos em outros bairros do município e casados há muitos anos com mulheres nascidas na Serra.

¹ No final do período de pesquisa, o Instituto Florestal mudou a forma de organização do turismo no Núcleo, não utilizando mais monitores autônomos, mas contratando temporariamente os serviços de alguns monitores.

Na hora do almoço é mais fácil interagir com os monitores presentes. O cozinheiro é Zé Messias, que veio com a família há 30 anos do Bairro Poço Grande, o mesmo de Joaquim Justino, para trabalhar na roça como *camarada* no Bairro da Serra. A comida é servida na *casa dos funcionários*, uma casa de pau-a-pique remanescente do tempo em que havia moradores na área. O cardápio é arroz, feijão e frango. Convidado pelo Dema, almoço com o pessoal.

Entre os monitores lá está Fifi, que chega apressada e guarda o prato feito para comer depois, correndo de volta ao quiosque dos guias. Fifi é, neste período, a presidente da Associação Serrana Ambientalista, a ASA, criada no início da década de 1990 por iniciativa de algumas pessoas que visitavam freqüentemente o PETAR e, conseqüentemente, o Bairro da Serra. Duas destas pessoas, Mamute e Maria Sílvia, acabaram por ir morar lá. Fifi não é a maior aficcionada no trabalho em cavernas, principalmente por sentir dores no joelho constantemente, mas todo final de semana está a guiar no Núcleo Santana. Gosta de organizar eventos -- desde o concurso de *miss primavera* até o *amigo secreto* das senhoras do bairro. No período de pesquisa Fifi estava terminando o curso de Letras em uma faculdade particular em Registro e dava aulas eventuais como professora substituta na escola da Serra (era a única estudante universitária do bairro).

Almoço com outros monitores de plantão. Jeane e Simião são jovens do bairro que moram com os pais e têm como renda própria o trabalho de monitor. Já Jusa tem 46 anos e sete filhos; o terreno onde mora fica dentro do Parque e é de um proprietário *de fora*. Jusa é o caseiro do terreno, ou seja, sua função é também a de assegurar a continuidade do direito de ocupação do *proprietário*. Lá também desenvolve suas atividades agrícolas. Tiço mora na sede do município e antes dos cursos de monitor já guiava turistas. Estão presentes também os guias Abílio, Cone e Ademir. A conversa gira em torno da morte de *seu* Emílio, tio de Jeane, na noite anterior. Conhecido por seu problema com o alcoolismo, Emílio adormeceu bêbado dentro do Rio Betari, que corta o bairro da Serra. A noite foi fria. Quando o tiraram de lá não havia mais como salvá-lo.

Ao longo da tarde, o Núcleo Santana segue cheio de visitantes. No *camping*, Raul Seixas berra em um aparelho de som portátil; no quiosque dos guias chega a notícia de que um grupo se perdeu dentro da Casa de Pedra, caverna localizada em outro núcleo do Parque.

Alguns monitores de plantão, junto a outros que estão no bairro, apressam-se a fazer o resgate. Mais tarde tenho a notícia de que os visitantes perdidos foram encontrados. Ao final da tarde termina o período de visitação. Os visitantes voltam a suas pousadas e *campings*, ou retornam a suas cidades de origem. Volto de carona com o carro que leva os monitores e guias para casa. Os turistas, que no decorrer do dia tornam-se raros na Serra, cada qual enfiado em sua caverna, no final da tarde se reúnem nos bares do bairro para tomarem cerveja ou comerem um pastel com caldo de cana.

A descrição acima corresponde a um dia em que acompanhei a movimentação do turismo no Bairro da Serra e no Núcleo Santana. Ela tem como personagens os moradores da região que estão incluídos diretamente na atividade turística, sejam os que foram absorvidos como funcionários do Parque, sejam os que se formaram monitores ambientais em um dos dois cursos oferecidos no município em 1995 e 1998 (em 2000, ao final da pesquisa de campo, realizava-se o terceiro curso).

Em dias como este o PETAR recebe milhares de turistas, entre diaristas de cidades próximas e visitantes de São Paulo, Curitiba ou cidades do interior de São Paulo como Campinas e Piracicaba. Dos visitantes que se hospedam na região, a grande maioria tem como destino as pousadas e *campings* do Bairro da Serra. Existe, portanto, durante os feriados prolongados, uma mobilização de muitos moradores para ganharem o dinheiro que não ganham em outros períodos do ano.

Porém, nos dias de semana e na maioria dos finais de semana, o Bairro da Serra tem um cotidiano pacato. Podem-se ver as crianças na escola, adultos de diversas idades trabalhando na construção ou reformas de casas, ou voltando da roça, senhoras com feixes de lenha catados discretamente para fazer o almoço, conversas animadas nos bares, moradores de terno e gravata andando rumo à igreja evangélica local, a Congregação Cristã do Brasil. Algumas páginas à frente trataremos de como este contexto se relaciona com os conflitos resultantes da criação e implantação do PETAR. Por enquanto nos restringiremos a viajar um pouco mais pelo bairro, conhecendo mais alguns moradores e seu cotidiano.

Cateto e Alcides, irmãos de Jeane, são também jovens monitores ambientais, com 21 e 26 anos, respectivamente. Como têm uma clientela fixa e costumam ser requisitados em

finais de semana e feriados para guiarem os clientes de uma grande pousada do bairro, a Pousada das Cavernas, os dois não têm interesse em entrar no esquema de revezamento no Núcleo Santana. Cateto, Alcides e Jeane são associados da ASA, assim como a mãe dos três, dona Dita. Cateto era o tesoureiro da ASA por ocasião do final da pesquisa. Mesmo sendo dois dos únicos que têm trabalho assegurado em muitos finais de semana comuns, durante a semana Cateto e Alcides têm uma rotina interiorana. Cateto estava terminando o ensino médio. Na época ele pensava em sair do município em um futuro próximo, talvez tentar uma faculdade de geologia; no decorrer da pesquisa casou-se com Creusa, de Iporanga, teve uma filha e começou a construir sua casa nos fundos da casa dos pais, onde vivia. O processo no Bairro da Serra tem sido este, o terreno de cada família, em geral reduzido devido às vendas e documentado por posse ou usucapião, vai sendo ocupado pelas casas dos filhos, netos, sobrinhos.

No passado não fora assim: o que hoje é o Bairro da Serra resulta da concentração da população de uma série de bairros menores e mais esparsos, sob o regime de propriedade que descrevi no capítulo anterior, com nomes hoje ainda em uso pelos moradores para caracterizar regiões que hoje muitas vezes se encontram desertas: Lageado, Couto, Lambari, Lagoa, Cateto, Sítio Novo, Camargo, Betari-Mirim, dentre outros. O local hoje mais povoado, o Bairro da Serra propriamente dito, dividia-se em duas localidades: a Serra dos Motta e o Sítio Macaco, a divisa sendo o Rio Betari. Se em Bombas houve um esvaziamento do *sertão* sem concentração populacional alternativa ou posterior, no Bairro da Serra ocorreu justamente o oposto: a população que não migrou concentrou-se ao longo da estrada. *Dona* Dita conta que nasceu em um local um pouco mais distante, *Ribeira acima*, chamado João Surá. Quando ela contava 14 anos, seu pai mudou-se para o Bairro Camargo, para trabalhar com o pai de Isidoro, seu marido, com 79 anos na época em que esta pesquisa foi realizada. Era um bairro *movimentado*, segundo *dona* Dita, o que significa que deveria ter pelo menos uma dúzia de casas de moradores estreitamente aparentados. Por volta de 1964 Isidoro foi picado no pé por uma cobra e caiu doente. Tendo que cuidar dos quatro primeiros filhos (são ao todo nove) sem a ajuda do marido, *dona* Dita mudou-se para a Serra e instalou-se no terreno de um morador falecido, onde permanece até hoje. Os outros moradores morreram ou se mudaram, e o antigo Bairro Camargo, localizado dentro do perímetro do PETAR, foi por muito tempo abandonado

pelos homens. Só recentemente Joaquim Mineiro, morador vindo *de fora*, passou a ocupar a área afirmando tê-la comprado de seus antigos donos.

Alcides e Cateto têm um real entusiasmo pela atividade de monitor ambiental, participando inclusive de um grupo de competições em *esportes de aventura* do bairro. Este grupo é apadrinhado por Jurandir, uma personalidade importante na região. É filho de Joaquim Justino, que na década de 1970 já trabalhava com os primeiros espeleólogos visitantes e desde o início da implantação do PETAR, na década de 1980, foi admitido como funcionário do Parque. Jurandir, que no período da pesquisa tinha 38 anos, administra a Pousada Rancho da Serra, uma das primeiras montadas no bairro, de propriedade de Lúcia Yoko, bióloga, de São Paulo. Ele conta que foi o primeiro morador da região a pensar no turismo como uma opção de vida para os moradores, tornando-se o primeiro guia autônomo do PETAR. Quando, em 1995, aconteceu o primeiro curso de monitores ambientais, Jurandir foi mais professor do que aluno, recebendo seu certificado como *notório saber*. Jurandir também participa da ASA, apesar de algumas discordâncias com Mamute e Maria Sílvia sobre os rumos que a entidade deve tomar.

Toda véspera de feriado ou de final de semana com movimento, a caminhonete F-1000 de Jurandir transforma-se num veículo de uso coletivo: Jura faz uma *via-crucis* pelo Bairro para receber encomendas de compras e levar caronistas de última hora, incluindo algumas vezes este pesquisador. Daí parte rumo a Apiaí. A maioria dos donos de pousadas, moradores ou não, faz suas compras naquela cidade, vizinha de Iporanga, a 32 km do Bairro da Serra numa estrada de terra completamente esburacada. Dizem que em Iporanga, apesar de mais perto, não se acham alguns itens que o turista aprecia, como verduras e legumes, e os preços são mais altos, apesar da economia na gasolina e na manutenção do carro. Essa preferência por Apiaí é sempre mencionada, pelos moradores de Iporanga, como evidência de uma suposta falta de identificação que os moradores de Serra teriam em relação à sede do município. Alimenta-se assim uma rivalidade recíproca entre moradores de Serra e de Iporanga.

Jurandir aposta todas as fichas em um turismo com base local, que seria possível com a conscientização dos moradores do bairro com relação à sua importância. Ele é um crítico ácido da forma de organização do turismo no PETAR e da falta de compromisso por parte

da secretaria do meio ambiente com os moradores. Jurandir vê o sistema agrícola tradicional como algo antigo e que deve ser substituído pelo turismo, mas coloca-se ao lado dos moradores que insistem na agricultura:

"Eu não vejo saída. A saída é o turismo. A gente tem que arrumar formas de conviver muito mais com o turismo do que a gente tem convivido. Criar novas alternativas. (...) Dentro da própria mata, a gente sabe que é mata atlântica, e na Mata Atlântica tem vários tipos de animais, várias espécies de plantas, planta medicinal até, várias espécies mesmo. E botar um estudo em cima disso, remanejar o palmito, isso são as saídas que eu vejo hoje. Em vez de chegar lá e pegar o palmito, chegar e reunir tudo eles e conscientizar eles, falar 'não, não se deve fazer isso', padronizar: 'você vai poder cortar o palmito quando ele atingir uma certa idade, espessura'; 'não, a gente vai dar uma força para você para isto'. É preciso um pouco mais de empenho do governo, porque é subsistência mesmo. (...) Sinceramente eu não vejo saída, as saídas que eu vejo são essas, criar novas alternativas em função do meio ambiente" (Jurandir, julho/1998).

"Roça, eu não sei, eu acho que não funcionaria. Eu, no meu ver, acho que para funcionar uma roça tem que entrar implemento agrícola, e aqui não é o lugar apropriado para isso. Acho que ficar derrubando um monte de madeira... se você visse o estrago que faz para colher aí uma saca, duas sacas, três sacas de feijão, não vale a pena. E se você faz coisa pouca também não vale a pena." (Jurandir, julho/1998).

Jurandir não concorda com os moradores que têm no extrativismo do palmito sua fonte de subsistência, nem com a atividade de caça, mas recusa-se a denunciar os moradores que praticam tais atividades. Jurandir, de fato, sabe que o Bairro da Serra tem realidades muito distintas das narradas aqui até agora.

Visitemos a casa de José Ursulino da Motta, o Zeco. Ele tem, no ano de 2000, 35 anos e é pai de seis filhos entre cinco e quinze anos. É reconhecido no bairro como grande conhecedor da flora, principalmente de ervas medicinais. Tocador de violão, artesão, formou-se monitor ambiental pelo segundo curso oferecido no município, em 1998. Não gosta muito de guiar em caverna e, como são poucos os turistas interessados em monitor para outros tipos de passeio, deixou esta ocupação para o segundo plano. Trabalhou como ajudante de campo de um botânico, o que garantiu seu sustento durante algum tempo. Auxiliou também outras pesquisas científicas. Zeco faz agricultura em pequena escala para garantir o arroz e o feijão da família. Sua esposa, Eva, no final do período da

pesquisa, passou a trabalhar como cozinheira na pousada de outro morador local. Apesar das dificuldades, Zeco não pensa em se mudar dali. Já morou em cidades grandes e diz que voltou porque “a situação, se está ruim aqui, lá fora está pior”. Zeco reivindica a liberação da agricultura:

"Pessoal hoje não está fazendo quase nada de roça. Antigamente você chegava aqui no bairro e para o lado que você virasse a cabeça você via roça. Roça de arroz, roça de feijão, canavial, enormes canavial, tinha engenho... agora nem engenho você não encontra mais. (...) Você chegava na casa de qualquer um você comia uma rapadura, tomava um melado, melado com farinha. Nossa, era uma delícia!"(Zeco, julho/1998).

"Uma coisa que deveria ser liberado -- está certo que o pessoal novo não está muito afim de fazer esse tipo de coisa -- mas se o Parque liberasse esse negócio de multa de fazer roça, o pessoal aqui sobrevivia bem legal porque aí voltava igual era antigamente"(Zeco, julho/1998).

"Meus filhos não vai passar fome, não. Aqui pelo menos nós temos terra boa para plantar, temos água à vontade, saúde, graças a Deus.(...) Aqui nós temos tudo isso. Porque nós vamos passar fome?"(Zeco, julho/1998).

Ditinho, vizinho de Zeco, também é monitor ambiental e também formou-se no segundo curso. Todo feriado podemos encontrá-lo vestido com sua calça amarela, presente de um pesquisador sueco, guiando grupos de turistas nas cavernas da região. Ditinho é nascido em Bombas, e já guiou pelo menos quatro grupos de pesquisadores até lá, incluindo um pequeno grupo do projeto Floresta e Mar. Já fez de tudo um pouco, seguindo as oportunidades de emprego na região. Trabalhou em Furnas, empresa mineradora que retirava minério de chumbo próxima ao bairro e, depois, com o fechamento das mineradoras, trabalhou no corte clandestino do palmito. O declínio da população de palmeiras juçara nas regiões próximas coincidiu com o início do desenvolvimento da atividade turística, e Ditinho não foi o único a trocar o corte de palmito pelo turismo.

Apesar da renda extra oferecida pelo trabalho em mineradoras ou o corte do palmito, assim como eventuais empregos públicos, raros e disputados, os moradores mais velhos do Bairro da Serra definiam-se (e muitos ainda definem-se) como agricultores. Como ocorria em Bombas, praticamente todas as famílias praticavam a agricultura de coivara, era dela que provinha o estoque de alimentos do município e era principalmente a partir

da agricultura que se teciam as relações sociais. Esta base agrícola das relações sociais persiste em outros bairros do município, como vimos no capítulo 2.

Com família numerosa, transformando sua casa de pau-a-pique em casa de tijolo (processo visível em todo o Bairro da Serra), Ditinho considera a monitoria como apenas uma das atividades que desenvolve. No primeiro semestre de 2000 trabalhava para Diva, moradora que é dona da maior pousada do bairro, na construção de uma casa, e no segundo semestre conseguiu um emprego temporário na prefeitura, junto com mais três moradores, na construção de uma ponte. Assim como Zeco e uma série de outros moradores, Ditinho também pratica agricultura. Porém, para a grande maioria dos roceiros do Bairro da Serra, a agricultura tornou-se uma atividade menos importante, tanto do ponto de vista econômico quanto das relações sociais.

Ditinho me levou à sua roça, acompanhado de seu filho mais velho, Leandro. Perguntei se podia fotografá-la, falar dela em minha pesquisa. Explicou-me que o local onde hoje faz roça está fora do Parque e que, como não necessitou da derrubada de *capoeira grossa*, não tem problemas com a fiscalização. Ditinho não possui área própria: sua roça é feita na terra de outro morador que não pratica agricultura, mas que deseja manter a área sem vegetação arbórea, para não ter problemas com a Polícia Florestal² e com os guarda-parques, bastante atuantes no bairro. Ditinho estava naquele momento colhendo milho, e o feijão plantado na mesma época, que escalava o caule do milho, dava suas primeiras vagens. Na mesma roça havia também pepino e abóbora.

² A mata atlântica tem uma legislação específica para este bioma. Na Constituição Federal consta que “a mata atlântica e a Serra do Mar são patrimônio nacional, sendo que sua utilização far-se-á, na forma de lei, dentro de condições que assegurem a sua preservação, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”(art. 225, parágrafo quarto). O Decreto 750, promulgado em 1993, nos últimos dias do mandato do presidente Itamar Franco, diz que, na mata atlântica:

a) é proibido o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou no estágio avançado e médio de regeneração, que poderá ser autorizada excepcionalmente mediante decisão do órgão estadual competente quando necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social (artigo 1º)

b) a exploração seletiva de determinadas espécies em áreas de vegetação primária e nos estágios médio e avançado pode ser feita se não promover a supressão de espécies distintas, haja estudos de estoque e capacidade de manutenção; existam projetos com estabelecimento de áreas e retiradas máximas anuais; e se obtenha autorização do órgão estadual competente. Diz ainda que isto não se aplica a espécies de flora utilizadas para consumo das populações tradicionais, mas que seu uso ficará sujeito à autorização pelo órgão estadual competente (artigo 2º).

São interpretações subjetivas desta legislação, elaboradas no cotidiano dos conflitos, que definem a impossibilidade de se derrubar áreas de mata atlântica mesmo fora das unidades de conservação.

Se derrubasse a *capoeira grossa*, Ditinho teria, apesar dos problemas com o *meio ambiente*³, uma terra mais fértil e uma quantidade muito menor de ervas daninhas, poupando-lhe trabalho de roçado. A maioria das roças atuais no Bairro da Serra, ou pelo menos as que me foram mostradas, são desenvolvidas em áreas de *capoeira fina*, uma fase inicial da sucessão vegetal que se inicia após o abandono de um roçado anterior. A biomassa produzida com a queima da capoeira fina em geral não é capaz de nutrir o solo adequadamente. Provavelmente daqui há alguns anos Ditinho não poderá mais plantar na mesma área e o solo será inadequado tanto à agricultura quanto à floresta, dominado por vegetação menos exigente como samambaias ou sapé. A hipótese aqui, que pode ser examinada com estudos mais específicos, é que a diminuição das áreas de plantio na região do Bairro da Serra salvaguardou certas áreas florestais, mas tornou as áreas não protegidas sujeitas a um impacto sensivelmente maior da agricultura de coivara, inviabilizando tecnicamente, a médio prazo, a continuidade desta prática. Uma das raras pessoas que no período de pesquisa ainda persistia tendo atividade agrícola como base de vida era *dona Luzia*, 64 anos. Em abril de 2000, tempo de colheita de arroz, combinei de irmos juntos a sua roça próxima ao bairro, fora do perímetro do PETAR. Cheguei às sete da manhã em sua casa e *dona Luzia* já estava de pé, oferecendo-me café e queixando-se de dores de cabeça. Mesmo assim fomos à roça, “fingir que vamos colher arroz”, como ela disse. Antes de sairmos, ainda catou o feijão, pôs na panela de pressão, deu comida ao cachorro e molhou a horta no *terreiro*.

O *terreiro* (área em torno da casa) de *dona Luzia* era bem diferente do dos demais moradores, que geralmente têm somente algumas ervas de *cheiro* (temperos): lá ela produzia alface, couve, *taíá* (taioba), banana, ameixa, mandioca, maracujá, amendoim, entre outros produtos. Quando perguntei o porquê desta diferença, ela disse que os moradores do bairro ficaram querendo levar a vida de *gente de fora*, e muitos menosprezaram a agricultura.

Caminhando para a roça, atravessamos uma rústica ponte sobre o Rio Betari e chegamos a um pequeno pasto. Lá encontramos Simião, filho de *dona Luzia*, o mesmo que

trabalhava como monitor na Caverna Santana. Naquele momento estava cuidando da meia dúzia de vacas e cavalos da família. Simião contou que ia conseguir um enxame de abelhas para tentar uma produção de mel e que já possuía a roupa de apicultor. Seguimos em frente e chegamos à roça. Acostumado às monoculturas em minha história de vida (neste período eu ainda não tinha visitado Bombas), me espantei que a *roça de arroz* tivesse cará, mandioca, abóbora, *mogango* (moranga), amendoim, mamão, banana, milho... a riqueza de espécies, na verdade, era exagerada, se comparada às demais roças que conheci na região; ao utilizar sempre o mesmo terreno, *dona* Luzia optou por diversificar ainda mais⁴. Quando perguntei sobre a venda da produção, disse que tudo o que produz consegue vender: "Se eu sair com um carrinho de mão cheio de abóbora pelo bairro, em dez minutos já compraram tudo. Ninguém produz...". Dona Luzia concordava que a tendência é o enfraquecimento do solo com o uso intensivo em uma agricultura que não usa insumos. Mas o fato é que possuir um pequeno terreno localizado fora do parque e disponível à agricultura é um privilégio que poucas pessoas no bairro além dela podem ter.

Possuir um terreno, no sentido da propriedade privada, é uma novidade das últimas décadas no bairro. Cada morador tem assegurada sua posse, sendo que 18 famílias solicitaram usucapião no período de implantação do Parque (veja capítulo 1). No entanto, não foi sempre assim. Quando a entrevistei, dona Luzia contou um pouco sobre a história do bairro. A fundadora da povoação, num passado incerto e distante, seria Prudência da Motta:

"Ah, mais antiga é de quando veio uma senhora aqui (...) É, é a Prudência. D. Prudência da Motta, é tataravó minha. Ela que veio, veio daqui do lado do Paraná, entrou trilha e gostou do mato aqui, era tudo fechado, sertão. Então ela

³Relembro o significado local de *meio ambiente*, relacionado aos órgãos responsáveis pela administração e fiscalização da conservação (conferir capítulo 2).

⁴ É interessante notar que sob uma perspectiva agro-ecológica, preocupada com noções de sustentabilidade (ver Altieri, 1989), dá-se um valor positivo à diversificação agrícola. Autores, partidários de um modelo de modernização agrícola vêem com desdém tal variedade. No clássico trabalho sobre o Vale do Ribeira, de Pasquale Petrone (1961: 54), por exemplo, a diversidade da roça de capuava é analisada desta maneira: "normalmente trata-se de culturas associadas, em certos casos constituindo verdadeiras 'culturas promíscuas' em que, com desordem, aparecem no mesmo terreno um pouco de milho ou de arroz, alguns pés de cana e touceiras de banana. Tudo, de resto, tomado pelo mato, em caso extremo e havendo certa dificuldade, para quem não esteja atento, em perceber a presença do 'campo' de cultura, nestes casos confundindo-se com a capoeira vizinha ou assemelhando-se a uma capoeira formada em clareira abandonada, na mata."

gostou, a baixada aí ela gostou. (...) Ficou ela e o filho dela... ficou aqui, gostou, daí foi trazendo gente aqui do lado do Paraná que é mais perto, tinha a trilha, por baixo de mato e foi trazendo algumas pessoas aqui. Tinha alguns índio aqui também, então, foi gostando dela, porque ela participa bem da minha família, então, foi gostando, e aí foi aumentando as irmandade. E ela foi amansando os outros e aí foi trazendo família, foi trazendo família, e largou família que era o pai descendente a ela, e aí foi misturando a família,, foi misturando e foi crescendo, foi crescendo e daí foi aumentando” (Luzia, junho/2000).

Dona Luzia tem onze filhos, seis mulheres e cinco homens. Os dois mais jovens, Simião e Tatiana, estudantes, são os únicos que ainda moram com ela. Quatro outras filhas moram no bairro, sendo que três, casadas, são vizinhas da mãe, em terreno da família. À exceção de Simião, todos os outros filhos homens moram fora, tendo mudado há menos de 10 anos.

Examinemos brevemente a questão das migrações no Bairro da Serra. Estamos vendo no decorrer destas páginas que as restrições ambientais foram responsáveis pela proibição de diversas práticas da população, bem como pela eliminação de empregos na indústria extrativa, seja a mineração, seja a extração de madeira e palmito. Na Serra, mais do que em Bombas, os empregos criados por essas atividades complementavam a atividade agrícola. A agricultura, como analisei no capítulo anterior, encontrava dificuldades em funcionar como atividade comercial, sendo esse um dos fatores que incentivaram as migrações. Não me propus a realizar um estudo demográfico na região, mas ao visitar as famílias do bairro histórias como a dos filhos de dona Luzia se repetem.

Grande parte dos adultos, talvez a maioria, já morou fora do Bairro da Serra em alguma época de suas vidas. Mesmo antes da implantação do Parque, ou mesmo antes de sua criação, segundo os relatos que ouvi, havia a prática dos homens, enquanto solteiros, saírem do município em busca de trabalho. *Pegar o trecho*, como dizem na região. Jovens de 18 ou 20 anos procuravam empregos temporários fora, e depois de terem “conhecido um pouco do mundo” voltavam para se casarem e estabelecerem no bairro. Clayton Lino (1980) atribui à chegada da estrada que corta o Bairro da Serra, em 1937, uma importância fundamental na migração dos moradores do Bairro da Serra para outras regiões. Segundo ele, “a estrada, mais que uma porta de entrada representou uma porta de saída”. Antes disso, os caminhos existentes consistiam em rotas de tropeiros que levavam minérios, produtos agrícolas, varas de porcos para comercialização e outros

produtos. A estrada que liga Apiaí a Iporanga, desta forma, deve ter servido como um estreitamento do contato dos moradores da região com a realidade urbano-industrial que se construía no estado. Se antes o jovem migrava para outros bairros rurais da região ou para o *sertão* em busca de boas terras de cultivo ou por conta de casamento, a partir da chegada da estrada teve a opção de migrar para cidades maiores ou para áreas rurais com características de agricultura mais *moderna*, que utiliza insumos, agrotóxicos e mecanização. Em cidades como Sorocaba, Itu, Campinas ou Itapeva, ou na capital, poderia procurar emprego como braçal, vigia ou em outro serviço que não necessitasse de diplomas escolares; na zona rural de municípios como Capão Bonito, Guapiara ou mesmo Apiaí podiam trabalhar como meeiros. *Dona Luzia*, por exemplo, trabalhou por alguns anos em uma olaria na região de Sorocaba, emprego ao qual ela atribui alguns problemas de saúde que hoje ela apresenta; Joaquim Justino, antes de ser funcionário do Parque, trabalhou em uma fazenda na região de Guapiara.

No capítulo 1 falamos das mineradoras, principalmente de chumbo, que se instalaram na região sul do PETAR, com auge na década de 1960. Muitos dos moradores do Bairro da Serra trabalharam nestas mineradoras ou em órgãos de prospecção mineral. Esta fonte de empregos, entretanto, não retirou o caráter agrícola do Bairro da Serra. A maioria dos moradores com quem conversei sobre o assunto contou que as atividades agrícolas continuavam a ser desenvolvidas pela família do morador que eventualmente obtivesse um emprego, seja em mineração, seja no serviço público. É difícil, de fato, encontrar um morador que tenha trabalhado por muitos anos seguidos na mesma mineração, tanto pela efemeridade das explorações quanto pela insatisfação dos moradores com o tipo de trabalho. Didi, hoje guia aposentado e dono de pousada, fala sobre o trabalho na mineração:

"O minério que a gente trabalhava na mineração de chumbo mesmo contém muito veneno de chumbo, esse veneno muitas pessoas, amigos da gente, já morreram através desse veneno de minério. Então eu achei que trabalhar muito tempo em mineração você perde a saúde, pega veneno de chumbo e vai contaminando o sangue. E daqui a pouco você está sofrendo do pulmão, qualquer coisa, no sangue..." Didi (julho/1998).

A mineração, entretanto, era a atividade que garantia uma renda fixa para muitas das famílias. O hiato ocorrido, portanto, entre o fechamento das mineradoras e o crescimento

do turismo foi responsável por um sensível aumento das migrações no Bairro da Serra. Com este quadro, fica claro porque uma das grandes preocupações das pessoas que fundaram a Associação Serrana Ambientalista (ASA) foi a criação de empregos para os jovens do Bairro, e o meio obtido foram os cursos de monitores ambientais.

Podemos imaginar que, no tempo em que funcionavam as empresas mineradoras, o jovem que não se adequasse ou não gostasse do serviço da mineração poderia continuar, como fazia toda a sua família, a trabalhar na agricultura. De fato, a subsistência podia ser assegurada pela agricultura e criação de animais. A caça e extração de madeira e cipós para construção era livre e, além disso, as necessidades materiais dos moradores não eram tão grandes em termos monetários e energéticos⁵. Como vimos, a agricultura representava um risco, mas mesmo com este quadro as migrações já aconteciam em massa, em busca de melhores condições de vida.

Em 1980, Clayton Lino escreveu em um trabalho sobre o Bairro da Serra para a disciplina “Bairros Rurais”, da FFLCH/USP:

“Os filhos adolescentes, em muitos casos, não residem com os pais mas se encontram trabalhando em outras regiões ou cidades. Assim sendo, é comum encontrar-se apenas adultos e crianças nas casas. Isto se explica pelas ‘melhores’ condições de trabalho e renda que há em outras áreas. Muitos chefes de família entrevistados referiram-se a filhos seus, trabalhando fora e contribuindo com a renda familiar através de remessas ocasionais para os pais. (Lino, 1980:11)”

Pensando nisso, o leitor pode supor, com razão, que ainda hoje as migrações acontecem. O turismo parece ter vindo ocupar, com muito mais sucesso e estabilidade, o nicho antes ocupado pela mineração e o corte de palmito. Mas as restrições ambientais eliminaram a possibilidade de se continuar com a base da subsistência, a agricultura, o dando ao Bairro da Serra com o aspecto que aqui descrevemos. Hoje é difícil caracterizar a Serra como um bairro rural.

⁵ Estou supondo que as necessidades energéticas aumentam a partir do momento em que os moradores passam a depender de produtos como eletrodomésticos, luz elétrica, comida industrializada, banho quente, itens que antes não eram vistos como necessidades ou supridas por trabalho braçal humano.

Para onde se migra hoje, em busca de que tipo de emprego? Para os homens, o trabalho como braçal em empreiteiras é o que mais se verifica. Os filhos do Bairro da Serra passam meses trabalhando em uma obra específica. Daí, ou obtêm um outro emprego, ou retornam para a casa dos pais com o dinheiro que ganharam, aguardando a próxima possibilidade de sair. Para as mulheres, desde o tempo de suas mães, o trabalho que se consegue é o de empregada doméstica, geralmente morando na casa dos patrões ou de algum parente. Na maioria das vezes as mulheres que partem casam-se na cidade de destino e por lá permanecem. Uma minoria dos emigrantes atuais, principalmente os que já formaram núcleos familiares, escolhem trabalhar como meeiros nas plantações de tomate dos municípios próximos. A figura 6 traz um esquema do fluxo migratório no Bairro da Serra, baseada em dados que levantei durante a pesquisa.

Temos um exemplo de que o turismo, se por um lado tornou-se uma real opção de fixação de residência para muitos jovens, por outro excluiu quem dele não pode ou quer viver. Onei tinha 32 anos quando o conheci, em 1999. Morava com os pais. Não tinha emprego fixo e trabalhava esporadicamente como pedreiro no bairro. Incentivado pelo afluxo de turistas, começou a usar suas habilidades para fazer artesanato com o cipó timbopeva, muito utilizado localmente para cestarias e construção de casas de pau-a-pique. Em acordo firmado pela ASA com Roberto Burgi, diretor do Parque na época, vendia suas peças no quiosque da entrada da caverna Santana, durante os feriados, e em sua casa nos demais dias. A retirada do cipó da floresta, no entanto, era dificultada pelos guarda-parques. Mesmo com a boa vontade do diretor, a existência das restrições legais dificultava a emissão de autorizações para retirada do cipó. Além disto, a venda do artesanato aos turistas não garantia ao rapaz uma renda satisfatória. Tanto que, na primeira oportunidade surgida, foi para São Paulo trabalhar na construção civil, junto com outros jovens da Serra.

Meses depois de sua partida encontrei Onei, em um feriado, a visitar a família. Disse que voltaria à Serra, mas enquanto tivesse trabalho em São Paulo e não houvesse perspectivas em sua terra natal, ficaria na capital. Ele estava morando em Campo Limpo, um dos bairros mais violentos da periferia de São Paulo.

As discussões e reivindicações dos moradores, como se vê, geralmente têm como tema repetido o emprego. Se em Bombas a possibilidade de permanência está condicionada à redução da atividade agro-extrativista dos moradores a um mínimo necessário para sua subsistência, no Bairro da Serra ela depende de um crescente abandono das atividades antigas e do envolvimento com o turismo. O turismo é festejado por muitos moradores porque foi capaz de gerar uma fonte de emprego, ou pelo menos de trabalho esporádico, que estancou parcialmente um fluxo migratório já existente e manteve muitos jovens na região. O turismo é proposto no discurso dos gestores como um substituto para a mineração, para o corte de palmito, para a agricultura. O câmbio para as atividades ligadas ao turismo, entretanto, significa muito mais do que uma simples troca de emprego e de fonte de renda.

Vimos que, dentre as atividades que foram proibidas, a agricultura é a que tem um *status* diferenciado, como promotora de relações sociais. É também a mais antiga, junto com a caça e o uso doméstico dos recursos vegetais para subsistência. Vimos também que a economia baseada no turismo trouxe modificações nestas relações nos últimos anos. Torna-se importante discutir, agora, como se dão as relações sociais no Bairro da Serra atualmente. Farei isto, como fiz no capítulo anterior, definindo eixos locais de sociabilidade.

3.2) Redes de Relações Sociais

No Bairro da Serra consigo identificar alguns diferentes *eixos* nos quais se baseiam as relações sociais. Estou caracterizando como *eixos* as fontes de aglutinação social, como os *motivos* para se estabelecerem relações sociais. Estou interessado nestes eixos para compreender de que forma aconteceram as mudanças nas relações sociais no Bairro da Serra após a implantação do PETAR. Um observador atento poderia certamente encontrar outros eixos. Destaco aqui os que considero mais importantes para a análise.

3.2.1) Relações de Parentesco

No Bairro da Serra a rede de parentesco⁶ é intrincada e poucos moradores localizam-se fora dela. Nas relações internas do bairro, posso dizer que há, principalmente dentre os moradores mais idosos, uma certa resistência em aceitar como parte da comunidade moradores que não têm laços de parentesco, seja por filiação ou afinidade, com as famílias antigas. Ouvi, por exemplo, o relato de uma moradora recente que contou-me como sua relação com os demais moradores modificou-se a partir do momento em que casou com um morador de família antiga no local. O percentual das casas cujos moradores não possuem consangüíneos ou afins de famílias antigas no Bairro⁷ é de 20%, como indica a tabela 1. Destes, somente 9,1%, ou 10 casas, emigraram de fora do Vale do Ribeira.

Esta diferenciação presente entre os *de dentro* e os *de fora* (Elias e Scotson, 2000), que de forma alguma é absoluta, acaba por ganhar novos significados face aos conflitos existentes. Em uma reunião da ASA da qual participei, discutiam-se critérios para a seleção dos candidatos ao terceiro curso de monitores ambientais, e uma das questões discutidas era se a prioridade seria dada a *moradores tradicionais*, o que naquele contexto significava os que têm ascendentes há muito estabelecidos no município (o curso tinha um caráter municipal), ou se seriam priorizados simplesmente os *moradores locais*, os que tinham residência fixa no município. Vê-se que as antigas questões de parentesco, portanto, dão base para a definição local de quem é ou não é tradicional, categoria que se tornou necessária politicamente a partir da implantação das áreas de conservação na região.

Da mesma forma que o critério decidido pelos sócios da ASA foi o de que os *moradores tradicionais* não teriam prioridade em relação aos ditos *moradores locais*, mais à frente veremos que as reivindicações dos moradores, mesmo quando imbuídas da defesa de um

⁶ Chamo aqui de *rede de parentesco* um conjunto de pessoas ligadas entre si por laços de filiação ou de afinidade.

⁷ Falo em *famílias antigas* e não *família antiga* porque me parece que o que hoje constitui-se em uma rede única de parentesco, no passado eram redes diversas, de famílias que chegaram ao bairro em momentos diferentes de sua história. Os moradores consideram que o sobrenome Motta corresponde à família mais antiga, enquanto outros sobrenomes, como Rodrigues e Andrade, são de famílias mais recentes.

direito histórico, sempre são em favor dos moradores de forma geral, independente de critérios de *tradicionalidade*. Este fato está diretamente relacionado com o processo reivindicatório que se organiza em torno da ASA, como veremos a seguir.

Outra faceta importante das relações de parentesco é a interação com os que estão fora do bairro. Face ao que comentei sobre as migrações, fica claro que a rede de parentes estende-se para muito além dos limites da Serra e do município de Iporanga. Nos feriados, por exemplo, uma parte considerável dos visitantes não são turistas, mas parentes em visita. São basicamente (a) os que migraram para centros urbanos e têm uma situação mais estável, geralmente irmãos, primos ou tios dos moradores mais velhos, ou então (b) filhos e netos dos moradores atuais que migraram há menos tempo, e que se encontram em situação econômica variada. Os primeiros muitas vezes têm interesse em investir em algum pequeno empreendimento no bairro explorando o turismo, por exemplo a construção de uma pousada em associação com um parente que tem terreno mas não tem capital; outras vezes são estes parentes os que oferecem possibilidades de emprego em suas cidades de origem aos jovens sem perspectiva no bairro. Já os últimos, quando já empregados longe do bairro, são os que vêm de visita com saudades dos pais e amigos, muitos deles tentando arranjar um meio para retornar. Estes parentes visitantes trazem, de fora, novas idéias e práticas que são trabalhadas e retrabalhadas pelos moradores. Consistem, portanto, em mais uma fonte de contato com a realidade dos grandes centros, que não a televisão e os turistas.

3.2.2) *Relações de trabalho*

As relações de trabalho, como já disse, modificaram-se radicalmente. Quando a base do trabalho era agrícola, tais relações eram relativamente igualitárias, incluindo, além da organização familiar do trabalho, as relações de trabalho remunerado temporário (*camaradas*) e as *reunidas* (veja capítulo anterior), apesar de haver moradores com maior capacidade de produção que podiam *pagar mais camaradas*, atraindo moradores de outras localidades. Além disso, durante a existência das mineradoras as relações dos moradores com a empresa era uma típica relação capitalista entre empregados e patrões, que inclusive algumas vezes não asseguravam os direitos da legislação trabalhista. O corte

do palmito foi uma atividade que criou outras relações de trabalho, tornando os cortadores dependentes do comprador, que muitas vezes não os pagava pelo serviço.

As relações de trabalho agrícolas determinam quem é um bom ou mau trabalhador segundo a disposição que um indivíduo tem para o trabalho agrícola. Assim como vimos em Bombas, essas formas de sociabilidade tecem relações duradouras e levam também a atividades sociais integradoras como bailes e festas religiosas (entretanto, como veremos, tais festas reduziram-se no Bairro da Serra, por conta da conversão da maioria dos moradores à doutrina da igreja Congregação Cristã). É uma constante, em conversa com os moradores antigos, agricultores aposentados, que eles se refiram aos jovens do bairro envolvidos com o turismo como preguiçosos, que não têm capacidade nem vontade de realizar o trabalho da roça, mesmo que esse tipo de trabalho viesse a ser liberado pelo *meio ambiente*. O fato é que grande parte dos jovens do período de pesquisa não cresceram sob a responsabilidade do trabalho diário na agricultura, mesmo que muitos o realizem esporadicamente.

Há portanto uma sociabilidade do trabalho agrícola e uma sociabilidade do turismo. A sociabilidade do turismo não é exclusiva dos jovens, mas inclui uma parte dos moradores do bairro que desde a década de 1970 envolveu-se com os turistas que começaram a aparecer desde então. Muitos desses moradores hoje são funcionários do PETAR. Por meio do turismo conseguiram um status social, ou “acumular capital simbólico”, como diria Bourdieu, de uma maneira que talvez não conseguiriam se o bairro permanecesse com características agrícolas.

Podemos definir três vertentes principais nas ocupações relacionadas ao turismo. A primeira é a de serviços relacionados à hospedagem e à alimentação, que engloba os donos de pousadas e seus funcionários. No período de pesquisa havia 14 pousadas no Bairro da Serra, sendo que 10 pertenciam a moradores. A segunda é a monitoria, que envolve principalmente jovens que realizaram um dos três cursos de monitor ambiental ministrados no bairro. A terceira é a de serviços complementares, como aluguel de bóias e equipamentos espeleológicos, bares, venda de cachorros-quentes e pastéis. Podemos computar paralelamente os moradores que são funcionários do Parque e trabalham no Núcleo Santana.

Os moradores que conseguem ter uma renda fixa satisfatória (segundo padrões locais) com a atividade turística são basicamente os funcionários do Parque e os moradores que possuem pousadas (muitas vezes as duas categorias se sobrepõem). O resultado disto é que atualmente criou-se entre os moradores uma real relação patrão-empregados, uma desigualdade social nova no bairro que reproduz a estratificação de classes que é comum na sociedade capitalista. Se pudéssemos calcular uma espécie de *Produto Interno Bruto* (PIB) do Bairro da Serra, veríamos que a circulação de capital aumentou notavelmente desde a implantação do PETAR. No entanto, enquanto hoje há moradores que podem ter caminhonetes novas e planos de saúde, há outros que, não fosse o assistencialismo da igreja ou um aposentado rural na casa, passariam fome.

As novas relações de trabalho criadas pela vinda de turistas, ou seja, resultantes da hegemonia das relações de trabalho capitalistas, formataram, por um lado, novas relações entre os moradores e, por outro, novas relações entre os moradores e pessoas vindas *de fora*. Entre os moradores, além de certas relações patrão-empregado, como mostrei acima, criaram-se novos paradigmas do que é ser um bom trabalhador. Longe de ser bom trabalhador aquele que agüenta o trabalho braçal e conhece o solo, o clima, as árvores e a biologia dos cultivos, agora trabalha bem aquele que sabe lidar com os turistas, conhece as cavernas e trilhas, conhece métodos de explorar abismos, sabe descer paredões de *rapel*, tem uma clientela fixa, cozinha o que o turista gosta ou sabe administrar competentemente sua pousada. A consequência é que são valorizadas as pessoas do bairro que têm uma experiência passada com o turismo, em detrimento a personalidades que se destacavam como bons roceiros, ou bons caçadores. Atualmente os pais têm pouco de sua experiência agro-extrativista que eles querem ou podem passar para os filhos. Segundo Maria Sílvia, agente de saúde e sócia fundadora da ASA:

"É muito difícil você conversar com um caboclo daqui que nasceu, com seis anos de idade já sabia plantar seu feijão, seu arroz, e aquilo ele carregou a vida inteira, ensinando para o filho dele. Agora o filho dele está com 17, 18 anos, ele não pode plantar mais, ele não planta mais, e o que ele fazia é crime. Como ele passa para o filho dele que todo o conhecimento da vida dele, hoje é crime?" (Maria Sílvia, setembro/98).

Algumas das habilidades dos moradores com sua experiência na floresta, entretanto, são bastante úteis para o trabalho com o turista. A orientação nas trilhas, a destreza corporal,

as precauções contra eventuais perigos e outras características que fazem, em geral, parte do *habitus* do *povo do mato*, é o que torna os moradores bons guias, assim como eram bons trabalhadores na prospecção de minérios. Os moradores que foram grandes caçadores, como é o caso de Joaquim Justino e Didi, foram os que mais se envolveram com os primeiros exploradores de cavernas, por serem os que mais possuíam tais habilidades.

É importante notar que o *habitus* das novas gerações é construído sobre os alicerces da prática das atividades de guia para o turismo de caverna, que é o interesse da esmagadora maioria dos visitantes. Muitas das habilidades com as quais alguns monitores atuais destacam-se, como o conhecimento da fauna e da flora e a sobrevivência na floresta, são hoje aprendidas por meio de apostilas e livros e pouco praticadas de fato. Não seria exagero dizer que, caso os moradores do Bairro da Serra venham a voltar-se exclusivamente para as atividades ligadas ao turismo, se acentuará a tendência a que o local se transforme em um *paraíso ecológico* cujos os moradores, contudo, não mais conhecerão suas especificidades. Dois exemplos que me surpreenderam, levando-me a crer que a figura do *mateiro* está em extinção:

- a) mostrei a duas crianças de mais ou menos oito anos de idade uma foto de uma muda de palmito, e eles disseram não saber que planta era aquela. Pensando ser o problema com a representação da muda na fotografia, mostrei, no quintal da casa de um deles, uma plântula semelhante. Ambos continuaram sem saber me dizer qual o nome da planta;
- b) mostrei para uma jovem monitora a foto bem definida e aproximada de um casal de jacus, aves relativamente comuns na região. Ela não sabia me dizer o nome da ave.

Falemos agora das relações sociais entre moradores e visitantes. A sociabilidade dos moradores envolvidos com o turismo ganhou, nos últimos anos, um forte componente de relações externas. Estas relações, resultantes do turismo, por sua vez são importantes para envolver os moradores ainda mais com as atividades turísticas. *Seu Didi*, por exemplo, sempre diz que consegue ganhar um bom dinheiro graças à visita dos *amigos*. Os amigos, na realidade, são os clientes que se hospedam em sua pousada. Não há

porém uma concepção errônea ou hipócrita no que diz Didi, pois muitos de seus clientes habituais são espeleólogos que o conhecem há tempos, têm com ele uma relação afetiva e muitas vezes inclusive o auxiliam a planejar o gerenciamento de sua pousada. A montagem das primeiras pousadas por moradores locais certamente partiu de incentivos de visitantes.

Alguns destes mesmos visitantes, que um dia incentivaram o turismo, hoje lamentam as mudanças de suas relações com os moradores, já que passaram de *amigos* a *clientes* ou *concorrentes*. Lúcia Yoko, proprietária da Pousada Rancho da Serra, diz que suas relações com os moradores modificaram-se bastante com a mercantilização crescente do turismo.

Há portanto um contraste claro entre as formas de sociabilidade associadas às relações de trabalho agrícola (vinculadas fortemente à vizinhança e ao parentesco e à cooperação em escala familiar e em reunidas) e as formas de sociabilidade associadas às relações de trabalho vinculadas ao turismo (que têm passado da forma de relações entre amigos a relações de prestação de serviços, e que tendem a levar a uma estratificação social correspondente ao *capital social* necessário ao sucesso na nova atividade).

3.2.3) Relações religiosas

O Bairro da Serra, como todo o município de Iporanga, tem um passado católico. Entretanto, no tempo da pesquisa, cerca de 70% dos moradores do bairro eram fiéis da Congregação Cristã no Brasil, uma igreja evangélica pentecostal. Alguns moradores datam a chegada da Congregação Cristã nos anos de 1940; já Clayton Lino (1980) situa sua chegada no início dos anos de 1960, devido, “em grande parte, à existência de um período de instabilidade econômica”. No bairro há ainda uma minoria católica e uma minoria batista. Católicos e batistas têm pequenos templos no bairro, mas não possuem sacerdotes locais. A grupo de organizadores locais da Congregação Cristã, por outro lado é todo formado por moradores locais e forma uma forte rede de solidariedade social que vai além das fronteiras do município. No período de pesquisa, por exemplo, diversos moradores trabalhavam em seus períodos livres na construção de um novo templo, maior do que o antigo e com materiais doados por *irmãos* de outros municípios.

Além dos *cooperadores* (equivalentes aos pastores de outras igrejas pentecostais), faz parte da organização um conselho de mulheres, as *irmãs da piedade*, que decidem, sob consulta espiritual, o destino das doações vindas de outras unidades da instituição a famílias necessitadas do bairro. A rede de solidariedade, entretanto, é restrita aos fiéis da igreja.

A participação da Congregação Cristã na vida social do bairro, enquanto instituição local, consiste em oferecer mecanismos internos de relacionamento social pelo viés religioso, como os cultos, batismos, aulas de música para para uso nos cultos e visitas para *obras da caridade*. Ao mesmo tempo, os *cooperadores* desencorajam outras formas de atividade social que não as religiosas: cargos políticos, associações, festas em geral, jogos de futebol.

É claro que há fiéis que seguem mais à risca a doutrina, outros menos, cada qual fornecendo sua própria interpretação. A chegada das restrições ambientais é colocada sempre ao lado da violência urbana e das mudanças nos costumes como sintomas do apocalipse inevitável, no qual somente os fiéis da igreja que seguirem a doutrina serão conduzidos ao paraíso.

Como o turismo de visitantes urbanos associa-se à mudança de costumes, dever-se-ia esperar que o contato com os turistas fosse criticado. Além disso, enquanto os turistas se ocupam com a *preservação* do ambiente, os pentecostais esperam um apocalipse no qual o mundo que conhecemos irá desaparecer, não importando as ações ambientalistas tomadas no presente. Mas não observamos um antagonismo entre turismo e evangélicos. Ao contrário, muitos dos moradores *fiéis* possuem pousadas ou empregos relacionados ao PETAR. Anésio, um dos cooperadores, enquadra-se na última situação.

Um bom exemplo das contradições potenciais entre a doutrina da igreja e a vivência cotidiana com o turismo está na história de Anderson, monitor ambiental, filho de *seu* Josias, outro dos *cooperadores* da Congregação Cristã. Ao fazer o primeiro curso de monitores ambientais oferecido no bairro, Anderson passou a participar das ações da ASA. É um dos monitores mais ativos no bairro, com um discurso sócio-ambientalista construído no contexto da formação dos monitores ambientais. Anderson é também assíduo na

igreja, cumprindo suas obrigações religiosas. Quando perguntei a ele sobre a relação de sua atuação na monitoria com a doutrina da igreja, a resposta foi a seguinte:

"Eu consigo fazer essa relação bem. (...) Da minha parte, se eu for pensar pela religião na hora do meu trabalho então nem ligaria pra preservar nada, porque que eu creio que um dia isso aqui vai se acabar tudo, é isso que, que a religião fala, que vai afundar tudo. Mas, mas não, pra mim não, não, não causa nenhum problema. A única coisa assim que eu faço, que sempre que eu estou com os turistas, e eles [dizem] 'Ah, toma uma cerveja aí', eu falo que não, beber eu não bebo". (Anderson, junho/2000)

Em suma, as relações sociais apoiadas na religião parecem ter passado por uma mudança fundamental, bem anterior à implantação do PETAR, já que a maioria da população de moradores é formada de fiéis evangélicos. Os moradores obviamente, apresentam outras formas de relações sociais, mas as redes de solidariedade religiosas parecem ser independentes tanto das relações de trabalho agrícola como das redes de parentesco. Além disso, essa forma de sociabilidade parece integrar-se sem conflito com as redes sociais relacionadas ao turismo.

3.2.4) Relações políticas

O Bairro da Serra é o local do município de Iporanga (e talvez de todo o Alto Ribeira) em que os conflitos sócio-ambientais estão mais politizados. Esta politização é devida principalmente, ao fato de o bairro ser o epicentro da implantação do PETAR, com a ação, há vários anos, de diversos atores sociais que não são moradores; deve-se também à criação, em 1994, da ASA, que, como vimos no capítulo 1, aglutinou diversos moradores antigos e recentes e criou mobilizações no bairro para a reivindicação de direitos e para a representação externa.

As relações políticas costumeiras, entretando, baseiam-se localmente nas relações de parentesco e, tanto localmente como externamente, em relações de clientelismo. Um exemplo típico de clientelismo que atravessa as fronteiras locais é o histórico paternalismo da prefeitura, com doação de cestas básicas e distribuição estratégica de empregos. Votar em um candidato a vereador ou prefeito, em Iporanga, em geral é compreendido como ajudar alguém a tornar-se importante e *rico* (talvez a única pessoa que receba vencimentos superiores ao de um vereador é o médico da cidade), em troca de algo, que

pode consistir em um conjunto de telhas ou um futuro emprego. Nada muito diferente do tradicional *é dando que se recebe* da política brasileira. O clientelismo ganha importância ainda maior devido à falta de perspectivas econômicas na região, agravada com as restrições ambientais. Luís Afonso Figueiredo (2000) desenvolve, em sua dissertação de Mestrado, um interessante item denominado “Pérolas da Política Iporanguense”, em que o tema é abordado.

Temos, portanto, duas formas diferentes de relações sociais no âmbito da política, no Bairro da Serra. Por um lado, a prática histórica de recorrer aos políticos quando é necessário emprego ou favores, que foi historicamente utilizada inclusive para recorrer das multas e prejuízos causados pelas restrições ambientais. Por outro lado, a reivindicação através da ASA, que consiste na participação em ações comunitárias e coletivas. A princípio, tais ações eram relacionadas à estruturação da base local do turismo, mas depois expandiram-se para outras questões emergentes, como saneamento básico e o recuo do Parque, como discutiremos a seguir.

Em síntese, poderíamos dizer que no Bairro da Serra convivem duas formas de relações políticas, uma mais antiga e fundada em relações clientelistas e assistencialistas, e outra mais recente e ligada à atuação da ASA, fundada em reivindicações coletivas. Os moradores que participam mais ativamente de mobilizações coletivas em geral são pessoas ligadas à atividades de turismo, o que, como veremos à frente, considero um problema.

Por fim, o leitor deve levar em conta que esta análise elaborada a partir de quatro eixos de sociabilidade definidos por mim (parentesco, trabalho, religião e política) pressupõe que tais formas de sociabilidade não são independentes, mas se relacionam de diversas maneiras no cotidiano dos conflitos.

3.3) O Bairro da Serra e o *meio ambiente*

Como vimos, o Bairro da Serra é o maior pólo de ecoturismo do Vale do Ribeira⁸. O crescimento do turismo concomitante à implantação do PETAR, promovido em um período de (tentativa de) reconstrução da democracia no país por pessoas envolvidas com as questões locais, forneceu o incentivo a que os moradores se envolvessem com a atividade turística. Na realidade, foi dada aos moradores tal possibilidade como moeda de troca para que aceitassem as diversas proibições que se seguiram, que limitaram a continuidade das atividades que faziam parte de seu *habitus*. Seja como atividade rentável, seja como atividade incipiente e acessória, grande parte dos moradores do Bairro da Serra está hoje envolvida economicamente com o turismo. O turismo destruiu relações antigas, criou novas relações dos moradores entre si e com atores externos e novos parâmetros de *status* social. A criação de uma associação e a emergência da figura dos monitores ambientais promoveu uma ação política no bairro, que examinaremos a seguir.

A relação dos moradores da Serra com o *meio ambiente* (termo usado, recordando o capítulo anterior, para qualificar os atores que atuam nas políticas de conservação) é muito mais ambígua do que a dos moradores de Bombas. Os moradores da Serra compartilham uma história de repressão a seu antigo modo de vida, hoje chamado de *tradicional*. Há dois modelos básicos posições no Bairro da Serra: um que defende que o modo como os moradores viviam era nocivo ao ambiente, assumindo o discurso dos atores externos e apontando o turismo como a única opção para o lugar. Outro modelo de posição -- apesar de não desprezar o turismo como fonte de renda -- defende a manutenção das antigas práticas agro-estrativistas, geralmente compartilhando um discurso anti-ambientalista, de cunho desenvolvimentista, arraigado na região. Na prática tais discursos se mesclam e se contradizem, e dão espaço para outras formas de discurso, que discutiremos no próximo capítulo. Ambas as posições estão pautadas nas diversas experiências pessoais de cada um desde a implantação do Parque. Entretanto, os

⁸ Outro pólo turístico da região é a conhecida Caverna do Diabo, localizada no Parque de Jacupiranga, no município de Eldorado. O turismo na Caverna do Diabo, no entanto, é mais intensivo e considerado "menos sustentável"; o Bairro da Serra constitui uma referência melhor de ecoturismo para os planejadores.

moradores do Bairro da Serra, em uníssono, afirmam que o turismo precisa crescer para dar conta de empregar toda a população.

"Para todo mundo eu acho que não tem [turismo]. (...) Pousada? Aqui tem muita pousada. Se eu não estiver enganada são doze, e são a maioria [de] proprietário local.(...) Agora, eu acho que não é só abrir, abrir, falta muita coisa para estruturar no Bairro ainda. De pousada não dá para todo mundo sobreviver, tem que ter outros caminhos, comercialização de artesanato, outros cursos... se não tiver outras alternativas com resultados, não vai dar não, para todo mundo sobreviver. Tem um número 'x' de monitores, e os outros que estão vindo, o que vão fazer, ser monitores? Não vai mais dar certo.(...) Só pousada e só monitoria não é sobrevivência para toda a comunidade."(Fifi, julho/1998)

"Eu acho que a região aqui tem que ser turismo hoje em dia. O governo deve investir mais no turismo aqui, melhorar estrada, para aumentar mais o turismo. Porque estrada muito ruim como tem aqui, o turista não vai colocar um carro aí bom para passar na estrada, se não tem estrada. Se melhorar a estrada, melhora também o turismo e é mais dinheiro que entra pro governo"(Didi, julho/1998).

"Nós aqui, o povo, são muito pobre. Para você viver do turismo tem que investir. Mas se você não tem como investir, não tem um incentivo. (...) O governo quer preservar (...) então traz uma solução, traz umas idéias, mas ninguém traz.(...) Então que tipo de turismo que vai ser? Um tipo de turismo para ajudar nós a sobreviver sem denegrir, sem desmatar, como? Começar por onde? (...) Se o pessoal do meio ambiente, da secretaria não sabe, eu quanto menos! (...) Não adianta querer mudar a mentalidade do povo, se o povo não tem por onde começar, não tem como. Precisa de dinheiro!"(Dito, julho/1998)

"Vai ter que ter outros meio, não só o turista. Só se vier todo dia.(...) Mas do jeito que está, não tem como, o pessoal vai ter que se virar do outro meio, fazer outras coisas. (...) Eu mesmo guiei foi mês passado, e agora esse fim de semana é que estou guiando de novo"(Zeco, julho/1998).

Esta percepção de que o turismo precisa crescer vem acompanhado, para as lideranças da ASA, entre elas alguns monitores ambientais, da preocupação com sua estruturação. Isto significa trabalhar com os moradores questões como o lixo, reivindicar da prefeitura e da SABESP (órgão estadual responsável pelo saneamento básico) a implantação de uma rede de esgoto no bairro, reivindicar do PETAR a estruturação do turismo, procurar construir uma sede para a associação. A existência destas reivindicações é fruto da percepção de problemas ambientais recentes no bairro, como a poluição de córregos, o crescimento da produção de lixo, além de questões relativas à atuação dos monitores.

A emergência de tais problemas ambientais, ironicamente, é fruto da política ambiental que forçou os moradores a abandonarem suas atividades agrícolas e extrativas e investirem seus esforços no turismo. O crescimento da demanda turística no Bairro da Serra forçou o processo de urbanização do Bairro da Serra pela necessidade de se prover infra-estrutura básica para o turista, reproduzindo, de forma imperfeita, o conforto dos centros urbanos (pousadas com água encanada e chuveiro quente, telefones, pontos comerciais, etc.) e, além disso, a chegada de diversas pessoas nos feriados e alguns finais de semana aumenta abruptamente a produção de lixo e esgoto, e o gasto de água e energia elétrica.

A necessidade de toda esta infra-estrutura, aliada à maior circulação de dinheiro no bairro, à venda de muitos terrenos a turistas e a uma política que desvaloriza as práticas locais anteriores ao turismo⁹ favoreceram, portanto, a mudança abrupta da fisionomia do bairro. A primeira metade da década de 1990 caracterizou-se pela construção e reforma incessante de casas por todo o Bairro da Serra, primeiramente ao longo da estrada e em escala mais lenta do outro lado do Rio Betari, próximo ao Núcleo Ouro Grosso, onde não havia acesso por carro. A tabela 2 mostra os pontos comerciais do Bairro da Serra e seu ano de inauguração. Sobre este momento, Mamute conta em seu relato:

"Veio um grupo de pessoas de fora morar para cá, e automaticamente acaba contratando pessoas para construir suas casas. Suas casas de veraneio, como essa do Cássio, como a da Marcinha, acaba empregando essa pessoa para tomar conta, paga por mês para essa pessoa, acaba empreitando serviço de roçada. Então se vendeu algumas áreas para pessoas de fora, uma determinada época. A partir daí, tanto as pessoas daqui tinham dinheiro na mão, quanto as pessoas de fora também tinham dinheiro na mão para construir as coisas. Ou gastando na contratação destas pessoas. O próprio turismo, que veio para cá, o cara guiava... então ele melhorou a renda. A partir daí todo mundo passou a mudar seu estilo de vida, a construir uma casa nova, construir mais uma casa para alojar o turista, ou transformar sua casa, ou montar um negócio de pousada do lado, é o caso do Abílio, é o caso do Didi, (...) todo mundo mais ou menos ao mesmo tempo. (Mamute, setembro/98)

⁹ A cultura tradicional é valorizada de maneira ambígua. Um exemplo representativo: há no Núcleo Ouro Grosso um "Museu da Cultura Tradicional", montado pelo esforço de Clayton Lino, que consiste em uma casa de farinha e uma moenda de cana, comprada de moradores locais. A arquitetura de pau-a-pique, a moenda, a roda de farinha são valorizadas como algo peculiar, mas a produção local de rapadura e farinha de mandioca, no discurso do turismo e das restrições ambientais, são considerados *coisa do passado*.

Esta urbanização abrupta e sem a devida infra-estrutura básica (cuja provisão não estava prevista na agenda da Secretaria do Meio Ambiente nem na da Prefeitura Municipal) começou a preocupar também os técnicos do Instituto Florestal. A área que mais possuía terrenos disponíveis à construção era justamente aquela que ficavam dentro do parque no seu traçado original, e cujo afastamento havia sido negociado, anos antes, pela equipe de implantação da SUDELPA. Havia sido incorporada uma nova área ao PETAR, mas o recuo permanecera engavetado no Instituto Florestal, fruto das diversas mudanças políticas internas no órgão.

Segundo espeleólogos e moradores envolvidos com o turismo, a solução para conter a urbanização encontrada na época (outubro de 1995) pelo diretor Roberto Burgi, legitimada pelos demais técnicos do Instituto Florestal na sede do órgão em São Paulo, foi o embargo de todas as construções no Bairro da Serra, com a justificativa de que grande parte delas localizava-se dentro do PETAR, ou seja, desconsiderando que houvera um acordo prévio com os moradores na década anterior¹⁰.

Esta atitude deflagrou um enorme conflito entre a administração do PETAR e diversos outros atores que vinham sendo parceiros do Instituto Florestal e que se viram prejudicados pelo embargo repentino. A ASA, que vinha trabalhando em consonância com a diretoria na formação de monitores ambientais, tomou partido dos moradores e liderou o processo de negociação com a Secretaria do Meio Ambiente, reivindicando a permissão das construções e a oficialização do recuo dos limites. O episódio fez também com que as relações da administração do PETAR com a SBE se tornassem tensas, pois uma das primeiras casas embargadas foi a de um grupo espeleológico de Campinas, o GESCAMP; foram resfriadas também as pretensões de outros proprietários de terrenos, sócios da SBE, de construirem casas ou pousadas no Bairro da Serra:

"Um certo Domingo o Jair Andrade foi à minha casa. A casa dele estava caindo, (...) a porta já não fechava mais, e ele estava juntando dinheiro para comprar um material para construir uma casa nova para a família. E ele soube que a construção do Ademir tinha sido embargada, a do Ademir estava sendo

¹⁰ Infelizmente não pude ouvir a versão de Burgi sobre a questão, pois este faleceu em um acidente automobilístico antes que eu pudesse entrevistá-lo. Comenta-se, entretanto, que o ex-diretor, quando procedeu ao embargo, desconhecia o acordo prévio feito pela equipe de Clayton.

construída lá perto do Ouro Grosso. E daí o Burgi, passando lá, porque na época eles estavam terminando de construir o Ouro Grosso, o Burgi foi lá e embargou a obra do Ademir. (...) Aí o Jair ficou sabendo disso, e falou. (...) Aí eu falei: " -- Olha, Jair, isso é uma situação que a Associação pode coordenar, mas a Associação não vai a favor da Secretaria, não vai a favor da prefeitura, ela vai a favor da comunidade, então a comunidade tem que estar junto. Não é para beneficiar poucos. Então vamos ver direito essa história. Vamos comprar essa briga? Então vamos." Aí documentei isso com o Mamute. (...) "-- Vamos conversar com o Burgi, ver o que está acontecendo." (...) Aí o Burgi explicou que (...) o primo da Tânia, ele pôs a máquina lá, e a máquina fez miséria. E os funcionários, passando diariamente ali, contaram para a administração, e o Burgi foi lá e embargou. Começou com essa história aí. E como estava havendo um aumento muito grande, e para construir a Secretaria devia ser notificada do projeto, como ia fazer. (...) Aí a gente comunicou o Burgi que eles estavam querendo uma reunião, que seria dia tal, marcamos a reunião ali, aí viemos para o Bairro, conversamos com todo mundo ali, vai ser explicado na reunião o que está acontecendo" (Maria Sílvia, novembro/98).

"O nosso grupo, o GESCAMP, ele comprou um terreno, e esse terreno, ninguém sabia dessa posição do estado daquela área ainda não estar aprovada, ninguém do grupo sabia disso, nem eu mesmo sabia disso. (...) E nós começamos a construir neste terreno, um terreno com área sem problema nenhum de desmatamento, tanto é que nós não cortamos nem um pé de limão para poder construir, nós só cortamos pé de bananeira para poder construir. (...) E nós estávamos em um momento da construção que faltava só pôr a madeira e a telha, e cobrir. E nós ficamos seis meses com essa construção parada, esperando uma posição do Instituto Florestal para poder dar continuidade na obra. (...) Não deram resposta, mandei carta, conversei com eles, fui até lá. E aí o nosso grupo tomou a posição de continuar essa obra sem a posição deles. E quando (...) só estava faltando pôr a telha, foram lá e arrancaram o madeiramento. (...) Então ficou um conflito muito grande, tanto é que o nosso grupo de espeleologia, depois disso daí desmantelou o grupo. Oitenta por cento do nosso grupo de espeleologia nunca mais voltou para o Bairro da Serra, depois deste conflito" (Scala, 29/11/98).

"E inibiram todo mundo, falando que estava tudo embargado. É por isso que o pessoal todo fala 'embargo'. Porque no auto de infração da Polícia Florestal, ele colocava ali embaixo: 'embargado', não só 'multado', como 'embargado', quer dizer, vai ter que parar de construir. Aí é que veio essa questão do embargo, embargo, embargo. Porque na nota do auto de autuação vinha lá: 'multado e embargado'." (Mamute, 27/9/98).

Desde então iniciou-se uma série de reuniões comunitárias no Bairro da Serra para tentar resolver a situação, com a presença de Burgi, da advogada do Instituto Florestal, Nininha, que havia trabalhado na equipe da SUDELPA, de representantes da prefeitura e da câmara

dos vereadores, do ITESP (Instituto de Terras), entre outros. Burgi assim se expressou, segundo a ata de uma das reuniões:

"O sr. Roberto Burgi disse que não conhece os itens deste acordo verbal, que houve uma rotatividade e que espera que agora seja colocado no papel. Disse ainda que esse acordo poderia ser prorrogado se não houvesse pousadas, construções" (Ata da 3ª. reunião da ASA com a comunidade do Bairro da Serra, 27/2/1996).

A pressão local fez com que a Secretaria do Meio Ambiente recuasse, permitindo reformas de casas caso a caso, mediante a assinatura de um modelo de documento que já havia sido utilizado na Estação Ecológica Juréia-Itatins, que excluía a benfeitoria dos cálculos de uma futura desapropriação. Os moradores, orientados pela diretoria da ASA, recusaram esta solução e continuaram suas construções. O processo começou a ser novamente agilizado na Secretaria do Meio Ambiente com o empenho de Burgi e Nininha. Certamente o caso gerou diversos conflitos dentro do próprio Instituto Florestal, conflitos estes a que infelizmente não tive acesso, pois após o falecimento de Burgi, fato que fez com que o PETAR ficasse por volta de um ano sem diretor, o processo ficou novamente parado. Até o final da pesquisa, quase seis anos após o início das negociações, o afastamento ainda não havia sido formalizado.

Acompanharemos agora duas situações ocorridas no âmbito deste conflito, nos anos de 1999 e 2000, já com Gisela na direção do Parque. Analisaremos a forma de agir dos moradores e sua interação com outros atores presentes.

Caso 3

Jair, 44 anos, nascido e criado no Bairro da Serra, tem o título do terreno que usa, obtido por seu pai, Francisco, na época em que a equipe de implantação do PETAR agilizou a realização do usucapião das famílias do Bairro da Serra. O terreno localiza-se dentro da área que foi recuada pelo acordo com a equipe de implantação, na década de 1980. Jair e seus irmãos Josias e Juraci plantam hortaliças no terreno, que é plano, de forma intensiva há cerca de 15 anos, com uso de arado a trator cedido pela prefeitura,. Respeitando o acordo realizado com a equipe de implantação, tanto Jair quanto seus irmãos deixaram

intacta a área de seu terreno que ficara, mesmo com o recuo, dentro do PETAR, e que seria posteriormente desapropriada. Jair nunca havia tido problemas em realizar seu plantio até recentemente.

Em dezembro de 1999, Lucinda, esposa de Jair, foi multada pela Polícia Florestal enquanto passava o arado no terreno. Jair recorreu da multa com o auxílio de Mamute, idealizador da ASA e responsável pela Casa da Agricultura do município, que o ajudou a escrever o recurso e anexou documentos da ASA comprovando que Jair realizara plantios de palmeiras juçara na área florestada de sua propriedade, e documento da prefeitura atestando que o morador arava a terra há 15 anos. Em junho de 2000 a família recebeu nova multa, desta vez enquanto Lucinda roçava o mesmo terreno com uma foice (os recursos às multas estão no anexo 4). A notícia da multa causou indignação em todo o bairro. Até o final da pesquisa o morador ainda não sabia o resultado dos recursos.

Nesta situação temos a aplicação da legislação ambiental na forma de multa a uma família, primeiramente por praticar agricultura mecanizada em parte de seu terreno, com apoio da prefeitura, e depois por roçar a vegetação herbácea manualmente. O terreno em questão fazia parte do PETAR pelos seus limites originais, mas na década de 1980 fez parte da área excluída pelo acordo de afastamento das divisas do parque sobre o Bairro da Serra.

O primeiro ponto a ser destacado é a legitimidade que tal acordo teve junto aos moradores. Jair e seus irmãos, da mesma forma que os demais moradores, respeitaram o pacto feito com a equipe de implantação do PETAR: abandonaram a agricultura de corte e queima, respeitaram os limites de um Parque que eles próprios consideravam ilegítimo e intensificaram a produção no terreno disponível, sem recursos para insumos. Jair conservou a mata no terreno que ficaria dentro do Parque e, quando a ASA, no início de suas atividades, promoveu plantios de palmeiras juçara, Jair concordou em plantá-las na mata de seu terreno. A multa aconteceu em um momento inesperado para o morador, pois considerava o terreno liberado do “Meio Ambiente” pelo código informal de conduta estabelecido, tanto que Jair nunca teve problemas em ará-lo. O morador, que foi um dos primeiros a ter sua reforma embargada após o início dos conflitos sobre os limites do Parque, sente-se profundamente injustificado.

"Então por causa disso que eu falo, Pedro, que existe coisas erradas, que eles cometem erro sem fundamento. Agora, por que a gente ser multado numa área que a gente é legalizado, documentado, tudo certinho... isso aqui todo ano eu tô recadastrando isso aqui. Todo ano, eu não fico um ano sem recadastrar. Eu acho que eu tô trabalhando dentro da lei, eu não estou trabalhando fora da lei, eu acho que... então alguma coisa tem que ser reparada porque esse tipo de multa, tudo bem, eu concordaria se, no caso, eu tivesse fazendo um desmatamento é... criminoso, que eu não fosse ocupar a área, é... tivesse fazendo uma queimada por mal... então eu concordaria, concordo, que isso aí é uma forma da justiça entrar, prender o culpado, e... multar é pouco pra quem faz esse tipo de coisa, né. Mas a gente que está aí usando um pedacinho de terra, já, num vai desmatar porque é uma área que antes já reservou pra trabalhar, pra não entrar lá pra dentro, pra não cortar, pra não derrubar, pra não fazer mais nada. Então nós fizemos esse, um acordo com, com o Joaquim [de Brito, ex-membro da equipe de implantação e ex-diretor do PETAR], na época que ele veio, veio desapropriar essa área minha que depois eles se apropriaram dela¹¹, e foi feito o acordo da divisa, então aonde foi feito o acordo, ali foi parado, o mato já cresceu, nunca mais nós entramos pra nada pra lá, ficou preservado. Então, a área pra baixo aonde ficou pra plantio, eu continuo trabalhando normal, não mudou nada... até esse ano que passou agora, que começou as multas" (Jair, junho/2000).

"Agora a gente vai ter que pensar um pouco pra trabalhar, porque se você se mexeu pra trabalhar, você vai ter dia... ainda quando você se mexer pra sair do seu trabalho vai chegar alguém com revólver nas sus costa e vai encostar e...

-- Onde 'cê tá indo ?

-- Eu vou trabalhar !

-- Então você tá preso !

Vai ser assim a história. Porque se você tá lá trabalhando, fazendo um capãozinho de roça, de roçada, ou capinando com a enxada mesmo... daqui a pouco o policial tá lá...

-- Ei, o que que você tá fazendo aí ?

E ele tá vendo o que que a gente tá fazendo.

-- Ora, eu tô roçando !

-- Então, pode parar !

Daí você pergunta:

-- Ah, mas por quê ?

-- Porque é proibido roçar.

-- Puxa vida... mas proibido por quê?

-- É lei.e a lei tem que ser... tem que ser...

Aí o que o cara faz? O cara pega, mal começou, põe a foice dele nas costa e vai embora pra casa, chega lá e vai falar pra mulher dele:

-- Ói, a coisa está feia !

Aí ela vai perguntar pra ele:

-- Por que que está feio?

¹¹ Ao final do período abrangido pela pesquisa, a desapropriação pelo trecho interno ao Parque ainda não havia sido paga.

-- Ah, porque o policial foi lá e embargou eu, não quer que eu roce!
Aí ela vai dizer:
-- E nós vamos viver de quê?
-- Vamos viver do ar da natureza nos oferece, né?" (Jair, junho/2000)

O costume dos moradores de Iporanga, quando multados, é de recorrer à prefeitura ou a políticos para preparar o recurso da multa. Neste caso, Jair, sócio da ASA, recorreu a Mamute, membro da entidade que, ao contrário dos demais moradores, tem conhecimento dos trâmites legais necessários. Mamute é também responsável da Casa da Agricultura do município, órgão ligado simultaneamente à Secretaria de Estado de Agricultura e à Prefeitura Municipal. Assim, Jair procurar Mamute consistiu simultaneamente na reprodução do modo comum de se preparar o recurso às multas, e uma nova forma, a preparação do recurso via associação local.

Analisemos agora os motivos pelos quais tais multas começaram a ocorrer. Enquanto o recuo dos limites do PETAR não é oficializado, a Secretaria do Meio Ambiente continua preocupada em conter o crescimento urbano do Bairro da Serra, pois diversos moradores e não-moradores com interesses no bairro continuam com a intenção de construir e reformar casas ou montar negócios no local. Muitos dos atores (não moradores e alguns moradores) concordam com a preocupação da Secretaria do Meio Ambiente, pois consideram que o bairro está chegando a seu limite de crescimento e todos vêem com preocupação a questão do saneamento básico. Há portanto, uma vontade dos gestores ambientais, apoiada por uma parte dos moradores, de que o crescimento seja contido. Mas com isso quebra-se de uma hora para outra e de forma não pactuada o padrão de conduta que vinha sendo utilizado para tratar dos conflitos. O resultado é um desnorreamento de muitos moradores com relação ao que podem ou não podem fazer, e a idéia relativamente generalizada de que o *meio ambiente* está avançando cada vez mais sobre o bairro, proibindo cada vez mais as atividades dos moradores, permitindo apenas o turismo que, como vimos, é considerado por todos como atividade capaz de prover o sustento de somente parte da população do Bairro da Serra.

Os rumos futuros que apontam as experiências práticas dos moradores (o aumento das restrições ambientais) estão longe de estar equivocados. Primeiro porque, enquanto todos estes acontecimentos se sucediam, era elaborado em contexto regional o

Macrozoneamento do Vale do Ribeira e Litoral Sul, que define as possibilidades de uso da terra em todo o Vale. O Macrozoneamento prevê, apesar da militância em contrário da ASA (que participou das discussões), que o Bairro da Serra seja declarado zona com completa restrição ao uso da terra. Isso significa que serão proibidas construções e atividades agrícolas em todo o Bairro. Além disso, um convênio firmado entre o governo alemão e a Secretaria do Meio Ambiente prevê o financiamento de equipamento ao PETAR para ampliação do serviço de fiscalização. No contexto destas políticas em nível macro, a sucessão de Secretários do Meio Ambiente, de diretores e de sargentos da Polícia Florestal sem uma política integrada, consistente e a longo prazo com relação aos moradores dificulta a legitimação dos códigos criados no embate de interesse conflitantes, em forma institucional. O atropelamento de acordos que foram feitos com os moradores, nos raros momentos na história dos conflitos em que houve diálogo com os moradores, favorece um sentimento de impotência destes com relação ao irreduzível *meio ambiente*. Reproduz-se, na floresta, a ditadura que os brasileiros se orgulham tanto de terem deixado para trás.

Acompanhemos agora mais uma situação, para compreendermos como as negociações ocorrem em nível local.

Caso 4¹²

Escola do Bairro da Serra, dia 2 de maio de 2000. Depois de muitos meses com o processo de afastamento dos limites do parque parado na Secretaria do Meio Ambiente (período em que o PETAR permanecera sem diretor), ocorre uma reunião comunitária no bairro. Algumas semanas depois haveria uma reunião do Consórcio de prefeituras do Vale do Ribeira, o CODIVAR, em um município próximo, com a presença do Secretário de Estado do Meio Ambiente, Ricardo Trípoli. Quem convocou a reunião comunitária foi a própria ASA, por meio de divulgação de cartazes e boca-a-boca. O objetivo dos dirigentes da ASA na reunião é esclarecer os moradores sobre a situação atual do processo, obter uma posição pública da prefeitura, da câmara de vereadores e da diretoria do PETAR

¹² reunião pública acompanhada por mim e registrada em meu diário de campo.

sobre o assunto, e organizar os temas que seriam levados para a reunião do CODIVAR. Um abaixo-assinado pedindo a oficialização do recuo foi previamente preparado.

Estão presentes talvez mais de uma centena de moradores, tanto os da área em litígio como da outra porção do bairro, desde agricultores aposentados e pessoas envolvidas com o corte de palmito até funcionários do parque. Foram convidados o prefeito, vereadores e a diretora do PETAR. Gisela não compareceu, mas enviou Modesto, encarregado geral do parque, como seu representante.

Quem coordena a reunião é Mamute, e quem redige a ata é Maria Sílvia. Mamute afirma a necessidade do posicionamento da comunidade, explica que o processo está parado na mesa do secretário e argumenta que a vinda deste ao Vale é uma oportunidade para pressioná-lo não só a respeito do recuo, como de outras questões, como o aterro sanitário do município. Mamute anuncia então que chamará em primeiro lugar o prefeito, para que dê sua posição.

Manoel, o prefeito, repete o conteúdo da fala de Mamute e anuncia que fará um breve balanço de sua administração. O prefeito, com ajuda de um sistema de projeção conectado ao computador, projeta gráficos e tabelas por mais de meia hora. Após o término da exposição Mamute, parecendo contrariado, pega novamente o microfone e convoca Modesto, como representante do PETAR. Modesto pede desculpas em nome de Gisela por sua ausência. Informa sobre o andamento do processo, dizendo que este foi à Assembléia Legislativa, mas retornou à Secretaria do Meio Ambiente porque havia algumas irregularidades em sua redação e agora permanecia engavetado. Modesto afirma que "é com pressão popular que o negócio vai sair" e que "o Parque dá todo o apoio à comunidade."

Mamute chama, então, Dema e Moacir, membros da comissão que fora criada para representar os moradores com relação ao recuo. Eles relatam que estiveram na Câmara dos Vereadores e foi prometida a criação de uma comissão da Câmara Municipal para pressionar politicamente o Governo do Estado, mas até hoje tal comissão não foi criada. Dema afirma que a Câmara falhou.

A partir daí pedem a palavra três vereadores (Milton, da sede do município, e João Motta e Vandinho, da Serra). Todos afirmam que têm posições na Câmara a favor do recuo. Milton diz que "o recuo está prejudicando o desenvolvimento do município." Diz que a culpa é da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e que apresentará uma moção de repúdio na Câmara dos Vereadores.

O prefeito propõe que se leve o abaixo-assinado à reunião do CODIVAR e convida a comunidade a comparecer lá organizadamente, em uma comissão. Diz que sem o recuo de limites não dá para resolver questões como a iluminação pública e o saneamento básico no Bairro da Serra. Enquanto os representantes falam, o abaixo assinado corre entre os presentes.

Abre-se para discussão. Falam João Campos, morador migrante, Tânia, professora, esposa de Dema e nascida na sede do município, e Joaquim Justino, guia do Parque e considerado morador tradicional. Cada um, à sua maneira, defende atitudes de cobrança do recuo.

A reunião encaminha-se para o final. Dema, a pedido de Anésio, funcionário do PETAR e cooperador da igreja, convoca a comunidade para um puxirão para que se roce a estrada da divisa do município até o Núcleo Santana. A prefeitura forneceria um almoço.

Mamute pergunta ao prefeito a data da reunião, e ele responde que seria realizada até o final do mês. Fica de ser formada uma comissão de até 10 pessoas para acompanhar o prefeito na reunião e levar o abaixo assinado. A reunião encerra-se em seguida.

O secretário do Meio Ambiente acabou por cancelar sua visita ao Vale na reunião do CODIVAR, mas os moradores continuaram se organizando em prol do afastamento de limites. Ao final da pesquisa de campo, uma comissão menor preparava-se para ir a São Paulo pedir audiência com o Secretário."

Aqui temos uma situação social em que todos os moradores do Bairro da Serra, não importando sua atividade, sua origem ou sua posição perante o PETAR ou perante a ASA, unem-se em torno de um objetivo comum. Os atores em interação com os moradores neste caso são a prefeitura, a Câmara de Vereadores e a administração do PETAR. A ASA articula uma comissão de moradores para acompanharem o prefeito em um ato

reivindicatório e cobra da Câmara Municipal providências não tomadas. A ausência da diretora do PETAR é sentida, e o funcionário encarregado declara que a administração do parque é solidária aos moradores.

O recuo das divisas é visto por todos os moradores, compreendendo ou não os processos burocráticos envolvidos, como ato de justiça e provedor de maior tranquilidade ao bairro. Para os vereadores e prefeito, consiste em possibilidade de *desenvolvimento* do município, além de prestígio eleitoral, já que a reunião ocorrera poucos meses antes das eleições municipais, e todos os políticos envolvidos são candidatos à reeleição. Na questão dos limites é recolocada por um vereador a dicotomia entre preservação e desenvolvimento, mostrando que após anos de implantação do Parque ela ainda se faz presente. A mesma dicotomia justifica-se nas palavras do prefeito de que a iluminação pública e a rede de esgoto é impedida legalmente no bairro porque parte dele está dentro de um parque estadual.

Analisemos primeiramente a posição de Modesto, encarregado geral do parque. Modesto é sincero quando diz que o parque está apoiando a comunidade na questão, se encarmos *o parque* como o corpo administrativo que trabalha em campo, englobando a diretora, o encarregado e os funcionários. O trabalho em campo seria facilitado com a redução dos conflitos. Além disso, Modesto participou como topógrafo do período de implantação do PETAR e também considera justa a oficialização do recuo. Não cabe julgar os motivos de Gisela em não comparecer à reunião, mas podemos tomar simbolicamente sua ausência como expressão da impossibilidade em que se encontrou a diretoria do parque para dar respostas animadoras aos moradores que cobram da diretora, representante local máxima da Secretaria do Meio Ambiente, a solução do problema.

Como já dissemos, o conjunto de funcionários do PETAR é formado, em parte, por moradores do Bairro da Serra. Na reunião, por exemplo, Dema, o funcionário encarregado do turismo, coloca-se, como morador do bairro, no direito de cobrar do Instituto Florestal a resolução do problema. Moacir, por muitos anos enfermeiro do PETAR, hoje responsável pelo posto de saúde do bairro, e Joaquim Justino, guia do parque, também fazem parte da comissão de moradores que reivindica o recuo de limites. O imbricamento dos moradores da Serra com a estrutura administrativa do PETAR e a relação positiva que

parte dos moradores estabeleceu com o turismo favorece o recebimento de forma positiva do convite feito por Anésio e Dema para que se faça um *puxirão* para roçar a estrada da divisa do município até a entrada do Núcleo Santana. Este ato, ao mesmo tempo que se constitui em convite da Secretaria do Meio Ambiente aos moradores que se beneficiam do turismo a realizar um trabalho voluntário no sentido de melhorar o acesso aos turistas em substituição a uma tarefa que seria do Estado (bem ao estilo das políticas “sociais” neoliberais vigentes atualmente no país), para os moradores aparece como convite para participação em uma *reunida*, para limpeza dos caminhos de acesso, com vistas ao recebimento do turista, que trará benefício aos moradores, da forma como costumeiramente são feitas tais tarefas coletivas. Podemos dizer que os moradores mais envolvidos com o PETAR têm as cavernas como uma espécie de recurso comunitário de acesso regulado pelo Estado.

Esta relação que podemos hoje considerar orgânica entre Parque e Bairro da Serra torna-se conflitiva pela falta de um espaço real de diálogo, fora do âmbito das reivindicações contra atos considerados injustos. Na aplicação de políticas ambientais “de cima para baixo”, perde-se a chance de construir um modelo local de gestão da conservação, aproveitando-se uma organização que surge de processos reivindicatórios dos moradores.

Um outro ponto a ser discutido nesta situação é a forma como se dá a participação dos moradores na negociação dos conflitos. Recordando o que já dissemos sobre a ASA, podemos classificar os moradores que se envolvem na entidade na entidade em três perfis:

- a) Pessoas vindas *de fora* morar no Bairro da Serra, tais como Mamute e Maria Sílvia (parte dos idealizadores da ASA), Dema e Moacir (funcionários do PETAR), Sandra e Tânia (professoras).
- b) Moradores *tradicionais* (nascidos no bairro ou na zona rural de Iporanga) e que se envolveram com o turismo desde seu início, como Joaquim Justino, Jurandir, Abílio e outros.
- c) Jovens nascidos no bairro, que se tornaram monitores ambientais formados nos cursos oferecidos: Fifi, Cateto, Alcides, Anderson e muitos outros.

Verificamos, no caso narrado, que a maior iniciativa de envolvimento nas questões políticas reivindicatórias dá-se pelas categorias (a) e (b) dos sócios da ASA. Os sócios da ASA que são monitores, em geral se motivam mais e sentem-se mais à vontade em participar das questões relativas à estruturação da monitoria. Já os moradores que não são se encaixam em nenhum dos três perfis acima costumam ter uma postura mais passiva no bairro com relação a mobilizações coletivas. Os motivos que identifiquei para a atitude desses moradores que têm pouca participação nas mobilizações coletivas já foram descritos anteriormente, e envolvem a cultura política local (relações clientelistas) e a doutrina religiosa (aversão dos evangélicos a participarem de organizações não-religiosas). A diferença na forma como os moradores lidam com os conflitos – uns através da associação e de mobilizações coletivas, e outros recorrendo a diferentes meios – aponta mesmo para uma diferença de *habitus* político. Os moradores com baixa participação na associação e nas mobilizações são os que menos acreditam na solução via turismo. A partir deles, entretanto, poderiam surgir *soluções* alternativas ao turismo (veja capítulo 4).

A comissão de negociação foi composta por quatro moradores da área a ser recuada, sendo dois *moradores tradicionais*, Joaquim Justino e Jair, e dois moradores *locais* não *tradicionais*, Dema e Moacir. O critério de escolha, segundo Mamute, foi exatamente o de assegurar a representatividade destas duas categorias surgidas na história da participação da ASA nos conflitos. Em resumo, os moradores que têm visibilidade nos processos reivindicatórios são aqueles que de certa forma já jogam o jogo definido pelo campo de possibilidades formulado no decorrer dos anos de conflito, direcionado pela tomada do turismo como moeda de negociação. Jair é exceção neste panorama, pois seu envolvimento com o turismo é hesitante, e deu-se apenas recentemente, quando esse morador inscreveu-se no terceiro curso de monitores ambientais.

Encerramos deste modo o capítulo relativo ao Bairro da Serra. Tendo as informações etnográficas e históricas fornecidas até o momento, e a micro-sociologia dos conflitos presente nos quatro casos narrados (dois em Bombas, e dois no Bairro da Serra), passamos no próximo a analisar as possibilidades que se descortinam, ampliando com subsídios desta pesquisa o restrita base de negociações para os conflitos que o discurso oficial tem fornecido.

Capítulo 4: Brincando no campo dos possíveis

Capítulo 4: Brincando no campo dos possíveis

Chegamos a um momento prospectivo da dissertação. Vimos que, no cotidiano dos conflitos, os diversos atores apropriam-se de conceitos construídos no universo de suas relações sociais para formular e demandar soluções para seus problemas. Tais soluções podem assumir a forma de carências, expressas coletivamente em ações políticas reivindicatórias (Nunes, 1989), ou permanecerem invisíveis no espaço público delimitado para o debate. No caso do PETAR, como temos discutido ao longo deste texto, os diferentes níveis de proximidade nas relações entre moradores e atores preocupados primeiramente com a integridade da floresta e das cavernas, aliados às políticas públicas que oscilam entre a coerção e o apoio ao desenvolvimento do turismo, geram visibilidades variáveis para as diferentes soluções formuladas e para as próprias ações dos sujeitos. Neste capítulo, vamos caracterizar com mais detalhe estas diversas soluções apresentadas pelos atores, e discutiremos sua visibilidade e sua formulação ou não como reivindicação política.

Para evitar mal-entendidos é preciso destacar que não é o caso aqui oferecer uma destas soluções como a harmonizadora de todos os conflitos. Os conflitos fazem parte da dinâmica social (Malinowski, 1970; Turner, 1957), e são desejáveis na construção de instituições democráticas (Touraine, 1989). O que discuto é como tais soluções apresentam-se face à forma como as relações de poder locais estão estruturadas. Também não é o caso fugir de um posicionamento político pessoal baseado em todas estas análises. Nem soluções mágicas, nem neutralidade científica: tendo examinado os conflitos como processo social, é possível demarcar os caminhos possíveis para que seja possível inverterem-se certas relações de poder para que se caminhe em direção ao fim da dicotomia entre luta por direitos sociais e luta pela conservação ambiental. O substrato para a discussão é o material empírico discutido até aqui, caracterizando o que Jean-Paul Sartre (1967) chama de *campo de possibilidades*, que informa a construção de *projetos*

por indivíduos e coletividades¹. Farei a análise do campo de possibilidades do universo de pesquisa por meio de mais algumas *situações sociais*.

4.1) A solução turismo

Caso 5²

No ano de 1998, os filhos do senhor Augusto, morador do Bairro da Serra, nascido na vizinha Apiaí, descobriram, enquanto trabalhavam com a enxada, um buraco no solo que consistia em uma caverna nunca antes descrita. Primeiramente deixaram a informação em segredo, pois temiam ser proibidos de trabalhar na área em que plantavam há 13 anos, desde que a família estabelecera-se no Bairro da Serra. Nhô Augusto (como é conhecido) vive em terreno no entorno do parque, cedido por uma proprietária de São Paulo, chamada Hilda. Tornada pública a descoberta da caverna, esta foi logo identificada por espeleólogos como "Laboratório 2", pois possuía ligação subterrânea com a caverna Laboratório, localizada em terreno próximo e também fora do parque.

Manoel, prefeito de Iporanga neste período, tinha um projeto, formulado com a influência de espeleólogos ligados à SBE, de desapropriação da área para transformação em Parque Municipal, que contivesse as duas cavernas. Obviamente, seria politicamente inviável no nível local repetir o mesmo tipo de ação conservacionista do governo do estado na implantação do parque municipal. Segundo o prefeito:

"... no parque que nós vamos criar existe um morador. Nós não vamos excluí-lo. Nós vamos mexer lá e nós vamos... com esse parque, nós queremos ser modelo, esse é um dos objetivos. Segundo, o Parque será uma fonte de receita para o município. Nós vamos criar uma infra-estrutura de área de camping, lazer, visitação de caverna. Nós temos dentro deste Parque duas cavernas, nós temos a caverna laboratório, e uma nova caverna que foi descoberta lá agora, e que será uma fonte de receita para o município" (Manoel, novembro/1998).

Em conversas com Nhô Augusto e sua esposa Isabel, notei um grande medo quanto à incerteza de seu futuro. O casal não havia sido chamado à discussão do que fazer na área que habitava. Após a declaração pública da intenção da prefeitura, o grupo da Uniparque

¹ Sartre (1967) diz que "o dado que superamos a cada instante, pelo simples fato de o vivermos, não se reduz às condições materiais de nossa existência" (p. 84). Entretanto, afirma que "o projeto deve, necessariamente atravessar o campo das possibilidades instrumentais" (p.93), e que "a ambigüidade da ação política e social resulta, na maior parte das vezes, de contradições profundas entre carências, os móveis do ato, o projeto imediato de um lado—e de outro lado os aparelhos coletivos do campo social, isto é, os instrumentos da *práxis*" (p.97).

²baseado em meu diário de campo, em entrevista com o prefeito Manoel do Carmo e do espeleólogo Scala.

(veja o Caso 6, a seguir) procurou a prefeitura para sugerir a implantação da entidade no Parque Municipal, ou seja, no terreno onde vive Nhô Augusto. A implantação do parque fracassou porque outras pessoas passaram a contestar a propriedade do terreno e não se chegou a um acordo sobre quanto e a quem pagar o valor da desapropriação. Em 2000, o prefeito Manoel perdeu a disputa eleitoral, não conseguindo se reeleger. O projeto do parque municipal parece ter sido abandonado.

Caso 6³

Zysman Neuman e Andréia Rabinovici são os principais articuladores de uma ONG chamada Physis- Cultura e Ambiente. A Physis desenvolvia desde 1991 um trabalho de educação ambiental por meio do ecoturismo voltado principalmente a escolas particulares da capital do estado, levando-as a conhecer o PETAR e trabalhando com os alunos "vivências que propiciam o aprofundamento de valores (emotividade, sensibilização e intuição) e o sentimento de participação e busca de soluções para os problemas ambientais" (Neuman e Rabinovici, 1998). Em 1996, a Physis montou o projeto de uma hospedaria na PETAR, que evoluiu, em 1998, para o projeto Uniparque.

Inspirados no conceito bastante elástico de universidade livre, que supõe o oferecimento de cursos na área ambiental sem a necessidade de um reconhecimento oficial do Ministério da Educação e nas experiências de terceirização da gestão de unidades de conservação, a Uniparque propunha tornar-se uma "uma nova concepção de unidade de conservação, que poderá ser adaptada a outros parque estaduais, viabilizando a plena parceria entre o estado e a iniciativa privada" (Neuman e Rabinovici, 1998). A entidade teria status de hospedaria oficial do Parque, substituindo, no limite, o Instituto Florestal na gestão do turismo no PETAR. No projeto, a Physis prometia em troca o bom funcionamento do Parque, com a organização e monitoramento do turismo, a abertura de novas cavernas e roteiros de visitação, organização das pesquisas e, enfim, a elaboração de um plano de manejo, coisas que afirmavam que o Estado não estar sendo capaz de fazer.

A Uniparque passou então a formar um quadro voluntários de pessoas que pudessem participar do futuro da entidade, entre pessoas que já trabalhavam com a Physis, pesquisadores na área de turismo, outros interessados que freqüentavam o Petar,

praticamente todos da cidade de São Paulo. A Physis ganhou a simpatia de alguns dos antigos guias parque, como Vandir e Joaquim Justino. Recebeu apoio político também da Reserva da Biosfera. Os idealizadores da Uniparque passaram então a negociar com a prefeitura a instalação da sede da entidade no futuro Parque Municipal Vale do Bethary (veja caso 5). Como fracasso da idéia deste parque, Joaquim Justino doou um terreno na área de litígio do Bairro da Serra com o PETAR, que até o final do período histórico de abrangência desta pesquisa não pôde ser construído porque não havia ocorrido o recuo do parque. A Uniparque tentava então negociar a obtenção, por meio de terceirização, da operação do Núcleo Ouro Grosso, que contém a hospedaria e a área para eventos do Parque (onde, por exemplo, são realizados os cursos de monitor ambiental). Como estratégia, a entidade ofereceu, no próprio núcleo, a festa de aniversário de 42 anos do PETAR, em 2000, cuja renda foi revertida ao projeto Uniparque, com apoio da diretoria do Parque. Neste evento a Uniparque exibiu desenhos animados para as crianças do bairro e realizou filmagens com os moradores locais para a produção de um documentário em média metragem. A entidade ofereceu também um curso aberto de reciclagem em monitoria ambiental, aproveitando a demanda dos moradores pela atividade de monitor, como estratégia de mostrar que tipo de apoio prometia aos moradores.

Caso 7¹

Irineu Ramos, o Tiço, é um dos monitores ambientais de Iporanga com maiores conhecimentos técnicos da atividade. Seu pai, Néelson Leocádio, é filho de José Leocádio, que um dia habitou a região da Cotia, em Bombas. Néelson radicou-se na sede do município de Iporanga e lá criou seus filhos. Em 2000, Tiço foi um dos monitores contratados de forma temporária a trabalhar na recepção de turistas no PETAR.

Em 1999, Tiço realizava um estudo pessoal sobre a história do Bairro Bombas, que pretendia apresentar em um congresso de espeleologia. A pesquisa abrangia as potencialidades turísticas do bairro, entre cavernas, dados de descobertas arqueológicas e

³ baseado em meu diário de campo, em entrevista com Zysman e Andréia, e no projeto Uniparque [Neuman e Rabinovici, 1998]

⁴ baseado em minha vivência e diário de campo, e em informações de Tiço.

sobre a vida dos moradores. Ao final do texto, sugeria a implantação de um novo núcleo do parque no local. Tiço pediu apoio a Clayton Lino na revisão do trabalho.

Lúcia Ferreira, cooredenadora do projeto Floresta e Mar, ofereceu apoio da equipe do projeto. Ajudei-o a escanear suas fotos, mas sugeri que Tiço retirasse a proposta de criação do Núcleo Bombas, baseado nos mesmos argumentos em que se baseia esta pesquisa. Aconselhei-o que, ao invés de um núcleo, propusesse apenas o desenvolvimento do turismo como parceria entre moradores e monitores das associações locais, para que o aumento da vigilância sobre as atividades extrativas sem a existência de opções pactuadas prévias não implicassem em um aumento nas migrações. No momento em que escrevo, não sei se as sugestões foram adotadas por Tiço.

Caso 8⁵

Minha segunda viagem de campo a Bombas, 1999. Nos meses anteriores haviam passado, além de nosso grupo de pesquisa, mais duas levadas de pesquisadores nas casas da região: o grupo de Eduardo Brondizio, da Universidade de Indiana (EUA), guiado por Edvaldo, único morador local que era monitor; e Catherine Karr, doutoranda da Universidade de Duke (EUA). Catherine, assim como eu, era guiada por Ditinho, nascido em Bombas e morador do Bairro da Serra. Outros pesquisadores passariam posteriormente.

Neste dia de viagem eu pousava na casa de dona Virgilina, e Tiço, acompanhado de alguns turistas seus amigos, pousava na casa de seu Antoninho, ao mesmo tempo em que realizava suas pesquisas no bairro (veja caso 7). Havia um conflito velado com relação à estadia de Tiço: Fernando, tio de Antoninho que se mudara para a sede do município, havia combinado que os visitantes estabeleceriam-se em sua casa de Bombas, então vazia (e pagariam por isso). Ao invés disso, o monitor optara pela casa de Antoninho, que os recebera e oferecera-se para ajudar nas pesquisas (e recebeu por isso). Havia ainda um descontentamento de Zé Catarino, outro morador, pois as visitas de Tiço às cavernas da região envolviam passagem de pessoas desconhecidas pela área considerada pelo morador como propriedade sua.

Tiço mantinha relações amigáveis com a maioria dos moradores de Bombas, apesar de ser visto por alguns deles, em certas circunstâncias, como um agente do "meio ambiente". Entretanto, mantinha inimizades com a família de Nivaldo e Virgilina por conta de

⁵ baseado em meu caderno de campo e complementado com as versões de Ditinho, Tiço, Virgilina, Antoninho.

denúncias recíprocas em um passado recente. Muitos moradores tinham medo dos visitantes serem "florestais", pois andavam com roupas camufladas.

À noite, Ditinho foi a uma roda de violão dos visitantes na casa de seu primo Antoninho. Fiquei dormindo na casa de dona Virgilina. Ditinho e Tiço alimentavam rivalidades anteriores, e o primeiro tomou as dores da irmã nos conflitos com o último. No dia seguinte, eu soube que ambos haviam discutido violentamente.

Caso 9⁶

A Reserva da Biosfera, junto com a Prefeitura de Iporanga organiza em maio de 2000, com apoio logístico da AMAIR (Associação dos Monitores Ambientais de Iporanga e Região) e da Prefeitura de Iporanga, além de outras parcerias, o Seminário Regional de Ecoturismo do Alto Ribeira. O Seminário foi realizado na sede do município de Iporanga, era aberto ao público em geral, tendo como objetivo a "integração dos agentes envolvidos com o ecoturismo na região, visando a otimização e a articulação das ações" (CNRBMA e Prefeitura de Iporanga, 2000).

São convidados a falar primeiramente representantes do poder municipal ligados ao turismo de oito municípios do Alto Ribeira. Em uma segunda mesa, são chamados representantes de entidades públicas e privadas que apóiam o ecoturismo no Vale do Ribeira, como a Reserva da Biosfera, a Agenda de Ecoturismo, o CODIVAR (consórcio de prefeituras do Vale), SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena Empresa) e SENAC (Serviço Nacional do Comércio). No segundo dia são chamados representantes dos quatro parques do Alto Ribeira: PETAR, Intervales, Jacupiranga e Carlos Botelho; Flaram ainda Representantes de ONGs locais e externas, como a ASA, a Physis (veja caso 6), a ING-ONG⁷, a SBE (Sociedade Brasileira de Espeleologia), associações de monitores de outras cidades e a WWF (World Wildlife Foundation), grande ONG internacional que tem se envolvido em projetos de ecoturismo no entorno de unidades de conservação.

No último dia, são chamados representantes de Iporanga envolvidos com o ecoturismo. As pessoas presentes são: representantes da ASA e da AMAIR, representantes das pousadas mais estruturadas (Pousada das Cavernas e Quiririm, na Serra, e Pousada Capitão Caverna, na sede municipal), e representantes de operadoras de turismo que têm a

⁶ com base no material do evento e acompanhamento de parte dele.

⁷ organização com sede em São Paulo fundada por duas pessoas que estiveram ligadas à formulação do primeiro curso de monitores no Bairro da Serra.

prática de respeitarem as reras locais. Além disso, foram chamados representantes do comércio local envolvido com o turismo.

Análise

Já caracterizamos as atividades ligadas ao turismo como solução hegemônica no campo de possibilidades local. Os cinco casos narrados acima ilustram a repercussão da solução turismo entre os atores locais, para além do nível das negociações imediatas dos conflitos no PETAR. Como ilustra o caso do Parque Municipal, o momento histórico da pesquisa representa o período em que o turismo começa a ser assumido também pela prefeitura municipal como base econômica do município. Na estruturação do turismo no nível municipal, Clayton Lino, com o arcabouço da Reserva da Biosfera, é peça importante. O seminário de ecoturismo demonstra quem são os atores preferenciais para o diálogo no período histórico abrangido pela pesquisa: A AMAIR é a associação de monitores que tem caráter de reivindicação da estruturação do turismo, afastando-se dos embates diretos em defesa dos direitos dos moradores, como é característico da ASA. A ASA é convidada a falar, na figura de Mamute, por constituir-se em uma entidade muito ativa e importante na organização do turismo no Bairro da Serra. Dentre os *parceiros* da iniciativa privada são chamados os que têm uma visão de turismo com base local e cooperação com a unidade de conservação, como os donos *de fora* das pousadas locais e operadoras de turismo com compromisso com a região visitada. Entretanto, os *moradores tradicionais* do Bairro da Serra, donos das pousadas com estrutura mais precária, e carentes de uma organização política enquanto categoria, estavam ausentes ao debate, até porque o seminário realizou-se em período em que as famílias mobilizavam-se para receber em casa seus hóspedes. Marcava presença também a SBE, na figura de Roberto Rodrigues (espeleólogo e dono de pousada) colocando-se à disposição do desenvolvimento do turismo no aspecto técnico-científico. Enquanto seminário regional, percebe-se com que atores o *projeto* ecoturístico da região dialoga: WWF, Rede de Monitores do Vale do Ribeira, Agenda de Ecoturismo, SEBRAE, SENAC.

Tudo isso significa, no final das contas, um incentivo para que o município de Iporanga irradie para o Vale do Ribeira a idéia de um ecoturismo que dá certo, o que implica na necessidade de sua estruturação, que é feita sob um vocabulário dos *negócios*

sustentáveis, que nem sempre estão em consonância com o sistema de relações sociais locais. A proposta da Uniparque radicaliza esta postura, declarando (o que não faz a Reserva da Biosfera) de forma implícita a falência do estado com relação à administração da unidade de conservação e declarando a *iniciativa privada*, com ou sem fins lucrativos, como o futuro da gestão da conservação. Reivindica a gestão do turismo, ou seja, a parte da administração do PETAR que gera receita, capaz de fazer a ONG sustentar-se, deixando a fiscalização, desapropriação e demais tarefas ingratas a cargo do Estado. A solução turismo, como apontada pela Uniparque e assinalada em muitos dos discursos do seminário de ecoturismo, põe como caminho a profissionalização do turismo. Os moradores seriam beneficiados à medida em que receberiam treinamento técnico para que se adaptem a um parâmetro profissional de operação do turismo. Estes são colocados na condição de mão de obra a se qualificar, não como sujeitos do destino da floresta, das cavernas e de suas próprias vidas, destino este que seria definido pela competência atribuída à ONG, e que um dia já foi atribuído ao Estado. Toda a dimensão política da luta dos moradores e de sua reivindicação de legitimidade caem por terra em prol do milagre turístico. A participação da sociedade é representada no discurso não pela participação dos agentes locais, mas do controle da visitação do parque por outros agentes, que poderiam agenciar as associações locais. Esta não é uma crítica específica aos agentes da Uniparque, mas a toda uma tendência que qualifiquei na introdução como liberal, que, baseada no discurso do desenvolvimento sustentável, vê na mercantilização da conservação a panacéia para os conflitos. As conclusões dos atores portadores deste tipo de posição torna o futuro inexorável, como indica a primeira frase da conclusão do projeto Uniparque (Neuman e Rabinovici, 1998: 33): “O PETAR e seu entorno vivem um momento crucial na definição de seu destino, o ecoturismo.”

O Caso 7 mostra como atores locais acabam por levar este projeto ecoturístico a locais onde este discurso está presente de modo incipiente. O estudo de Tiço sobre Bombas, com intenção de prospecção de atrativos turísticos, pode justificar a repetição do que ocorreu no Bairro da Serra, com o turismo empurrado goela abaixo dos moradores como remédio amargo que vem se mostrando relativamente eficiente. Entretanto, Bombas não tem o mesmo apelo turístico que o Bairro da Serra, e, ao contrário deste, localiza-se dentro do PETAR, em local de difícil acesso e cuja permanência dos moradores só poderia

ser justificada se fossem funcionários. Além disso, o Caso 8 mostra que a chegada de turistas e pesquisadores, sem a existência de instituições locais reguladoras, pode ser uma forma de acirrar os conflitos. O estudo de Tiço poderia, ao contrário, embasar uma forma de criação de novas instituições em Bombas que mediassem a atividade dos monitores ambientais vindos de outros locais do município. A diferença entre esta proposição e a criação de um núcleo do PETAR em Bombas é grande. No primeiro caso, busca-se fortalecer os moradores locais para que seja possível sua participação na definição dos rumos da unidade de conservação, criando-se, em um processo lento, é claro, estruturas para ações coletivas compatíveis com a conservação da mata atlântica. No segundo caso, traz-se junto a uma estrutura física (o prédio do núcleo) toda uma estrutura de poder que determina como os moradores devem se relacionar com ela. Não se poderia esperar, em todo caso, que o simples incentivo ao ecoturismo, da forma como fosse, conciliaria estado, moradores e floresta. Como vimos, os conflitos em Bombas têm dimensões que transbordam a simples incorporação ao mercado turístico.

Privados de qualquer outro canal de diálogo com o *meio ambiente* visando a construção de soluções, alguns moradores de Bombas começam a olhar o turismo com simpatia. João Fortes, que possui cavernas⁸ no terreno que usa, gostaria que seus filhos fossem monitores ambientais. Edvaldo Peniche foi o primeiro morador de Bombas a se formar monitor ambiental, no curso de 1998. Pedro Peniche, seu pai, foi aluno do terceiro curso. A atividade de Edvaldo, entretanto, exige que o morador passe seus feriados e finais de semana no Núcleo Santana, favorecendo, em última instância, que o morador se mude para o Bairro da Serra ou abandone a atividade. A estruturação do turismo em Bombas, de fato, poderia contribuir para aumentar as chances da permanência destas famílias no local, mas, como afirmam alguns moradores, poderia também resultar na redução das atividades agro-extrativistas na região devida ao aumento da fiscalização. Ademais, é improvável que, por mais estruturado que seja o turismo em Bombas, ele consiga manter os moradores fixados no local. Para trazer um número grande de turistas ao local provavelmente seria necessário investir em infra-estrutura de acesso, levar-se energia, água encanada, fossas e outras benfeitorias, em uma intensidade muito maior do que se fossem fornecidas apenas aos moradores da região. Este tipo de benfeitorias, ao mesmo

tempo em que são negadas hoje aos moradores de Bombas⁹, são as mesmas que estão trazendo efeitos preocupantes aos gestores do PETAR, no caso do Bairro da Serra. Seria isto desejável para a conservação da floresta e das cavernas? Seria isto desejável para a construção de um futuro sustentável dos moradores baseado em seu próprio modo de viver, como venho argumentando neste texto? Parece-me claro que a resposta é não.

Enfim, a solução turismo tem tido grande ressonância nas movimentações dos atores locais, que assumiram-na enquanto saída viável no município de Iporanga. Diversos atores passam a disputar ou pactuar a distribuição de benefícios do turismo, tais como a prefeitura, ONGs, associações de monitores, moradores do bairro da Serra e da sede municipal, empreendedores que não moram no local. A solução turismo chega também como eco em regiões em que sua viabilização é mais complexa, como em Bombas. Chegando acompanhada de aumento na vigilância, tal solução pode implicar mudanças radicais na economia e nas relações sociais no local possivelmente na mesma direção ocorrida no bairro da Serra (quase eliminação da economia de subsistência e dependência do mercado do turismo), podendo inclusive acirrar os conflitos locais.

4.2) A solução quilombo

Caso 10¹⁰

⁸ Vale reforçar que as cavernas de Bombas não se apresentam tão atraentes à visitação como muitas do Bairro da Serra ou do Núcleo Caboclos.

⁹ Percebo melhoria de acesso como uma carência geral dos moradores de Bombas. Não ouvi, entretanto, nenhum morador de Bombas reivindicar energia elétrica ou água encanada. Não estou querendo dizer aqui que os moradores devem ficar à margem destas benfeitorias que são considerados legalmente direitos básicos, mas percebo, por minha vivência de campo, que a necessidade de energia elétrica, água encanada e instalações sanitárias em Bombas é menor do que em ambientes urbanos ou outros ambientes rurais, pelas próprias características do modo de vida dos moradores, que permite a eles ter água limpa perto de casa, não poluírem os rios com suas fezes (a baixa densidade populacional permite que sejam depositadas na mata sem maiores problemas aparentes de saúde), nem terem uma necessidade imediata de energia elétrica. Isto não significa que não haveria maneiras alternativas e pouco impactantes do Estado levar tais benfeitorias aos moradores, como discutiremos à frente, do que uma infra-estrutura para receber confortavelmente grupos de turistas. Houve em algumas casas de Bombas a instalação de baterias solares para iluminação doméstica, como parte de um projeto do Governo do Estado para eletrificação rural. Esta benfeitoria foi requerida por duas famílias, que avaliaram que valia a pena despendar R\$16,00 (algo em torno de US\$8,00) de seu reduzido orçamento mensal para ter iluminação em casa. Estes dois moradores deixaram de pagar e de ter manutenção do equipamento após a privatização do setor elétrico do Estado.

¹⁰ baseado no diário de campo.

Em um período em que me hospedava na sede do município de Iporanga, encontro seu Antoninho, de Bombas, na rua. Entre outros assuntos de nossa conversa, ele me pergunta, com um semblante apreensivo, o que eu penso sobre os moradores de Bombas assinarem um documento solicitando a declaração do bairro como "Remanescente de Comunidade de Quilombo". Pergunto o que ele pensa sobre o assunto, e ele diz não saber se é algo que será positivo ou negativo para os moradores. Explico-lhe brevemente o que sei sobre o surgimento da legislação sobre quilombos e o porquê da possibilidade de Bombas enquadrar-se nesta lei. Pergunto se ele ou outro morador havia visitado algum dos quilombos do município após ter sido reconhecido, e ele respondeu que não, e que seus conhecidos destes locais dão informações contraditórias sobre o assunto. Proponho a Antoninho que se organize um pequeno grupo de moradores de Bombas para uma visita, com o propósito de conversar sobre este assunto, a Ivaporunduva, Nhunguara ou outro bairro-quilombo a sua escolha. Proponho-me a ir com eles, se for vontade do grupo.

No dia da reza de Nossa Senhora Aparecida, quando eu fazia pesquisa de campo em Bombas, um pequeno círculo de moradores homens conversava sobre o assunto. Pedro Peniche era o mais animado, incentivando mobilização dos moradores para assinar os papéis. Outros moradores encontravam-se céticos quanto ao assunto. Dias depois, Antoninho comunica-me que ele, pelo menos temporariamente, desistira da visita.

Análise

Na Constituição de 1988 foi assegurado aos grupos sociais negros identificados como *remanescentes de comunidades de quilombos* o direito à titulação de suas terras. Diz o artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias:

"Aos remanescentes de comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos". (Constituição Brasileira, 1988)

Este artigo foi fruto de pressões do movimento negro, em nível nacional. Como parte deste processo, foram realizadas mobilizações na região do Vale do Ribeira, sendo organizado, em 1986, pelo movimento negro do município de Miracatu, o I Encontro das Comunidades Negras do Vale do Ribeira, com o tema "Terra, Trabalho e o Negro na Constituinte" (Miraes, 1998).

A aplicação do que é previsto na Constituição não pôde ser imediata, pois fez-se necessária uma série de conceituações para definir o que seriam *os remanescentes de comunidades de quilombos*, quais seriam as instituições responsáveis pela realização do processo e as formas legais para os os processos de titulação das terras (Andrade e Treccani, 2000).

A idéia de *remanescente* choca-se com os conceitos antropológicos contemporâneos, na medida em que coloca populações com valores e identidades específicas como resíduos de um passado, culturas degradadas, incompletas (Andrade e Traccani, 2000). Além disso, no processo político de implantação da lei, viu-se necessária uma revisão histórica sobre o termo *quilombo* (Almeida, 1996). Esta revisão teve a participação ativa de pesquisadores, em especial antropólogos. Em 1994, o Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) divulgou um documento com uma definição do conceito de *remanescentes de quilombos*. Neste documento, afirma-se que tais remanescentes

“constituem grupos étnicos conceitualmente definidos pela antropologia como um tipo organizacional que confere pertencimento através de normas e meios empregados para indicar filiação ou exclusão. (...) Contemporaneamente, portanto, o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida em um determinado lugar.” (ABA, 1994 apud Andrade e Treccani, 2000).

A idéia de quilombo, antes de sua redefinição, vinha atrelada ao modelo de Palmares, ou seja, cidades-estados de negros fugidos, isolados geográfica, cultural e economicamente do restante da sociedade. Segundo Andrade e Treccani (2000: 600-602):

“um grande número de quilombos, talvez a maioria, não seguiu o padrão palmarino. Muitos eram constituídos por poucos indivíduos, alguns não tinham uma localização fixa, outros ainda estavam situados nas imediações de fazendas e povoações e vários escravos fugidos mantinham relações periódicas com diversos setores da sociedade. (...) A transição da condição de escravo para camponês livre é o que caracteriza o quilombo, independente das estratégias utilizadas para alcançar esta condição (fuga, negociação com os senhores, herança, entre outras) (...) Por outro lado, se há algo que interessa ser desvendado são as estratégias desenvolvidas por estes grupos para alcançar e manter sua

autonomia ao longo de todos estes anos. E neste processo já se sabe que o fator étnico constitui peça chave.

Neste sentido, reforça-se a perspectiva antropológica que relativiza a importância do conhecimento da origem histórica destes grupos considerando-a um fator a mais a ser desvendado juntamente com o conhecimento das formas pelas quais o grupo atualiza sua identidade e se organiza.”

Estes autores indicam a trajetória analítica que permeou as pesquisas envolvendo os grupos sociais que hoje se definem como quilombo: nos anos setenta, os estudos referiam-se a campeonatos negros; como exemplo temos o trabalho de Renato Queiroz (1983) sobre o bairro rural de Ivaporunduva, o primeiro no Vale do Ribeira a ser reconhecido como quilombo. Era identificada uma identidade negra dos moradores de Ivaporunduva, sem que isto significasse uma relação cultural descontínua com os demais bairros rurais da região.

No final da década de 1980 aparecem estudos sobre as *terras de preto*. O principal pesquisador a popularizar esta expressão foi o antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida (1996). Ao que parece, o que se vê hoje é uma equalização do conceito legalmente estabelecido de *quilombo* ao conceito de *terras de preto* (ou *terras de negros*, como aparece em alguns documentos e trabalhos), que, por ser baseado em critério de identidade étnica, encontra maior consistência enquanto categoria sócio-antropológica.

No estado de São Paulo, quase todos os grupos identificados como *remanescentes de quilombos* estão na região do Vale do Ribeira, grande parte residentes nos municípios de Iporanga e Eldorado. A competência sobre o processo de regularização das terras quilombolas, no estado, compete ao Instituto de Terras de São Paulo (ITESP), passando por uma conselho gestor (Andrade, 1997). Além dos problemas de sobreposição de títulos fundiários (Paoliello, 1999), um grande conflito enfrentado na regularização de quilombos no Vale do Ribeira é sua sobreposição com unidades de conservação, seja a APA da Serra do Mar, sejam os Parques Estaduais Intervales, Jacupiranga, ou, no caso de Bombas, o PETAR. Além disso, a impossibilidade de uso da floresta pelo rigor da legislação sobre a mata atlântica, independente das unidades de conservação, complica ainda mais as possibilidades de reprodução destes grupos (Miraes, 1998), como de resto acontece com outros moradores da zona rural da região.

O processo que se convencionou realizar em todo o Brasil, para a regularização dos quilombos (Andrade e Treccani, 2000), é o seguinte:

- a) apresentação de um pedido do grupo interessado para instauração do processo administrativo;
- b) elaboração da programação de trabalho pelo órgão competente, no caso o ITESP;
- c) Levantamento cartorial a partir de mapa fornecido pela comunidade;
- d) Levantamento ocupacional;
- e) Confecção e aprovação do mapa oficial da área;
- f) Demarcação topográfica
- g) Entrega do título

A titulação tem se dado em São Paulo, de forma coletiva, em nome de associações de moradores dos quilombos, conforme lei estadual. Há uma longa discussão envolvendo a emissão de títulos definitivos ou concessões de uso, já que em São Paulo a legislação determina concessões de uso enquanto a Constituição Federal determina a “propriedade definitiva”. No Vale do Ribeira tal questão ganha grande peso porque as concessões de uso poderiam ser anuladas em caso de inundação por barragens, ameaça real que sofre grande parte dos quilombolas, pois muitos dos territórios pretendidos localizam-se às margens do Rio Ribeira de Iguape, que vem sendo alvo de projetos hidrelétricos (Miraes, 1998; Andrade e Treccani, 2000). Não é o caso de Bombas.

Ao fim do período histórico abrangido por esta pesquisa, o processo de titulação estava em andamento em diversos bairros da região, como Ivaporunduva, Nhunguara, André Lopes, Galvão, Sapatu, Pilões, São Pedro, Pedro Cubas, Maria Rosa, entre outros, a maioria próximos entre si. Este período representa também o momento em que a solução quilombo começa a aparecer como possibilidade entre os moradores de Bombas, que fica relativamente distante destes bairros. Como mostra o caso apresentado, as informações chegam a Bombas esparsas, frutos dos comentários sobre os quilombos na cidade, não tendo acontecido no período da pesquisa nenhum tipo de encontro ou comunicação formal sobre o assunto com os moradores por parte do ITESP ou outras organizações. A instauração do processo depende em primeiro lugar da solicitação dos moradores, sendo a Igreja Católica uma das incentivadoras dos quilombos em Iporanga. O município de

Iporanga foi recentemente contemplado com verbas do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), e parte das verbas tem sido utilizadas, via prefeitura, em benefício dos remanescentes de quilombos.

Bombas foi identificada, nos anos de 1990, como um dos bairros de Iporanga passíveis de serem declarados *remanescentes de quilombos*. Provavelmente isto se deu pela referência sobre os moradores de Bombas como descendentes de escravos fugidos por parte do espeleólogo Michel Le Bret (1995), em seu livro "Maravilhoso Brasil Subterrâneo", publicado em francês em 1975. Como esta pesquisa não tem a intenção de um laudo antropológico sobre a adequação de Bombas à legislação de quilombos, tentemos avançar em nossa análise. Uma explicação sobre a problemática dos quilombos fez-se necessária apenas para situar o leitor sobre como a solução quilombo aparece no campo de possibilidades dos sujeitos pesquisados. Tentemos entender este ponto.

Pedro Peniche é o morador de Bombas que mais defende dentro do bairro a solicitação do reconhecimento, influenciado pelo diálogo no âmbito da Igreja Católica, de cujas atividades o morador participa ativamente, como vimos no capítulo 2. Pedro vê no quilombo uma possível solução para os conflitos pela resolução dos complexos problemas fundiários e uma arma para contestar a legitimidade do Parque. A todo momento coloca-se como líder do quilombo, transferindo sua liderança do âmbito religioso para o âmbito político. Esta liderança parece encontrar pouca ressonância em conversas com outros moradores, mesmo os que são simpáticos à solicitação.

Alguns moradores, entretanto, têm temores sobre os efeitos de se reivindicar o reconhecimento. Uma idéia corrente é que o quilombo consistiria em uma nova forma maquiavélica de opressão do *meio ambiente* sobre os moradores: primeiro teria vindo o *ta/parque* para prejudicá-los, agora o *ta/quilombo*.

Além da analogia com a experiência da unidade de conservação, que provoca uma associação negativa, algumas outras questões preocupam os moradores com relação à possibilidade de verem sua situação face ao Estado em transição de uma clandestinidade relativamente permissiva para uma regularização em que as regras venham previamente

estabelecidas. A primeira delas é o temor de que a demarcação das terras implique em uma redução compulsória do terreno historicamente utilizado. Seriam regulamentadas somente as terras com uso recente, privando-lhes do direito de cultivar as terras que estão em pousio (com presença de capoeiras) ou áreas usadas para extrativismo de subsistência.

Outra questão colocada consiste na visão de que solicitar o quilombo significa “trabalhar por ordem de polícia”. Os moradores de Bombas não consideram legítima a necessidade de solicitar autorização dos órgãos ambientais, no caso o Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais (DEPRN), toda vez que for necessário fazer uma roça, retirar madeira para subsistência, ou qualquer uma de suas atividades costumeiras. A relação DEPRN/ moradores não é direta, sendo geralmente intermediada pela Polícia Florestal ou guarda-parques, como vimos.

Os moradores colocam ainda como problema grave a impossibilidade da volta de parentes que migraram, após a legalização do quilombo. Vimos que a situação de Bombas (que pode ser generalizada para outros bairros rurais da região) provoca emigrações constantes, e, eventualmente, retornos dos moradores. A melhoria das condições de vida no bairro, ou pelo menos o fim da situação clandestina das atividades, poderia incentivar a volta de irmãos e filhos de moradores do bairro que hoje se encontram em dificuldades, seja nos centros urbanos, seja nas plantações de tomate. Além disso, os moradores se preocupam com a possibilidade da exclusão de outros moradores não negros que moram da região que fazem parte do círculo de relações sociais no bairro, mas que não se caracterizariam como quilombolas por não pertencerem à rede de parentesco.

Não tenho muitos dados de campo sobre como tem se dado estas três questões (redução da área, fiscalização do uso e definição de quem pode ou não morar no quilombo) com relação aos moradores dos quilombos do Alto Ribeira, reconhecidos e em reconhecimento.¹¹ Lúcia Andrade e Girolamo Trecanni (2000) afirmam que há um entendimento geral da legislação de que a extensão das terras de quilombo demarcadas deve possibilitar a reprodução do modo de vida do grupo social em questão.

No entanto, os mesmos autores observam que “se no nível do discurso a necessidade de se respeitar a forma própria dos quilombolas explorarem seu território já é um consenso, na prática esta questão ainda é controversa” (Andrade e Treccani, 2000: 618). Citam o exemplo de quilombos do Pará (Oriximiná, Trombetas, Pacoval), onde a manutenção do sistema produtivo dos quilombolas, que no caso tinham na coleta de castanha sua principal atividade, implicava na cessão de uma área muito extensa. A titulação foi um processo demorado e complexo, que envolveu negociações com relação aos limites, algumas vezes reduzindo em até 20% a área originalmente utilizada.

“...no decorrer do processo, os quilombolas tiveram de adequar a sua noção de território de forma a considerar não apenas o critério histórico, mas também os direitos adquiridos pelos posseiros [vizinhos]. (...) O que se constata, portanto, é que a partir da proposição das comunidades todo um complexo processo é desencadeado para que se possa alcançar um consenso quanto à área a ser regularizada. Evidentemente, é importante assegurar que a comunidade tenha condições de apresentar sua proposição. É fundamental garantir que a base desta negociação seja uma proposta que realmente reflita os interesses desta população” (Andrade e Treccani, 2000).

No âmbito do Vale do Ribeira, parece-me que esta base de negociações assume contornos diferentes do Pará, já que, como discutimos na introdução, lá os ditos *povos da floresta* tem *status* de aliados na conservação. No caso citado acima, laudos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) atestaram que a grande extensão das áreas de castanhais quilombolas permaneceriam preservadas, ao contrário do possível uso para as finalidades dos atores com os quais os moradores se confrontavam (fazendeiros, madeireiros, posseiros).

Já na realidade da mata atlântica e especificamente do Vale do Ribeira, a situação conflitiva que se coloca é de oposição entre uso costumeiro da floresta e conservação. O maior empecilho à titulação e à reprodução social dos grupos auto-denominados quilombolas são a legislação e as agências ambientais. Assim, a possibilidade dos quilombolas intitucionalizarem sua área original de uso em fronteiras fixas que correspondam aproximadamente a seu uso costumeiro é ainda menor. Rosana Mirales (1998: 52), em sua pesquisa sobre os bairros de Pedro Cubas e Ivaporunduva (Alto Ribeira), coloca que “o território de uso das comunidades é maior do que aquele que ocupam e reivindicam judicialmente”. Assim, a primeira preocupação dos pretendentes ao reconhecimento

¹¹ Maria Celina Carvalho (Doutorado em Ciências Sociais/ UNICAMP) está realizando pesquisa englobando

quilombola em Bombas parece justificar-se: tendo-se em mente que os moradores de Bombas utilizam em suas atividades quase toda a porção do PETAR ao sul do Bairro da Serra, estando 100% inseridos no Parque, sua demarcação enquanto quilombo seria (ou será) um processo ainda mais complexo. Entretanto, tem sido negociada a exclusão de áreas do vizinho Parque Estadual Intervales e Jacupiranga para titulação de grupos quilombolas como Ivaporunduva, Pilões, São Pedro, Maria Rosa e Pedro Cubas (Andrade e Treccani, 2000). O Parque Intervales, na verdade, foi criado em 1995, após já terem sido iniciados os processos de reconhecimento dos direitos destes grupos.

A questão de “trabalhar com ordem de polícia” revela um outro lado importante da questão dos quilombos e demais campesinatos florestais da mata atlântica: cada atividade deve ter autorização do DEPRN para ser realizada, em um processo que muitas vezes é lento e extrapola os períodos sazonais de realização das atividades¹². A institucionalização com regras e controle rígidos e externos é negada não só pelo medo da demora burocrática, mas também pela ausência de legitimidade deste controle para os moradores. Essa negação da legitimidade tem paralelo com o Caso 2, em que o morador Jamar derrubou a árvore que ameaçava sua casa (capítulo 2).

Mais à frente discutiremos melhor esta relação clandestinidade/ institucionalização/ controle. Adianto que parece-me inviável, burocratizante e indesejável o monitoramento de cada passo dos moradores, o Estado agindo tal qual um *grande irmão* do livro “1984”, de George Orwell. Os moradores já se sentem colocados nesta posição, cientes que são fotografados por satélites, receosos dos aviões e helicópteros que passam sobre suas cabeças, dos guarda-parques e dos pesquisadores que aparecem esporadicamente em suas casas.

Quanto ao temor de que os parentes e moradores sem vínculos de parentesco ou afinidade com os quilombolas tenham seus direitos assegurados, não posso avaliar de forma clara. O artigo 68 fala da titulação “aos remanescentes de comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras”, mas não versa sobre os mecanismos de

estes e outros temas nos quilombos de São Pedro e Galvão.

¹² Há apenas uma unidade do DEPRN, em Registro, para analisar todos as multas e pedidos de desmatamento e manejo do Médio e Alto Ribeira.

entrada e saída de moradores. Caso tais mecanismos sejam espelhados nas formas costumeiras de relações sociais, ficaria a critério das instituições locais (as associações de moradores) admitir ou excluir moradores do quilombo. Sem o estabelecimento de regras claras e consensuadas, a questão demográfica pode ser aí um fator preocupante do ponto de vista de se assegurar a base de recursos para a reprodução do modo de vidas dos moradores e a conservação da diversidade da mata atlântica¹³.

Em toda a minha análise fica implícita uma idéia instrumental da declaração de um grupo de moradores como *remanescentes de comunidades de quilombo*. Esta idéia opõe-se ao imaginário coletivo dos grandes centros, largamente veiculado pela imprensa, da substantividade de uma tradição quilombola. A identidade negra no meio rural, mesmo que desvalorizada pelas ideologias contemporâneas aos sujeitos antes da questão política ser levantada, pode ser reelaborada face ao reconhecimento institucional de seu valor. Assim como tem ocorrido com relação a identidades indígenas (Oliveira, 1999), a construção de uma identidade quilombola por populações negras do Vale do Ribeira a partir da possibilidade em assegurar seus direitos, mesmo que este termo nunca tenha sido usado por elas, constitui-se na valorização, além da identidade negra, de instituições e relações sociais próprias, talvez mesmo do que a sociedade mais ampla idealiza como o que deve ser substantivo no quilombola.

Mamute, agente comprometido com os moradores do Bairro da Serra (veja capítulo 3), coloca uma ressalva quanto à questão dos quilombos, argumentando que a resolução dos problemas fundiários de alguns dos bairros rurais por meio da legislação dos *remanescentes de comunidades de quilombos* exclui a possibilidade de assegurarem-se os direitos dos moradores de outros bairros que não teriam uma memória de antepassados escravos, mas que participam do mesmo processo histórico de construção de um modo de vida semelhante e de opressão pela legislação ambiental. Mamute considera que a ênfase em uma identidade negra por parte de uma população se dá em detrimento de uma identidade que poderia ser classificada como caipira ou cabocla, definições mais abrangentes e vistas por ele como mais autênticas, já que tais termos já fazem parte do

¹³ considero estes dois fatores, base de recursos dos moradores e *biodiversidade* a se conservar, dois pontos de vista sobre o mesmo objeto empírico, a floresta e sua complexidade.

auto-reconhecimento de todos os moradores não-migrantes da região florestal do Vale do Ribeira, inclusive os quilombolas.

Remetendo-nos novamente a Frederik Barth (1969) e a Manuela Carneiro da Cunha (1987), podemos entender a construção de identidades como uma questão histórica, situacional e contrastiva, já reconhecida nos procedimentos legais da definição de quem são os quilombolas. Sendo situacionais, as identidades não são excludentes. Da mesma forma como Mamute, em certas circunstâncias, assume a identidade de “morador do Bairro da Serra”, e em outras de “agrônomo”, a identidade quilombola (relacionada à negritude) e a caipira ou cabocla (relacionada a modos de vida do campesinato brasileiro), também pode ser usada situacionalmente pelo mesmo grupo social, em contraste a outros grupos, sem que sejam categorias excludentes. O título da pesquisa de Renato Queiroz (1983), “Os Caipiras Negros do Vale do Ribeira”, ilustra a conjugação destas duas identidades.

A preocupação de Mamute, entretanto, vai também em um outro sentido: o dos moradores, na ânsia de quererem demonstrar à sociedade uma identidade quilombola, assumam símbolos culturais pertencentes a outros grupos negros, deixando de lado seus próprios símbolos identitários, que muitas vezes são comuns a grupos da região sem uma identidade negra. O processo não necessariamente é este, mas pode ser que ocorra face a imagens substantivantes da sociedade sobre o que é ser quilombola.

O conceito de *quilombola*, de fato, aproxima-se do conceito de *população tradicional* já discutido no sentido em que ambos são problemáticos enquanto categoria analítica, mas que ganharam consistência enquanto categoria política e legal, contribuindo para a reelaboração de identidades.

O quilombo aparece então para os moradores de Bombas, mas não do Bairro da Serra, como talvez a único modo, na *estrutura da conjuntura* (Sahlins, 1992) configurada no período histórico pesquisado, pelo qual o território em que vivem seja seu por direito. Entretanto, muitos moradores duvidam dos resultados positivos desta empreitada. A explicação para isso já foi dada no capítulo 2, e se refere ao sentimento de impotência

frente a estrutura de poder em que estão inseridos, que gera uma incapacidade de negociar.

Lúcia Ferreira (1996b: 247), diz que:

“o problema central na história recente da relação do Estado brasileiro com a sociedade e suas demandas é a inexistência do reconhecimento oficial e extra-oficial da dimensão concreta da noção de cidadania. (...) Em uma das versões, aquela preferencial dos gestores convencionais, a noção de direitos está praticamente ausente, pois os papéis sociais que a caracterizam ocupam a posição de contribuinte, aquele que cumpre seus deveres para com o Estado. Em outra versão, aquela extra-oficial convencional, a noção de deveres também desaparece, em função de uma ampliação ilimitada dos direitos, e os pobres são vistos como ‘vítimas da sociedade’. O Estado, ora é colocado na posição de perseguidor, ora na de salvador. Essa confusão entre o público e o privado esvazia o papel do cidadão, e as demandas daí resultantes misturam-se entre interesses coletivos e pessoais”.

Os moradores de Bombas auto-denominam-se *pequenos*, em oposição ao Estado e empreendedores, os *grandes*. Esta incapacidade de negociar é agravada pela dificuldade de organização dos moradores até mesmo para suas tarefas costumeiras, como já discutimos. O sucesso da formação de uma associação, por exemplo, necessária para se estabelecer o quilombo, é vista com pessimismo pela maioria dos moradores. O quilombo de uma possibilidade real, torna-se um fantasma longínquo em Bombas.

Enfim, a declaração de um grupo social como *remanescentes de comunidades de quilombos* é uma possibilidade histórica para alguns grupos (mas não todos) de *moradores tradicionais* da região. Entretanto, se a visibilidade dos quilombolas assegura seus direitos, forçando o Estado a privilegiar o social em detrimento ao ambiental, este processo pouco contribui para a construção de uma sustentabilidade local, pois os quilombolas continuam sendo vistos como inimigos da floresta, que precisam ter seus passos controlados a pulso firme pelo Estado. Assegurando seus direitos à permanência, entretanto, os quilombolas podem equalizar o balanço das relações de poder na negociação pela questão ambiental. Resta saber se, face à história de opressão, haveria uma vontade de negociar por parte destes grupos. Para Bombas e Bairro da Serra estamos analisando aqui esta questão. Tenhamos em mente toda esta discussão e avancemos em nossa exploração do *campo dos possíveis*.

4.3) A solução agro-extrativismo sustentável

Caso 11¹⁴

Pedro Peniche é o único morador de Bombas a cultivar um capão de cana-de-açúcar, cana esta que é utilizada para a fabricação de rapadura, de taiada (doce de cana com gengibre) e de doce de laranja azeda com melado (utilizando os pés de laranja nascidos na mata, provavelmente com sementes das laranjeiras dos "antigos"). Estes doces são produzidos com a mesma tecnologia dos antepassados, com o uso de tração animal em moenda de madeira. Seu Pedro é o único de Bombas a manter ativa uma moenda de cana, com o eixo comprado de um antigo morador (hoje é difícil encontrar quem saiba construir um eixo de moenda). A taiada e o doce de laranja são vendidos a turistas, embalados em palha de milho, por seu filho Edvaldo, quando este vai monitorar turistas na Caverna Santana.

Pedro valoriza incondicionalmente o conhecimento que possui da floresta, preferindo sempre tratar sua família com plantas medicinais e remédios caseiros aprendidos por ele do que dar remédios industrializados. O morador maneja um trecho de capoeira do terreno que usa de forma a privilegiar as plântulas de palmito juçara que se estabelecem no local. Em conversas, diz-se partidário de que se crie "alternativas no meio ambiente para segurar os posseiros que estão." Pensando nas dificuldades de organização dos moradores locais, propõe que um possível projeto de plantio ou manejo de palmito seja feito por intermédio do governo. Fala ainda em criação em cativeiro de animais silvestres e plantação de cacau, que ouviu falar que era compatível com a floresta.

Caso 12¹⁵

Em minha primeira visita à casa de João Fortes, percebi que seu terreiro era diferente dos demais do bairro. O círculo de terra batida em torno da casa inexistia, e abundavam pés de banana, café, pau-de-galinha¹⁶ e diversas outras árvores frutíferas. À sombra das

¹⁴ com base no diário de campo.

¹⁵ com base no diário de campo.

¹⁶ pau-de-galinha é uma arvoreta que não consegui identificar, ao que parece recentemente introduzida, que produz pequenos frutos vermelhos, esféricos e abundantes. Na época da frutificação são avidamente consumidos pelas galinhas do morador, reduzindo a quantidade de milho necessária para alimentá-las.

árvores, o morador plantara dezenas de pés de palmito, protegidos da ação dos animais domésticos. Enquanto põe bananas para os pássaros, seu João comenta comigo que produz mais banana do que a família consegue consumir, mas só consegue vender a banana maranhão¹⁷. Quando conto a ele e a sua esposa sobre um secador de frutas a energia solar que eu viro em uma casa em Cananéia¹⁸, seu olhos brilham de interesse. João Fortes é evangélico e justifica sua ideologia conservacionista com base na doutrina da igreja. Como os outros moradores, planta roças de arroz, feijão e milho, e diz que parte da produção acaba por alimentar pássaros e macacos, "criaturas de Deus". João Fortes é migrante, nascido em Ribeirão Branco, município do Vale do Ribeira com pouca cobertura vegetal remanescente, mas mora há mais de 15 anos em Bombas, após ter sido vigia da Mineração Lageado. Tem sérios problemas de saúde decorrentes da lavoura do tomate.

Caso 13¹⁹

Jair Andrade, morador do Bairro da Serra, no período histórico abrangido pela pesquisa, tinha diversos projetos em mente para tentar conviver com as restrições ambientais. Um deles referia-se à montagem de um viveiro para comercialização de mudas de espécies florestais. Jair, nas conversas comigo, mostrava ter tal idéia ainda em estágio embrionário, e pretendia pedir ajuda ao agrônomo Mamute, para encaminhar o projeto via ASA, e para o prefeito Manoel, que no final do período abrangido pela pesquisa não conseguira se reeleger. Jair tencionava envolver na idéia do viveiro as crianças do bairro, com as quais já trabalhava na formação de um time de futebol feminino.

Análise

As três situações descritas acima mostram iniciativas de moradores guiadas por uma idéia de uso sustentável dos recursos, apesar de toda a pressão para o que os recursos não sejam usados. A primeira questão a se discutir são as motivações destes três diferentes sujeitos para suas práticas. Pedro Peniche é provavelmente o morador de Bombas com maior articulação com atores externos ao Bairro. Ao mesmo tempo, é o morador que mais valoriza as práticas locais no sentido de dar importância a sua própria experiência, o que o

¹⁷ variedade de banana para ser comida assada.

¹⁸ Este secador de frutas foi construído dentro de um projeto agroflorestal apoiado pela prefeitura de Cananéia, com recursos do PPG7, baseado em projeto do agricultor-experimentador radicado na Bahia Ernst Götsch (ver Costa Neto, Souza e Silva, 2000).

¹⁹ com base no diário de campo.

morador relaciona à herança das idéias de seu pai, Quirino Peniche. Entretanto, *seu* Pedro encontra-se em situação complexa com relação à posse de seu terreno. O terreno onde vive, apesar do morador ali ter nascido e morar desde então, realizando as mesmas atividades de outros moradores, é de propriedade de uma empresa madeireira de Curitiba, que por certo tempo pagou um salário ao morador para que agisse como caseiro até que, ao que parece, a empresa desistiu da possibilidade de exploração do local. A família de *seu* Pedro aliara-se no passado a esta madeireira, impedindo inclusive a demarcação física das divisas do PETAR, pois o Parque naquele momento aparecia como uma forma de expropriação, e a madeireira significava a garantia de uma forma de fixação. Hoje, não deixando de ser crítico à situação das restrições, o morador incorpora a questão ambiental de forma diferente do projeto turístico para a região. Fazer o curso de monitor ambiental, para *seu* Pedro, parece-me significar muito mais estudar e entender questões ambientais por um outro ângulo do que treinar-se para o trabalho com o turista. Assim, o morador busca em sua ação maneiras de defender sua *vida tradicional*, como ele coloca, terminando por defender o uso da florestas pelos *moradores tradicionais* como um uso de baixo impacto.

Já as motivações de João Fortes para sua ideologia conservacionista referem-se a uma certa interpretação da doutrina da Congregação Cristã, que é informada por sua experiência pessoal com os prejuízos à saúde pelo envenenamento por agrotóxicos e com a degradação ambiental de sua cidade natal, como mostrado no fragmento abaixo:

"Olha, antigamente, até nas época dos meus dez anos, até os nove anos [em Ribeirão Branco], era muita mata igual aqui na região nossa, aqui, muita mata, muita caça.(...) Aí veio as firma, que derrubaram as matas. (...) É coisa de tirar madeira, prá lenha, prá... (...) Então só de lenha tiraram 40, só uma parte, que tiraram não sei a quantidade do mais, quarenta mil metro, não contando as toras de árvore, só lenha. Então lá tinha onça, tinha tudo de veado, lá tinha um monte de veado, de paca, tinha muito paca, cateto, tinha muito cateto, tinha tudo, bem no terreno da casa, igual aqui mesmo, do mesmo jeito que é aqui, só que com o tempo foi se acabando, os proprietários foram ficando mais velhos, acharam melhor vender, pegaram e venderam para o pessoal de fora. Agora o pessoal de fora vieram com as máquinas, destruíram tudo, venderam as matas, destruíram igual colocaram as máquinas, hoje você vê lá, hoje a gente só enxerga campo, não tem aquela beleza que tinha naquele tempo: passarinho, tucano, tucano era ardeza por aqueles tempos lá, era uma festa, eles passavam de um monte para o outro naquela festa, jacu, era até bonito prá gente ver. Hoje em dia cessou."

(...)

"Desde os antigos já tá preservado, agora que nós não queremos aqui, que eu não quero tipo nenhum, por exemplo, é uma desmatção como houve, uma serraria, por exemplo, uma desmatção para formar fazenda que desmorona tudo com as matas, que acabam com as matas, destroem com as matas, isso nós não queremos, por que daí acabam com as matas e acabam com a natureza, mas para nós que sobrevivemos aqui com esse bocadinho, com esse algum tem um capãozinho de pasto, mas tudo pequeno. Você faz o capão de pasto, é pouco o pasto, não vai atrapalhar prá preservação." (João Fortes, junho/2000)

João Fortes conta ainda que as espécies e os métodos de plantio utilizados por ele em Ribeirão Branco eram diferentes. Seu modo de trabalho foi adaptado ao sistema local após mudar-se para Bombas:

"Só que a gente plantava o feijão, os arroz, tudo enleirado, né, agora aqui nós já plantamos diferente: plantamos no passo, chamamos no passo, né²⁰. E lá a gente plantava na terra tombada, também, terra arada. E aqui nós plantamos diferente, a terra aqui tem que carpinar, ou que seja, pra roçar, nós tomba diferente. Lá era tombado com o animal, tombado com trator, riscado. (...) Usava adubo também, por mais plantava, por exemplo: batatinha, cebola, mais coisa, tudo no ritmo, né. Agora aqui plantamos, até isso, plantamos diferente, é tudo no passo, o que plantamos aqui é tudo no passo." (João Fortes, 14/6/2000)

Jair, por outro lado, vivendo na realidade dos conflitos do Bairro da Serra, e tendo sido sistematicamente multado por ações que considerava consensuadas com os gestores (veja caso 3), busca saídas para manter seu modo de vida dentro das poucas possibilidades pela via legal dentro do PETAR. Não vê sentido, entretanto, em recorrer aos gestores para auxiliar em sua tentativa. Busca ajuda na ASA (e claramente na figura de Mamute) e na prefeitura, que vê como possíveis aliados.

Não é possível, entretando, reduzir sua ação, que dialoga com uma ideologia de sustentabilidade, a uma resposta automática *ambientalmente correta* à história das restrições. Fazer isto seria contrariar toda a argumentação desenvolvida até agora. Por que o morador, um dos mais ressentidos no bairro com as restrições, não construiu um discurso anti-ambientalista? Jair, assim como Pedro Peniche, a todo tempo cita os *antigos*, principalmente seu pai, que foi um próspero agricultor e pequeno comerciante, como exemplo de vida saudável e harmônica com o ambiente, ao contrário dos tempos atuais, em que "o modo de vida foi industrializado", como diz. Jair reflete sobre os problemas que

enfrenta, mas esta reflexão é guiada pela matriz de sua experiência de vida, no bairro e no tempo em que morou em São Paulo, que constrói sua identidade de *morador tradicional*:

"Hoje eu tenho 44 anos, meu cabelo tá branqueando e cada dia que passa ele branqueia mais porque meu côco chega quase fundir também, de tanto pensar no que nós deixamos pra trás e o que nós estamos vivendo hoje, a realidade que nós estamos vivendo hoje. (...) O povo lá na cidade, eles vive num aperto tão grande, mas tão grande, que eles não tem nem um ar pra respirar, porque a poluição está tomando conta de tudo, né? Se tiver uma fruta, você não tiver esse [dinheiro], você só olha, você não come. Você tem que pagar tudo, sabe... tudo, tudo, tudo. Pra viver você tem que pagar tudo. E aqui não era assim. Aqui, única coisa que nós estamos tendo, que a gente toda vida teve (porque já é uma questão de nossa preservação, não é o Estado que preservou, não é florestal que fez ninguém preservar, porque nessa época não existia nada disso) então foi-se preservado a natureza porque o povo já convivia com a natureza e convive até agora, né... só que agora não, está [estamos] convivendo com a natureza mas de modo diferente, sendo obrigado a se restringir de muitas coisas, né... pra preservar uma coisa que nós vem preservando há muitas décadas, muitos anos, há muitas décadas. Então o que que acontece, nós ainda estamos tendo o ar limpo que a natureza nos oferece, só que tem uma coisa: vamo virar é... ficar a mesma coisa da cidade, tem que pagar tudo, comprar de tudo, porque não se planta!" (Jair, junho/2000)

Percebe-se nas ações dos três moradores a construção de algo que poderíamos chamar de um ambientalismo próprio, baseado em uma outra matriz do que o conservacionismo preocupado com as cavernas que informou a criação e implantação do PETAR. Esta forma local de discurso ambientalista curiosamente constrói-se em oposição menos às formas predatórias de desenvolvimento e mais às restrições que destroem suas formas de relação social. Baseia-se na idéia de que não há uma oposição necessária entre as atividades tradicionais e a conservação. Manifesta a vontade de se manter a *vida tradicional*, dando-se uma importância re-significada à floresta.

Esta busca por legitimar suas práticas como formas de *uso sustentável* da floresta traz, nas ações dos três sujeitos, abertura para incorporação de modificações técnicas em seus sistemas. Como o discurso do *desenvolvimento sustentável* aparece na região do PETAR igualando sustentabilidade a ecoturismo, não há um alinhamento destes atores, no

²⁰ Plantar *enleirado* significa plantar em linha; plantar *no passo* refere-se à ao plantio das sementes respeitando-se um espaçamento mínimo, mas sem uma lógica linear.

período histórico abrangido por esta pesquisa, com a idéia liberal de desenvolvimento sustentável, que discutimos na introdução, que indicaria que o caminho para os moradores seria trocar suas práticas agro-extrativistas de subsistência por práticas agro-extrativistas de mercado.

Pedro Peniche fala de plantio e manejo do palmito, de criação de animais silvestres, de apoio a sua produção artesanal de doces; João Fortes pensa na produção e processamento de frutas na floresta, planta palmito, afirma a necessidade de deixar parte da floresta intocada (diz que os moradores já o fazem); Jair pensa em produção de mudas, criação de abelhas; plantou palmito, junto com a ASA, em sua área que ficou dentro do Parque. Os três querem continuar com suas lavouras, que garantem a subsistência. Outros moradores pensam em tanques de piscicultura, plantio de pupunha²¹. São todas *soluções* que aparecem etéreas no imaginário dos moradores, algumas delas descoladas das práticas locais.

Observando as posições dos três moradores e relacionando-as com o restante das análises feitas até aqui, podemos perceber que esta idéia local relacionada a atividades de agro-extrativismo *sustentável* encontra-se efêmera no debate público relacionado à região do PETAR, não gerando reivindicação efetiva. É uma coordenada periférica no mapa de nosso *campo dos possíveis*. As idéias como as dos três moradores carecem de interlocutores, para que haja uma base de negociação e que possa ser vista como solução por outros moradores. Permanecem confusas, muitas vezes inviáveis, como um dia foi improvável pensar uma organização dos jovens locais em torno da monitoria ambiental.

É difícil para os três sujeitos ver o Instituto Florestal como um parceiro em potencial, nem o órgão coloca-se desta maneira. Com relação à Reserva da Biosfera, suas ações em Iporanga, no período abrangido pela pesquisa, têm se concentrado na estruturação do turismo. A ASA é vista como parceira por Jair, mas a própria entidade encontra-se, no intervalo de tempo abrangido pela pesquisa, muito voltada para as questões da monitoria

²¹ A pupunha (*Bactris gasipaes*) é uma palmeira introduzida, provavelmente de origem amazônica (Lorenzi, 1992) que pode consistir em uma alternativa à palmeira juçara na produção de palmito, pois tem um menor tempo de crescimento e produz em touceiras, não sendo necessário que se mate a planta para a retirada do produto. Muitos dos projetos de produção de pupunha, entretanto, realizam-se em monocultura, não tendo relação com a floresta.

e de reivindicações no sentido de harmonizar as transformações que vêm acontecendo no bairro, tendo pouco fôlego para trabalhar em outras questões. Em verdade, pelo fato da ASA ter se estruturado a partir do desenvolvimento do caráter local do turismo, ela mobilizou grande parte dos ditos *moradores tradicionais* do bairro em prol do turismo.

Nos anos de 1980, na mesma época da implantação do PETAR, houve ações da SUDELPA, ligadas à Secretaria da Agricultura em projetos de cooperativismo e pequena produção na região de Iporanga. Dema, hoje encarregado do turismo no PETAR, trabalhou nestes projetos, que não tiveram continuidade. Vamos ouvir seu depoimento:

"É, esse trabalho foi um trabalho muito gratificante e quando... nós sabemos que o problema assim (...) você se resolve a mais de longo prazo. É um trabalho que você vai fazer hoje e ter fruto amanhã. Mas quando a gente estava já iniciando o trabalho, que já tinha organizado a comunidade na comercialização, achado mercado pra produtos que nem a banana, que era a grande dificuldade da época, organizado as comunidades em hortas comunitárias. Junto com isso, antigamente, tinham as UEACs, que eram as escolas comunitárias²², que o professor se mantinha na escola, e junto com tudo isso, a gente conseguiu organizar um pouco as comunidades e, respeitando, lógico, o credo, a religião deles, o sistema de cultura. Tanto a gente aprendia com eles, como a gente poderia estar ensinando muita coisa. Só que logo em seguida disso, que a coisa estava caminhando bem, nesse sentido, foi extinto o órgão, por problemas políticos. Porque normalmente quando muda um governo ou muda um secretário, simplesmente, ele extingue determinadas coisas que estavam sendo bastante interessantes. Tinha essa visão, na época o governo tinha essa visão que o nosso trabalho era um trabalho muito petista, de esquerda. (...)E a gente fazia mais aquela questão, de ensinar fazer sabão, horta comunitária, comercialização de banana, criação de peixe, produção de mel, rapadura, aproveitamento de... pra fazer doce de laranja, nossa, e era uma série de coisas que a gente trabalhava com elas. Mas o que mais as comunidades aderiram foi à questão do melhoramento da organização de venda de produtos, que nem a banana, criamos a Feira do Produtor, em Iporanga, e conseguimos transportar todo esse material, nesses anos todos, mantendo essa feira todos os finais de semana, tal, foi uma coisa que a comunidade aceitou muito bem. E eles, na própria feira servia pra eles trocar, entre uma comunidade e outra, os produtos, né, de São Pedro trazia determinados produtos, a região do Bairro da Serra, (...), do Ribeirão de Iporanga levava outros produtos, Ribeira acima trazia muito feijão... então até havia um entrosamento entre agricultores. Criou a associação de S. Pedro, a associação dos moradores do bairro de S. Pedro, Galvão, Castelhanos, depois a associação do Ivaporundvba, que na realidade eles já tinham uma associação, mas só que a coisa, só tinha no papel, não andava. A gente tentou dentro de Iporanga criar uma associação, na época, de moradores no bairro Castelhanos

²² Renato Queiroz (1983) comenta em um capítulo de sua pesquisa a relação entre o professor da UEAC do bairro Ivaporunduva e os moradores.

também, né, conseguiu... ter uma... dentro de Iporanga assim a gente sentia uma diferença muito grande na questão política local, é... de não estar favorecendo muito essas questões de organização das comunidades. Os prefeitos da época não gostavam muito e tal e... acabava sendo que um pouco assim é ... não dava apoio à essas questões. E até criticava bastante isso e acabava não acontecendo isso, e a gente na época não conseguiu. Após a nossa saída, extinção do órgão tal, daí acabou se criando por necessidade, eles sentiram a necessidade de estar fazendo isso pra estar se organizando. E hoje, na região, tem alguns associações, do bairro de Nhunguara, S. Pedro, Ivaporunduva, né, na época criou alguns grupos também já dentro de Iporanga, né, que interessado nisso, tinha participação da comunidade de Iporanga, na questão da participação da feira do produtor, daí a Prefeitura começou a dar um apoio, logo no finalzinho do nosso... e depois foi extinto o órgão, acabou parando todo o trabalho, não teve continuidade. Então a gente fica meio frustrado, porque quando você tá caminhando, você tá sentindo que a comunidade tá caminhando, acaba acontecendo isso. Eu mesmo vim pro PETAR também, fiquei trabalhando como, na área de vigilância, dentro do parque, depois passei a ser encarregado do turismo... já faz uns 4 anos, mais ou menos, 4 a 5 anos que eu sou encarregado de turismo. E não tive a oportunidade assim de voltar trabalhar com comunidade”(Dema, junho/2000).

Vemos portanto que algumas das soluções de *agro-extrativismo sustentável* que os moradores encontram, que parecem um tanto abstratas, podem ter fundo em ações governamentais passadas. E que pessoas dentro do próprio quadro de funcionário do PETAR tem experiência e vontade de trabalhar pela via do *agro-extrativismo sustentável*. No plano governamental o direcionamento de políticas para o ecoturismo na mata atlântica suplantou o direcionamento em propostas para pequena produção agrícola, provavelmente por sua maior consonância com o alto grau de restrições ao uso da floresta que passou a existir após a implantação das unidades de conservação e das restrições sobre o uso da mata atlântica (Ferreira, 1996a). Hoje estas propostas retornam, em parte, via reconhecimento dos remanescentes de quilombo, mas demonstrando conflitos entre esferas do governo estadual envolvidas com a agricultura e esferas envolvidas com as unidades de conservação. Em uma análise distante, poderíamos imaginar que projetos de agricultura sustentável teriam de ocorrer em parcerias entre Secretaria da Agricultura, Secretaria do Meio Ambiente e prefeituras. Vemos, entretanto, que tais projetos são dificultados pela falta de diálogo entre as secretarias. Houve diversos cursos da Secretaria de Agricultura para em Iporanga, mediados pela Casa da Agricultura (apicultura, fabricação de doces, papel reciclado, etc.), mas estes cursos não se desdobram em políticas efetivas por não existir um projeto consistente, enfim, uma vontade política de

que isto aconteça. Se há tal dificuldade nos bairros que se situam na APA da Serra do Mar, que dirá para Bombas, onde a instituição PETAR elimina possibilidades de projetos legalmente aceitos.

Vale a pena dizer que a forma como o Instituto Florestal negocia não é uniforme para todas as unidades de conservação estaduais que restringem o uso direto da floresta. Houve abertura da Secretaria do Meio Ambiente para negociar a elaboração de projetos em sistemas agroflorestais no vizinho Parque Estadual de Jacupiranga (Costa Neto, Souza e Silva, 2000), onde os conflitos -- principalmente relativos à ocupação oriunda da construção da BR-116, que corta o parque -- fazem com as restrições não consigam se estabelecer de forma tão absoluta quanto no PETAR. Além disso, colegas de pesquisa do Projeto Floresta e Mar informam que há base de negociação na Estação Ecológica da Juréia para que um grupo de moradores reivindiquem transformá-la em reserva extrativista.

Outro ponto importante é que a busca de práticas sustentáveis a partir do estudo e desenvolvimento das próprias práticas dos moradores (agricultura de coivara com manutenção *in situ* de variedades de cultivares, caça, uso de essências florestais) me parecem fora da base de negociações no PETAR e na região de Iporanga. Em grande parte porque estas práticas foram historicamente usadas para subsistência e aumentam-se as chances de não manterem a resiliência da floresta ao se voltarem para o mercado. Experiências no sentido que defendo aqui vem sendo realizadas com sucesso por algumas organizações não governamentais e cooperativas de produtores em várias regiões do Brasil. Destaco aqui a linha de trabalho da ONG Assessoria de Projetos em Tecnologias Alternativas -- AS-PTA (Almeida, Petersen e Cordeiro, 2001; Guijt, 1999; Abbot e Guijt, 1999).

Em síntese, a solução *agro-extrativismo sustentável* aparece de forma periférica no campo de possibilidades, e não encontra apoio por atores externos por causa da idéia de que a solução para os moradores relaciona-se simplesmente à sua inserção à economia de mercado, e a solução turismo aparece como uma inserção mais ambientalmente *sustentável* do que práticas que usem as espécies da floresta diretamente.

4.4) Três posições de resistência: o anti-ambientalismo, o subsídio e a não-solução

Há entre os moradores três outras perspectivas formuladas, que eu classificaria como posições de resistência ao que sentem como opressão, mas sem se constituírem em proposição de novos consensos²³. Um deles é o discurso anti-ambientalista de que viemos falando desde o início desta dissertação. Ele consiste na negação das preocupações ambientais, na oposição entre manter a floresta e manter o modo de vida da população, que faz alguns moradores partidários do desenvolvimento predatório. É o resultado da combinação da visão de resultados positivos na modernização predatória nas regiões adjacentes a Iporanga com a ação do Estado policial ao invés de um processo de construção coletiva. É uma espécie de efeito colateral da implantação do PETAR. Esta posição transforma o ódio ao Estado em ódio à floresta, que faz a definição de meio ambiente fundir seu sentido usual com seu sentido sentido metonímico utilizado na região: o *meio ambiente* (gestores da floresta) iguala-se ao meio ambiente (floresta).

Mais do que qualquer fragmento de entrevista que poderia ser mostrado, uma formulação estética deste discurso foi presenciada por mim no Bairro da Serra: certo dia um morro contíguo ao bairro apareceu queimado. Perguntando a diversos moradores o que havia acontecido, a resposta foi sempre a mesma: o fogo fora provocado por uma pessoa que tinha raiva do *meio ambiente*.

Esta posição tem se enfraquecido no Bairro da Serra a partir da crescente adesão dos moradores à atividade turística, principalmente após os cursos de monitores ambientais e, talvez, após as questões ambientais serem introduzidas pelos moradores por outras vias, como pela televisão. Arrisco dizer que, se permanecer a idéia hegemônica do turismo como solução única, tal forma de resistência continuará a existir, marcando na paisagem o que não pode ser negociado, deixando para a mata atlântica o saldo negativo da violência entre os homens.

²³ Marilena Chauí (1986:63) diz que a resistência "... tanto pode ser difusa -- como na irreverência do humor anônimo que percorre as ruas, nos ditos populares, nos grafittis espalhados pelos muros das cidades --

Recorrentemente em minha pesquisa de campo alguns moradores do Bairro da Serra e de Bombas manifestavam uma outra posição, que poderia ser sintetizada da seguinte forma: se o *meio ambiente* não vai permitir que o *povo do mato* trabalhe como sempre trabalhou, é justo que lhes pague então um salário. Os moradores parariam de trabalhar na lavoura e poderiam ser os melhores guarda-parques. Esta posição não pode ser encarada de forma imediata como mais uma proposta de solução. São necessária algumas considerações.

Interpreto que os sujeitos que fazem tal afirmativa avaliam que esta está longe da saída ideal ao problema. O subsídio governamental para que se pare de trabalhar ou para que se *cuide do mato* é uma conclusão lógica para alguns moradores tomando por princípio o fato, com o qual a grande maioria deles não concorda, de que não se pode usar a floresta, além do fato de que o Estado não vai remover os moradores do local. Minha interpretação portanto, é que este discurso é mais uma forma de resistência difusa dos moradores do que a proposta de uma solução. Um desdobramento talvez esperado para os moradores que manifestam tal proposição é que se continuaria a plantação, de forma clandestina ou sem pousio e rodízio de terreno. Na Estação Ecológica da Juréia, entretanto, segundo análises preliminares de Allan Monteiro, colega de pesquisa, a transformação de alguns moradores em guarda-parques os cooptou, contribuindo para acirrar os conflitos internos ao grupo. Hoje parecem restar em algumas regiões da Estação Ecológica da Juréia apenas os moradores contratados e os moradores aposentados. Há entretanto, mobilizações de ex-moradores para a construção de uma *escola caiçara* dentro da área da Estação.

Uma outra questão a ser abordada sobre esta posição é que ela se baseia também na relação de assistencialismo que historicamente se estabeleceu entre os moradores e o poder municipal. Este direito ao subsídio em nível individual é reivindicado da mesma forma como se mantêm relações clientelistas entre prefeitos/ vereadores e moradores, da mesma forma como os moradores receberam historicamente assistência das igrejas e outras formas de doações. Nesta matriz analítica, esta posição significa abandonar a possibilidade dos moradores constituírem-se agentes do processo político.

quanto localizada em ações coletivas ou grupais". A forma de resistência a que estou me referindo aqui é a

A terceira perspectiva que não pode deixar de ser citada, manifestada por alguns moradores de Bombas, é o que classifico como a *não-solução*. É a radicalização da idéia de que não pode haver negociação possível sem que os moradores piorem sua situação. Se em Bombas os moradores ainda conseguem manter de forma precária, sua relação agro-extrativista com a floresta, é em grande medida pela invisibilidade dos moradores frente aos demais atores. Os moradores que manifestam tal posição pensam esta invisibilidade como a única forma de sustentar sua economia e relações sociais. Ou seja, se o Estado adota, face aos conflitos, a política da *não-solução*, aos moradores que estão pouco visíveis só resta compactuar com esta política.

Retomando nossa visita a Bombas feita no capítulo 2, vemos que esta posição pragmática é a adotada pelos moradores até hoje. No entanto, vários fatores começam a aumentar a visibilidade dos moradores de Bombas, tornando esta posição insustentável a longo prazo. Relembro o leitor de três delas: a chegada paulatina da solução turismo ao bairro; a veiculação pública de Bombas como remanescente de quilombos; e a realização de diversas pesquisas acadêmicas sobre a região, incluindo esta dissertação. Ou seja, o momento histórico da pesquisa parece representar um período em que insistir na *não-solução* não parece mais ser o caminho mais sensato para os moradores. Ademais, se esta estratégia foi a que manteve os poucos moradores que restam em Bombas, foi ela mesma que ajudou a provocar a saída de diversos outros.

Lúcia Ferreira (1996a) identifica, nas disputas pela mata atlântica em São Paulo, um tipo de posição entre os atores do âmbito governamental e acadêmico, mesmo entre os que defendem a permanência dos moradores, que avalia que, na presente conjuntura, a *não-solução* é a melhor estratégia para lidar com os conflitos. A *não-solução* também pode ser encarada como estratégia, mesmo que não verbalizada, que vem sendo usada pela Estado com relação a regiões povoadas do PETAR, numa política de manter as atividades dos moradores em uma clandestinidade semi-permissiva limitada à subsistência. Tais regiões, ao longo do tempo, tem se esvaziado:

"Nestes últimos 20 anos foi um processo de esvaziamento completo, e não parou ainda não, tem muita gente indo embora, pode ter certeza: Morro do Chumbo,

aqui dentro do PETAR, indo embora, Bombas... (...) É um processo que não parou, alguns lugares aqui vão permanecer, como o Bairro da Serra, que já é algo estruturado, que não vai sair, mesmo, e deve ser um polo que vai acabar aglutinando o que ainda sobra aqui por perto em termos de população... apesar de que não tem muito, tem duas famílias na região do Lajeado, mais duas famílias aqui no Sítio Novo, mais três na Passagem do Meio. Lambari... mas Lambari é aqui, dentro do Bairro, praticamente. O resto não tem mais nada, é só Parque. Até quase na divisa com Apiaí. Tem uma população em Furnas, apenas, Arapongas, deve ter umas dez famílias em Arapongas. Só. Iporanga tem Castelhanos, Pilões, Ribeirão...” (Mamute, novembro/1998).

A estratégia da *não-solução*, muitas vezes acompanhada de uma ação discursiva anti-ambientalista, e da expressão de carências materiais na idéia de que é necessário um subsídio do governo às famílias que sofrem restrição, foram as formas de resistência difusa encontradas pelos moradores de Bombas e por muitos moradores do Bairro da Serra pouco ou não incorporados ao mercado ecoturístico. O que estou propondo aqui é que esta postura hoje não é suficiente para que se construa um futuro melhor para os moradores em uma relação equilibrada com a floresta. Enquanto não houver organização local estruturada (no caso de Bombas) ou as organizações existentes continuarem pautando sua agenda reivindicatória na solução turismo (no caso do Bairro da Serra), não haverá espaço político para que se ampliar a base de negociações, para que se traga ao centro da arena política soluções periféricas ao *campo dos possíveis*.

4.5) Subsistência, mercado e subsídio

Uma maneira possível de classificarmos as *soluções* esboçadas pelas ações discursivas dos atores é as pensarmos a partir da relação entre subsistência, mercado e subsídio. A solução hegemônica do turismo apresenta-se como uma forma de integração dos moradores a um mercado global, em relação com uma clientela de alto poder aquisitivo, moradora de centros urbanos. Ela geralmente vem acompanhada da perspectiva de que a renda do turismo torna a idéia da subsistência coisa do passado.

A solução quilombo esboça a auto-determinação dos moradores, pela aposta na possibilidade de manutenção da base simbólica e econômica das relações sociais, trazendo subjacente a idéia de manutenção da base de subsistência dos moradores. Da mesma

forma, os moradores que se apoiam no caminho da *não-solução* e no *anti-ambientalismo* pretendem continuar suas práticas agro-extrativistas de subsistência. Em ambas as perspectivas, aparece a idéia de que as atividades de subsistência são desejáveis, mas não bastam. Essa mesma idéia está presente nas soluções de agro-extrativismo sustentável.

A questão do subsídio vem acompanhada de uma idéia de assistencialismo entre os moradores, demonstrada na proposição de pagamento das famílias pelo Estado para que não realizem suas atividades. Uma idéia de subsídio bem diferente vem na solução de agro-extrativismo sustentável, na idéia de que é necessário apoio financeiro externo para a realização de projetos neste sentido.

Vimos que historicamente os grupos estudados possuíram um forte caráter de subsistência, configurado por suas atividades agro-extrativistas, tendo uma relação mais ou menos forte com a economia de mercado, dependendo das condições objetivas, por exemplo a existência de minedoras, empregos públicos, o comércio de palmito e o turismo. Vimos também que, na ausência ou deficiência de ganhos extras provenientes de uma inserção na economia de mercado, os moradores historicamente recorreram a relações de paternalismo e clientelismo com poder municipal e políticos pretendentes ao poder municipal. Relações assistencialistas também se verificam com as igrejas, principalmente a Congregação Cristã no Brasil, e com atores externos de forma indireta, como as doações de roupas e mantimentos principalmente em tempos de enchentes²⁴, ou de forma direta, em doações por grupos de turistas.

Com relação às atividades agro-extrativistas de subsistência, parece-me claro que delas depende toda a base das relações sociais dos moradores da região do Alto Ribeira. Elas são também a base do repertório de conhecimentos dos moradores sobre a floresta. Possuir tal repertório dá à geração de jovens do período de pesquisa, vantagens sobre guias externos no trabalho como monitores ambientais, permitindo-os também auxiliar pesquisas científicas como mateiros. No meu entender, a atividade de monitores

²⁴ Quando ocorrem enchentes no Vale do Ribeira, a região estudada geralmente não é muito afetada; os maiores problemas ocorrem nos bairros localizados às margens do Rio Ribeira. Os donativos que chegam ao

ambientais, voltada principalmente à questão das cavernas, não tem sido capaz de promover a continuidade do conhecimento dos moradores sobre a floresta. Sendo assim, a simples proibição da agricultura de coivara e de atividades extrativistas de subsistência parece-me caracterizar a longo prazo a *extinção local* (para apropriar-me de um termo da biologia da conservação) do campesinato rural, ou por migração ou pela completa transformação de sua economia de uma forma tal que eles não possam ser caracterizados nem como camponeses. A dificuldade de se chamar o Bairro da Serra dos últimos anos do século XX em zona rural é emblema disto.

De toda forma, seria leviandade dizer que, no contexto em que desenvolve-se nossa análise, a continuidade de práticas agro-extrativistas, mesmo que de subsistência, sem uma preocupação conservacionista, não poderia resultar em prejuízos graves à floresta. O fim da clandestinidade das atividades dos moradores poderia implicar a pactuação de formas de uso da floresta preocupadas com sua resiliência. Preservação de áreas íngremes, corredores ecológicos formados por regiões intangíveis e regiões em pousio e interdição do uso de espécies consideradas ameaçadas de extinção são algumas das formas possíveis; há certamente outras dezenas de formas de atitudes sustentáveis passíveis de institucionalização pactuada (e fiscalização) que podem surgir dos processos sociais em que moradores, pesquisadores e gestores permitam-se dialogar e explorar de maneira mais criativa o *campo dos possíveis*.

Ao contrário da idéia subjacente às regras informais estabelecidas pela fiscalização na região de Bombas (veja casos 1 e 2, capítulo 2), que, na permanência legalmente paradoxal dos moradores permitem na prática apenas o limiar de sua subsistência, os *moradores tradicionais* em geral tiveram atividades ligadas ao mercado, como forma de obter renda para a compra de bens não produzidos por eles. Parte das relações sociais foram portanto construídas em trocas materiais com outros grupos e em seu assalariamento por grandes empreendimentos. Entretanto, a associação à economia de mercado não tornava as famílias dependentes desta, pois a base de sua sobrevivência estava assegurada no agro-extratativismo de subsistência.

município, entretanto, são também distribuídos a estes moradores. Sobre as enchentes do Rio Ribeira, conferir

Nos tempos atuais as restrições retiraram a base de subsistência das famílias, principalmente no Bairro da Serra, aumentando suas necessidades de mercado. A redução nas lavouras também dificultou a produção de porcos para venda, a principal atividade agro-extrativista de mercado antes do ciclo do palmito. Ao mesmo tempo os eventuais excedentes de produção, pelos quais antes se obtinha um bom preço, agora tornam pouco rentáveis pelos baixos preços dos mesmos produtos (arroz, feijão, milho) produzidos em escala industrial. Outros produtos como os doces artesanais, a rapadura e a farinha de mandioca quase não são produzidos em Bombas, entre outras coisas, porque perdeu-se a base tecnológica, e no Bairro da Serra porque não se planta. Tais atividades se encontram, em verdade desvalorizadas pela maioria dos moradores.

O turismo é lucrativo no Bairro da Serra para os moradores que tinham capital para construir pousadas, mas mesmo assim as pousadas de pessoas de fora, com maior visão empresarial e maior capital de investimento, conseguem em geral se estruturar melhor e fazer *marketing* na capital e em outras cidades (exceção feita à Pousada da Diva, a maior pousada da Serra, de uma família do bairro). As atividades ligadas ao turismo são vistas como ganho que dispensa atividades de subsistência por alguns monitores ambientais, mas de resto os moradores têm o turismo como uma renda incipiente, que é ou poderia ser complementada com atividades de subsistência. Uma outra atividade de mercado que movimenta o bairro é a construção civil, atividade que certamente não se sustentará com muito vigor a longo prazo, pois acompanha o processo de urbanização do bairro.

Vemos, portanto, que se em Bombas os moradores atuais estão restritos a atividades de subsistência que os relega a uma situação econômica difícil, no Bairro da Serra os moradores estão restritos a atividades voltadas ao mercado, e a um único mercado, aquele proveniente da visita turística do PETAR.

Na perspectiva que desenvolvo nesta pesquisa, as atividades ligadas ao turismo são parte das atividades de mercado a serem desenvolvidas pelos moradores da região, buscando-se sempre a base local das atividades. Entretanto, configura-se necessária a manutenção de atividades agro-extrativistas de subsistência de forma pactuada na medida do interesse

dos moradores e da capacidade que o bairro possa suportar, além de outras atividades de caráter agrícola que possam ser realizadas. A realização de agricultura de coivara sem rodízio de área, como tem acontecido com os roceiros da Serra, não parece, entretanto, ser uma alternativa sustentável. A inexistência de opções ao turismo em outras regiões do município implicam na crescente migração de pessoas para o Bairro da Serra, o que constitui-se em um grave problema para seu futuro. A organização dos moradores passa a tornar-se cada vez mais importante à medida em que chegam novos empreendedores externos interessados em explorar o turismo. Entretanto, se é relativamente fértil para a ASA o trabalho com os monitores, ela parece encontrar dificuldade em tentar proceder a organização dos moradores donos de pousadas, que assumem uma postura mais individualista.

O Bairro da Serra parece configurar-se, portanto, em um centro urbano emergente cercado pelo PETAR, sem qualquer tipo de *zona tampão*, e repleto de cavernas. A tentativa de se manter a base de subsistência de parte dos moradores é importante, mas fica patente que para a maioria dos jovens, envolvidos na lógica do turismo e sem possibilidades materiais de exercer atividades agro-extrativistas, a escolha pela dependência da economia de mercado é iminente. A única maneira de se manter uma certa autonomia de subsistência seria a reabertura de algumas antigas *capuavas* em terrenos pouco íngremes, onde não se permitisse moradia ou atividades de comércio. Face à dificuldade institucional para se oficializar o recuo das divisas há muito pactuado, esta não parece uma luta fácil.

Em Bombas, manter uma base de auto-suficiência e criar uma relação de mercado sem criar dependência dos moradores a um único mercado não parece uma tarefa tão difícil, se forem dadas possibilidades institucionais para que seja feito (que aumentam se os moradores adotarem de forma crítica a solução quilombo). A região tem poucos moradores, a maioria aparentados, área grande, base agro-extrativista. Em Bombas existe a possibilidade de se criar formas interessantes de projetos agroflorestais, produção de doces artesanais, frutas secas, manejo de palmito, mel ou qualquer outra forma de produção que permita aos moradores terem um incremento de renda sem deixarem suas atividades de subsistência, e mesmo um turismo diferente daquele do Bairro da Serra, que

envolva a vivência das práticas locais. A dificuldade de acesso pode ser contornada pela criação de entrepostos municipais para estes produtos, que já existiram no passado, seja no Bairro Betari, seja no Bairro da Serra.

A relação subsistência/mercado que proponho é portanto um equilíbrio em que se mantenha na medida do possível a base de subsistência e se criem alternativas diversas de relação com o mercado, que escapem da criação de uma dependência dos moradores a ele. Uma característica clara do modo de vida dos moradores é a diversidade de atividades, diversidade de usos da floresta, diversidade dentro de suas roças, diversidades estas que, pelo menos a título de analogia, relacionam-se com a diversidade da própria floresta em que vivem. Não me parece lógico que a pactuação de um modo de vida sustentável para os moradores passe pelo seu engajamento em apenas uma atividade de mercado. Seria transformar esta floresta de atividades em monocultura dependente de insumos.

Laure Emperaire (2000) organizou um volume de pesquisas interdisciplinares que procuram compreender o extrativismo na Amazônia Central como parte de sistemas produtivos dos habitantes, avaliando questões econômicas, ecológicas e históricas. Uma abordagem como esta seria muito útil para entender os diferentes sistemas produtivos dos moradores das florestas da mata atlântica, dando subsídios, no campo dos possíveis, de se pactuar propostas agro-extrativistas sustentáveis para moradores das regiões de remanescentes florestais. A organização dos moradores para reivindicar tais pactos, o que Arturo Escobar (1998) chama de “ecologia política dos movimentos sociais”, parece ser fundamental para se ampliar a base de negociações para incluir propostas consoantes a estes estudos.

Por último, gostaria de discutir algumas questões relativas ao subsídio. Não o já discutido pagamento das famílias para cuidar da floresta, o que é até justo se entrarmos no modismo de dar valor em dinheiro aos *serviços ambientais*: os moradores têm mantido biodiversidade, mananciais, cavernas e outros bens da humanidade por muitos anos (Almeida, 2001). Falo de apoio financeiro para que se transforme o diálogo entre moradores, Estado, pesquisadores e ONGs em um grande laboratório de sustentabilidade.

Manter um modo de vida compatível com a existência de floresta diversa, transformado de fato passado em compromisso da agenda dos moradores enquanto sujeitos coletivos²⁵ me parece ser uma contribuição inestimável na construção de uma nova sociedade, talvez tão grande quanto a conservação dos remanescentes da mata atlântica. É razoável dizer que esse compromisso tornado público merece apoio para sua realização. Os moradores da região são os parceiros perfeitos para o desenvolvimentos de experiências em sistemas agroflorestais, uso de frutas nativas e outros sistemas baseado numa hibridação entre seus conhecimentos e práticas e o de técnicos externos que realizam pesquisas neste sentido. Além disso, o ambiente pouco dependente de tecnologias convencionais da cidade e relativamente próximo a pólos de pesquisa pode favorecer a implantação de projetos-piloto subsidiados de geração de energia solar, eólica, técnicas alternativas de saneamento básico e outras questões a serem decididas com os moradores.

O grande problema com relação a isto é que tais experiências fazem parte apenas de forma tangencial à agenda governamental brasileira do período histórico abrangido pela pesquisa, pois, apesar do Estado não se constituir em um bloco monolítico, transparece um comprometimento de forma geral com a face mais *hard* do desenvolvimento liberal. Outra questão complexa é que grande parte dos financiamentos internacionais mobilizados via governos federal e estadual para projetos sócio-ambientais vem acompanhados da mesma gramática de mercado e inclusão ao capitalismo global *sustentável* que o discurso do ecoturismo, na maioria das vezes desconsiderando as relações sociais locais e a relação subsistência/mercado colocada aqui. Atores no interstício do Estado, pesquisadores de tecnologias alternativas em universidades e ONGs que escapem desta gramática poderiam ser bons parceiros dos moradores. Pequenos financiamentos para projetos dos próprios habitantes das áreas florestais, em associação com tais parceiros, fornecidos por governos federal, estadual ou municipais ou instituições não-governamentais, me parecem um bom caminho, assim como o uso de forma crítica de financiamentos de entidades com perfil liberal.

²⁵ Eder Sader (1988 :11) define sujeito coletivo como uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas."

Além disso, pesquisas básicas sobre a mata atlântica podem ser realizadas em parceria de universidades e centros de pesquisa com os moradores. É notório que pouco a ciência conhece sobre a mata atlântica, em comparação com seus moradores. No período da pesquisa há por um grande esforço acadêmico para a definição de uma agenda de pesquisas científicas que favoreçam a definição de políticas de conservação no estado de São Paulo, representado pelo programa Biota/FAPESP (Joly, 2000). Parcerias em pesquisas (e não a utilização dos moradores como mão de obra ou informantes) poderiam resultar em pesquisas que interessassem aos projetos formulados pelos próprios moradores, em uma conjunção de saberes inéditas (para a qual, talvez, muitos de nossos pesquisadores não estejam prontos). Héctor Leis (1999: 61) afirma que:

“Reconhecer a complexidade e dinamismo dos ecossistemas implica construir uma ciência cuja base seja a incerteza e que aceite uma pluralidade de perspectivas como legítimas”

Enfim, este seria um caminho para se equacionar de forma interessante o valor comunitário e o valor global da floresta (Gibson, McKean e Ostrom, 2000), que poderia formar monitores ambientais que não seriam guias de turistas, mas moradores-pesquisadores que baseados em seus conhecimentos e na relação com pesquisadores, seriam capazes de formular projetos próprios e monitorar sua própria ação na floresta. Este tipo de proposta não é inventada por mim: está posta, por exemplo, para o Pacífico colombiano por Arturo Escobar e Alvaro Pedrosa (1996) e tem sido experimentadas em propostas de monitoramento pela relação entre atores externos, ativistas locais e pesquisadores em locais como o Parque Nacional do Jaú (FVA, 1998) e a Reserva Extrativista do Alto Juruá (Almeida e Franco, 2000), ambos na Amazônia, por meio de planos de uso pactuados institucionalmente. Uma agenda de pesquisa consoante a esta parece estar sendo proposta pelo grupo coordenado pelo professor Lin Chau Ming, da Unesp/ Botucatu para a região do PETAR. Acompanhei visitas preliminares de seu grupo à região e pareceu-me uma tarefa extremamente difícil sua implementação nos termos aqui propostos, se mantidas as relações institucionais restritivas entre Estado e moradores.

Voltando ao título de nosso capítulo, nossas brincadeiras no campo dos possíveis abriram diversas possibilidades ao rumo tomado até agora na negociação do conflitos na região do PETAR. É hora de aterrissarmos, voltarmos das possibilidades ao real. O complexo de situações, fragmentos de realidade, que analisamos ao longo desta dissertação, mostram

que as idéias aqui esboçadas encontram-se periféricas ao *campo dos possíveis*. Para trazê-las ao centro, o que significa a tomada deste centro pelos moradores e ativistas locais, um câmbio nas relações institucionais é necessário, assim como um impulso na organização coletiva dos atores. Segundo Gibson, McKean e Ostrom (2000:3):

“Está se tornando cada vez mais claro que comunidades locais filtram e ignoram as regras dos governos centrais. Elas também adicionam suas próprias regras, gerando instituições locais- regras em uso- e padrões de atividade que devem divergir largamente das expectativas dos legisladores e burocratas (...) Raro é o fator de mercado, tecnológico ou político que afeta indivíduos sem ser primeiro filtrado por estas instituições locais” (minha tradução).

Classifico as principais questões institucionais envolvendo uma mudança qualitativa nas políticas de conservação da região em três eixos principais: 1) a revisão do sistema de institucionalização do controle da floresta, que reverta a situação de clandestinidade das atividades agro-extrativistas numa chave de busca de sustentabilidade; 2) a possibilidade institucional de obtenção de uma relação equilibrada dos moradores entre subsistência, mercado e subsídio; 3) o aumento do poder de mediação das políticas ambientais por instituições locais legítimas, pela abertura de espaços legítimos de diálogo entre instituições representativas dos moradores, instituições acadêmicas e os gestores da conservação. Nas conclusões que se seguem, relacionaremos tais questões institucionais com o papel dos atores analisados até aqui.

Termino nossa exploração do *campo dos possíveis* com um fragmento de Arturo Escobar e Alvaro Pedrosa (1996:355), no contexto do Pacífico colombiano, que permite-nos pensar nas possibilidades de generalização de nossas análises. O que chamo aqui de sustentabilidade dissonante é chamado pelos autores de *pós-desenvolvimento*.

“O pós-desenvolvimento começa por reconhecer que toda comunidade humana pratica o descobrimento de si mesma; é assim que os grupos indígenas e afro-pacífico têm já vários séculos de experiência acumulada de povoamento, de intercâmbio com seus entornos biofísicos, culturais e espirituais. Esta rica experiência está sendo esmagada pelas novas formas de capital e desenvolvimento, ao mesmo tempo em que estas formas se negam a assumir o custo ambiental e social que implicam suas práticas.

As práticas culturais dos povoadores do Pacífico não existem, obviamente, alheias às economias regionais e transnacionais. São práticas que, como evidencia a tradição oral, por exemplo, já estão hibridizadas com o moderno. É importante detectar aquelas

hibridizações que puderam obter êxito particular em termos de afirmação cultural, melhoramento das condições de vida e sustentabilidade ambiental.

Desta forma, não podemos dizer que há uma grande 'alternativa' para o Pacífico- tal como o 'desenvolvimento sustentável', no evangelho do Plano Pacífico e de muitas das organizações internacionais -- pois o 'alternativo' se encontra -- implícito ou explícito, em maior ou menor grau -- nas mesmas práticas dos povoadores, ativistas e intelectuais críticos.

Do ponto de vista das alter-modernidades, ressaltamos a importância de pesquisas etnográficas que constatem a existência do 'alternativo' como feito social em suas manifestações específicas em situações concretas. As organizarem-se, as próprias pessoas com frequência fazem visível a possibilidade de algo diferente. O alternativo nutre-se da constante inovação cultural nos marcos de significado que os povoadores e ativistas realizam em seus afazeres diários."

Conclusões: construindo uma sustentabilidade dissonante

Conclusões: construindo uma sustentabilidade dissonante

"Tudo o que dizemos sobre ecologia só toma sentido no contexto de um movimento que visa a transformação radical da sociedade e para a qual a questão do poder não poderia ser posta entre parênteses."

Cornelius Castoriadis

Chegado o momento final desta dissertação, é hora de recuperarmos nossa discussão até o momento. Perpassado por histórias de vida, mobilizações coletivas, carências e formas de resistência, diversidades e monoculturas da floresta e da mente, chegamos a nossa questão de fundo: a possibilidade de que a construção de um futuro sustentável nas últimas regiões florestadas de São Paulo possa contribuir para a geração de estruturas inovadoras para um futuro sustentável global.

Discutimos um modelo de conservação ambiental autoritário criado em reação à destruição acelerada dos processos ecológicos existentes no planeta. Vimos que, apesar disso, tal modelo de conservação é incapaz de questionar o próprio processo, obtendo concessões na forma de preservação de fragmentos dos ecossistemas. Com a separação ontológica entre conservação e questões sociais, este modelo prossegue com a expropriação de grupos sociais marginais à lógica do desenvolvimento global.

A partir da invenção do conceito político de biodiversidade tal modelo ganha justificativas econômicas mas também um modelo liberal antagônico que falseia a inclusão social, abrindo caminho para ações discursivas que, com o rótulo da sustentabilidade, mercantilizam as florestas remanescentes incorporando estas e seus moradores na economia de mercado global, trazendo prejuízos à integridade da floresta e destruindo formas diversas de sociabilidade e relação destes grupos com o mundo natural.

O reconhecimento político global de que este modelo autofágico é suicida tem sido capaz de criar poucas novidades; ao contrário, tem incorporado os discursos discordantes em um processo de redução do potencial transformador dos sujeitos. A incapacidade dos

governos em lidarem com a situação tem gerado ainda novas ações discursivas, que proclamam o fim do Estado e sua oposição com a sociedade civil. Esta proposição, assumida inclusive por muitos governos, abre caminhos para apropriação privada dos espaços públicos, mas por outro lado traz a possibilidade (que existiria em uma democracia genuína) de coletividades construírem suas próprias agendas, construindo identidades e afirmando direitos.

No contexto dos conflitos relativos à presença humana e criação de unidades de conservação, há que se separar o joio do trigo. Considerar as florestas direito privado de quem é capaz de conservá-las, o que nos dias de hoje significa mercantilizá-la, é afirmar a pertinência do capitalismo, que pintado de verde ou de qualquer outra cor, precisa ser encarado como questão chave da sustentabilidade. Por outro lado, o Estado simplesmente proibir o acesso à floresta por parte de seus moradores por considerar que as florestas são patrimônio da sociedade mais ampla significa destruir a possibilidade de criatividade coletiva na busca de novas formas de relação com a natureza. No meu entender, o processo de elaboração destas novas formas passa por um diálogo efetivo entre atores discordantes do contexto urbano-industrial, o “olho do furacão”, e atores que se situam na periferia deste sistema que consigam incorporar, enquanto sujeitos coletivos, suas crítica às ações discursivas dominantes.

As políticas quanto aos remanescentes florestais defendida aqui segue a lógica que as florestas habitadas devem ser vistas ao mesmo tempo como (a) um bem comum a toda a humanidade, tanto pela perspectiva de que são comunidades vivas que têm por si só direito a perpetuarem-se, quanto pela importância dos processos biológicos para manutenção da vida no planeta, seja qual for a configuração dos processos sociais futuros; e (b) elemento indispensável para a reprodução social de diversos grupos humanos que a habitam. Colocar no centro dos debates a perspectiva da floresta como bem comum em duas escalas (planetária e local) significa criar novas instituições entre moradores, ativistas e Estado, que possam mediar as pressões de mercado sobre a floresta (Gibson, McKean e Ostrom, 2000) e fazer emergirem novas subjetividades (Guatarri e Rolnik, 1999) e formas de organização dissonantes da melodia do desenvolvimento global (Escobar, 1996).

Nossa exploração pelo *campo dos possíveis* mostra tal construção estar ocorrendo a partir dos conflitos, cujo caminho precisa necessariamente passar pelo rompimento da “tradição sócio-política da tutela e da cooptação e, por isso mesmo, fazendo a política criar novos lugares para exercitar-se, lugares onde a política institucional ainda não lançou tentáculos (...) aqueles onde se efetua a experiência do cotidiano popular” (Chauí, 1988:11).

No cotidiano da região sul do PETAR, temos duas realidades conflitivas diferentes, representadas aqui pelo Bairro da Serra e por Bombas, construídas a partir do que podemos considerar uma matriz de relações sociais semelhantes existentes até meados do século XX, que foram se modificando por meio de diferentes formas de relações sócio-econômicas com outros atores e dos moradores entre si. Claramente, estas realidades diversas, com diferenças em organização social e política dos moradores, sua relação objetiva e subjetiva com o Estado, com o mercado e com a floresta, serão determinantes nos conflitos futuros. Gibson, McKean e Ostrom (2000:21) afirmam que:

“mesmo de dentro de áreas relativamente pequenas e ecologicamente similares sob o mesmo conjunto de leis nacionais, numerosos fatores não biológicos ajudam a explicar variações na condição da floresta.”

Analizamos que a descoberta das cavernas da região do PETAR pela classe média e elite dos grandes centros urbanos configurou a implementação de um projeto (já formulado décadas antes, no processo de criação do parque) de desenvolvimento do Vale do Ribeira por meio do ecoturismo. O Bairro da Serra, localizado nos limites do Parque é o grande exemplo dado no âmbito das políticas públicas do modelo de ecoturismo no Vale. O projeto ecoturístico tem originado ações discursivas que colocam esta atividade como o epicentro das soluções, deixando na periferia do *campo de possibilidades*, ou seja, tornando invisíveis politicamente, soluções que passem pelo uso direto da floresta. Na região do Bairro da Serra há um processo de organização dos moradores deflagrado pela ação de militantes que tiveram contato com a região pela via do turismo, alguns dos quais estabeleceram-se no bairro e tornaram-se novas lideranças locais. A união destes atores com ditos *moradores tradicionais* resultou na fundação da Associação Serrana Ambientalista (ASA), entidade que tem sido fundamental no processo reivindicatório dos direitos dos moradores, com foco principal na organização da base local do turismo e

reivindicação dos direitos dos moradores, além da incorporação de questões ambientais em sua agenda reivindicatória.

Mostramos, por meio do entrelaçamento de fragmentos de histórias de vida dos moradores e da análise de situações sociais do cotidiano dos conflitos que o oferecimento do turismo como moeda de troca à restrição das práticas agro-extrativistas dos moradores tem aumentado sua renda *per capita*, mas tem aumentado a desigualdade social e a concentração demográfica no Bairro da Serra e contribuído para o aumento das necessidades financeiras e energéticas dos moradores, originando problemas como precariedade no saneamento básico e aumento da dependência dos moradores à sazonalidade do turismo.

Mudando o foco para os moradores de Bombas, que vivem em local de difícil acesso no interior do PETAR, analisamos sua situação de clandestinidade ao realizarem suas atividades agro-extrativistas costumeiras e a inaplicabilidade da solução turismo como panacéia para os conflitos. Um local esvaziado, em que as restrições ambientais impediram a expropriação dos moradores por grandes empreendimentos, mas também mantiveram a absoluta falta de perspectivas e a desconfiança da maioria dos moradores em um futuro promissor. Os conflitos gerados pela sobreposição de direitos costumeiros com propriedade privada aguçam a dificuldade de constituição dos moradores enquanto sujeitos coletivos já enfrentadas a partir do colapso dos sistemas cooperativos de produção ocorridos a partir do esvaziamento do bairro. Não há desigualdade social: todos vivem abaixo no limite do que julgam aceitável para suas vidas.

As regras de conduta produzidas informalmente nos conflitos são diferente em Bombas e no Bairro da Serra. Em Bombas há uma permissividade velada frente às atividades agro-extrativas de subsistência, mas não a atividades comerciais como a exploração do palmito dos moradores. Esta permissividade velada é motivada pela insolubilidade da situação conflitiva, mas também pelas dificuldades estruturais de fiscalização que tornam as atividades dos moradores invisíveis; além disso, podemos dizer que se os moradores são invisíveis, não há questionamento da autoridade. No Bairro da Serra, as regras estabelecidas informalmente dizem respeito ao turismo privilegiar os moradores e que a

urbanização do bairro não tenha impactos graves para os mesmos. Se no Bairro da Serra as atividades agro-extrativas estão deslocadas da base de negociação, deixando de fora do debate os sujeitos que defendem tais atividades como solução, as regras informais tem sido obtidas, por outro lado, por ação reivindicatória dos moradores. Em Bombas, pela erosão da organização social, que dificulta novas formas de organização política, as regras informais são estabelecidas em uma relação repressiva face a qual só resta aos moradores resistirem pela clandestinidade, burlando quando necessário as regras do jogo que não puderam ajudar a formular. Assim também ocorre com parte dos moradores do Bairro da Serra. Quando a situação torna-se insustentável, resta a jogador abandonar o jogo, migrando em busca de melhores condições de vida.

Vimos que o processo de construção de identidades coletivas entre os grupos estudados é complexo. A auto-referência local, que usualmente englobava termos como *povo do mato*, *caboclo*, *caipira*, relacionados a seu modo de vida, mas também a uma origem em que elementos negros e indígenas são importantes, têm sido reformuladas face aos conflitos na forma da identidade de *morador tradicional*, que engloba os mesmos elementos dando ênfase ao baixo impacto de seu uso da floresta e ao seu direito histórico sobre a região, que no bairro da Serra parece estar evoluindo para uma defesa dos direitos dos *moradores locais* (ou simplesmente *moradores*), categoria que engloba os moradores imigrados na reivindicação de direitos não mais relacionados à continuidade das práticas agro-extrativistas. Em Bombas desponta ainda, paralela à identidade de *morador tradicional*, a gênese da identidade de *quilombola*, que valoriza a origem negra evidente na cor de pele da maioria dos moradores e presente nas memórias coletivas, sem que se abandone a dimensão indígena de sua origem.

Assumir como bandeira política critérios identitários tem sido importante quando há um reconhecimento legal dos direitos de certo grupo étnico, como no caso de indígenas e quilombolas; a identidade de *morador tradicional* é fundamental no Bairro da Serra como forma de resistência à quase impossibilidade prática das atividades agro-extrativistas. A identidade de *morador*, que desloca a questão histórica, tem origem nas mobilizações coletivas capitaneadas pela ASA.

O ponto de vista esboçado a partir desta pesquisa é o de que a construção de identidades nos processos conflituos, sejam elas quais forem, é importante na constituição de sujeitos coletivos. Entretanto, é necessária a incorporação, na construção destas identidades, da valorização de conceitos próprios que sejam úteis na construção de formas dissonantes de sustentabilidade. A valorização de tais conceitos têm uma relação dialética com a construção de uma configuração institucional que não seja baseada no controle policial na clandestinidade.

É necessário explicitar que a transformação da clandestinidade em institucionalização pactuada, com base na análise desenvolvida aqui, passa pela revisão das categorias de restrição. A categoria *parque*, neste sentido, só seria viável em áreas efetivamente desabitadas da região (como aliás é, hoje, a maior parte do PETAR). Nas áreas habitadas parece-me mais viável o estabelecimento de um mosaico de áreas tangíveis e de uso pactuado e monitorado – não de uso sujeito a mera fiscalização policial. Tal pactuação passa necessariamente pela própria forma de uso dos moradores que mantiveram a área conservada, informada também por dispositivos legais que permitam tais pactos, pelas recomendações de espeleólogos e monitores com relação às cavernas e por questões consideradas importantes para a resiliência dos ecossistemas levantadas por pesquisadores e moradores. Podem ser tomadas medidas como estabelecimento de corredores ecológicos formados por áreas intangíveis e áreas em pousio, interdição do uso de espécies consideradas raras ou em perigo de extinção e o simples cumprimento de dispositivos legais como o Código Florestal. Os moradores, entrando no debate destas medidas, poderiam certamente contribuir com diversas outras questões.

Perpassa essa proposta a idéia de que a adoção de uma outra forma institucional de conservação na região estudada necessita da elaboração de um plano de uso em cujo processo as instituições locais se fortaleçam e alcancem a dupla visão de escala dos benefícios comunitários e globais da manutenção da floresta. Vale dizer que não é necessário criar novas categorias legais para um modelo alternativo desta ordem. existem categorias legais como as APAs e suas *zonas de vida silvestre*, reservas extrativistas, reservas de desenvolvimento sustentável ou mesmo um certo uso das florestas nacionais que comportam tais idéias de conservação.

A elaboração de propostas de monitoramento do uso e pesquisa só parecem ser viáveis se forem acompanhadas de subsídio na forma de apoio financeiro dos governos e instituições a projetos mediados pelas organizações locais legítimas, para que os moradores reconheçam-se, no sistema político, como *agentes de sustentabilidade*, compreendendo-se como mantenedores de algo importante para si e para a sociedade. No processo de formação destes sujeitos coletivos e organizações legítimas são extremamente importantes os ativistas locais.

Afirmamos no capítulo 4 a importância da ação de pesquisadores acadêmicos e militantes de ONGs comprometidas com um projeto de sustentabilidade dissonante, em uma arena onde os moradores sejam vistos e participem como cidadãos. Sua importância daria-se na formulação de uma agenda de pesquisa/experimentação que envolvesse os moradores na valorização de seus conhecimentos sobre o ecossistema de que fazem parte, agenda em cuja prática eles seriam remunerados e incentivados à pesquisa. Contribuiriam também para a implementação de tecnologias inovadoras ligadas às formas locais de produção e relação social. A incorporação deste projeto à agenda das prefeituras é fundamental, e tornaria-se necessário um maior diálogo entre as prefeituras de Iporanga e Apiaí, carentes de corpo técnico capacitado para tais inovações, e projetos do Governo do Estado, universidades e ONGs.

É um desafio hercúleo que nesse processo rompam-se as relações clientelistas no âmbito da política municipal, construindo instituições verdadeiramente democráticas, e que haja diálogo entre as diversas Secretarias de Estado. O papel do governo estadual já é fundamental se houver um câmbio radical nas políticas de terceirização dos serviços de conservação, e de sucateamento das verbas para a conservação, em curso no período em que foi realizada a pesquisa, que torna os gestores captadores de recursos da iniciativa privada e dependentes de voluntariado de moradores e ativistas. A abertura de um espaço de diálogo com os diversos atores sobre as políticas do PETAR na forma de um plano de uso participativo, de um conselho de gestão da floresta ou da visitação turística só se justifica no PETAR se não for balizado pela falta de recursos e pela hegemonia do projeto turístico.

Com relação à integridade da floresta, esta proposta deve parecer aos que tem a posição que classifiquei como preservacionista um golpe de misericórdia à mata atlântica. Mas está longe disso. Deixando de lado as concepções um tanto fascistas que privilegiam campos de golfe a *populações tradicionais* no entorno das unidades de conservação (Brandon, 1998)¹, a única opção que nos resta é institucionalizar os processos sociais construídos de baixo para cima, em que os atores sintam-se comprometidos com as regras pactuadas e os grupos sociais considerem legítimas eventuais punições a quem quebrar o pacto. O modelo de conservação expropriatório não conseguiu êxito em acabar com o uso da floresta. As pesquisas biológicas sobre efeitos de pressões sobre populações animais e vegetais, sobre resiliência de ecossistemas, sobre história natural e biogeografia das espécies da mata atlântica são elementos importantíssimos (assim como o são os conhecimentos empíricos dos moradores) a serem colocados nos debates sobre planos de uso e estratégias de conservação.

Espero ter mostrado nesta dissertação que posições autoritárias em nome da floresta são equivocadas. Espero que o leitor que chegou até aqui admita que beiram a comicidade proposições como a Terborgh (2000:1359), que transcrevo abaixo:

"Os seringueiros vivem no mais baixo degrau da escala econômica, e são afetados pela falta de educação e habilidades de mercado. Minha visão sobre o modo de vida dos seringueiros é que está se tornando um anacronismo. Conseqüentemente, toda a idéia de reservas extrativistas é é nostálgica e voltada ao passado, antes de representar uma visão de futuro"(minha tradução).

Tenho consciência que há uma limitação relacionada à análise que faço, dado o grau de destruição da mata atlântica. A limitação é a de adotar uma visão predominantemente local dos processos sócio-ambientais (apesar de ter procurado levar em conta processos mais amplos que os locais). É inútil pensarmos políticas de sustentabilidade locais, sejam preservacionistas, sejam liberais verdes, sejam visando uma sustentabilidade dissonante, se em todos os outros locais o mesmo processo que destruiu toda a mata atlântica prossegue marginalizando gente, matando rios, destruindo florestas, envenenando solos.

¹ A própria autora do texto citado como exemplo de um *neautoritarismo conservacionista*, afirma de forma pragmática que se deve "reclassificar parques e divisas, dependendo das circunstâncias de origem e definição do parque, para assegurar parques apropriados nos contextos sociais existentes." (Brandon, 1998: 438).

Não há exército que barre uma legião de pessoas expropriadas de condições mínimas de dignidade, que não tenham qualquer relação de intimidade com a floresta, e necessitam de recursos para sobreviver. A sustentabilidade dissonante de que falo deve ser (e de certa forma parece em certos locais estar sendo) construída por diversos grupos sociais em diversas realidades distintas, buscando-se instituir, de forma democrática, uma relação viável entre pessoas que gere uma relação viável entre ecossistemas e sociedades. Sem isto não há futuro comum.

Franz Kafka (1989), no conto “Um relato a uma academia”, do qual foi extraído uma das epígrafes desta dissertação, conta a história de um macaco que é aprisionado na África para ser levado a um zoológico na Europa. Privado de sua liberdade, preso em uma pequena gaiola, o macaco vê como única saída para sua vida abandonar seu comportamento de macaco e passar a imitar os seres humanos. Assim, torna-se um grande astro do teatro de variedades. É desta posição que o macaco narra a uma academia seu processo de transformação, afirmando que, uma vez que pensa como um humano, acha justificável terem-no privado de sua liberdade.

Em não se abrindo, como fruto dos conflitos na região do PETAR, espaço para um projeto dissonante de sustentabilidade no *campo dos possíveis*, as pressões sobre a floresta certamente continuarão. Não restará, entretanto, muito sentido para a discussão conduzida aqui sobre os moradores. Migrados para a cidade, para a agricultura moderna, ou uns poucos permanecendo na floresta a servirem de mão de obra para um projeto ecoturístico, só restará aos filhos dos *antigos* reproduzirem o macaco de Kafka: justificar toda a violência que seu grupo sofreu na aceitação ideológica de seu destino, negando seu passado e tornando-se como aquele que o oprimiu, correto cidadão de uma urbanidade insustentável.

Figuras

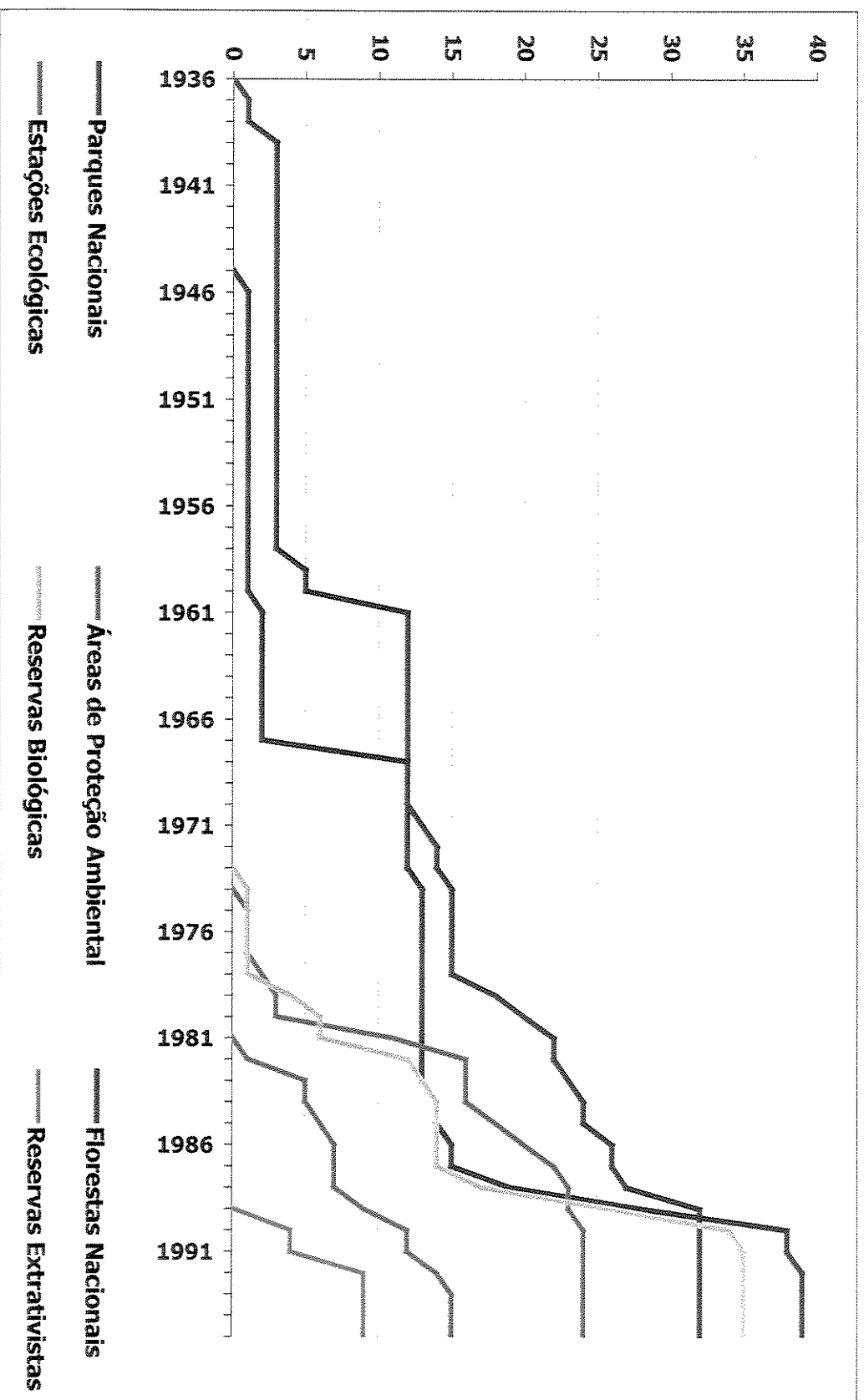


Figura 1 – Evolução do estabelecimento de algumas categorias de unidades de conservação federais no Brasil. Dados obtidos em Urban (1998).

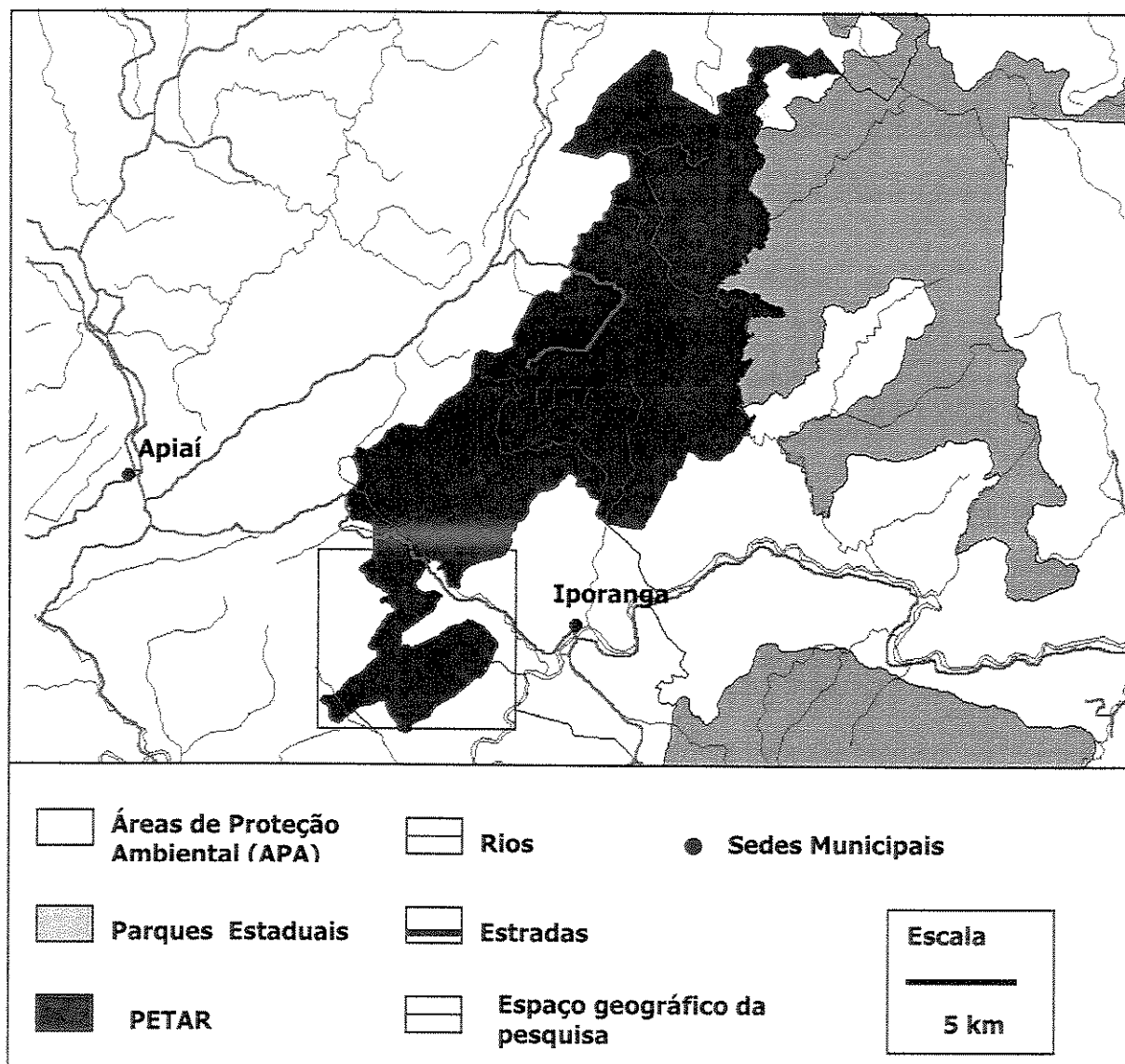


Figura 2 - Mapa da região do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR).

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

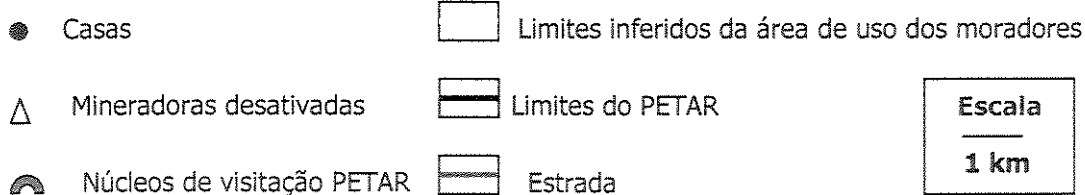
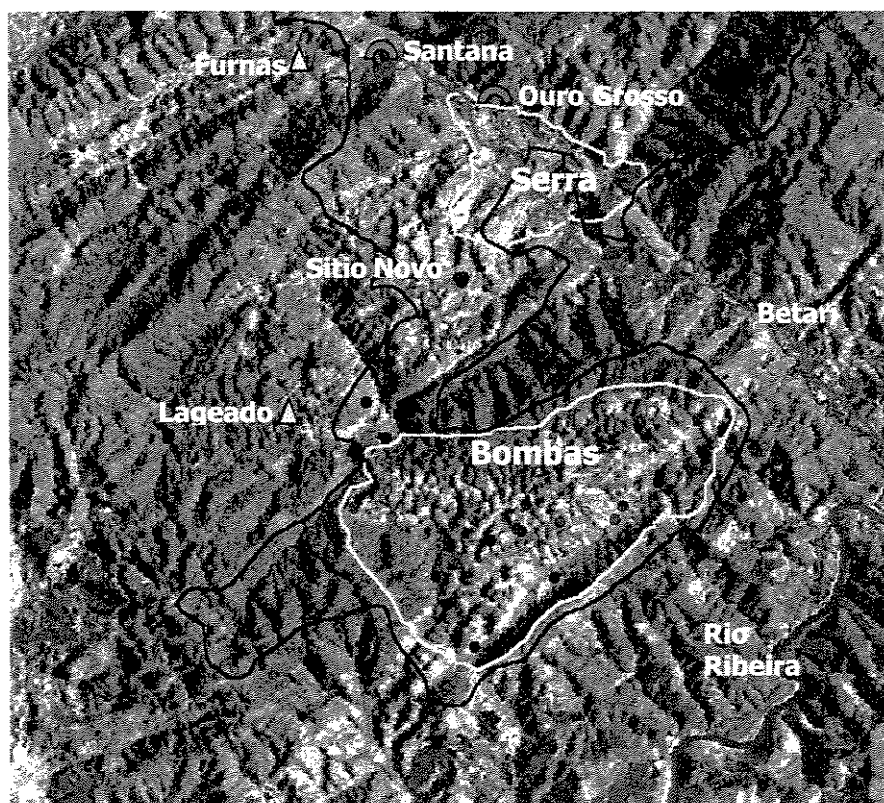


Figura 4 – Mapa da região sul do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), sobre fotografia de satélite TM LANDSAT 5, de 1999 (composição de bandas 5, 4, 3), mostrando Bombas, Bairro da Serra, as antigas mineradoras e dois dos núcleos de visitação do parque. As regiões com tons de verde e amarelo correspondem a áreas de floresta nativa, enquanto os tons de rosa correspondem a áreas de vegetação pioneira, pastos ou solos expostos. As 110 casas do Bairro da Serra não estão representadas por pontos vermelhos na figura. Figura elaborada em colaboração com Fábio de Castro, NEPAM/UNICAMP.

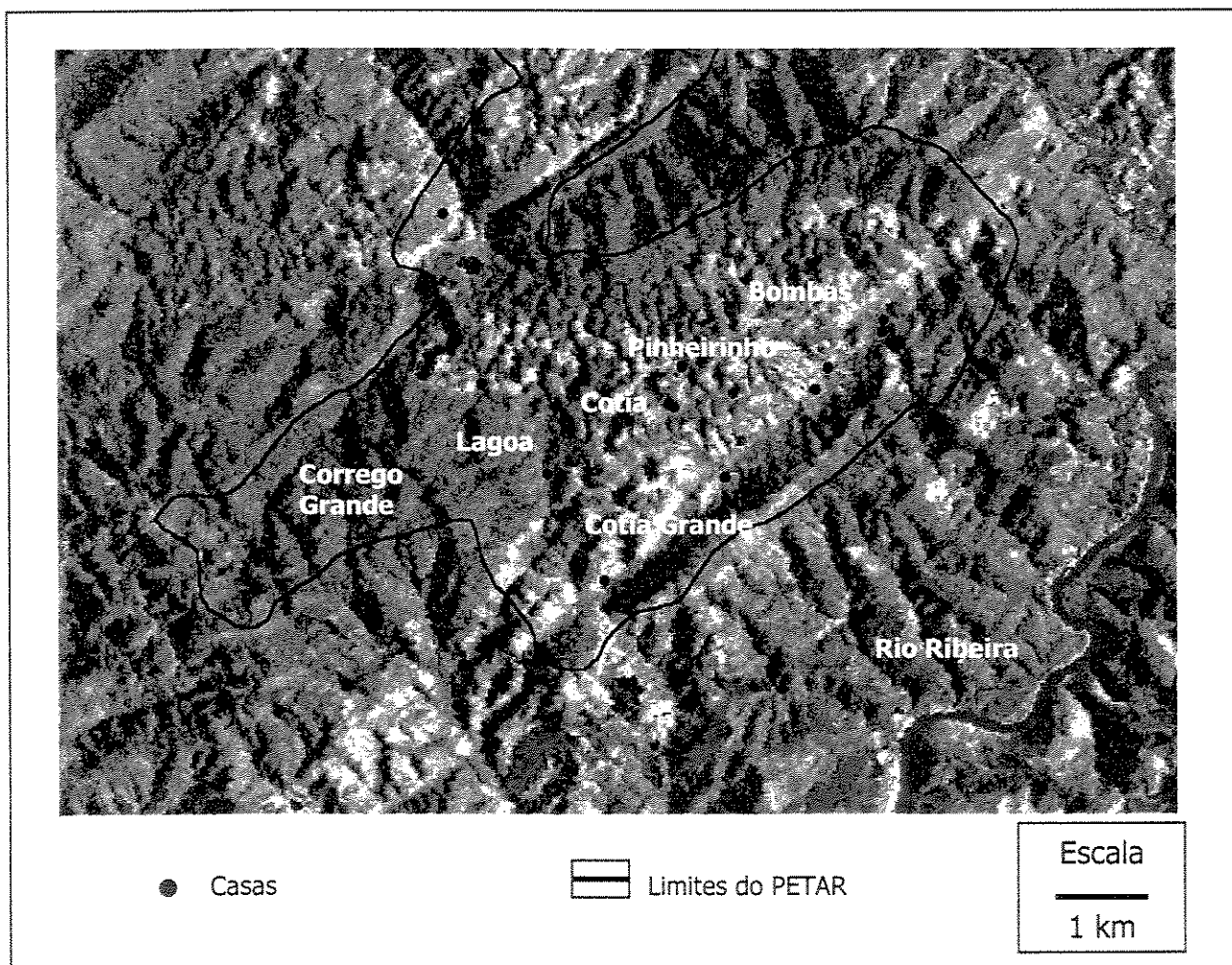


Figura 5 – Mapa da região de Bombas mostrando a denominação das diversas localidades reconhecidas pelos moradores. Figura produzida sobre fotografia do satélite TM LANDSAT 5 (composição de bandas 5, 4, 3). As regiões com tons de verde e amarelo correspondem a áreas de floresta nativa, enquanto os tons de rosa correspondem a áreas de vegetação pioneira, pastos ou solos expostos. Figura elaborada em colaboração com Fábio de Castro, NEPAM/UNICAMP.

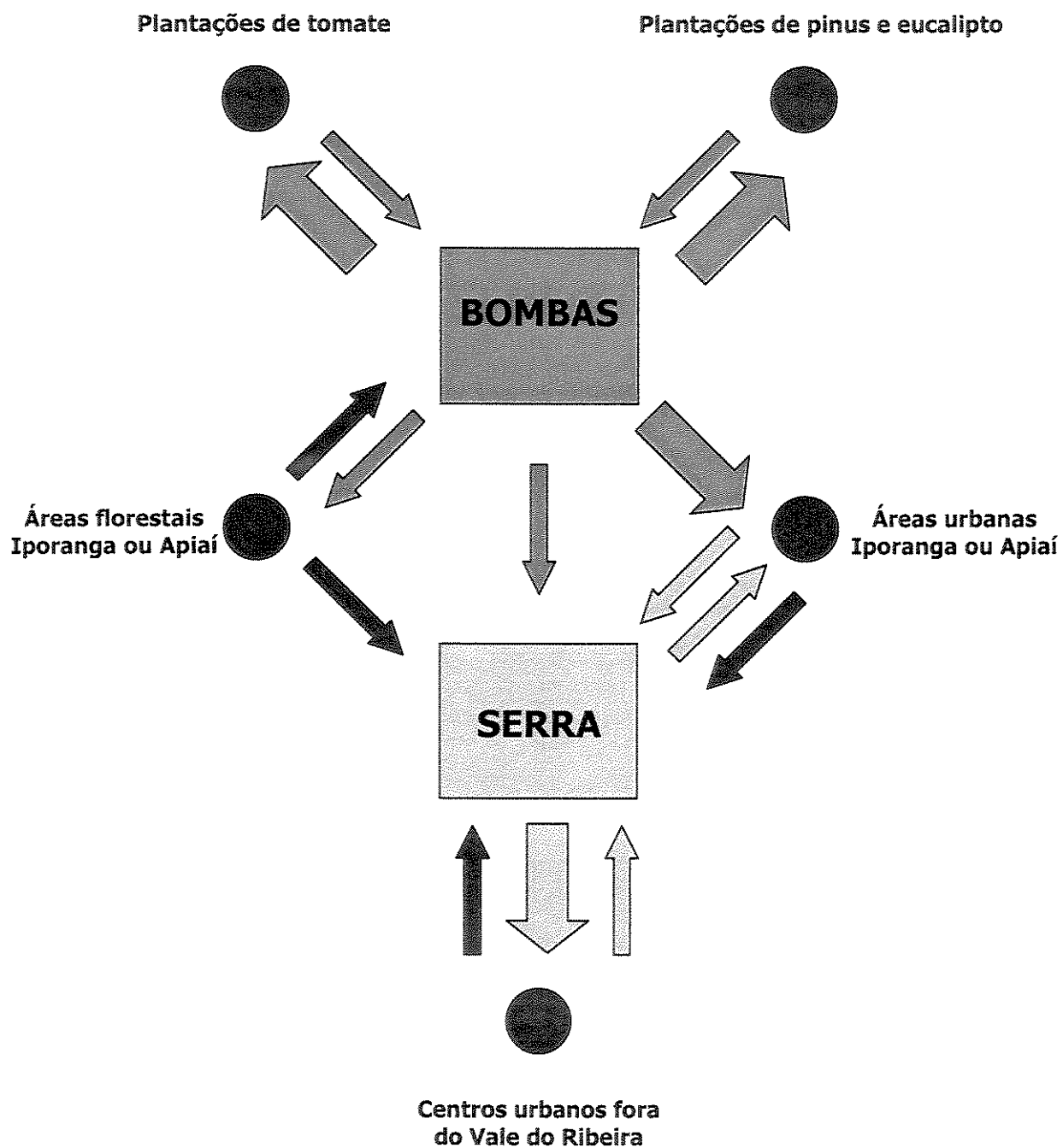


Figura 6 – Esquema do fluxo migratório em Bombas e no Bairro da Serra. As setas largas indicam fluxo maior que as setas finas. As cores das setas indicam a origem dos migrantes.

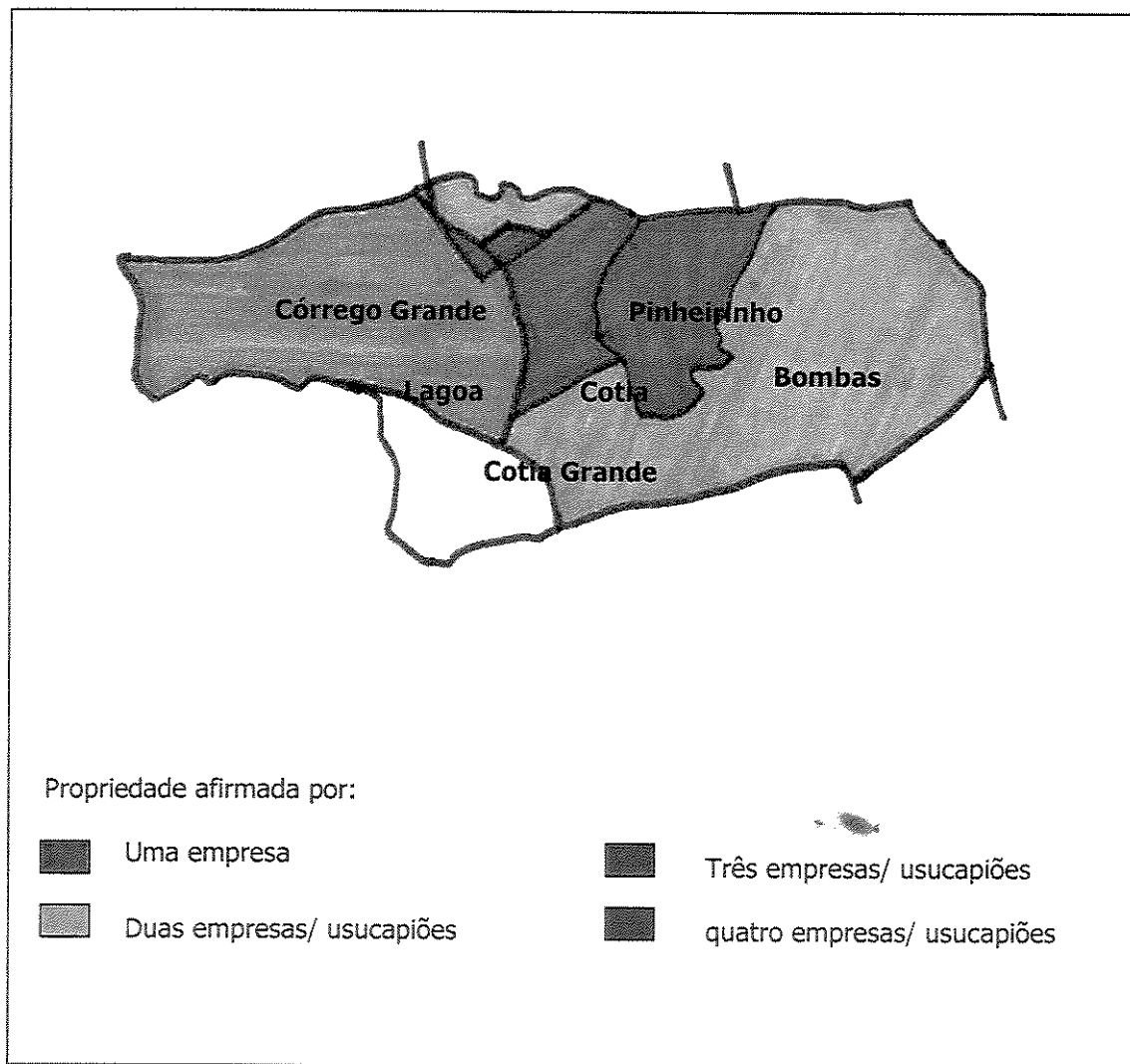


Figura 7: Conflitos de sobreposição de propriedade entre empresas e declarações de usucapião na região de Bombas, identificados pela equipe do PETAR (elaborado a partir de SMA, 1991). Não estão representadas as posses dos moradores. Os nomes no mapa referem-se às denominações dos moradores para as diversas regiões de Bombas.

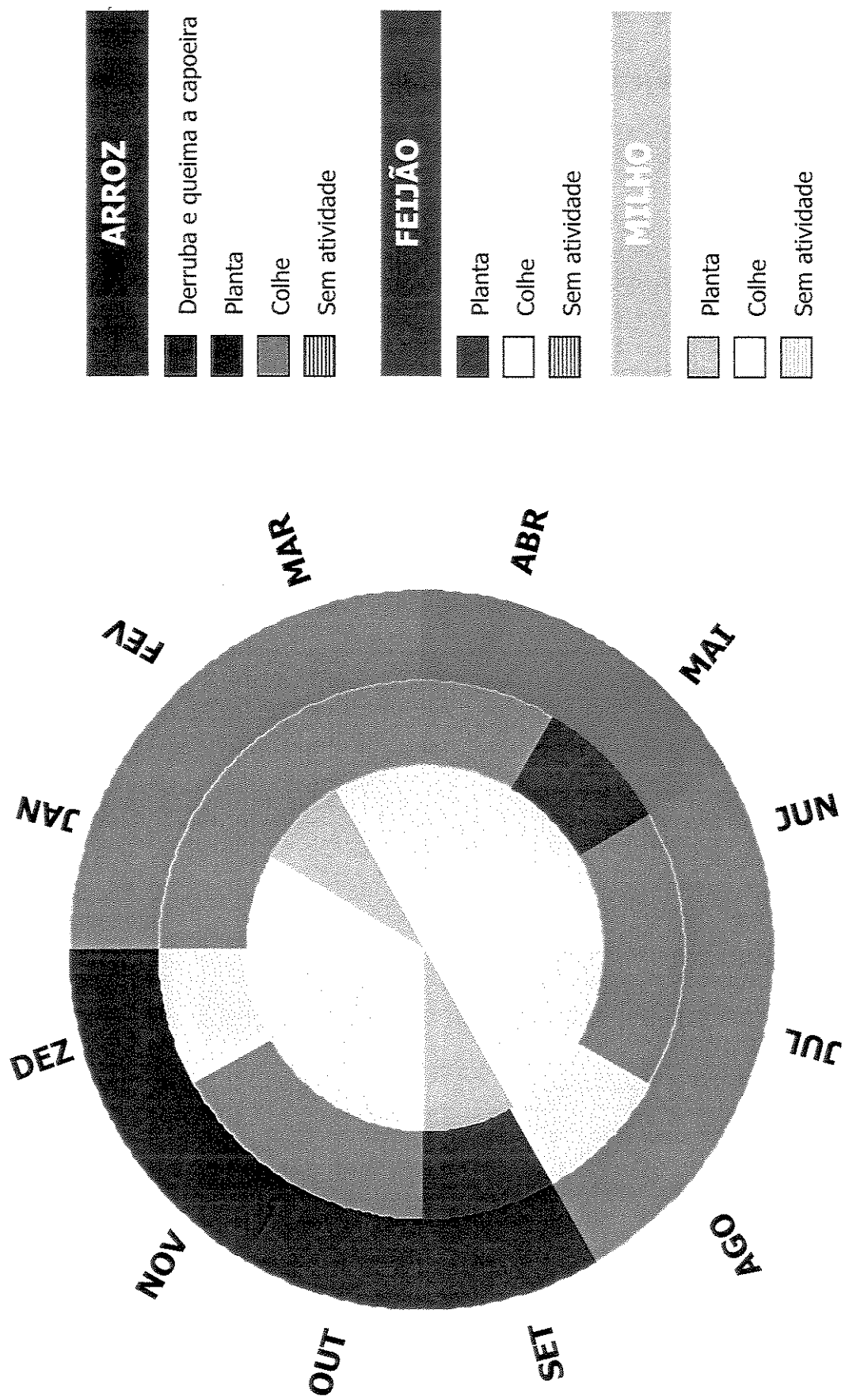


Figura 8 – Esquema do calendário agrícola em Bombas, de acordo com informações dos moradores. Variações podem ocorrer a cada ano conforme as chuvas.

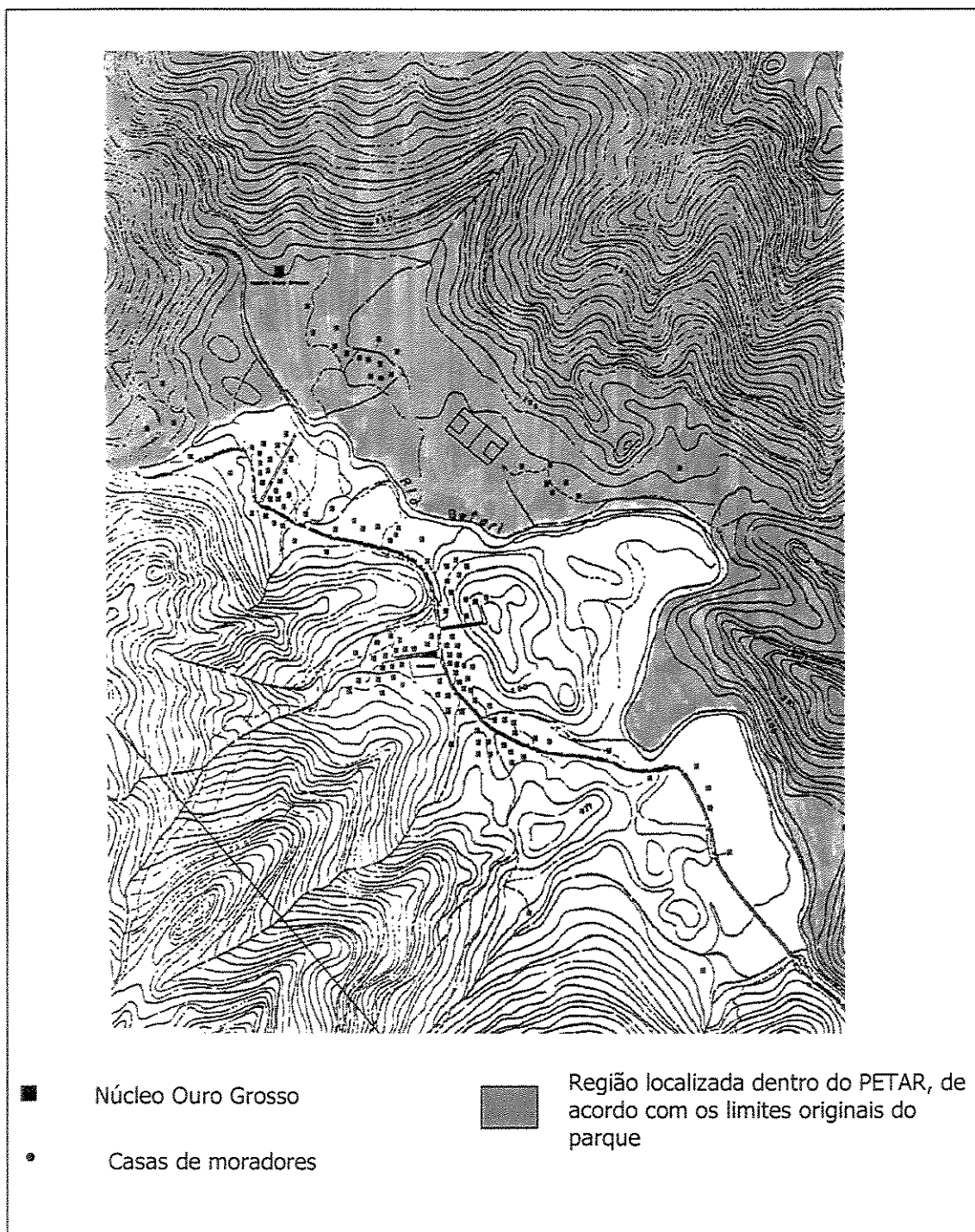


Figura 9 - Mapa do Bairro da Serra mostrando as curvas de nível, a dispersão das casas em 1994 e a sobreposição entre parte do bairro e as divisas do PETAR. Baseado em De Blasis, 1996.

Tabelas

Tabela 1 — Número de casas do Bairro da Serra habitadas por moradores de família antiga (auto-denominados *tradicionais*) e por moradores vindos *de fora*.

Categorias de Família	N	%
Famílias <i>tradicionais</i>	78	70,9
Casal de família antiga	31	28,2
Marido de família antiga	20	18,2
Esposa de família antiga	12	10,9
Solteiro/ viúvo/ desquitado de família antiga	15	13,6
Famílias <i>locais</i>, mas não <i>tradicionais</i>	22	20
Casal vindo de fora	15	13,6
Solteiro/viúvo/desquitado vindo de fora	7	6,4
Casas não amostradas	10	9,1
Total	110	

Tabela 2 – Pontos comerciais do Bairro da Serra em junho de 2000.

Tipo de comércio	Proprietários moradores	Proprietários <i>de fora</i>	Total
Pousadas	7	4	11
Loja de equipamentos espeleológicos	0	1	1
Campings	3	0	2
Bares/ Lanchonetes	9	0	9
Mercearias	2	0	2
Oficina mecânica	1	0	1

Bibliografia

Bibliografia

- Abbot, Joanne e Guijt, Irene, 1999. *Novas visões sobre mudança ambiental: abordagens participativas de monitoramento*. Rio de Janeiro, AS-PTA, 96 pp.
- Adams, Cristina, 2000. As roças e o manejo da mata atlântica pelos caiçaras: uma revisão. *Interciência* 25 (3).
- Almeida, Alfredo W. B., 1996. Quilombos: sematologia face a novas identidades. In: Projeto Vida de Negro, 1996. *Frechal: terra de preto – quilombo reconhecido como reserva extrativista*. São Luís/MA, 219 pp.
- Almeida, Mauro W. B., 1999. *Populações tradicionais: conceitos*. Macapá, AP. Texto apresentado no seminário "Avaliação de prioridades de conservação na Amazônia".
- Almeida, Mauro W. B. e Cunha, Manuela C., 2001. Global environment changes and traditional populations. In: Hogan, Daniel, 2001. *Global environmental changes (no prelo)*.
- Almeida, Mauro e Franco Mariana P., 2000. *A justiça local: caça e estradas de seringa na Reserva Extrativista do Alto Juruá*. Comunicação apresentada na XXII Reunião Brasileira de Antropologia, Brasília.
- Almeida, Sílvio G.; Petersen, Paulo e Cordeiro, Ângela, 2001. *Crise socioambiental e conversão ecológica na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro, AS-PTA, 124 pp.
- Andrade, Lúcia (org), 1997. *Desafios para o reconhecimento das terras quilombolas*. Comissão Pró-Índio de São Paulo, 70 pp.
- Andrade, Lúcia e Treccani, Girolamo, 2000. Terras de Quilombo. In: Laranjeira, Raymundo, 2000. *Direito Agrário Brasileiro*. São Paulo, LTR.
- Arnt, Ricardo A. (ed.), 1994. *O destino da floresta*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- Bakhtin, M., 1978. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec.
- Balée, W. 1992. People of the Fallow: a historical ecology of foraging in Lowland South America. In: Redford, K. H., Padoch, C. (eds.) *Conservation of Neotropical Forests*. Columbia University Press, New York, pp. 35-57
- Barth, Frederik, 1969. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: Poutignat, Philippe e Streiff-Fenart, 1998. *Teorias da etnicidade*. São Paulo, ed. Fundação Unesp, 255 pp.
- Beckerman, Stephen, 1983. Does the swidden ape the jungle? *Human Ecology* 11 (1).
- Bourdieu, Pierre, 1998. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo, Edusp, 194 pp.

- Brandão, Carlos R., 2000. *O afeto da terra*. Campinas, SP, Editora da Unicamp.
- Brandon, Katrina, 1998. Perils to parks: the social context of threats. In: Brandon Katrina, Redford, Kent H. e Sanderson, Steven E., 1998. *Parks in peril: people, politics and protected areas*. EUA, The Nature Conservancy, Island Press, 522 pp.
- Brandon Katrina, Redford, Kent H. e Sanderson, Steven E., 1998. *Parks in peril: people, politics and protected areas*. EUA, The Nature Conservancy, Island Press, 522 pp.
- Brito, Maria Cecília W., 2000. *Unidades de conservação: intenções e resultados*. São Paulo, ed. Annablume e FAPESP, 230 pp.
- Candido, Antonio, 2001. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida*. São Paulo, ed. Duas Cidades/ ed. 34, 376 pp.
- Carvalho, Paulo Ernani R., 1994. *Espécies florestais brasileiras – recomendações silviculturais, potencialidades e uso da madeira*. Curitiba, EMBRAPA/CNPq, 650 pp.
- Charbonneau, B., 1990. *Jardim de Babilônia*. Edições Afrontamento, Lisboa, 231 pp.
- Chauí, Marilena, 1986. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo, ed. Brasiliense, 186 pp.
- Chauí, Marilena, 1988. Prefácio. In: Sader, Eder, 1988. *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo, ed. Paz e Terra, 334 pp.
- Cohen, Abner, 1969. *Custom and Politics in Urban Africa*. Los Angeles, University of California Press, 253 pp.
- Comissão Mundial para Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991. *Nosso Futuro Comum*. Ed. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, 2ª edição, 432 pp.
- CONDEPHAAT, 1981. *Proposta de tombamento do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira*. Interessado: Sociedade Brasileira de Espeleologia (mimeo).
- Costa, João Pedro O., 1997. *Diretrizes para a política de conservação e desenvolvimento sustentável da mata atlântica*. Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, caderno 13, 46 pp.
- Costa Neto, Nelson; Souza, Osvaldo L. e Silva, Maurício M. R., 2000. Projeto Agrofloresta. In: Diegues, Antônio Carlos S. e Viana, Virgílio (orgs), 2000. *Comunidades tradicionais e manejo de recursos naturais na mata atlântica*. São Paulo, NUPAUB/USP e ESALQ/USP.
- Cunha, Manuela C., 1987. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo, ed. Brasiliense, 176 pp., 2ª edição.

- Cunha, Manuela C. e Almeida, Mauro W. B., 2000. Indigenous peoples, traditional peoples and conservation in Amazon. *Daedalus* 129(2).
- Dean, Warren, 1997. *A ferro e fogo – a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 484 pp.
- De Blasis, Paulo, 1996. *O Bairro da Serra em três tempos*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, MAE/ USP.
- Diegues, Antônio Carlos S., 1996. *O mito moderno da natureza intocada: populações tradicionais em unidades de conservação*. São Paulo, ed. Hucitec, 2ª edição, 170 pp.
- Diegues, Antônio Carlos S. e Viana, Virgílio (orgs), 2000. *Comunidades tradicionais e manejo de recursos naturais na mata atlântica*. São Paulo, NUPAUB/USP e ESALQ/USP.
- Elias, Norbert e Scotson, John, 2000. *Os estabelecidos e os outsiders*.
- Elster, Jon (org.). *Rational Choice*. EUA, New York University Press, 1986
- Emperaire, Laure (ed.), 2000. *A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia central*. São Paulo, ed. Unesp, 238 pp.
- Epstein, A. L., 1958. *Politics in na urban African community*. Reino Unido, Manchester University Press.
- Escobar, Arturo, 1996. *Encountering development: the making and unmaking of the Third World*. EUA, Princeton University Press.
- Escobar, Arturo, 1998. Whose knowledge, whose nature? Biodiversity, conservation and the political ecology of social movements. *Journal of Political Ecology* 5.
- Escobar, Arturo e Pedrosa, Alvaro (org.), 1996. *Pacífico: desarrollo o diversidad?* Colômbia, CEREC/ Ecofondo, 377 pp.
- Feldman-Bianco, Bela, 1989. *Antropologia das Sociedades Contemporâneas- Métodos*. São Paulo, SP, Ed. Global Universitária.
- Ferreira, Lúcia da C., 1993. *Os Fantasmas do Vale: Qualidade Ambiental e Cidadania*. Ed. Unicamp, Campinas, SP, 188 pp.
- Ferreira, Lúcia da C., 1996a. *A floresta intransitiva: conflitos e negociações na Mata Atlântica, SP*. Dissertação de Doutorado em Ciências Sociais, IFCH, UNICAMP.
- Ferreira, Lúcia da C., 1996b. Os ambientalistas, os direitos sociais e o universo da cidadania. In: Ferreira, Leila da C. e Viola, Eduardo, 1996. *Incertezas de sustentabilidades na globalização*. Campinas, ed. Unicamp, 335 pp.
- Ferreira, Lúcia da C., 1997. *Floresta e Mar: usos e conflitos no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP*. Projeto em andamento, financiado pela FAPESP.

- Figueiredo, Luís A. V., 2000. "O meio ambiente prejudicou a gente..." -- *políticas públicas e representações sociais de preservação e desenvolvimento*. Dissertação de Mestrado em Educação, FE/ Unicamp. 489 pp.
- Flannery, Tim, 1994. *The future eaters*. EUA, ed. George Braziller, 426 pp.
- Fox, J.; D. M. Truong; T. Rambo; N. P. Tuyen; L. T. Cuc e S. Leisz, 2000. Shifting cultivation: a new old paradigm for managing tropical forests. *BioScience* 50 (6).
- Fundação Vitória Amazônica, 1998. *A gênese de um plano de manejo: o caso do Parque Nacional do Jaú*. Manaus, ed. FVA, 114 pp.
- Furtado, Celso, 1962. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, editora Fundo de Cultura
- Gluckman, Max, 1958. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: Feldman-Bianco, B., 1989. *Antropologia das sociedades contemporâneas- métodos*. São Paulo, SP, Ed. Global Universitária.
- Gibson, Clark C.; McKean, Margareth; e Ostrom, Elinor, 2000. *People and forests: communities, institutions and governance*. EUA / Reino Unido, The MIT Press, 280 pp.
- Governo do Estado de São Paulo, 1996 *Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira*. (mimeo).
- Guatarri, Felix e Rolnik, Suely, 1999. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, ed. Vozes, 331 pp., 5ª edição.
- Guijt, Irene, 1999. *Monitoramento participativo: conceitos e ferramentas práticas para a agricultura sustentável*. Rio de Janeiro, AS-PTA, 143 pp.
- Hardin, Garrett, 1989. La tragedia de los espacios coletivos. In: Daly, Herman E. (org.). *Economía, ecología y ética*. México, Fondo de Cultura Económica.
- Guivant, Júlia, 1998. Conflitos e negociações nas políticas de controle ambiental: o caso da suinicultura em Santa Catarina. *Ambiente e Sociedade* 1 (2), Campinas, SP.
- IUCN, 1993. *Parks and progress*. Anais do 4º Congresso Mundial de Parques Nacionais e Áreas Protegidas. Reino Unido, 240 pp.
- Joly, Carlos A., 2000. O Programa Biota – Fapesp: o instituto virtual da biodiversidade. *Revista Eletrônica Com Ciência*, URL <www.comciencia.br>, consultada em junho de 2000.
- Kemf, E. (ed.), 1993. *In search of a home: protected living in or near protected areas*. In: Thelaw of the mother: protecting indigenous peoples in protected areas. EUA, Sierra Club book.
- Kafka, Franz, 1989. *Nas galerias*. São Paulo, Estação Liberdade, 146 pp.

- Kuper, Adam, 1978. *Anthropologists and anthropology: the british school (1922-1972)*. Londres, ed. Lane.
- Le Bret, Michel, 1995. *Maravilhoso Brasil Subterrâneo*. Jundiaí/ SP, Editora Japi.
- Leis, Hector, 1999. *A modernidade insustentável*. Petrópolis, ed. Vozes, 266 pp.
- Lewinsohn, Thomas, 2000. A evolução do conceito de biodiversidade. *Revista Eletrônica Com Ciência*, URL<www.comciencia.br>, consultada em junho de 2000.
- Lino, C., 1978. Iporanga: um plano de desenvolvimento urbano e proteção do patrimônio cultural. São Paulo, Monografia de Especialização em Patrimônio Ambiental Urbano, FAU/USP.
- Lino, Clayton F, 1980. *Bairro da Serra: estudo sobre um Bairro Rural de Iporanga, Vale do Ribeira, SP*. Trabalho realizado para a disciplina "Bairros rurais, FFLCH/USP
- Lorenzi, Harri, 1992. *Árvores brasileiras, vol. 1*. Nova Odessa/SP, Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 370 pp.
- Malinowski, Bronislaw K., 1970. *Crime and Costum in Savage Society*. Londres, London-Routledge and Kegan Paul.
- Martinez, Maria C., 1995. *A ação governamental e a resistência camponesa no Vale do Ribeira- 1968/1986*. São Paulo, FFLCH/USP, Dissertação de Mestrado.
- Mc Neely, Jeffrey A., 1995. *Expanding Partnerships in conservation*. EUA, IUCN/Island Press, 302 pp.
- Mercadante, M., 1996. *Breve histórico da origem e tramitação do Projeto de Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC* (mimeo).
- Mirales, Rosana, 1998. *A identidade quilombola de Ivaporunduva e Pedro Cubas*. Dissertação de Mestrado, PUC/SP.
- Monteiro, Allan, 1999. *"Depois do meio ambiente": apropriação do ambientalismo por moradores de uma unidade de conservação*. Projeto de Mestrado em antropologia social, IFCH/ UNICAMP.
- Moreira, André de C.C., 2000. *Reserva Extrativista do Bairro Mandira: a viabilidade de uma incerteza*. São Paulo, ed. Annablume.
- Nadel, S., 1957. *Theory of social structure*. Reino Unido, Routledge & Kegan Paul.
- Nelson, Nici e Wright, Susan, 1995. *Power and participatory development: theory and practice*. Reino Unido, Intermediate Technology Publications, 225 pp.

- Neuman, Zysman e Rabinovici, Andréa, 1998. *Universidade-Parque Livre de Iporanga*. São Paulo, Physis—Cultura e Ambiente (mimeo).
- Nunes, Edison, 1989. Carências urbanas, reivindicações sociais e valores democráticos. *Lua Nova* 17, São Paulo.
- Oliveira, A. I. e Leonardos, Othon H, 1978 (1940). *Geologia do Brasil*. Ed. Escola Superior de Agricultura, Mossoró/ RN. 3ª edição.
- Oliveira, João P.(org.), 1999. *A viagem da volta*. Rio de Janeiro, ed. Contra Capa, 354 pp.
- Oliveira, R. R., Lima, D. F., Sampaio, P. D., Silva, R. F., Toffoli, D. Di G. 1994. Roça Caiçara, um sistema "primitivo" auto-sustentável. *Ciência Hoje* 18, 44-51
- Pacheco, R. S.; Loureiro, M. R.; Fingerhann.; Amaral, H. K. e Mac Dowell, S., 1992. Atores e conflitos em questões ambientais urbanas. *Espaço e Debates* 35: 46-51.
- Paoliello, Renata M., 1999. Estratégias possessórias e constituição de espaços sociais no mundo rural brasileiro: o contexto da Baixada do Ribeira. In: Niemeyer, Ana Maria e Godói, Emília P.(orgs.), 1999. *Além dos territórios*. Ed. Mercado das Letras.
- Peroni, N. 1998. Taxonomia folk e diversidade intraespecífica de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) em roças de agricultura tradicional em áreas de Mata Atlântica do Sul do Estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado). ESALQ/USP.
- Peroni, N. e Martins, P. S. 2000. Influência da dinâmica agrícola itinerante na geração de diversidade de etnovarietades cultivadas vegetativamente. *Interciencia* 25 (1), 22-29
- Posey, Darrel A., 1992. *Interpreting and applying the 'Reality' of indigenous concepts: what is necessary to learn from the natives?* In: Redford, K. H., Padoch, C. (eds.) *Conservation of Neotropical Forests*. Columbia University Press, New York, pp. 35-57
- Queiroz, Maria I. P., 1967. *Vale do Ribeira: pesquisas sociológicas*. DAEE/USP, São Paulo, SP.
- Queiroz, Renato, da S., 1980. *Os caipiras negros do Vale do Ribeira: um estudo de antropologia econômica*. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 145 pp.
- Pavan, 1945 *apud* Figueiredo, 1999. *Os peixes cegos das cavernas de Iporanga e a Evolução*. São Paulo, FFLCH/USP, 1945, 105 pp. Boletim FFLCH/USP 79, série biologia geral 6.
- Petrone, Pasquale, 1961. Notas sobre os sistemas de cultura na Baixada do Ribeira, SZP. *Boletim Paulista de Geografia* 39.
- Pretty, Jules e Pimbert, Michael, 1995. Beyond conservation ideology and the wilderness myth. *Natural Resources Forum* 19(1), Reino Unido.

- Radcliffe-Brown, A. R., 1952. The comparative method in social anthropology. *Journal of the Royal Anthropological Institute* 81 (15-22), Reino Unido.
- Redford, Kent H., 1992. The empty forest. *BioScience* 42(6).
- Sader, Eder, 1988. *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo, ed. Paz e Terra, 334 pp.
- Sahlins, Marshall, 1988. *Cosmologias do capitalismo: o setor trans-pacífico do "sistema mundial"*. XVI Reunião Brasileira de Antropologia – Anais. Campinas, IFCH/UNICAMP, 150 pp.
- Sahlins, Marshall, 1992. *Ilhas de História*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, RJ, 220 pp.
- Sartre, Jean-Paul, 1967. *Questão de método*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 150 pp.
- Schmink, Marianne e Woods, Charles H., 1992. *Contested frontiers in Amazon*. EUA, Columbia University Press, 390 pp.
- Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, 1991. *Projeto PETAR* (mimeo).
- Silveira, Pedro C. B., 1998. *O Bairro da Serra e a questão ambiental: modos de ver e agir no Vale do Ribeira, SP*. Relatório Final de Iniciação Científica, FAPESP.
- Silveira, Pedro C. B., 2000. *Povo da terra e terras do parque: da tradição à ação*. Comunicação apresentada na XXII Reunião Brasileira de Antropologia, Brasília.
- Tedlock, Barbara, 1991. From participant observation to the observation of participation: the emergence of narrative ethnography. *Journal of Anthropological Research* 47(1): 79-95
- Terborgh, John, 2000. The fate of tropical forests: a matter of stewardship. *Conservation Biology* 14 (5).
- Thomas, Keith, 1998. *O homem e o mundo natural*. Companhia das Letras, São Paulo, SP.
- Touraine, Alain, 1989. *Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos*. *Lua Nova* 17: 6-18.
- Turner, Victor, 1957. *Schism and Continuity in na African society*.
- Urban, Teresa, 1998. *Saudade do matão: relembrando a história da conservação da natureza no Brasil*. Curitiba, ed. UFPR, 347 pp.
- Van Velsen, J., 1967. *A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado*. In:

- Vieira, Vera. L. e M. Mirabelli, 1989. *Ocupação e Povoamento do Vale do Ribeira*. Série Educação Ambiental, Vol. 3, Secretaria do Meio Ambiente, SP, 40 pp.
- Vincent, Joan, 1977. *A sociedade agrária como fluxo organizado: processos de desenvolvimento passado e presente*. In: Feldman-Bianco, B., 1989. *Antropologia das sociedades contemporâneas- métodos*. São Paulo, SP, Ed. Global Universitária.
- Viveiros de Castro, Eduardo, 1992. *Prefácio*. In: Arnt, Ricardo A. e Schwartzman, Stephan, 1992. *Um artifício orgânico: transição na Amazônia e ambientalismo*. Rio de Janeiro, ed. Rocco, 366 pp.
- Wilson, Edward O. (org.), 1997. *Biodiversidade*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 660 pp.
- Zhour, Andréa, 2000. *Entre árvores e gente: as dimensões social e ambiental na perspectiva dos "campaigners" britânicos pela floresta amazônica*. Comunicação apresentada na XXII Reunião Brasileira de Antropologia, UnB, Brasília.

Anexos

Anexo 1
Decreto 32 283 de 19 de maio de 1958
Criação do Parque Estadual do Alto Ribeira

Cria o Parque Estadual do Alto Ribeirão

JANIO QUADROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO,
usando de suas atribuições legais, e,

considerando a necessidade de promover a preservação das belezas naturais existentes na região abrangida pelos Municípios de Apiaí e Iporanga bem como de possibilitar a formação de um refúgio para a defesa do remanescente da fauna e da flora que aí se encontram.

Decreta:

Artigo 1.º — Fica criado na Serra de Paranapiacaba, na Comarca de Apiaí, o "Parque Estadual do Alto Ribeirão".

Artigo 2.º — Para esse fim, fica declarado de utilidade pública um imóvel situado nos municípios de Apiaí e Iporanga, Comarca de Apiaí, com as seguintes características: Área de 35.712 Ha. (trinta e cinco mil, setecentos e doze hectares); divisas e confrontações: — Partindo da barra do córrego Ribeirãozinho no rio Iporanga, pelo rio Iporanga até a divisa sul do sítio Camargo; desse ponto, deixando o rio Iporanga, segue por essa divisa em direção oeste até encontrar o espigão da serra do Bom Retiro; daí, segue por esse divisor até o rio Betari pelo contraforte que divide as águas que vertem para a gruta do Alambari; desse ponto, segue pelo rio Betari acima até encontrar a barra do córrego Sêco; desse ponto deixando o rio Betari, segue pelo córrego Sêco acima até as suas cabeceiras, destas até o divisor de águas do curso inferior do ribeirão das Areias e córrego do Melo; segue por esse espigão até encontrar a serra do Sem Fim; pelo espigão dessa serra (divisa de 23.º Perímetro de Apiaí) em direção leste segue até encontrar um contraforte que é divisa norte do sítio Chiqueiro Grande; daí, segue por essa divisa, cortando o córrego Taqueravira, até o ponto da linha perimétrica do 23.º Perímetro de Apiaí, divisa entre os sítios Chiqueiro Grande, Bombas e 24.º Perímetro de Apiaí; daí inflete para oeste acompanhando a linha perimétrica do 23.º Perímetro de Apiaí, que confronta com os 24.º, 38.º, 46.º, 10.º e 11.º Perímetros de Apiaí, até o sumidouro do córrego Grande, início da confrontação do 21.º Perímetro de Apiaí; desse ponto, segue pela divisa do 21.º Perímetro de Apiaí, em direção norte, numa distância de 850 metros, de onde em reta orientada 32º.30' NE; na distância de 2.200 metros atinge um contraforte da serra do Tatu, que se inicia junto ao ponto onde a estrada Apiaí-Lageado corta o espigão dessa serra; daí, segue por esse contraforte em rumo norte até atingir o espigão da serra do Tatu; desse ponto segue pelo espigão da serra do Tatu para leste na distância de 1.300 metros; daí, deixando a serra do Tatu, segue para norte numa reta orientada NS, até atingir o espigão da encosta esquerda do vale do córrego Furnas; daí por esse espigão em direção oeste segue até atingir um sumidouro, desse ponto segue por um pequeno córrego até atingir a estrada de rodagem Apiaí-Iporanga; daí, segue pela referida estrada, numa distância de 1.300 metros, de onde deixando a estrada segue em linha reta até a barra do rio Pedra Branca ao rio Betarizinho; daí, segue pelo rio Betarizinho acima até o ponto em que corta a divisa da Fazenda Caximba; daí, deixando o rio Betarizinho, segue pelas divisas da Fazenda Caximba em direção sul, até encontrar o espigão da serra de Betari; por onde segue até encontrar as cabeceiras do córrego Paciência; pelo qual desce até a sua barra no rio Iporanga; desse ponto, segue pelo rio Iporanga acima até a barra do córrego Pedra de Amolar; daí, por esse córrego acima até suas cabeceiras na serra da Dúvida; daí, pelo espigão dessa serra, segue até encontrar as cabeceiras do córrego Comprido; daí, pelo córrego Comprido abaixo até a sua barra no rio Temimína; daí pelo rio Temimína abaixo até a barra do rio Casa da Pedra; desse ponto segue pelas divisas do 17.º Perímetro de Apiaí até a barra do rio da Pescaria no rio Pilões, passando pelo divisor de águas do rio Casa da Pedra, pelo espigão da serra de Paranapiacaba e pelo rio Pilões desde as suas cabeceiras, daí, prossegue pelo rio Pilões abaixo até frontear o espigão divisor Nartinho-Pilões; daí deixando o rio Pilões, segue por esse espigão até o cume do Monte Negro; desse cume segue pelo divisor de águas do córrego Ribeirãozinho até encontrar a divisa sul do sítio Morro do Chumbo; desse ponto segue em linha reta até a barra do córrego Ribeirãozinho no rio Iporanga, ponto inicial desta descrição.

Artigo 3.º — O imóvel descrito no artigo anterior, compõe-se de terras julgadas devolutas e terras particulares, ficando a Fazenda do Estado autorizada:

- I — a reservar a área já julgada devoluta, calculada em 10.569 Ha. (dez mil, quinhentos e sessenta e nove hectares), nos termos do art. 3.º, letra "E" do Decreto-lei n. 14.916, de 6 de agosto de 1945, combinado com o art. 59 do mesmo decreto.
- II — a desapropriar mediante acordo ou por via judicial, as julgadas de domínio particular, calculadas em 25.143 Ha. (vinte e cinco mil, cento e quarenta e três hectares), conforme as indicações a serem feitas, caso por caso, pela Comissão criada neste mesmo decreto, § 3.º do art. 5.º.

Parágrafo único — Excluem-se das providências determinadas no artigo, as áreas objeto de exploração de minérios, de perímetros descritos em decretos federais de concessão de lavra, ainda em vigor.

Artigo 4.º — Aplicam-se às terras, à flora e à fauna da área do Parque Estadual do Alto Ribeira as normas estabelecidas pelo Código Florestal, aprovado pelo Decreto Federal n. 23.763, de 23 de janeiro de 1934.

Artigo 5.º — O plano de organização técnica-administrativa do Parque Estadual do Alto Ribeira será elaborado no prazo de 90 (noventa) dias, por uma Comissão subordinada à Secretaria da Agricultura:

§ 1.º — Essa Comissão será constituída pelo Diretor do Instituto Geográfico e Geológico, por um engenheiro do Serviço de Geologia Econômica desse Instituto, por agrônomo do Serviço Florestal, por um agrônomo do Instituto de Botânica e por um agrônomo ou médico veterinário do Departamento de Zoologia e será presidida pelo primeiro.

§ 2.º — Essa Comissão se transformará em Conselho Administrativo do Parque Estadual do Alto Ribeira, após elaboração da organização e nomeação da Diretoria do Parque.

§ 3.º — A Comissão procederá a designação das áreas que serão desapropriadas pelo Governo para a constituição do Parque do Alto Ribeira.

Artigo 6.º — O Estado poderá dividir certas zonas em lotes, que, a juízo do Conselho Administrativo do Parque Industrial do Alto Ribeira, serão arrendados, ou, de qualquer outro modo, para fins que favoreçam o desenvolvimento do turismo.

§ 1.º — Para os mesmos fins, o Estado fomentará a construção de um grande hotel.

Artigo 7.º — O Estado poderá em atos do Parque Estadual do Alto Ribeira, a critério do Conselho Administrativo, requerer pesquisas e lavra de minérios, para exploração ou arrendamento posterior da mina.

Artigo 8.º — A entrada de excursionistas no Parque Estadual do Alto Ribeira será regulada, estabelecendo-se módicas taxas de acesso e permanência.

§ 1.º — As rendas provenientes da arrecadação das taxas e dos arrendamentos, bem como quaisquer outras, serão recolhidas ao Tesouro do Estado, e incluindo na alínea de despesas orçamentárias do Estado, do exercício financeiro seguinte, referente às dotações ao Parque na forma da legislação em vigor.

Artigo 9.º — As despesas com a execução do presente decreto e outras a ele inerentes e relativas à desapropriação, correrão por conta do crédito especial a ser aberto oportunamente.

Artigo 10 — Sendo considerada de interesse do Parque Estadual do Alto Ribeira a aquisição de quaisquer imóveis dentro do perímetro descrito no art. 1.º, § 2.º o Governo do Estado usará do direito de preferência que lhe é assegurado pelo art. 16, parágrafo único, do Código Florestal.

Parágrafo único — Para esse fim, o oficial do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Apat, será obrigado a dar ciência ao Secretário da Agricultura, de todas as transcrições que se efetuarem no perímetro descrito. O sr. Oficial terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas da data, reservando-se o Governo o direito de preferência acima determinado, até 90 (noventa) dias da ciência da alienação ou da transcrição no Registro de Imóveis.

Artigo 11 — O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 12 — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 19 de maio de 1958.

JANIO QUADROS

Antônio de Queiroz Filho

Jayme de Almeida Pinto

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 19 de maio de 1958.

Carlos de Albuquerque Seiffarth
Diretor Geral

Anexo 2
Lei 5973 de novembro de 1960
Transforma o PEAR em PETAR

LEI N. 3.973, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1960

Dispõe sobre a denominação do Parque Estadual do Alto Ribeira e dá outras providências

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléa Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — O "Parque Estadual do Alto Ribeira", criado pelo Decreto n. 32.323, de 19 de maio de 1958, passa a denominar-se "Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira".

Artigo 2.º — O "Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira" constituirá, em sua totalidade, reserva florestal do Estado, considerada de conservação perene e inalienável.

Artigo 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 23 de novembro de 1960.

CARLOS ALBERTO A. DE CARVALHO PINTO

José Benifácio Coutinho Nogueira

Publicada na Directoria Geral de Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 23 de novembro de 1960.

João de Siqueira Campos
Diretor Geral, Substituto

Anexo 3: os entrevistados

Ademar Ursulino, o Jamar, 43 anos: nascido em Bombas, mora há alguns anos em uma região próxima, em terreno cedido por seu sogro, em frente à boca de uma das cavernas restritas à visitação, a caverna das Areias. Está em freqüente contato com os moradores de Bombas, seus parentes.

Ademar, o Dema: funcionário do Petar responsável pelo turismo, nascido em Itapetininga, morador do Bairro da Serra. Participa da ASA.

Ana Maria Lopes Espinha, 31 anos: coordenadora do programa de ecoturismo do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, responsável pelo III Curso de Monitores Ambientais de Iporanga e região.

Anderson de Oliveira Monteiro, o Cateto: morador do Bairro, é monitor ambiental formado no primeiro curso, e filiado à ASA

Anderson da Motta Andrade, 23 anos: monitor ambiental da ASA, nascido no Bairro da Serra.

Andréa Rabinovici, 29 anos: antropóloga, uma das responsáveis pelo projeto Uniparque, da ONG Physis Cultura e Ambiente.

Aníbal Motta: um dos antigos moradores da Serra cuja casa localiza-se na área em litígio entre os moradores e o Estado. Agricultor, aposentado, não tem ligação direta com o turismo.

Antoninho Ursulino, 50 anos: morador de Bombas, nascido no bairro.

Antônio Rodrigues: outro morador antigo do Bairro. Foi personalidade politicamente importante no passado do Bairro da Serra. Aposentado, define-se como agricultor.

Antônio Modesto Pereira: nascido em Juquiá, no Vale do Ribeira, veio para o Bairro da Serra em 1986, como topógrafo para a demarcação do Parque. Hoje é o encarregado geral do PETAR.

Antônio Eduardo Sodrzeieski, o Mamute, 32 anos: um dos principais articuladores da Associação Serrana Ambientalista (ASA), nascido em Piracicaba e morador recente do Bairro da Serra. Até o final da pesquisa de campo era responsável pela Casa da Agricultura de Iporanga.

Aparecido Vieira, 42 anos: sargento da Polícia Florestal, responsável pelo pelotão na região do Petar.

Benedita de Oliveira Monteiro, a Dita: moradora antiga do Bairro, é mãe de Cateto e Jeane. Sócia da ASA, passou da atividade agrícola para atividades ligadas ao turismo: foi

cozinheira da Pousada das Cavernas, vendeu salgadinhos aos turistas, e hoje é uma das cozinheiras da comunidade credenciadas junto ao Parque para eventuais hóspedes do recém inaugurado Núcleo Ouro Grosso.

Benedito Pedroso, o Dito: nascido em Eldorado, cidade vizinha de Iporanga, é casado com D. Jacira, de família tradicional do Bairro. Trabalhou como motorista em São Paulo, e posteriormente, como diversas outras pessoas da região, com o comércio do palmito. Atualmente administra, junto com a esposa e a filha Fifi, uma pousada.

Benedito Ursulino de Freitas, o Ditinho, 37 anos: nascido em Bombas, é morador do Bairro da Serra. Monitor Ambiental, desenvolve também atividades agrícolas e trabalha esporadicamente na construção civil. É um dos responsáveis pela eventual ida de turistas a Bombas.

Benvinda Aguiar dos Santos, 27 anos. nascida no bairro da Serra, é monitora ambiental formada no 1º curso.

Clayton Ferreira Lino: espeleólogo, antigo freqüentador do PETAR, ex- diretor do Instituto Florestal, presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, foi o principal responsável pela implantação do Parque, nos anos 80.

Gedioní Rodrigues Bastos, a Fifi: monitora ambiental formada no primeiro curso, é uma das lideranças entre os jovens da comunidade. Ocupou cargos nas duas primeiras gestões da ASA. É também professora da escola do Bairro e cursa Letras em Registro.

Gentil de Oliveira Santos, 67 anos: antigo responsável pelo cartório de Iporanga.

Gisela Menezes: bióloga, diretora do Petar depois da morte do antigo diretor, Roberto Burgi.

Jair Fernandes de Andrade, 44: morador do Bairro da Serra. Associado da ASA, ao final do período de pesquisa participava do 3º curso de monitores ambientais.

Jeane de Oliveira Monteiro: filha de D. Dita, irmã de Cateto, é monitora ambiental formada no segundo curso. Trabalhou em São Paulo e voltou para fazer o curso de monitores.

Joaquim Antônio Franco: nascido na vizinha Apiaí, trabalhou na agricultura e em minerações. É conselheiro da Congregação Cristã, igreja da qual a maioria dos moradores do Bairro é fiel. Sofreu recentemente um derrame cerebral do qual vem se recuperando.

Joaquim Justino dos Santos, o J. J.: descobridor de grande parte das cavernas da região, trabalhou em agricultura, mineração e teve contato muito próximo com os primeiros espeleólogos que freqüentaram a região. Antigo guia do Parque, trabalhou em sua demarcação. Hoje está em processo de aposentadoria e possui um bar no Bairro da Serra. Foi presidente da ASA, saindo por questões pessoais.

João Fortes do Carmo, 46 anos: morador de Bombas há mais de 15 anos, nascido no município de Ribeirão Branco, próximo a Iporanga.

José Antônio Scaleante, o Scala: espeleólogo, foi presidente da Sociedade Brasileira de Espeleologia. Antigo freqüentador, tem casa no Bairro. O terreno onde seria a sede do grupo espeleológico do qual faz parte foi uma das construções embargadas no episódio dos limites do Parque. No período da pesquisa, trabalhava no planejamento do turismo no município de Apiaí.

José Ursulino da Motta, o Zeco: nascido no Bairro, agricultor, artesão e reconhecido como grande conhecedor da flora da região, formou-se monitor ambiental no segundo curso. É sócio da ASA.

José Ursulino de Camargo, o Zé Catarino, 53 anos: morador de Bombas, nascido no bairro.

Júlio Furquim de Andrade: nascido no Bairro Sítio Novo, próximo ao Bairro da Serra, mora em Apiaí. Comprou o terreno das Areias (dentro da área do Parque, próximo a Bombas), que foi área de trabalho de sua família no passado, e reivindica direito a ele. Seu genro, Jamar, mora no terreno.

Júlio Pieroni: amante dos esportes de aventura, morador de São Paulo, é um dos sócios da Pousada das Cavernas, uma das primeiras do Bairro. Com pós-graduação em administração de empresas, largou um emprego de gerência de multinacional para montar a pousada. Vê o ecoturismo no Bairro como oportunidade de negócio para os moradores e para as pessoas *de fora*.

Jurandir dos Santos: filho de Joaquim Justino, é talvez o morador do Bairro da Serra com maior envolvimento com o turismo. Reconhecido como melhor guia da região, auxiliou diversas pesquisas científicas no Parque. Administra uma pousada no Bairro, de propriedade de uma pessoa "de fora". Defende os interesses dos moradores e apresenta um discurso ambientalista.

José , o Zé das Grutas : primeiro funcionário do Petar, na região de Caboclos, viveu a época da criação do Petar, em 1958.

Lúcia Yoko Nagaoka Camargo da Silva, 34 anos. Bióloga, espeleóloga, dona da Pousada Rancho da Serra, no Bairro da Serra.

Luís Eduardo Spinelli, 34 anos. Morador de São Paulo, espeleólogo, dono da operadora de turismo Vale do Betary, que organiza viagens educativas ao Petar com escolas particulares de São Paulo.

Luzia Dias dos Santos, 63 anos: antiga moradora do Bairro da Serra, é uma das únicas a conseguir sobreviver de atividades agrícolas. Ao término da pesquisa de campo passou a dividir seu tempo entre o Bairro e a casa de um filho, que foi trabalhar na agricultura em uma região próxima.

Maria Aparecida Rezende, a Nininha: advogada do Instituto Florestal, foi uma das pessoas envolvidas na equipe multidisciplinar da SUDELPA, que tinha como tarefa a implantação do PETAR, na década de 80.

Manoel do Carmo Rodrigues dos Santos: prefeito de Iporanga, do PMDB. De família humilde, assumiu após o *impeachment* do prefeito Jamil no mandato anterior, por denúncias de corrupção. É o primeiro prefeito a investir no ecoturismo como vocação do município. Enquanto ainda era vereador, e depois como prefeito, participou das reuniões da ASA sobre as questões das divisas.

Maria Sílvia Müller de Oliveira: técnica em odontologia, abandonou o curso de história e foi morar no Bairro da Serra. Uma das fundadoras da ASA, é agente de saúde do município.

Marizete Rocha da Silva: formada em Ciências Contábeis, é espeleóloga e esposa de espeleólogo. É dona da Pousada do Quiririm, forma que ela e o marido encotraram de se estabelecerem no Bairro da Serra. No período da pesquisa, ainda morava em São Paulo.

Maurizio Zeni, 50 anos. Italiano, mora há alguns anos em Iporanga. É monitor ambiental, tem uma pousada em Iporanga e é um dos principais articuladores da Associação dos Monitores Ambientais de Iporanga e Região (AMAIR)

Nélson Ramos de Lima, o Nélson Leocádio, 74 anos. Nascido no município de Itaóca, morou na região da Cotia, no Bairro Bombas, mas há muitos anos mora na sede do município de Iporanga. Foi vereador. É pai de três dos monitores ambientais mais experientes da sede do município.

Nilton Rosa Pinto: secretário de turismo do município, é neto de um famoso espeleólogo e minerador (Luís Nestlener). Conhece bem a história do município e é uma dos principais atores no desenvolvimento do turismo na sede do município. É fundador do EGAI (Espeleo- Grupo Aragonitas de Iporanga), e articulador de uma associação de monitores no município.

Oides Rodrigues de Andrade, o Didi: nascido onde hoje é a Caverna Santana, trabalhou em minerações até ser contratado pela prefeitura como guia da Caverna Santana. Hoje está se aposentando. Ainda pratica agricultura e tem uma pousada.

Osmar da Motta Henrique: monitor ambiental, ex- presidente da ASA. Trabalhou na construção civil em São Paulo, na construção do Núcleo Ouro Grosso. No final do período da pesquisa, trabalhava na SABESP, em Juquiá.

Sandra Heloísa Macedo: nascida em Apiaí, mora há poucos anos no Bairro da Serra. É professora da escola do bairro e participa ativamente da Associação Serrana Ambientalista.

Vandir de Andrade: morador antigo do Bairro, trabalhou em minerações e agricultura. Teve contato próximo com os primeiros espeleólogos que vieram à região, hospedando-os em sua casa. Funcionário do Parque e prestes a se aposentar, ele e a esposa, D. Diva, são proprietários da maior pousada do Bairro.

Waldomiro Franco do Amaral, 41 anos, sargento PM comandante do pelotão de Apiaí, ex-sargento da Polícia Florestal na região do Petar

Zysman Neiman, 37 anos: biólogo, um dos responsáveis pela ONG Physis Cultura e Ambiente, que tem como projeto a instalação de uma Universidade Livre (Uniparque) no Petar.

**Anexo 4: Recurso à multa recebida por
Jair Andrade (Bairro da Serra)**

GLEBA 9
 FRANCISCO G. DE ANDRADE
 BAIRRO DA SERRA
 IPORANGA - SP
 PETAR
 NÚCLEO ALAMBARY
 ESCALA 1/2500

